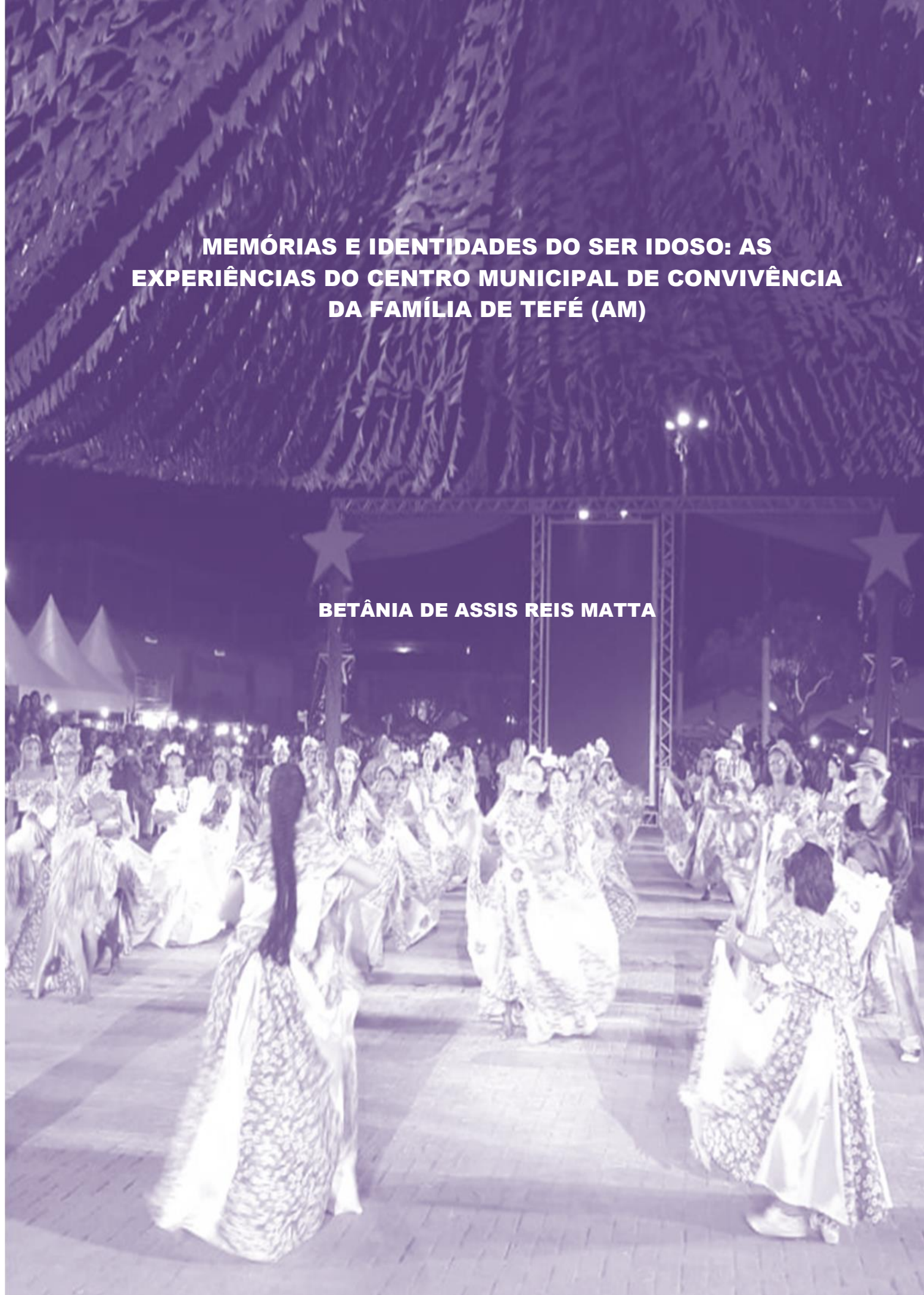


**MEMÓRIAS E IDENTIDADES DO SER IDOSO: AS
EXPERIÊNCIAS DO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA
DA FAMÍLIA DE TEFÉ (AM)**

BETÂNIA DE ASSIS REIS MATTA





AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH
MESTRADO EM CIÊNCIAS HUMANAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MEMÓRIAS E IDENTIDADES DO SER IDOSO: AS EXPERIÊNCIAS
DO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DA FAMÍLIA DE TEFÉ
(AM)

BETÂNIA DE ASSIS REIS MATTA

TEFÉ AMAZONAS
2021

BETÂNIA DE ASSIS REIS MATTA

**MEMÓRIAS E IDENTIDADES DO SER IDOSO: AS EXPERIÊNCIAS
DO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DA FAMÍLIA DE TEFÉ
(AM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristiane da Silveira

TEFÉ -AMAZONAS

2021

M435m Matta, Betânia de Assis Reis

Memórias e identidades do ser idoso: as experiências do Centro Municipal de Convivência da Família de Tefé (AM). / Betânia de Assis Reis Matta. – Tefé, AM: UEA, 2021.

Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas – PPGICH / UEA.

217f., il. color.

1. Velhice - Identidade. 2. Terceira idade. 3. Envelhecimento - Memória. 4. Idosos - Narrativas. 5. Grupos sociais. I. Centro Municipal de Convivência da Família – Tefé – Amazonas. II. Título.

CDD 305.26

Ficha Catalográfica: Graciete Rolim (Bibliotecária CRB-2/1100)

BETÂNIA DE ASSIS REIS MATTA

**MEMÓRIAS E IDENTIDADES DO SER IDOSO: AS EXPERIÊNCIAS DO CENTRO
MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DA FAMÍLIA DE TEFÉ (AM)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Área de concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristiane da Silveira

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Cristiane da Silveira

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Prof. Dr. Yoshiko Sasaki

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social– Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

TEFÉ – AMAZONAS
2021

DEDICATÓRIA

Dedico todo o esforço que tive para finalizar esse trabalho aos idosos Odeci Araújo Gama (*in memorian*), João Guedes (*in memorian*) e Francisco Vieira (*in memorian*), que não puderam vivenciar esse momento, mas que muito contribuíram ao meu lado até sua partida.

AGRADECIMENTOS

Ao término da dissertação, busquei refletir acerca desta longa jornada de aventura, magia, incertezas, dúvidas, dificuldades e medo. Aprendi que a construção do conhecimento é um processo coletivo e interdisciplinar. Sendo assim, dedico-me a escrever os agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse trabalho fosse desenvolvido e os objetivos alcançados.

Agradecer não é uma tarefa fácil! É falar acerca de momentos únicos e singulares, vivenciados com amigos, professores, familiares, colegas de turma e funcionários envolvidos nesse processo de crescimento intelectual e profissional. É rever os momentos de alegrias, tristezas, afetos, noites acordadas, finais de semana e feriados dedicados aos estudos, em prol de desenvolver um trabalho pautado em fundamentos científicos e reflexões críticas. Por fim, agradecer é expressar sentimentos de gratidão e amor:

A Deus, por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa, com saúde e forças para chegar até o final.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Cristiane da Silveira, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa e pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo. Neste contexto, incentivando-me e encorajando-me sempre, principalmente nos momentos mais críticos da pesquisa.

A todos os meus professores e aos funcionários que fazem parte do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Aos Professores e pós-doutores Yoshiko Sasaki e Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto, membros da Banca Examinadora da qualificação e defesa, por terem atendido ao convite para desempenhar este papel, dispondo de seu tempo e conhecimento para analisar este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES, pela concessão da bolsa durante todo o período de realização deste mestrado, permitindo uma dedicação exclusiva aos estudos.

Ao meu marido e meus filhos pela compreensão e paciência demonstrada durante o período de pesquisa e escrita.

Nessa busca incansável pelo conhecimento, encontramos pessoas que contribuíram com nosso crescimento pessoal, intelectual e profissional, sendo cúmplices dessa jornada:

Agradeço a Naraíza Caldas, Elcione Cordeiro, Patrícia de Oliveira, Joseani Reinheimer, Welner Campelo, Marcilene Santos, Verônica Ferreira, Sônia Vieira e Rosemeire Souza.

Aos idosos (as), frequentadores do Centro Municipal de Convivência da Família, que, solicitamente, participaram desse trabalho, desvelando a riqueza do universo da pessoa idosa através de suas narrativas.

A todos meus sinceros agradecimentos.

O tempo muito me ensinou:
Ensinou a amar a vida,
Não desistir de lutar,
Renascer na derrota,
Renunciar às palavras
e pensamentos negativos,
Acreditar nos valores humanos,
E a ser OTIMISTA.
Aprendi que mais vale tentar
do que recuar...
Antes acreditar
do que duvidar,
Que o que vale na vida,
Não é o ponto de partida
e sim a nossa caminhada.
(Cora Coralina)

RESUMO

O Brasil está sendo palco de uma transição demográfica. O fenômeno da longevidade humana tem levantado novos questionamentos acerca das identidades desses “novos” idosos (as). Neste contexto, a presente dissertação tem como objetivo compreender como identidades e memórias se articulam, dando sentido ao processo de envelhecimento, através da percepção dos (as) idosos (as) atendidos no Centro Municipal de Convivência da Família em Tefé. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com a utilização da técnica da história oral. Para a coleta de dados, por um período de quatro meses, participamos de atividades junto aos idosos. Para além disso, foram realizadas entrevistas com doze idosos, de ambos os sexos, na faixa etária entre 60 e 89 anos. Todos são participantes do grupo de convivência Renascer do CMCF. Para a elaboração do trabalho foram fundamentais autores como: Norberto Bobbio (1997), Minayo e Coimbra Jr. (2002), Norbert Elias (2001), Ecléa Bosi (2003/2004), Maurice Halbwachs (2004), Jöel Candau (2005/2018), Stuart Hall (2006), Grita Debert (2012) e Simone de Beauvoir (2018). A partir das narrativas, foram observadas questões relacionadas às experiências de vida, às transformações do corpo, às mudanças de papéis sociais e à construção dos laços de família, elementos constituintes das identidades num processo de valorização das memórias. Os dados foram analisados à luz dos ensinamentos da análise do discurso de Eni Orlandi. Desse modo, foi possível demonstrar que o processo desconstrução/construção de identidades é contínuo, inclusive na velhice, e que o envelhecimento não é um processo triste ou doloroso. Ao contrário, produz momentos felizes e prazerosos, que ficam registrados na memória. Em síntese, o processo de envelhecimento é uma etapa da vida classificada pelos idosos, em especial pelas mulheres idosas, como a fase do “poder fazer” e da “liberdade”. Constatamos que reviver o passado através das lembranças é uma maneira de ressignificar o presente, tendo como referência as imagens e representações que povoam nossa memória. Essa reflexão permite classificar a identidade como um processo em constante transformação e mutação.

Palavras-chaves: Memória; Identidade; Velhice; Envelhecimento; Narrativas; Tefé.

ABSTRACT

Brazil is being the scene of a demographic transition. The human longevity phenomenon has raised new questions about the identities of these “new” elderly people. In this context, this research aims to understand how identity and memory are articulated, giving meaning to the aging process, through the perception of the elderly attended at the Municipal Center for Family Living in Tefé. It is a qualitative research, using oral history technique. The data collection occurred in a period of four months, and for that we participate in activities with the elderly. In addition, interviews were carried out with twelve elderly people, of both sexes, aged between 60 and 89 years. All the interviewed are participants in the CMCF Renascer social group. For the elaboration of the work, we used fundamental authors' ideas such as: Norberto Bobbio (1997), Minayo and Coimbra Jr. (2002), Norbert Elias (2001), Ecléa Bosi (2003/2004), Maurice Halbwachs (2004), Jöel Candau (2005 / 2018), Stuart Hall (2006), Grita Debert (2012) and Simone de Beauvoir (2018). From the narratives, we observed issues related to life experiences, body transformations, changes in social roles and the construction of family ties, constituent elements of identities in a process of valuing memories. The Eni Orlandi Discourse Analysis methodology was used to analyze the data produced. Thus, it was possible to demonstrate that the process of deconstructing identities is continuous, even in old age, and that aging is not a sad or painful process. Instead, it produces happy and pleasurable moments, which are registered in the memory. In summary, the aging process is a stage of life classified by the elderly, especially by elderly women, as the period of "being able to do" and "freedom". We found that reliving the past through memories is a way of giving new meaning to the present, having as reference the images and representations that fill our memory. This reflection allows us to classify the identity as a process in constant transformation and mutation.

Keywords: Memory; Identity; Old age; Aging; Narratives; Tefé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Simone de Beauvoir citada em "A Arte de Envelhecer Com Sabedoria"	30
Figura 2 - Capa do documento Programa Envelhecimento Ativo	42
Figura 3 - Nuvem de palavras	47
Figura 4 - Localização do Centro Municipal de Convivência da Família –CMCF	80
Figura 5 - Localização da Cidade Tefé	82
Figura 6 - Mapeamento dos Idosos Frequentadores do CMCF	89
Figura 7 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	94
Figura 8 - IDHM da cidade de Tefé (2010)	96
Figura 9 - Ginástica para idosos	126
Figura 10 - Caminhada entre gerações	126
Figura 11 - Caminhada e Alongamento	126
Figura 12 - Coral dos Idosos interpretando o Hino do Grupo de Convivência	128
Figura 13 - Nuvem de Palavras	129
Figura 14 - Visita domiciliar aos idosos do grupo de convivência do CMCF	137
Figura 15 - Procedimentos protocolares de prevenção à COVID-19	138
Figura 16 - Atividades alinhadas com os protocolos de prevenção à COVID-19	138
Figura 17 - Momentos de interação com os idosos do grupo de convivência – CMCF	148
Figura 18 – Mensagem final I	169
Figura 19 – Mensagem Final II	171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice do Envelhecimento Populacional Brasil: 2010-2060	50
Gráfico 2 – Distribuição por sexo segundo grupos de idade	78
Gráfico 3 – Distribuição de idosos no município de Tefé entre a área rural e urbana – 2010	83
Gráfico 4- Fonte de Renda	87
Gráfico 5 - Grau de Escolaridade	87
Gráfico 6 – IDHM dos Estados brasileiros	93
Gráfico 7 – IDHM Longevidade	97
Gráfico 8 - Evolução do IDHM de Tefé (1991, 2000 e 2010)	98
Gráfico 9 – Participação dos idosos por Faixa Etária	132
Gráfico 10 – As três cidades do AM com maior prevalência da COVID-19	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Perfil dos idosos atendidos no CMCF/ março de 2020	84
Tabela 2 – Atividades destinadas a terceira idade	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - OS DIFERENTES CONTEXTOS DA VELHICE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	23
1.1 AS IMAGENS SOCIAIS DA VELHICE NA PERCEPÇÃO ESPELHADA	26
1.1.1 Os preconceitos e estereótipos da velhice: dissociando crenças, mitos e representações	33
1.1.2 A construção do envelhecimento ativo em um contexto de desigualdade.....	38
1.2 - A INTEGRAÇÃO DOS SABERES NO AGIR E PENSAR O IDOSO	45
1.2.1 O envelhecimento humano e a interdisciplinaridade: articulando saberes	48
1.3 ENVELHECIMENTOS, TRABALHO E INFORMALIDADE:DESAFIOS E POSSIBILIDADES	59
1.3.1 Novos olhares e perspectivas do envelhecimento	68
CAPÍTULO II – CONSTRUINDO RESISTÊNCIAS: UM PAÍS QUE ENVELHECE	73
2.1 CARACTERIZANDO OS IDOSOS DA PESQUISA	81
2.1.1 Os desafios de uma velhice “pobre “ou de uma “pobre” velhice	89
2.1.2 A trajetória de luta dos idosos na busca pela cidadania: avanços e retrocessos	98
2.2. DESVELANDO OS “NOVOS” VELHOS E SUAS IDENTIDADES	103
2.2.1 Identidade e terceira idade: crise ou renovação?.....	107
2.3 O PAPEL DA MEMÓRIA NO FORTALECIMENTO DAS IDENTIDADES	111
2.3.1 Memória: a riqueza do idoso	1154
2.3.2 A relação entre memória, esquecimento e silêncio	118
CAÍTULO III – OS IDOSOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA FAMÍLIA EM TEFÉ: QUEM SÃO E O QUE PENSAM?	122
3.1 OS IMPACTOS DO EFEITO PANDEMIA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA: O ANTES E O DEPOIS DA COVID-19	134
3.1.1 - Os caminhos da pesquisa: procedimentos técnicos e metodológicos.....	139
3.1.2-Sistematizando as experiências com os idosos: notas e observações de uma pesquisadora...145	
3.2 A VELHICE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS IDOSOS DO CMCF DE TEFÉ	149
3.2.1 Envelhecer na contemporaneidade: reflexões sobre a identidade que se (re)constrói.....	159
3.2.2 Memórias de idosos narradas por idosos	163
3.2.2.1.O passado no presente: análise das trajetórias de vida dos idosos integrantes do CMCF....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIASBIBLIOGRÁFICAS	198
ANEXOS	210

INTRODUÇÃO

Sabemos que o segmento etário acima de 60¹ anos vem crescendo consideravelmente em nível mundial, o que não é diferente no Brasil. A população idosa brasileira dobrou o nível da expectativa de vida se comparados os dados às últimas décadas, numa velocidade maior que a apresentada nos países europeus. Ao desenharmos uma linha do tempo, veremos que em 1900 a expectativa de vida brasileira era de 33,7 anos, em 1950 passou para 65 anos, e em 1990 chegou a quase 70 anos. Neste século, estima-se que ultrapasse os 75 anos. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002)

Estudos revelaram que no Brasil, a população de idosos (as) (11,7%) foi bem próxima ao indicador mundial (12,3%) no ano de 2015. Estima-se que esse percentual dobre, passando a 23,5%, em 24,3 anos, ou seja, próximo ao ano de 2039. (IBGE, 2016) De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o contingente de brasileiros idosos, por volta da metade deste século, poderá corresponder a um quinto da população brasileira. (VENTURI, BOKNAY, 2007)

A conclusão inicial, com base em dados sócio-demográficos, é que os brasileiros estão envelhecendo. O fenômeno da longevidade humana aguçou pesquisadores e especialistas a buscarem novas formulações teóricas que preenchessem as lacunas ainda obscuras do processo de envelhecimento. É importante destacar que a velhice sempre fez parte da vida humana, contudo, o aumento do segmento idoso, observado nas últimas décadas, possibilitou o seu reconhecimento enquanto uma categoria social. (NERI, 1991; BOSI, 2004; BOTH, 2000; MINAYO E COIMBRA JR., 2002; DEBERT, 2012; BEAUVOIR, 2018)

Hoje, as questões relacionadas ao envelhecimento humano, ou seja, as demandas, as novas visões de mundo, os saberes e as experiências evocam por “espaços sociais significativos e à melhoria na dignidade e nas condições de vida dos (as) idosos (as) e do conjunto de brasileiros”. (BORGES, 2015, p. 79) Estudar este universo é desafiador diante da complexidade e da heterogeneidade de seus componentes. Todavia, entendemos que o

¹O Estatuto do idoso define como pessoa idosa aquelas que possuem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, de acordo com o Artigo 1º da LEI 10741 de 2003. Todavia, o Projeto de Lei 5383/19, em análise na Câmara dos Deputados, visa alterar a legislação vigente para que as pessoas sejam consideradas idosas a partir dos 65 anos de idade, e não mais 60. Assim, alterando o Estatuto do Idoso e a Lei 10048/00, que trata da prioridade de atendimento. (CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2020) Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2223942>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

exercício permanente da reflexão é o caminho que possibilitará a garantia de se envelhecer com qualidade, autonomia e dignidade, principalmente, às futuras gerações de idosos (as).

Diferentemente do que aconteceu nos países desenvolvidos, o Brasil não se preparou para lidar com os impactos inevitáveis decorrentes do envelhecimento da população. Até a década de 1980, o Brasil era considerado um país de população predominantemente jovem. (VENTURI; BOKNAY, 2007)

Nesse contexto, enquanto conhecimento científico, o estudo da velhice é relativamente recente. A falta de uma noção clara acerca do processo de envelhecimento, num país de realidades diversas como o nosso, dificultou a compreensão do que é ser ou estar velho. “É preciso dar ao velho o *direito de envelhecer*, afastando-o da marginalização em que se encontra hoje”. (MARTINELLI, 2013, p. 35, grifos do autor)

É importante pontuarmos que existem diferenças com relação ao uso dos termos *envelhecimento, idoso e velhice*, os quais serão adotados neste trabalho. O envelhecimento é um processo natural da vida, permeado por alterações fisiológicas do corpo. O envelhecimento começa desde o momento em que nascemos, perdurando por toda a vida. O idoso é o sujeito do envelhecimento. Já a velhice é compreendida como uma construção social, o que designa diversas formas diferentes de se apreender esse fenômeno, dependendo de cada cultura. (MANZARO, 2014)

Assim, evidenciamos que o conceito de velhice é mesclado por múltiplos significados. As variações do processo de envelhecimento são permeadas por questões biopsicossociais determinadas pelos diferentes contextos sociais e trajetórias de vida. Haja vista que cada grupo social assimila, interpreta e modifica a realidade ao interagir com outras pessoas, compondo, assim, um tecido social. Segundo Lopes (2007, p. 141), “a heterogeneidade do tema é determinante pelas peculiaridades socioculturais e contingenciais dos percursos, implicando a definição de velhice como constante e inacabado processo de subjetivação”.

Nesta perspectiva, compreendemos que os sujeitos não experimentam a velhice de maneira semelhante. Os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais afetam a realidade dos sujeitos de forma singular. No caso brasileiro, o processo de envelhecimento populacional transcorre num panorama de profunda desigualdade de classes, de gênero, de raça, agravado por um quadro de crise econômica. Neri (2011) chama a atenção para o contingente de brasileiros idosos (as) que sofre com a precariedade de recursos econômicos, médicos, sanitários, nutricionais e habitacionais, condenando-os a uma velhice de adversidades.

Diante desta questão, Beauvoir (2018)² aponta para a existência de um sistema socioeconômico desigual e nefasto, produzindo desenhos distintos das velhices. A filósofa observa que tanto a história como a literatura transformaram os velhos pobres em seres invisíveis, relegados a uma velhice miserável e desamparada. Sob o mesmo ponto de vista, Neri (2005) assinala que as mudanças econômicas e sociais desencadeadas no final do século XIX e início do século XX, impulsionadas pelo processo de industrialização, colaboraram para a transição de uma sociedade escravocrata para o modelo burguês. De acordo com suas ponderações, deve-se a isso “a criação da categoria social *pobre* data dessa época, quando a pobreza começou a ser vista pela aristocracia como um problema social”. (NERI, 2005, p. 09, grifo do autor)

Os efeitos desta realidade, no caso brasileiro, se traduzem pela precariedade das condições econômicas, sociais e sanitárias que produzem realidades díspares. Para Beauvoir (2018, p. 12, grifos do autor), “a sociedade impõe a imensa maioria dos velhos um nível de vida tão miserável que a expressão *velho e pobre* constitui quase um pleonasma [...]”

Diante de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, Bandeira (1998) destaca que 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres, e os 10% mais ricos somam 18 vezes mais do que os 40% mais pobres. Corroborando essa idéia, Borges (2015, p. 98) afirma que: “ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, o processo de envelhecimento populacional [...] coincide com um quadro de crises nos Estados, com o agravamento dos problemas sociais e da situação de grandes desigualdades”.

Os novos contornos sociais e econômicos da conjuntura atual se chocam com os princípios da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. A proposta neoliberal de um Estado reducionista, a partir do desmonte de políticas públicas, fere os princípios de uma política social universal. Trata-se de um projeto de mercantilização das políticas de saúde, assistência e previdência.

Segundo Faleiros (2007, p. 110), “os direitos adquiridos por uma geração [...] foram reduzidos para atender às pressões de diminuição do déficit fiscal, pois a prioridade do Estado, no contexto neoliberal, passou a ser o pagamento dos juros [...] para garantir a confiabilidade aos investidores internacionais [...]”.

² Simone de Beauvoir, filósofa existencialista francesa, publicou em 1970 o livro intitulado “A Velhice”. Nele buscou analisar as percepções da sociedade no que tange aos idosos. No Brasil o livro foi publicado pela Editora Nova Fronteira em 1990, a segunda edição foi publicada no ano 2018.

É oportuno destacar que as conquistas no campo da biomedicina e da farmacologia, desde o final do século passado, ajudaram a retardar e/ou minimizar os desconfortos próprios do envelhecimento do organismo. Não se trata de viver mais a velhice, e sim de se agregar qualidade de vida aos anos adicionais. Para Both (2000, p. 15), “a longevidade implica a possibilidade de a população não permanecer muito tempo envelhecida, mas, sim, de levar mais tempo para envelhecer”.

Beauvoir (2018) destaca que as representações sociais da velhice sofreram modificações no decorrer de diversas épocas, ganhando novos contornos ao longo dos anos. Em outras palavras, os aspectos positivos, antes, associados à velhice, como símbolo de segurança, sabedoria e maturidade, aos poucos foram se modificando, assumindo um aspecto negativo. E a velhice passou a ser sinônimo de doença e incapacidade, noção consensualmente aceita pela sociedade. Para Neri (2015, p. 13), “representações singulares ou estruturas de conhecimento socialmente compartilhados a respeito dos atributos de pessoas [...] são avaliadores em termos positivos ou negativos, podem ser categorizadas como corretas ou incorretas”.

Compreendemos por representações sociais os processos que engendram saberes e conhecimentos socialmente erguidos e compartilhados, com o objetivo de construir uma realidade comum a um grupo social. Para Chartier (1991), a representação social pode ser entendida como uma realidade, às vezes contraditória, que é absorvida, elaborada e modificada por diferentes grupos que compõem a sociedade. Construindo, assim, identidades sociais que demarcam de modo vivível uma maneira própria de ser no mundo.

Com isso, o escopo desta pesquisa tem como propósito apreender as representações e as especificidades da velhice e do envelhecimento a partir da percepções dos idosos Para alcançar esse objetivo buscamos: 1) Verificar como as pessoas idosas que frequentam o Centro Municipal de Convivência da Família de Tefé/AM³ percebem a velhice; 2) Analisar como esses (as) idosos (as) revivem suas memórias e ressignificam suas identidades ao experienciarem o convívio no CMCF; por fim 3) Valorizar a memória do (a) idoso (a) como fonte de experiências e representações sociais que favorecem e fortalecem suas identidades.

Sabemos que o processo de envelhecimento populacional é irreversível, o que requer novas reflexões acerca do papel e do lugar da pessoa idosa na organização da sociedade civil,

³O Centro Municipal de Convivência da Família está localizado na Rua Daniel Servalho, 131 - Centro, Tefé (AM).

bem como o pleito por políticas públicas desenvolvidas em conjunto com o segmento idoso. Uma vez que o rápido crescimento da população idosa “é um fato novo e perturbador para a humanidade, que pela primeira vez convive com uma realidade demográfica e social da velhice”. (NERI, 1991, p. 29)

Neste contexto, compreendemos que as memórias dos (as) idosos (as) se constituem como um mecanismo valioso na compreensão das questões intrínsecas ao envelhecimento. Aprofundando esse assunto, Bobbio (1997) argumenta que a riqueza dos velhos incide em seus pensamentos e suas memórias, dos quais são guardiões legítimos.

Seguindo a mesma lógica de pensamento, Bosi (2003) complementa:

A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdo, de atitudes, enfim, os conhecimentos da cultura. (BOSI, 2003, p. 15)

A partir da análise deste fragmento, podemos afirmar que a memória dos velhos é um mecanismo que permite transmitir valores, conhecimentos e atitudes às futuras gerações, por meio dos processos de interação entre atores sociais. “O grande patrimônio do velho está no maravilhoso mundo da memória, fonte inesgotável de reflexão sobre nós mesmos, sobre o universo em que vivemos, sobre as pessoas e os acontecimentos que ao longo do caminho, atraíram nossa atenção”. (BOBBIO, 1997, p. 53)

Atualmente, observamos a valorização da recuperação das memórias como fonte de pesquisa, em especial, pelas Ciências Humanas. Desta forma, busca-se no passado elementos que ajudem a compreender a formação da identidade. (BOSI, 2003)

Seguindo esta linha de pensamento, Candau (2018, p. 11) pontua que “tal como a noção de cultura, os conceitos de memória e identidade são fundamentais para qualquer um que tenha algum interesse no campo das ciências humanas”.

É oportuno assinalar que a memória é uma construção social fortalecida por um sentimento de identidade, criando elos, representações e crenças que nos permitem compreender quem somos. Isto significa que as identidades e as memórias se conjugam, ou seja, uma nutre a outra a fim de produzirem as trajetórias de vida dos indivíduos. Desta forma, os episódios de vida que ocorreram no passado não são inacessíveis, pois podemos acessá-los através das lembranças. (CANDAU, 2018)

Salientamos que a memória do idoso é desenhada sob uma trajetória de vida mais extensa do que uma pessoa mais jovem, ou seja, a atividade mnêmica é a função social do

velho. Pois a maturidade, a vivência e a experiência o capacitam para o desempenho desta função. Com isso, unindo o passado ao presente, traduz as estratégias de enfrentamento e adaptação ao processo de envelhecimento. (BOSI, 2004)

Pensando na relevância desta temática, emergiu o interesse em desenvolvermos o estudo, visando investigar os fenômenos que envolvem a velhice e o processo de envelhecimento, dando ênfase às vozes que emergem desta parcela significativa da população. Nesta direção, Ribeiro (2017, p. 48) aponta que “todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade”.

Outro fator que culminou para a escolha do tema foi nossa área de formação profissional, a qual permitiu uma maior aproximação com os (as) idosos (as), através dos trabalhos desenvolvidos profissionalmente com este segmento enquanto assistente social⁴. A convivência com os (as) idosos (as) permitiu percebermos e compreendermos que suas lembranças, suas histórias e suas experiências de vida imprimem conhecimentos sobre os sujeitos e sobre a própria sociedade.

Neste sentido, a escolha do tema parte de uma proposta provocativa a fim de despertar um olhar mais profundo sobre a importância do papel e do lugar do (a) idoso (a) em nossa sociedade. Para tanto, torna-se necessário a abertura da sociedade a novas reflexões, tanto no campo social quanto no campo do conhecimento científico, abordando questões inerentes à velhice e ao envelhecimento. “A velhice não é um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo. Em que consiste este processo? Em outras palavras, o que é envelhecer? Esta ideia está ligada à ideia de mudança”. (BEAUVOIR, 2018, p. 14)

Diante do cenário apresentado, consideramos que os estudos epistemológicos devem estar embasados por uma orientação emancipadora dos conhecimentos, para colaborarem com novas produções teóricas, numa perspectiva menos preconceituosa e mais inclusiva. Desta maneira, esperamos que as conclusões obtidas com a pesquisa colaborem com o trabalho de gestores, legisladores, profissionais de saúde e de assistência social, cuidadores e familiares, no sentido de garantir ações que promovam um envelhecimento saudável e com qualidade de vida, em especial, aos idosos (as) residentes da cidade de Tefé.

A metodologia qualitativa se mostrou a mais adequada à pesquisa, alicerçada por três desdobramentos que se articularam entre si: bibliográfico, documental e pesquisa de campo.

⁴⁴No ano de 2005 trabalhamos como comissionada na Prefeitura de General Carneiro, no Estado do Mato Grosso (MT), desenvolvendo projetos e atividades no Centro de Convivência do Idoso, enquanto assistente social. Também ocupamos uma cadeira no Conselho Municipal do Idoso como representante da Secretária de Assistência Social do município.

Dialogamos com diferentes áreas do conhecimento como Antropologia, Sociologia, Psicologia, Serviço Social e Biologia, a fim de compreendermos a temática sob um viés interdisciplinar. À guisa de referências nestas áreas, destacamos: Stuart Hall (sociólogo), Joel Candau (professor de Antropologia), Anita Neri (Doutorado em Psicologia), Maria Cecilia Minayo (Ciências Sociais), Norberto Bobbio (Filósofo e pensador Político), Simone de Beauvoir (Filósofa e ativista) e Vicente Faleiros (Serviço Social), dentre outros.

O local da realização da pesquisa foi o CMCF, na cidade de Tefé, que atualmente atende a 1060 famílias, oferecendo serviços socioeducativos e atividades esportivas voltadas para qualidade de vida e saúde; ações preventivas, por meio de palestra e oficinas direcionadas às famílias, crianças, adolescentes, adultos e idosos. (TEFÉ, 2019)

No total foram entrevistados⁵12 idosos (06 mulheres e 06 homens) com idades entre 60 e 89 anos, inseridos numa realidade de adversidades, em alguns casos, dependentes de políticas públicas como o benefício de prestação continuada (BPC)⁶. Pontuamos ainda que todos os entrevistados são participantes do grupo de convivência do CMCF. As análises das narrativas das memórias dos (as) idosos (as) possibilitaram a constatação de diferentes percepções da velhice, resultando em dados relevantes sobre a qualidade de vida, inserção social, mudanças no papel social, família, experiências de vida, transformações do corpo e trabalho.

É importante destacar que a pandemia do Coronavírus trouxe uma realidade bastante diferente da qual estávamos acostumados. Sobretudo para os pesquisadores que têm como tema de pesquisa os (as) idosos (as), considerados como grupo de risco. O trabalho de pesquisa de campo é um processo complexo, que envolve pesquisadores, participantes, estrutura física, horas de dedicação, testes com erros e acertos. Nesse contexto, os impactos na pesquisa foram inevitáveis, resultando em atrasos no cronograma de execução e ajustes na metodologia.

Para melhor compreensão desse estudo, sua estrutura foi concebida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Os diferentes contextos da velhice na sociedade contemporânea”, trabalhamos as atitudes, os estereótipos, as crenças, os mitos e os

⁵Em que pese à necessidade do comprometimento, da serenidade e da responsabilidade com as questões éticas envolvidas neste trabalho, o respeito à dignidade humana e de proteção aos participantes desta pesquisa, submetemos nosso trabalho a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, gerando o certificado de apresentação para apreciação ética – CAAE⁵ sob o nº 30839720.4.0000.5016, junto ao Comitê de Ética em Pesquisa.

⁶ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), correspondente a um salário mínimo, é concedido a pessoa portadora de deficiências incapacitante para o trabalho e aos sujeitos maiores de 65 anos que comprovem possuir uma renda per capita mensal de igual ou inferior a ¼ do salário mínimo. (FALEIROS, 2015)

preconceitos em relação aos idosos, à velhice e ao envelhecimento a partir de uma concepção interdisciplinar. Versamos sobre as questões da auto-imagem da velhice, evidenciando as barreiras impostas pelo mercado de trabalho frente ao processo de envelhecimento do trabalhador. Neste sentido, discutem-se os aspectos discriminatórios que dificultam a inclusão do (a) idoso (a), bem como a possibilidade de um novo recomeço. Utilizamos como aportes teóricos: Norberto Bobbio (1997), Cecília Minayo (2002), Carlos Coimbra Jr. (2002), Solange Teixeira (2006, 2009), Anita Neri (1991, 2005, 2011), Grita Grin Debert (2012) e Simone Beauvoir (2018).

No segundo capítulo, intitulado “Construindo resistências: um país que envelhece”, analisamos o protagonismo do (a) idoso (a) contemporâneo, reconhecendo-o como um sujeito de direitos num Estado de direitos. Partimos do pressuposto que a participação e o engajamento do segmento idoso na luta pela concretização e ampliação de direitos são imprescindíveis para a valorização do seu papel social nas estruturas da sociedade. Tais posicionamentos são relevantes à medida que retratamos diferentes contextos do envelhecimento num país marcado por desigualdades sociais e regionais. Por fim, propomos uma discussão acerca do envelhecimento humano, revelando as diferentes percepções das identidades e suas implicações. Não sendo diferente com o segmento idoso. Nossa discussão teve como embasamento teórico os autores: Agostinho Both (2000), Ecléa Bosi (2004), Maurice Halbwachs (2006), Vicente Faleiros (2007), Rosa Maria Coutrim (2010), Gayatri Spivak (2010), Stuart Hall (2006), Maria Claudia Borges (2015), Raimunda D’Alencar (2017) e Joël Candau (2018).

No terceiro capítulo, “Os idosos do centro de convivência da família em Tefé: quem são e o que pensam?”, apresentamos os caminhos metodológicos traçados no desenvolvimento desta pesquisa. Os estudos empíricos se pautaram em observação/participação junto aos idosos (as), como parte integrante do grupo, e por realização de entrevistas, através da escuta de histórias de vida, tendo com fonte primordial a memória. Com isso, analisamos as múltiplas percepções de “velhices”, a partir das histórias dos (as) idosos (as) tefeenses, via história oral. Por fim, os discursos produzidos pelos (as) idosos (as), analisados por meio da metodologia análise do discurso, de Eni Orlandi, contemplam as principais conclusões deste estudo e foram divididos em cinco categorias de análise: exclusão social, qualidade de vida, velhice, políticas públicas, protagonismo social, identidades.



CAPÍTULO I

**OS DIFERENTES CONTEXTOS DA
VELHICE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

1- OS DIFERENTES CONTEXTOS DA VELHICE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O presente capítulo se dedica à discussão das representações e das significações acerca da velhice e do envelhecimento incorporadas ao imaginário social. Ressaltamos que se trata de uma temática complexa, caracterizada pela diversidade e heterogeneidade de seus componentes. Desta maneira, nossas análises excederam as fronteiras dos conceitos biológicos e fisiológicos, trazendo as questões sociais, psicológicas e culturais imersas nesse processo.

Beauvoir (2018) e Bosi (2004) propõem que os estudos sobre idosos (as) contemplem o sujeito na sua totalidade, uma vez que o processo de envelhecimento é multifacetado e multidirecional. Consideram, pois, que a velhice não é somente o destino dos indivíduos, mas uma categoria social edificada culturalmente. Na continuidade deste pensamento, Lopes (2007, p. 146) argumenta que “o desafio é desconstruir o modelo que se ancora em padrões homogêneos, e que estão também presentes nas imagens da velhice nas várias faixas etárias.”

É importante frisar que a redução das taxas brasileiras de fecundidade e mortalidade tem ocasionado mudanças significativas na pirâmide populacional do país, causando um aumento acentuado da população adulta, especialmente, a idosa. (MARTINELLI, 2013)

De acordo com estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) em 2012 a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões. Em cinco anos esse número teve um crescimento de 18%, ou seja, 4,8 milhões de novos idosos. As mulheres são maioria expressiva nesse grupo, com 16,9 milhões (56% dos idosos), enquanto os homens idosos são 13,3 milhões (44% do grupo). Para 2042, essa projeção é ainda maior, podendo chegar a 24,5%, ou seja, 57 milhões de cidadãos idosos (as).

Trazendo esta realidade para o estado do Amazonas, nos últimos cinco anos o envelhecimento da população amazonense aumentou em 28%. De acordo com o IBGE, no censo demográfico de 2010, a esperança de vida da população amazonense passou de 67,3 anos em 2000 para 70,4 anos em 2010, podendo chegar a 74,7 anos até 2030. Em contrapartida, a taxa de fecundidade⁷ do estado vem demonstrando um decréscimo. No ano de 2000, era de 3,32% decaindo para 2,59% em 2010, com projeção de 1,65% em 2030. (IBGE, 2013)

⁷Taxa de fecundidade significa o número médio de filhos nascidos vivos que teria uma mulher, ao fim do seu período reprodutivo.

Com base nestes dados, podemos afirmar que o número de idosos (as) no Brasil aumentou, além de o aumento da expectativa de vida da população já ser também uma realidade, o que significa que estamos vivendo mais tempo a velhice. Trata-se de um fenômeno mundial e irreversível, estando intrinsecamente ligado aos avanços dos estudos na área do envelhecimento saudável, com linhas de investigação instituídas no campo farmacêutico, médico, tecnológico, nutricional e socioeconômico, objetivando planejar políticas e intervenções adequadas a essa nova realidade social. Para Neri (2011, p. 13)⁸, “[...] qualidade de vida na velhice é um conceito importante, na medida em que [...] nas últimas décadas aumentou a consciência de que está em curso um processo de envelhecimento populacional.”

A transição demográfica, observada desde o século XX, impôs novas regras de convívio social entre a pessoa idosa e os demais segmentos da sociedade. Neste sentido, a temática dos (as) idosos (as) tem sido foco de pesquisas e estudos nos quais se buscam apreender as diferentes interfaces da velhice e do envelhecimento, a fim de produzir um conhecimento mais efetivo da realidade, contribuindo, sobretudo, com reflexões pertinentes, capazes de assegurar direitos, dignidade e respeito aos sujeitos que estão envelhecendo. (BOARETTO; HEIMANN, 2015; D’ALENCAR et al, 2017)

No Brasil, sabemos que as contradições regionais e a desigualdade social refletem uma distribuição de renda injusta e desigual, que atravessa todos os ciclos da vida, ou seja, infância, adolescência, idade adulta e velhice. Isto dificulta aos brasileiros o acesso à cidadania e aos direitos básicos como: emprego, educação, saúde, proteção social, dentre outros. (BORGES, 2015) Com isso, “as pessoas pobres e de baixa renda, entres eles, particularmente, os idosos, têm piores indicadores de saúde e de capacidade funcional.” (NERI, 2011, p. 18)

Nesta perspectiva, como não poderia deixar de ser, as reflexões e divulgações de produções acadêmicas exercem um papel importante ao darem visibilidade às questões que compõem o universo da pessoa idosa. Favorecendo, assim, para a desconstrução das imagens negativas associadas velhice. Pois, “[...] as restrições socialmente impostas aos idosos podem acarretar a perda de autonomia [...], estigmatizando e desvalorizando o idoso, condenando-o ao abandono e ao isolamento.” (ALMEIDA, et. al, 2005, p. 14)

Buscando ampliar nossos conhecimentos, avaliamos ser pertinente abordarmos as diferentes percepções da velhice e do envelhecimento, colaborando, desta forma, para

⁸NERI, Anita Liberalesso (org.). *Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar*. Editora Alínea. Campinas, SP, 2011, p. 13.

desmistificar ideias equivocadas que pesam negativamente sobre as pessoas idosas. Segundo Neri (2015, p. 37), “muitos preconceitos e estereótipos resultam de falsas crenças a respeito da competência e da produtividade dos idosos”.

Neste sentido:

A velhice vista como doença, perda, exclusão, morte, contrapõe-se ao modelo saúde-beleza, força física e mental, vigor sexual, capacidade produtiva. O idoso que não se encaixa neste modelo é visto como “culpado”, como se apenas por sua vontade pudesse corresponder ao modelo proposto. Assim, o lugar do velho “comum” é o não lugar, tanto no aspecto econômico como na perspectiva social. (PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 2017, grifos do autor)

A perspectiva de um envelhecimento digno e respeitoso ainda esbarra em concepções preconceituosas e estereotipadas que associam a velhice à fraqueza, à perda de autonomia e à decrepitude. De modo geral, nas sociedades industrializadas, o Estado protege o velho das ações de violência física, porém é omissivo ao não reconhecer que o envelhecimento não é igual para todos. Entendemos que envelhecer com qualidade de vida, mesmo que num cenário de preconceitos, consiste em garantir aos idosos (as) o acesso a bens e serviços, por meio de políticas públicas, que traduzam ganhos reais no cotidiano.

Enquanto pesquisadores, o nosso trabalho consiste em ultrapassar as barreiras consolidadas pelos estereótipos da velhice e partilhadas pelo conjunto social que compõe a nossa sociedade, projetando ouvidos mais atentos às questões do (a) idoso (a) e analisando as múltiplas formas de conceber a velhice a partir das narrativas do próprio sujeito. Os (as) idosos (as) possuem histórias e trajetórias de vida distintas, que constituem fatos importantes da história de nossa sociedade, as quais necessitam ser reveladas e investigadas. Logo, faz-se necessário compreender o olhar e o discurso que eles constroem de si mesmos e dos outros.

1.1 As imagens sociais da velhice na percepção espelhada

Deixem-me envelhecer
Deixem-me envelhecer sem compromissos e cobranças,
Sem a obrigação de parecer jovem e ser bonita para alguém,
Quero ao meu lado quem me entenda e me ame como eu sou, [...]
Quero envelhecer com dignidade, com sabedoria e esperança, [...]
Quero envelhecer sem temer as rugas e meus cabelos brancos,
Sem frustrações, terminar a etapa final desta minha existência,
Não quero me deixar levar por aparências e vaidades bobas,
Nem me envolver com relações que vão me fazer infeliz.

Deixem-me envelhecer, aceitar a velhice com suas mazelas, [...] Fazer somente o que eu gosto, com a sensação de liberdade, Quero saber envelhecer, ser uma velha consciente e feliz. (Mário Quintana)⁹

Iniciamos nossas discussões ancoradas no poema “Deixem-me Envelhecer”, do escritor Mário Quintana, o qual sintetiza, de maneira clara e objetiva, a última fase da vida humana: a velhice. Quintana discorre sobre um sistema social que impõe estilos de vida e comportamentos, ignorando as escolhas individuais. Em outros termos, o poema ressalta os aspectos relativos à realidade social, psíquica e emocional do velho, expressando os conflitos de uma sociedade que supervaloriza a juventude ao passo que nega a velhice. Bobbio (1997, p. 46) assinala que “a passagem do velho para o novo é sinal de progresso; do velho para o novo, de retrocesso.”

Partindo deste pressuposto, discutiremos o imaginário social brasileiro sobre a velhice e o envelhecimento. Entendemos que o processo de envelhecimento é marcado por experiências e vivências distintas, que estão relacionadas ao estilo de vida de cada sujeito e à representação que cada um atribuiu à velhice. É importante lembrar que a velhice é uma construção social e temporal, constituída por valores e significados compartilhados e consolidados socialmente, abarcados por questões multifacetadas e multidirecionadas.

Desta maneira, acreditamos que as percepções da velhice e do envelhecimento - apesar de seu caráter subjetivo, visto que são extraídas de depoimentos singulares - nos permitem captar os juízos de valor coletivamente reconhecidos. Para D’Alencar (2017b, p. 167), “a pluralidade de olhares possibilita compreendê-lo a partir das múltiplas dimensões que abarca [...] e das percepções que constroem pessoas idosas em torno do próprio corpo ou em torno de si.”

Beauvoir (2018) destaca o quanto é difícil traçar um perfil da imagem da velhice ao longo da história, pois tais imagens são variáveis, incertas, confusas, contraditórias. Nessa perspectiva, concluímos que a imagem da velhice varia de cultura em cultura, de tempo em tempo e de lugar em lugar. Em suma, não existe uma compreensão única ou definitiva da velhice. O que reforça nosso entendimento de que se trata de uma invenção social, estabelecida a partir de interpretações culturais e sociais. (NERI, 1991)

⁹Mário de Miranda Quintana foi um poeta, tradutor e jornalista brasileiro. Faleceu em 05 de maio de 1994, aos 88 anos.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?<title=M%C3%A1rio_Quintana&oldid=58690425>. Acesso em: 06 ago. de 2020

É importante salientarmos que o envelhecimento faz parte da nossa condição humana, sendo impossível fugir desta etapa. Beauvoir (2018, p. 11) alerta para que “paremos de trapacear; o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos, se ignoramos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamo-nos neles”.

Neste sentido, avaliamos que “nascer” para a velhice não é uma tarefa fácil, ou desejável impondo barreiras à aceitação do corpo que começa a dar sinais do envelhecimento. Por isso, busca-se ocultar seus efeitos almejando a eterna juventude. Constatamos que na sociedade contemporânea “a celebração do belo, o imenso investimento médico, o desenvolvimento, em certo grau vergonhoso, da cirurgia plástica, são rituais de um novo culto cujo ídolo é o homem jovem.” (OLIEVENSTEIN, 2001, p. 30)

Partindo desse mesmo entendimento, Beauvoir (2018, p. 306) argumenta que o “nosso inconsciente ignora a velhice. Ele alimenta a ilusão da eterna juventude. Quando essa ilusão é abalada, provoca em inúmeros sujeitos um traumatismo narcísico que gera uma psicose depressiva.” Somos corrompidos por uma vontade interior de permanecermos sempre os mesmos.

A recusa dos sujeitos em se aceitarem como velhos, de modo geral, está associada aos aspectos negativos atrelados ao processo de envelhecimento, revelando um preconceito social expresso pelos outros, pois “antes de se abater sobre nós, a velhice é uma coisa que só concerne aos outros.” (BEAUVOIR, 2018, p. 11)

Por isso, não conseguimos ver os velhos como nossos semelhantes, ou seja, não sentimos a velhice como algo que nos seja intrínseco. Segundo Olievenstein (2001, p. 22), “vivemos ainda como jovens quando os outros já começam a nos ver como velhos.” Reiterando as argumentações do autor citado, destacamos o depoimento da Sra. Oda: “Não, eu digo assim quando me chamam de velha: eu não vou fazer isso porque eu não quero fazer... eu não sou velha, eu não tô doente, eu não tô com nada, mas eu não quero fazer isso hoje... quando me der vontade eu faço...” (ODA, 70 anos, CMCV/Tefé/AM, entrevista realizada em 20/11/2020)¹⁰

Neste contexto, Elias (2001, p. 83) alerta que: “o processo de envelhecimento produz uma mudança fundamental na posição de uma pessoa na sociedade. [...] o poder e o status mudam [...] quando elas chegam aos sessenta, aos setenta, aos oitenta anos”. O efeito mais

¹⁰ Todas as entrevistas foram realizadas no Centro Municipal de Convivência da Família, em Tefé, Amazonas. A partir de agora, vamos nos referir às entrevistas informando apenas o nome do entrevistado, idade e a data de realização.

cruel deste processo é o distanciamento do outro. Quando “as fraquezas se juntam umas às outras, deixando-nos cada vez mais diminuídos, um pouco mais sós, como se uma barreira invisível nos separasse progressivamente dos outros.” (OLIEVENSTEIN, 2001, p. 11)

Vivemos sob uma ditadura do corpo e da aparência. E talvez se deva a isso o tratamento desigual entre jovens e velhos. O corpo pode ser comparado, metaforicamente, a uma vitrine pela qual acompanhamos os sinais do envelhecimento, mas especificamente a debilidade física, que no imaginário social quase sempre é sinônimo de deterioração. Para D’Alencar et al. (2017, p. 182), “os sentidos humanos são treinados para perceber e decodificar essas marcas, além de classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresenta corporalmente, pelos comportamentos e gestos e pelas várias formas como se expressam.”

Olievenstein (2001) ressalta que a velhice nasce do processo de comparação, isto é, os sujeitos se observam mutuamente, comparando sua capacidade de autonomia física, as diferentes idades e níveis. Com isso, as modificações do corpo são negadas, impondo subterfúgios à velhice. Ainda, segundo o autor, “nos interessa [...] é o que se situa ao nível do olhar, de nós aos outros, dos outros a nós, de nós a nós mesmos [...] as coisas se conjugam a partir do momento em que dois dos três convergem, ou quando a convicção se baseia em apenas um deles.” (OLIEVENSTEIN, 2001, p. 12-13)

As diferentes noções aferidas à velhice reiteram nossos argumentos de que é impossível concebê-la sob uma perspectiva unilateral diante das várias trajetórias de vidas, quais sejam: biológica, psicológica, sociológica, econômica, cultural, dentre outras. Todavia, observamos que a sociedade moderna, em geral, define a velhice como um período da vida de perdas físicas e de papéis sociais, em trajetória que finda com a morte. (MOTTA, 2002)

Em decorrência disto, observamos a disseminação de uma cultura que estigmatiza e constrói preconceitos em relação à velhice, reforçando uma ideologia pautada em padrões homogêneos e em informações desconectas da realidade dos idosos. Neste sentido, Lopes (2007, p. 144) adverte que “a cultura se torna corresponsável por boa parte dos sofrimentos dos mais idosos”.

É importante ressaltarmos que os estereótipos atribuídos à imagem dos mais velhos possuem um efeito extremamente nocivo, haja vista que são representações sociais, muitas vezes, permeadas por sentimentos gerontofóbicos e um “convite” ao desenvolvimento de quadros clínicos psicopatológicos, pois co-responsabilizam o sujeito pela sua própria condição, imputando-lhe um recolhimento antecipado. (BOSI, 2004; LOPES, 2007)

Ressaltamos que, ao subjugarmos uma categoria social, nesse caso o (a) idoso (a), as características individuais passam a ser atribuídas a todos do grupo por meio da complexa rede de relações sociais estabelecidas entre os indivíduos.

A utilização de expressões preconceituosas como gagá, caduco, fracos, inativos, esclerosado e velhote, por exemplo, retratam a velhice como uma etapa da vida de declínio inevitável, atrelando-a à ideia de fracasso, inutilidade e incapacidade. Dentro desta lógica, o velho é concebido/a como: “o sábio aureolado de cabelos brancos, rico de experiência e venerável [...]; se dele se afastam, caem em outro extremo: a imagem que se opõe a primeira é a do velho louco que caduca e delira e de quem as crianças zombam”. (BEAUVOIR, 2018, p. 09)

Figura 1 - Simone de Beauvoir citada em "A Arte de Envelhecer Com Sabedoria"



Fonte: Pensador¹¹

Complementando essa ideia, citamos Elias (2001):

A crueldade que se expressa na zombaria dos velhos desvalidos, e também da feiura de alguns velhos e velhas, era provavelmente maior antigamente do que hoje, *mas decerto não desapareceu*. Está intimamente relacionada a uma mudança muito característica nas relações interpessoais [...] (ELIAS, 2001, p. 82, grifos nosso)

A partir de Elias, compreendemos que os (as) idosos (as) são vítimas dos preconceitos e dos estigmas disseminados na sociedade ocidental. Nota-se uma tendência em associar sua imagem a características negativas e nebulosas, ocasionando o afastamento do indivíduo do meio social, na etapa final de sua vida. Destacamos que “envelhecer, é entrar pouco a pouco, por patamares, no isolamento [...] começa desde o fim da lua de mel da juventude, do fim das provas triunfantes do corpo”. (OLIEVENSTEIN, 2001, p. 11)

¹¹Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/OTUwMg/> . Acesso: 10 set. de 2020.

A discriminação, o preconceito e o isolamento social criam insígnias desfavoráveis em torno da imagem e da autoestima do (a) idoso (a). Tememos as rugas, as manchas, a flacidez da pele, pois elas nos denunciam diante do espelho. “Aparência do nosso corpo e de nosso rosto nos informa com mais certeza: que contraste com nossos 20 anos!” (BEAUVOIR, 2018, p. 300)

Sabemos que a experiência de envelhecer representa um posicionar-se de forma subjetiva, traduzida pela dicotomia de afirmação e negação desse processo. Nesta perspectiva, a referida autora revela as angústias ocasionadas pelas transformações físicas do corpo, sublimando um sentimento de rejeição ao envelhecimento, pois ser velho é ser desvalorizado, diminuído e excluído. Em decorrência disso, muitos (as) idosos (as) optam por negarem sua condição de velhos, negando assim sua própria identidade, na esperança de continuarem a ser aceitos e acolhidos pela sociedade.

Segundo Olievenstein (2001, p. 17), “é difícil assumir o lugar do outro em eu envelhecimento, [...] encarar certas atitudes, [...] os sinais de impaciência aparentemente respeitosa, [...] como se nada do que pudéssemos dizer tivesse importância.”

Convergindo com este pensamento, Elias (2001) destaca que as gerações mais jovens, devido a sua pouca experiência de vida, não têm uma compreensão detalhada do processo de envelhecimento, o que dificulta sua empatia com os mais velhos. Assim, afirma:

Não é fácil imaginar que nosso próprio corpo, tão cheio de frescor e muitas vezes de sensações agradáveis, pode ficar vagaroso, cansado e desajeitado. Não podemos imaginá-los e, no fundo, não o queremos. Dito de outra maneira, a identificação com os velhos e com os moribundos compreensivelmente coloca dificuldades especiais para as pessoas de outras faixas etárias. Consciente ou inconscientemente, elas resistem à idade de seu próprio envelhecimento e morte tanto quanto possível. (ELIAS, 2001, p. 80)

A partir de Elias, observamos a complexidade do processo de envelhecimento, visto que sinaliza para uma recusa muda, mas perceptível, das transformações do corpo, que denuncia uma visão de que a velhice é um fenômeno marcado pela decrepitude do organismo. Em suma, descreve com propriedade a solidão inerente a este processo, que é responsável por criar seres invisíveis. Demonstra, com isso, a dor e o sofrimento dos excluídos, cujas experiências e história de vida são classificadas socialmente como sem importância.

Para Bosi (2004, p. 83), “o velho é alguém que se retrai de seu lugar social e este encolhimento é uma perda e um empobrecimento para todos”. Quando a autora utiliza o termo “encolhimento”, subentendemos que o (a) idoso (a), ao ser tratado com indiferença, acaba por ter sua autoestima abalada, contribuindo para sua própria exclusão social. Esta solidão ocorre

mesmo quando o (a) idoso (a) se encontra na companhia de outras pessoas para as quais não faz diferença a sua existência.

Beauvoir (2018) e Monteiro (2005) argumentam que os velhos sabem que são considerados uma espécie inferior, estranha, esquisita. E tomam como insulto qualquer tipo de mensuração da sua idade, pois almejam parecer mais jovens. Desta forma, preferem acreditar no mau estado de saúde a considerarem-se velhos.

Entretanto, Elias (2001, p. 82) alerta que “algumas das coisas que os velhos fazem em particular as coisas estranhas, estão relacionadas o seu medo de perder a força e a independência, e especialmente de perder o controle de si mesmos.”

São inegáveis os avanços sobre a compreensão social do envelhecimento humano, contudo, é preciso desmistificar concepções equivocadas que ainda persistem no imaginário social. Essas visões preconceituosas, pautadas, principalmente, no senso comum, têm sido responsáveis por um processo de desvalorização da pessoa idosa, desqualificando suas experiências e vivências.

Nesse sentido, reiteramos a necessidade de revisarmos as noções desarticuladas e equivocadas em prol de diálogos que possibilitem compreender a diversidade e a complexidade do processo de envelhecimento. Acreditamos que as imagens estereotipadas induzem a pessoa idosa a ter uma avaliação negativa de si, e pontuamos, ainda, que as concepções excludentes produzem nos jovens uma imagem distorcida do envelhecimento.

Os estereótipos atribuídos aos indivíduos em processo de envelhecimento reforçam o enraizamento de concepções negativas e pejorativas associadas à incapacidade, improdutividade, doença e isolamento social, dando-lhes uma impressão do fim da vida ativa. (BOSI, 2004)

Reforçamos aqui que envelhecer é um desafio vivenciado por inúmeros brasileiros, pois o país atravessa um período de transição demográfica marcado pelo crescimento acelerado da população idosa. Em decorrência disso, é preciso compreender os múltiplos contornos que circundam a expressão social do (a) idoso (a). Equacionando, com isso, as situações de discriminação e estigmas à pessoa idosa. Desta maneira afirmamos que:

Como outras fases da vida, a velhice é repleta de desafios e conquistas, de avanços e dificuldades, de ganhos e perdas. Mas é preciso acreditar no potencial dos idosos e na capacidade que têm de administrar a própria vida e de fazer ouvir seus reclamos. Para tanto, cumpre erigir uma sociedade constantemente empenhada em reforçar e fortalecer a cultura do respeito no processo de envelhecimento. (ALMEIDA et al., 2005, p. 32)

Por fim, enfatizamos que, para envelhecer com qualidade de vida, é necessário almejarmos mudanças em todas as estruturas da sociedade, com a adoção de estratégias que propiciem condições adequadas e efetivas ao segmento idoso. Neste sentido, é fundamental estabelecer novos recortes do conhecimento que permitam desenvolver estudos sobre a velhice e o envelhecimento a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

1.1.1 Os preconceitos e estereótipos da velhice: dissociando crenças, mitos e representações

A sociedade humana é permeada por valores e significados construídos socialmente, tendo como referência categorias culturais e a pluralidade de experiências, considerando-se as variáveis de tempo e lugar. Ao interagir com o mundo social através dos processos de socialização, o indivíduo compartilha um universo de símbolos, crenças e mitos, edificando identidades individuais e coletivas.

Para tanto, assimila, elabora e transforma hábitos culturais, valores e comportamentos socialmente aceitos, construindo realidades comuns a um grupo social. Para Siman (2005, p. 352), “ao mesmo tempo em que este sujeito recria a realidade social e suas representações ele é também modificado em sua própria relação com o mundo”.

A projeção do envelhecimento da população em âmbito nacional apontou para a necessidade de compreender como se dá o processo de envelhecimento humano para além de princípios biológicos e fisiológicos, considerando, sobretudo, os aspectos sociais e culturais, econômicos e políticos inerentes a este processo. Desse modo, é possível afiançar uma velhice digna aos cidadãos com idade igual ou superior a 60 anos.

A longevidade da população brasileira transcorre em meio a transformações sociais responsáveis por mudanças na forma de os sujeitos viverem a velhice. (NERI, 2011) Diante desta constatação, podemos afirmar que a longevidade humana é uma importante conquista da humanidade, porém, ainda são muitos os desafios a serem superados, como, por exemplo, estabelecer um envelhecimento saudável capaz de garantir ao idoso (a) sua independência e sua produtividade. (OMS, 2005)

É oportuno lembrarmos que a velhice não é um episódio estático, ao contrário, é o resultado de um processo contínuo de significação e ressignificação. Nesta direção, a velhice não é apenas um fator biológico, mas, sobretudo, um fator cultural. (BEAUVOIR, 2018)

Reiteramos aqui que não é nosso objetivo negligenciar os fatores biológicos pertinentes ao envelhecimento natural. É sabido que se trata de um processo inerente ao ciclo da vida humana, cujas alterações promovem modificações nas estruturas do corpo, caracterizadas por variações da capacidade fisiológica dos órgãos, pelas manchas e flacidez na pele; pela diminuição da altura decorrente do desgaste das vértebras; pelos vincos na face; pela atrofia dos músculos; pela redução do olfato e do paladar, traços que evidenciam a passagem do tempo. Nessa perspectiva, Monteiro (2005, p. 28) destaca que “o organismo dos velhos é sempre um organismo em transformação, assim como o de um jovem ou de uma criança”.

Com isso, podemos inferir que as alterações fisiológicas e biológicas relacionadas à senescência são um processo que atinge a todos os seres humanos por se tratar de uma lei natural da vida. Todavia, é oportuno mencionarmos que não há relação de reciprocidade entre velhice e doença. E, por fim, evidenciamos que os sujeitos envelhecem de formas distintas e ritmos diferentes, pois as realidades sociais são díspares, variando de acordo com o tempo e o lugar. (BEAUVOIR, 2018)

Neri (1991) argumenta que muitos dos preconceitos e estereótipos associados à imagem da pessoa idosa possuem relação direta com as características de base biológica. Acrescenta que “fundamentada na falsa ideia de que o declínio biológico da velhice causa obrigatoriamente deficiências comportamentais, a finalidade sutil dessa discriminação seria a eliminação da competição econômica.” (NERI, 1991, p. 57)

Neste sentido, Beauvoir (2018, p. 297), discorre que o envelhecimento desperta um sentimento de estranhamento, porque “em mim, e o outro que é idoso, isto é, aquele que sou para os outros: e esse outro sou eu.”

Não é raro nos depararmos com expressões estereotipadas ou eufemismos, com a anuência da sociedade, associados aos idosos (as), tais como “inativo”, no caso dos aposentados; “tem um ar jovem para a idade”, o que remete para a valorização da juventude, ou “idosos não são sociáveis e não gostam de se reunir”, para justificar o isolamento social. A naturalização destes rótulos aponta, mesmo que involuntariamente, para um comportamento gerontofóbico¹².

No depoimento da idosa Ray, de 80 anos, é possível observar que o preconceito e a discriminação ao idoso são bastante latentes em nossa sociedade. Sua fala é esclarecedora ao retratar o tratamento preconceituoso com a pessoa idosa: “por que ficam chamando o pessoal

¹² O termo gerontofóbico é utilizado tanto para descrever o medo de envelhecer, mesmo que inconsciente, quanto para significar os que são indiferentes ao idoso.

de velho, não sabe chamar pelo nome da pessoa, né? Aquela senhora ali, né, tem que dizer: aquela senhora... E não aquela velha! Aquele velho!” (RAY, 80 anos, 04/07/2020)

A prática do ageísmo¹³ deve ser combatida, pois o envelhecimento não é doença ou defeito que precise de conserto. O preconceito, mesmo que de forma velada, demonstra a dificuldade em lidar com as novas demandas e necessidades do (a) idoso (a) contemporâneo. Em outras palavras, o desconhecimento do processo de envelhecimento promove a criação de barreiras invisíveis, que acarretam atitudes negativas na interação do (a) idoso (a) com a sociedade, contribuindo para o seu isolamento social.

Para Minayo e Coimbra Jr. (2002), os avanços tecnológicos da informação e da comunicação na sociedade contemporânea têm possibilitado maior abertura para a pluralidade de ideias, dando uma maior visibilidade às questões próprias do (a) idoso (a).

Entretanto, alertam que é necessário romper com a noção de velhice relacionada à doença, ao retrógado, ao ultrapassado, permitindo a criação de espaços mais democráticos dentro da sociedade. Apontam que

A maior abertura para o pluralismo de ideias, comportamentos e atitudes configura, para esses homens e mulheres, o espaço menos preconceituoso para os seus desejos e possibilidades de realizações, retirando de suas testas a tarja repressora, na qual está escrito que ser velho é colocar o pijama de avô ou o chinelinho de avó, contar histórias do passado, parar de ousar e preparar-se para a morte. (MINAYO; COIMBRA JR, 2002, p. 23)

Apontamos, portanto, que a sociedade ainda não reconhece como categoria social estes indivíduos, muitos dos quais enfraquecidos pelo avanço da idade, compartilhando, desta forma, ideias equivocadas e desconectadas do novo perfil de idoso (a). Esta análise nos conduz a outro indicativo: que a sociedade tem uma dívida impagável com este grupo, ao relegá-lo ao isolamento, à melancolia, à ociosidade e à apatia, o que compromete o seu equilíbrio físico e mental.

Beauvoir (2018) aponta o nosso fracasso como civilização quando

[...] o homem nos últimos anos de sua vida não seja mais que um marginalizado evidencia o fracasso de nossa civilização: esta evidência nos deixaria engasgados se considerássemos os velhos como homens, com uma vida atrás de si, e não como cadáveres ambulantes. (BEAUVOIR, 2018, p. 12)

¹³O termo vem do inglês (*ageism*) e usa a palavra *age*, que significa idade, para descrever o preconceito contra as pessoas mais velhas. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/acoes-para-comunidade/voce-sabe-o-que-e-ageismo-campanha-debate-preconceito-por-idade/> Acesso em: 02 set. 2020.

Em decorrência desse panorama, compreendemos que o isolamento social, o sentimento de inutilidade e inatividade são consequências da desvalorização do (a) idoso (a), e ocasionam dor e sofrimento. Monteiro (2005, p. 37), por sua vez, discorre que “os velhos, em nossa sociedade, rendem-se à opinião dos outros, que determinam e classificam, negativamente, pelo corpo, o que é ser velho”.

Não é exagero afirmar que, no imaginário social, a velhice é pensada como um peso, tanto para a família como para sociedade. Trata-se de uma barreira invisível e bem demarcada, que denuncia uma exclusão fria e velada. Aprofundando o assunto, Minayo e Coimbra Jr. (2002, p. 16) destacam que “essa noção tem levado as sociedades a subtraírem dos velhos seu papel de pensar seu próprio destino.”

Com isso, a sociedade demonstra uma postura ambígua, e, por vezes, preconceituosa. Ao mesmo tempo que demonstra avanços significativos no campo da saúde, habitação, previdência social, farmacêutica e políticas públicas, para proporcionar uma melhor qualidade de vida ao grupo, assume uma postura contraditória ao tratá-lo como invisível. Ancorada em sua vivência, a Sra. Chica relata: “Ai! O diabo desse velho não presta nem pra morrer. Parece que hoje em dia a gente vive mais, né?” (CHICA, 68 anos, 06/08/2020)

Em um contexto no qual verificamos o aumento da esperança de vida da população, é importante desmistificarmos tais noções que habitam o imaginário social e que associam velhice e doença, concebendo o (a) idoso (a) como um peso econômico para as famílias, como incapaz de desenvolver as atividades cotidianas, significando ônus excessivos à rede pública de saúde e à previdência.

Trata-se de um entendimento equivocado, como esclarece o depoimento da Sra. Ray:

Eu vivo à custa, vivo do meu trabalho, do meu aposento e graças a Deus, Deus me deu esse aposento, né, de que nós vive [...] Aí, graças a Deus eu construí essa casa aqui, com o meu dinheiro, com meu salário, com meu aposento, com minhas venda, tudo nós construímos isso aqui, pra nós morar, pra ter uma casinha...Eu digo [...]às vezes eu digo assim: eu tô velha, mas não me troco pelo um novo, porque eu ainda faço tudo as minhas coisas, auxilio vocês [...]” (RAY, 80 anos, 04/07/2020)

É importante destacar que os avanços nas pesquisas e estudos acerca da velhice devem não só almejar um envelhecimento com qualidade de vida, mas, sobretudo, desconstruir a visão depreciativa que ainda persiste no imaginário social. Segundo Minayo e Coimbra Jr. (2002), o fenômeno do envelhecimento no Brasil, até pouco tempo, era restrito ao ambiente da vida privada. Entretanto, o aumento da expectativa de vida possibilitou maior visibilidade às novas demandas deste segmento.

Numa conjuntura sociopolítica marcada por práticas neoliberais, muitos dos direitos sociais como saúde e previdência passaram a ser mercantilizados. O Estado brasileiro, neste sentido, caminha em direção contrária ao que está previsto no Artigo 230 da Constituição Federal de 1988, que determina que seja dever da família, da sociedade e do Estado o amparo às pessoas idosas, tornando-as portadoras de direitos.

Para Faleiros (2009, p. 156)¹⁴, “envelhecer no século XXI não terá, pois, o mesmo significado que teve no século XX. Os direitos já adquiridos são questionados diante [...] da política neoliberal de redução dos direitos sociais e da mudança nas condições de vida da sociedade”.

Desse modo, as questões alusivas ao envelhecimento têm sofrido com a ofensiva neoliberal que propõe a desresponsabilização, desfinancerização da proteção social pelo Estado, privatizações de estatais, sob pretexto de que o setor público não é capaz de corresponder à demanda social.

Diante desse cenário, reforçamos a importância do engajamento em movimentos sociais a fim de reivindicar a materialização dos direitos fundamentais da existência humana, salvaguardados pela Constituição Federal de 1988. (BORGES, 2015; MORAES, 2015)

Para Boaretto e Heimann (2015), participação social significa a atuação de um segmento social na busca por espaços que viabilizem a manutenção da função de seu grupo social. Desse modo, a participação social é imprescindível para a criação de mecanismos que incluam na pauta da agenda pública questões sobre o direito do (a) idoso (a), tendo em vista que o aumento da longevidade vem ressignificando a compreensão acerca da velhice, originando mudanças nas políticas públicas, na estrutura da organização social e na própria maneira de agir destes indivíduos.

Nessa perspectiva, salientamos ainda a reflexão de Spivak (2010) a favor de pensamentos plurais, marcados pela heterogeneidade. Tal pensamento é perfeitamente aplicável à realidade do (a) idoso (a), pois envelhecer é um processo complexo, marcado por fatores sociais, econômicos, biológicos, culturais e psicológicos, que interferem diretamente na vida do sujeito. Assim, como existem formas diferentes de envelhecimento, existem diferentes formas de idealizar a velhice, o que lhe confere um caráter heterogêneo.

É oportuno ressaltar que os (as) idosos (as), os (as) negros (as), os (as) indígenas, as mulheres e os (as) trabalhadores são exemplos de atores sociais que foram historicamente

¹⁴FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. In: **Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2009, p. 156.

marginalizados pela sociedade. Todavia, são segmentos sociais dotados de história de luta e de reivindicações sociais. Para Uchôa et al (2002, p. 27-28) “o envelhecimento não [...] um estado ao qual o indivíduo se submete passivamente, [...] ele reage com base em suas referências pessoais e culturais.”

A garantia de espaços democráticos de fala é o caminho possível para compartilhar experiências, saberes e percepções, proporcionando um maior conhecimento do processo de envelhecimento. Através das diferentes narrativas, podemos capturar as perspectivas destes atores, dialogando sobre as diferentes velhices e desvelando as identidades nelas submersas.

Hoje, o aumento da esperança de vida da população idosa é uma verdade inquestionável. Por isso, é fundamental ressignificarmos certas percepções equivocadas e desconectadas da realidade contemporânea, que persistem em vincular a velhice a falsas crenças e mitos, cujo efeito direto é a exclusão social.

Pontuamos ainda que a concepção da velhice ancorada em conceitos que a definem como um processo de deterioração e perdas acarreta a desvalorização da história de vida, dos conhecimentos e das experiências vivenciadas ao longo da vida pelos indivíduos.

Nesta perspectiva, frisamos que envelhecer com qualidade de vida e dignidade exige mudanças significativas em todos os segmentos da sociedade. É necessário, por isso, oportunizar aos idosos (as) uma maior participação no cenário político, concebendo-o como um sujeito autônomo e independente.

Conforme afirma Faleiros (2007, p. 165), “o processo de ampliação e efetivação da cidadania implica um pacto civilizatório de toda a sociedade, não se restringindo à garantia de direitos de uma parcela da população.”

1.1.2 A construção do envelhecimento ativo em um contexto de desigualdade

O envelhecimento humano é um processo universal, progressivo e gradual. As experiências decorrentes deste processo são compostas por uma multiplicidade de fatores de ordem genética, biológica, social, ambiental, psicológica, cultural, dentre outras. Assim, é fundamental desenvolvermos uma consciência social que nos permita compreender as influências culturais que atuam neste processo, ambicionando “desnaturalizar o fenômeno da velhice e considerá-la como uma categoria social e culturalmente constituída.” (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 14)

Desfrutar de um envelhecimento saudável, com qualidade de vida física, mental e social, é o horizonte desejável a todos os (as) idosos (as). Todavia, vivemos numa sociedade com estruturas desiguais, autoritárias, constituídas de pensamento único. (FALEIROS, 2007)

O resultado deste panorama, sobretudo, do ponto de vista social, é o crescimento da pobreza e o agravamento da desigualdade social, econômica e política. (BORGES, 2015) Nesta perspectiva Olievenstein (2001, p. 42) complementa: “os ricos não envelhecem como os pobres.”

Ainda de acordo com as conclusões de Borges (2015, p. 100), “a questão social do envelhecimento, na verdade, ainda não tem a visibilidade que precisa ter, pois, no Brasil, as contradições regionais [...] que refletem a injusta distribuição de renda da população, estão presentes em todas as etapas do curso da vida.”

Neste contexto, Neri (2004) pondera que

em países onde impera forte desigualdade social e onde não há políticas de atendimento [...], caso do Brasil, as necessidades decorrentes do envelhecimento individual e social costumam acarretar ônus econômico, conflitos de interesses e carências de todo tipo entre os cidadãos. (NERI, 2004, p. 72)

Embora o aumento da expectativa de vida seja um requisito importante para aferir o grau de desenvolvido de um país em relação aos demais, não podemos incidir no erro de que viver muito é sinônimo de viver bem. (BANDEIRA, 1988) No Brasil, observamos um processo de envelhecimento marcado pelas disparidades e por uma estrutura social que marginaliza aqueles que envelhecem. (UCHÔA et al, 2002)

Evidenciamos que o envelhecimento populacional é um dos maiores triunfos da humanidade¹⁵, entretanto consiste num desafio às sociedades contemporâneas, haja vista que o envelhecimento da população ocasionou novas demandas sociais, políticas e econômicas. Para Neri (2004, p. 72), “embora o crescimento do número de idosos na população total e o aumento da expectativa de vida sejam indícios de progresso social, sua ocorrência provoca o aparecimento de novas demandas e de novos problemas”.

¹⁵ É importante destacarmos que o processo do envelhecimento era um privilégio das classes dominantes. De acordo com Beauvoir (2018, p. 190), “nas classes privilegiadas, os homens de idade beneficiaram-se [...] graças aos progressos técnicos, a vida material tornou-se [...] mais confortável menos fatigante.” Ao contrário dos velhos pobres que, explorados pelo trabalho e pela miséria, não conseguiam sobreviver até a idade avançada. Somente a partir do século XX, com os avanços medicinais, planejamentos urbanos, saneamento básico e erradicação de algumas doenças, a população mundial passou a viver mais. Esse fenômeno foi evidenciado primeiramente nos países desenvolvidos, nos quais o processo de urbanização e melhoria das cidades aconteceu ainda no século XIX. Elias (2001, p.14) ressalta que “os cavaleiros do século XIII, um homem com quarenta anos era visto quase como um velho; nas sociedades industriais do século XX, ele é considerado quase jovem [...]”

De acordo com as considerações da OMS (2005):

[...] enquanto a França levou 115 anos para dobrar a proporção de pessoas mais velhas de 7 para 14 por cento, a China levará somente 27 anos para atingir o mesmo aumento. Na maior parte do mundo desenvolvido, o envelhecimento da população foi um processo gradual acompanhado de crescimento socioeconômico constante durante muitas décadas e gerações. Já nos países em desenvolvimento, este processo de envelhecimento está sendo reduzido há duas ou três décadas. (OMS, 2005, p. 12)

Com isso, podemos inferir que nos países em desenvolvimento o processo de envelhecimento caminha no sentido de uma rápida intensificação, diferentemente dos países desenvolvidos, hoje em etapa mais adiantada, que ocorreu de forma gradual. Esta situação tem desencadeado modificações significativas nas estruturas sociais e econômicas da sociedade.

É oportuno destacarmos que os países desenvolvidos enriqueceram para depois envelhecerem, enquanto os países em desenvolvimento, de modo geral, estão envelhecendo antes de enriquecerem. (OMS, 2005)

Assim, as transformações observadas nos últimos séculos são frutos de um processo dinâmico e contínuo, gerando novos arranjos sociais. No entendimento de Siqueira e Moi (2015), o processo de envelhecimento no Brasil se desenvolveu de maneira acelerada e progressiva, num momento de crise econômica, o que dificultou a capacidade de dar respostas adequadas às crescentes demandas do segmento idoso.

Os impactos inevitáveis, oriundos desta nova realidade demográfica, demandaram por mudanças no enfrentamento das questões específicas do envelhecimento. Para Beauvoir (2018), a velhice, em geral, sempre foi percebida como segredo vergonhoso, do qual era indecente falar.

É importante salientarmos que hoje se envelhece melhor que nas décadas passadas, contudo, ainda se percebe a existência de uma miopia social que avigorava interpretações equivocadas e descontextualizadas acerca da velhice e do envelhecimento. (D'ALENCAR et al, 2017)

Por fim, o aumento da longevidade abriu novas possibilidades, que suscitaram na ressignificação dos papéis sociais. Entretanto, tais papéis ainda não são apropriadamente reconhecidos pela sociedade. Em parte, porque “apesar dessa sensibilidade, só os velhos sabem que não é fácil ser velho no Brasil, onde quem não produz de acordo com as normas de mercado não tem lugar nem espaço e onde direitos e oportunidades iguais não existem para todos.” (D'ALENCAR, 2017b, p. 174)

Neste sentido, inúmeras iniciativas, em âmbito internacional, foram desenvolvidas, a exemplo das Assembleias Mundiais sobre Envelhecimento, pela Organização das Nações Unidas, e os lançamentos do Plano de Envelhecimento Ativo e do Guia Global: Cidade Amiga do Idoso, pela Organização Mundial de Saúde¹⁶.

O Brasil também acompanhou a tendência dos movimentos internacionais, incorporando a Política Nacional do Idoso¹⁷ e a Política Nacional de Saúde do Idoso¹⁸, visando à promoção de envelhecimento ativo e saudável. Esse processo foi fortalecido pela promulgação do Estatuto do Idoso¹⁹. (BARROS; GOLDBAUM, 2018)

Partindo disto, para que os (as) cidadãos idosos (as), a priori, desfrutem de uma experiência positiva no seu processo de envelhecimento ativo, é primordial a “otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas”. (OMS, 2005, p. 13)

No entendimento de Minayo e Coimbra Jr. (2002, p. 21), “[...] os idosos nas duas últimas décadas, inauguraram um espaço próprio de ação, de cidadania, e de inclusão. Modificaram o cenário da organização social e se estabeleceram como um grupo social, [...] incomodam e se fazem ouvir.”

Neste contexto, o envelhecimento ativo²⁰ “baseia-se no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.” (OMS, 2005, p. 14)

Em outras palavras, as pessoas mais velhas passam a ser reconhecidas como portadoras de direitos, sendo-lhes assegurada a igualdade de oportunidades com participação efetiva nos processos políticos, bem como nos aspectos relacionados à vida em comunidade.

¹⁶Para enfrentar os desafios decorrentes do envelhecimento populacional, a Organização das Nações Unidas lançou o Guia Global: Cidade Amiga do Idoso visando mobilizar cidades para que se tornem mais amigas da pessoa idosa. O Brasil acompanhou a tendência dos movimentos internacionais. A Política Nacional do Idoso e a Política Nacional de Saúde do Idoso, estabelecidas na década de 90, são exemplos da influência do contexto político internacional no que tange à promoção do envelhecimento ativo. Esse pensamento foi ratificado pela promulgação do Estatuto do Idoso e por compromissos formalizados com o envelhecimento ativo pelo governo brasileiro. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/publicacao/guia-global-oms.pdf. Acesso em: 25 mar. de 2021.

¹⁷ BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial União**: Seção 1, Brasília, DF, 06 jan 1994.

¹⁸ BRASIL. Portaria nº 1395/GM de 10 de dezembro de 1999. Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial União**: Seção 1, Brasília, DF, 13 dez 1999;

¹⁹ BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. **Diário Oficial União**: Seção 1, Brasília, DF, 3 out 2003.

²⁰ Na abordagem da OMS (2005, p. 13), o termo ativo “refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho.”

A estrutura política é constituída por três bases com propostas específicas a cada uma delas: 1. Saúde; 2. Participação social e 3. Segurança. Ressaltamos que algumas propostas são amplas e abrangem todas as faixas etárias, enquanto outras são direcionadas especificamente aos idosos (as). (OMS, 2005)

Figura 2 - Capa do documento Programa Envelhecimento Ativo



Fonte: OMS (2005)

A definição de envelhecimento ativo adotada pela OMS versa na ampliação dos conceitos de saúde, ou seja, refere-se ao bem-estar físico, mental e social, visto que a representação negativa do envelhecimento, normalmente, está associada à ideia de declínio biológico e de doenças ocasionadas pelo avanço da idade. Nessa linha, emergem as reflexões que defendem o conceito de participação como uma atividade contínua nos domínios culturais, sociais, econômicos, assim, rechaçando a associação entre velhice e inatividade. Por último, congrega a ideia de proteção, dignidade e cuidados, no âmbito público e privado, no que tange às necessidades especiais da população idosa.

A discussão sobre envelhecimento bem-sucedido²¹ encontra sustentação no documento editado pela Organização Mundial da Saúde (OMS)²², denominado Envelhecimento Ativo, o qual defende ser possível envelhecer ativamente. Essa nova visão, contemplada a partir do

²¹ Entendemos por envelhecimento bem-sucedido a capacidade de manter-se ativo, produtivo e participativo, num processo contínuo visando à manutenção da boa saúde nos domínios cognitivos, emocional e social. (NERI, 2011)

²² O documento sobre “envelhecimento Saudável – Uma Política de Saúde” foi elaborado pela Unidade de Envelhecimento e Curso de Vida da Organização Mundial de Saúde (OMS) para ser apreciado na Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre Envelhecimento realizada em abril de 2002, em Madri, Espanha.

século XX, modificou a imagem da velhice, antes associada à doença, apresentando como proposta o envelhecimento saudável, integrado e ativo. O documento foi apresentado na Assembleia Mundial do Envelhecimento, que reuniu diversos países para discutir sobre o envelhecimento da população mundial.

No curso destas ideias, a OMS (2005) alerta para a importância da adoção de estilos de vida saudáveis e da participação ativa no cuidado da própria saúde, sendo relevante destacarmos que em qualquer fase da vida é possível desenvolvermos hábitos saudáveis, inclusive na velhice.

Desta maneira, “o envolvimento em atividades físicas adequadas, alimentação saudável, a abstinência do fumo e do álcool e fazer uso de medicamentos sabiamente podem prevenir doenças e o declínio funcional, aumentar a longevidade e a qualidade de vida do indivíduo.” (OMS, 2005, p. 22)

A crítica a esse modelo de envelhecimento é devida pelo fato de homogeneizar a população idosa e de ser irrealista ao negligenciar as desigualdades sociais e econômicas e a diversidade dos padrões de envelhecimento. (TEXEIRA, 2014)

De acordo com Neri (2011), para se medir a qualidade de vida no processo de envelhecimento é necessário um refinamento dos instrumentos de avaliação para que, de fato, se possam propor intervenções cientificamente embasadas e capazes de promover a melhorias na condição devida.

Teixeira (2014), ainda se referindo essa questão conclui:

Por conseguinte, a OMS entende que “envelhecer ativamente” também é uma “responsabilidade individual”. A este respeito, a OMS salienta que as pessoas, à medida que envelhecem, podem ser ativas em múltiplos domínios, rejeitando explicitamente a associação de “ativo” a “fisicamente ativo” ou a “economicamente produtivo”. Para, além disto, a OMS olha para a participação social como um “processo de baixo para cima” (participar na sociedade de acordo com as necessidades, desejos e capacidades, excluindo, assim, a imposição de modelos que não respeitem as singularidades individuais). (TEIXEIRA, 2014, p. 36-37, grifos do autor)

O estabelecimento do modelo de envelhecimento ativo se afigura como uma estratégia política. Entretanto, é importante ressaltarmos alguns pontos que limitam sua operacionalização, como, por exemplo, a desigualdade social e a reconhecida complexidade associada à mensuração do envelhecimento ativo. Ainda, de acordo com esse entendimento, evidenciamos os riscos opressivos contidos nesta política com a determinação e padrões e/ou perfis específicos e a possível marginalização dos indivíduos que não estão à altura desses

ideais, devido à falta de recursos ou por apresentarem limitações físicas características das etapas mais avançadas da vida. (TEIXEIRA, 2014)

No lastro desta discussão, enfatizamos que modelos macrossociais de envelhecimento - pautados em critérios e padrões exteriores ao sujeito e eminentemente objetivos - ignoram os efeitos de uma sociedade como a nossa, estratificada por renda, classe e gênero, sendo incapazes de interpretar as diferenças culturais e sociais presentes nos múltiplos contextos. Reiteramos que a cultura é um fator chave diante da diversidade e da complexidade das díspares regiões e países do mundo. (NERI, 2011; RIBEIRO, 2012)

De modo geral, o envelhecimento ativo revela uma conquista do envelhecimento como uma experiência positiva. Entretanto, a confluência de interesses econômicos e as contradições sociais vêm dando margem a um significativo debate sobre qual a real viabilidade do envelhecimento ativo gerar melhorias na qualidade de vida aos idosos (as). Uma das críticas recorrentes refere-se à prática do modelo sociopolítico neoliberal, que defende a redução dos gastos com saúde e a flexibilização dos direitos sociais, ampliando ainda mais o abismo entre as classes.

Neste contexto, os indivíduos pobres e envelhecidos são os mais afetados pelos objetivos neoliberais, pois políticas relacionadas à previdência, a saúde e à assistência são as que mais interferem na qualidade de vida da pessoa idosa. (BORGES, 2015)

É importante destacar que os anos de 1990 foram palco de reformas neoliberais e do desmonte dos direitos sociais, apoiados na lógica expansionista do capitalismo. A mercantilização desencadeada pelas reformas de cunho neoliberal acarretou a não efetivação dos direitos sociais assegurados na Constituição de 1988, ocasionando cortes com gastos sociais, dificultando, desta forma, a construção de um padrão de proteção social de caráter universal garantido pelo Estado.

Numa conjuntura de práticas neoliberais, muitos dos direitos sociais como saúde e previdência passaram a ser mercantilizados através do estímulo às privatizações. O Estado brasileiro, neste sentido, caminha em direção contrária ao que está previsto no artigo 230 da Constituição Federal de 1988, que determina que seja dever da família, da sociedade e do Estado o amparo às pessoas idosas, tornando-as portadoras de direitos. (BORGES, 2015)

Dentro deste quadro, ressaltamos que os desafios intrínsecos ao processo de envelhecimento ativo são globais, nacionais e locais. Envelhecer com saúde e qualidade requer planejamento e reformas políticas. Neste âmbito, “os países em desenvolvimento

enfrentam os maiores desafios, e a maioria deles ainda não possui políticas abrangentes para o envelhecimento.” (OMS, 2005, p. 33)

Com isso, apontamos para a necessidade de novos recortes de conhecimentos, referendados por pensamentos interdisciplinares, que permitam compreender a complexidade e os dilemas da velhice e do envelhecimento. Acreditamos que a produção científica é um processo contínuo e dinâmico, capaz de promover a construção e reconstrução do conhecimento.

1.2 - A integração dos saberes no agir e pensar o idoso

O processo do envelhecimento humano é permeado por questões complexas, abrangendo diferentes etapas naturais do desenvolvimento humano, as quais são influenciadas por fatores multidirecionais e multifacetados. Portanto, analisar a velhice e o envelhecimento sob um viés interdisciplinar se faz particularmente relevante, pois permite estabelecer elos entre disciplinas díspares, proporcionando um maior conhecimento acerca da temática.

No Brasil, assim como nos demais países do mundo, vivenciamos um processo de envelhecimento populacional, ou seja, o aumento da longevidade dos indivíduos. Segundo Debert (2012), o aumento acelerado da população idosa nos anos de 1930 foi contextualizado como um problema social, abrindo espaço para novas reflexões sobre o tema, sobretudo, no campo da Sociologia e da Psicologia.

Como já dito, anteriormente, Beauvoir (2018) aponta para a necessidade de quebrarmos com a “conspiração do silêncio” quando se trata de velhice. Acrescenta, ainda, que são irrevogáveis as transformações da velhice nas últimas décadas. A partir desta perspectiva, compreendemos que não basta envelhecer, é preciso que este envelhecimento esteja alicerçado por fatores como bem-estar físico e psicológico, nível de independência, relações sociais, ambientes de trabalho, lazer e religiosidade, entre outros. (NERI, 2007)

Sob esse ponto de vista, a complexidade dessa temática exige múltiplas reflexões e análises, que não podem ser explicadas através de regras gerais e discursos disciplinadores. “A busca de verdades livres de exclusão é uma tarefa complexa”. (BOTH, 2000, p. 24)

Para darmos soluções satisfatórias às demandas advindas deste segmento, é necessário compreendermos como os (as) idosos (as) estão envelhecendo, os significados que eles atribuem a esta fase da vida, como se integram no contexto social, identificando as dificuldades que enfrentam neste percurso.

Segundo Minayo e Coimbra Jr. (2002):

[...] é complexo o tema do envelhecimento, pois complexo são todos os processos vitais experimentados desde o nascimento, a infância e a adolescência até a vida adulta. Recusamo-nos não a reconhecer a complexidade, mas sim a colocar como farinha do mesmo saco envelhecimento, doença, privação, dependência, tristeza e frustração. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 13)

A partir disto, podemos inferir que a sociedade vivencia um paradoxo dos tempos modernos, pois, ao mesmo tempo que se deseja viver muito, nega-se o fato de ser velho, ou de se parecer velho. Com isso, temos dois quadros. No primeiro, a cada dia, a ciência avança no ponto de vista teórico e clínico para conceber uma maior expectativa de vida aos mais velhos. No segundo, a sociedade demonstra rejeição às limitações funcionais, ao desgaste do corpo, aos vincos na face, à voz mais cadenciada, ao andar mais vagaroso e à fragilidade dos movimentos. “Esse retrato, que é feio em relação aos padrões de beleza que adotam o jovem como símbolo, costuma receber o veredito [...]. É o veredito que assinala a velhice como problema e como doença”. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 12)

Reiteramos que os estudos sobre os (as) idosos (as), a velhice e o envelhecimento devem ser concebidos para além de questões biomédicas, pois “o ser humano nos é revelado em sua complexidade.” (MORIN, 2003, p. 40)

Neste sentido, percebemos que “não é uma disciplina unificada, mas um conjunto de disciplinas científicas que intervêm no mesmo campo” que possibilitará “criar concepções diferenciadas sobre o idoso e os fenômenos da velhice e do envelhecimento.” (SANTOS, 2003, p. 02)

Convém mencionarmos que o pensamento fragmentário é uma herança do pensamento cartesiano, que se tornou consistente no século XVII. De acordo com tal pensamento, o conhecimento verdadeiro é alcançado quando analisado em parcelas, ou seja, começando pelas partes mais simples e fáceis até chegarmos, de forma gradual, às partes mais complexas. Ao abordar essa temática, Monteiro (2005, p. 50) afirma que “partir desse paradigma dominante solidificado em nossos pensamentos, formou-se a crença de que devemos confiar somente naquilo que podemos quantificar e medir.”

A base fundamental deste fragmento é a crítica tecida ao pensamento fragmentado e especializado, que, segundo Monteiro (2005), impossibilita a apreensão da totalidade humana, gerando conflitos e confusões. Em complemento ao assunto, Morin (2003) afirma que o estudo do homem não deve separá-lo do Universo, mas situá-lo nele, argumentando que “é preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no

desses velhos nas cidades e disso resultaram problemas graves; inúmeras pesquisas foram feitas para procurar a solução.”(BEAUVOIR, 2018, p. 27)

Neste aspecto, o desenvolvimento da gerontologia favoreceu o avanço em pesquisas científicas direcionadas à compreensão do envelhecimento humano, com destaque para as múltiplas áreas dos saberes que se entrelaçam e preenchem as lacunas ainda desconhecidas. (CAMACHO, 2002)

Para D’Alencar (2017a, p. 07) o campo da geronto-geriátrico “tem ampliado as instâncias de intervenção e de investigação qualitativa em torno do processo de envelhecimento e da velhice propriamente”.

Com esse mesmo entendimento, Neri (2013) destaca que a trajetória do envelhecimento humano é composta por variabilidades, pertinentes ao desenvolvimento biológico e psicológico dos indivíduos, bem como por influências de domínio sociais, culturais, econômicos, políticos, médicos, tecnológicos e estéticos.

No entendimento de Camacho (2002, p. 230), “a área da Gerontologia [...], voltada para a longevidade e a qualidade de vida do idoso, com pesquisas pertinentes à área da saúde, [...] abranger demais áreas como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, entre outras.”

Com base nos teóricos mencionados, podemos inferir que a gerontologia, em sua gênese, desenvolve um trabalho interdisciplinar ao incorporar dados técnicos e científicos de outras áreas do conhecimento, a fim de responder às demandas surgidas pelo crescimento da população idosa.

Por tudo isso, compreendemos que a interdisciplinaridade é o caminho desejável, principalmente no campo das Ciências Humanas, para superar o caráter da simplificação e fragmentação oriundo de uma epistemologia de tendência positivista, pautada no empirismo, no naturalismo e no mecanicismo científico do início da modernidade. (MORIN, 2003; THIESEN, 2008). E, no caso do nosso estudo, pelo fato que a velhice “é uma sucessão de degraus irregulares onde alguns despencam mais depressa que outros.” (BEAUVOIR, 2018, p. 35)

1.2.1. O envelhecimento humano e a interdisciplinaridade: articulando saberes

A percepção da velhice presente no imaginário social é composta por estereótipos que a revestem de aspectos negativos, em geral, associados às alterações biológicas originadas pelo organismo em processo de envelhecimento.

Neste sentido, reiteramos a relevância de refletirmos sobre as diferentes nuances deste processo, alicerçados por estudos e pesquisas de cunho científico buscando reformulações teóricas que possam colaborar apontando soluções que promovam a inclusão social do (a) idoso (a), a fim de reconhecer o seu protagonismo social e seu potencial humano.

De acordo com D’Alencar (2017a, p. 08), “as demandas que a velhice traz, associadas àquelas próprias da sociedade onde essa velhice se desenvolve, crescem na mesma proporção do aumento da longevidade [...]”. Essas demandas envolvem questões de protagonismo, de amparo e de dignidade, que devem ser garantidos à pessoa idosa.

Desta maneira, a gama de informações, questões e ações de enfrentamento conduzem a sociedade na busca por respostas efetivas, eficientes e eficazes, que auxiliem na compreensão dos aspectos inerentes à velhice e ao envelhecimento.

Diante das definições apresentadas, podemos afirmar que as representações produzidas e reproduzidas no imaginário social acerca da velhice e do envelhecimento fazem insurgir uma identidade composta por duas faces: a identidade objetivamente atribuída, adquiridas pelos processos de interação com o mundo, e a identidade subjetivamente apropriada, construída a partir das ressignificações dos indivíduos, que resultam em opiniões acerca de si mesmo. (SANTOS, 1994)

Sob esse enfoque, destacamos as considerações de Hall (1999), ao sinalizar para a coexistência de várias identidades dentro de cada indivíduo, por vezes contraditórias, que se movimentam em diferentes direções, de tal modo que estão em contínuo deslocamento.

Em complemento ao contexto apresentado, Morin (2007) pondera que não é possível pensar o mundo de forma reduzida e fechada. A complexidade dos fenômenos se caracteriza por um emaranhado de informações, que não podem ser analisadas com base em questões que se fecham em si e se enrijecem. “A patologia moderna da mente está na hiper simplificação que não deixa ver a complexidade do real”. (MORIN, 2007, p. 15)

Ainda de acordo com o autor acima, a realidade é global, haja vista que as relações entre o todo e as partes conduzem à contextualização dos saberes, produzindo novas formas de se pensar sobre a complexidade dos fenômenos sociais e culturais.

Podemos, pois, enunciar que se trata de um processo denominado por ele de “scienza nuova”, que sugere um discurso multidirecional, não totalitário, teórico não doutrinário, aberto para as incertezas e a superação. Em vista disso segundo ele:

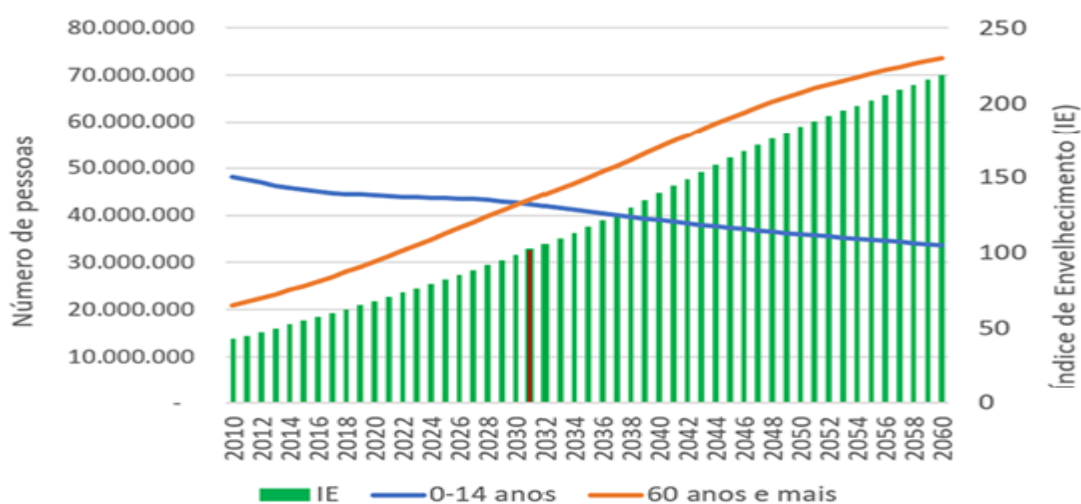
[...] é necessário promover grande remembramento dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, a fim de situar a condição humana no mundo, dos conhecimentos derivados das ciências humanas para colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humanas, bem como

integrar (na educação do futuro) a contribuição inestimável das humanidades, não somente a filosofia e a história, mas também a literatura, a poesia, as artes... (MORIN, 2007, p. 48)

A ideia-chave deste fragmento é a crítica à simplificação, à fragmentação do conhecimento, que na sua visão nos torna cegos e incapazes de apreendermos a complexidade da condição humana. Isto é, a maior urgência no campo das ideias não é rever doutrinas e métodos, mas elaborar uma nova concepção do próprio conhecimento. A partir dos discursos apresentados, evidenciamos que a diversidade e a multiplicidade de pressupostos referentes ao universo do (a) idoso (a) só podem ser compreendidas na sua totalidade a partir de uma interpretação que permita interligar os diferentes elos do conhecimento, com o intuito de ampliar os horizontes acerca dos novos modelos de velhice e modos de envelhecer.

A população brasileira está envelhecendo. Não se trata de um exercício de futurologia e de prováveis cenários alternativos. É a constatação das profundas modificações da estrutura etária e do rápido declínio da fecundidade populacional, refletindo diretamente na pirâmide demográfica brasileira. A reversão dessa tendência é pouco provável, de acordo com os contextos históricos observados nos países europeus²³, que já vivenciaram esta experiência entre o final do século XIX e segunda metade do século XX. Sobre tal panorama, destacamos o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Índice do Envelhecimento Populacional Brasil: 2010-2060



Fonte: IBGE²⁴

²³O aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de natalidade foram observados, primeiramente, nos países europeus (Inglaterra, França, Alemanha e Espanha). O caso da Europa serve de exemplo para ilustrar os impactos que esse processo pode acarretar a América Latina já nos próximos anos. (KALACHE; VERAS; RAMOS, 1987)

²⁴Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03.jun.2021.

As projeções do IBGE (2018) apontam que em 2010 havia 48,1 milhões de jovens de 0 a 14 anos e 20,9 milhões de idosos (as) com 60 anos e mais. Em 2018, observamos que o número de jovens decaiu para 44,5 milhões e o de idosos (as) elevou-se para 28 milhões, ficando o Índice de Envelhecimento (IE) em 63 idosos (as) para cada 100 jovens. Ainda de acordo com o gráfico 1 (coluna em vermelha), a população de idosos (as) vai ultrapassar o de jovens em 2031, quando haverá 42,3 milhões de jovens (0-14 anos) e 43,3 milhões de idosos (60 anos e mais).

Resumindo, o envelhecimento populacional continuará sua marcha ininterrupta ao longo do século XXI. No ano de 2055, as projeções do IBGE indicam o montante de 34,8 milhões de jovens (0-14 anos) e de 70,3 milhões de idosos (as) (60 anos e mais). O IE será de 202 idosos para cada 100 jovens. Ou seja, haverá mais do dobro de idosos (as) em relação aos jovens. (ALVARENGA; BRITO, 2018)

Esse novo cenário tem suscitado questões cruciais no campo social, na saúde, na política pública, na economia e na educação. A transformação gradual da pirâmide demográfica brasileira, transfigurando-se para uma forma mais quadrada, estabelece um novo desafio que tem despertado a atenção de profissionais, pesquisadores, gestores e legisladores. Para Debert (2012, p. 203), “o fato é que, desde 1980, a velhice e as questões relacionadas com o envelhecimento ocupam cada vez mais espaços entre os temas que preocupam a sociedade brasileira.”

Deste modo, compreender as especificidades que envolvem esse processo é de grande relevância, tanto para quem envelhece como para a sociedade como um todo. Vale lembrar que a velhice, durante muito tempo, foi restrita à esfera familiar ou a instituições filantrópicas, em geral, associadas a entidades religiosas. É a partir da constatação de que os (as) idosos (as) correspondiam a uma parcela numericamente significativa da população que emerge uma preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento.

É preciso que se entenda que o processo de envelhecimento é um processo natural e universal, próprio a todos os seres vivos. Contudo, somente os seres humanos são capazes de atribuir significados e valores a este processo. Logo, consiste em processos de interação de saberes tão diferentes, e, ao mesmo tempo, indissociáveis, na compreensão do fenômeno que dá sentido à vida.

Diante dos argumentos apresentados, evidenciamos que a resiliência²⁵ do segmento idoso tem corroborado para desmitificar representações equivocadas. Se antes o (a) idoso (a) era percebido como um problema social, onerando a rede pública de saúde e o sistema previdenciário, hoje, essa percepção tem sido substituída, mesmo que a passos lentos, “pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiados pela busca do prazer e da satisfação pessoal.” (DEBERT, 2012, p. 14)

Ainda nessa linha de raciocínio, Minayo e Coimbra Jr. (2002, p. 21) destacam que é necessário rever “a ideia de que velhice é doença, substituindo-a por uma nova visão de um tempo no qual se pode optar com menos constrangimento pelo rumo que se dar a esta última etapa da vida produzindo dela uma síntese criadora”. Para tanto, é preciso que se desenvolvam ações de intersecção entre as diferentes áreas do conhecimento científico, conjecturando uma experiência interdisciplinar.

Aprofundando o assunto, Neri (2011) destaca que o processo de construção social ocorre através de *selfs* e de seus mecanismos de autorregulação. Esse conceito é definido pela autora como um sistema multifacetado de estruturas que norteiam e regulam o comportamento dos indivíduos. Assim, desde nossa infância, somos dependentes dos outros para compreendermos quem somos e como devemos vivenciar o mundo, as regras e os papéis sociais.

Nesta perspectiva, os mecanismos de autorregulação do self podem ser traduzidos como o autoconhecimento, autoestima e autoavaliação. Esses mecanismos permitem ao idoso (a) uma melhor interpretação de si e de sua experiência com o mundo, transformando os conhecimentos em estratégias de enfrentamento das adversidades da velhice. O que permite que as pessoas idosas projetem cenários possíveis para sua vida, despertando o sentimento de pertencimento social e desvalorização das experiências, das realizações e das competências.

Ainda nesta direção, reiteramos que as questões provenientes do processo de envelhecimento são complexas. Deste modo, a incorporação dos conhecimentos de vários ramos do saber constitui uma estratégia que possibilita compreender as diferentes dimensões da velhice, tendo como parâmetro uma perspectiva pautada na totalidade.

Faz-se indispensável, então, que as políticas e as intervenções destinadas à pessoa idosa sejam pensadas e dialogadas sob um viés interdisciplinar, a fim de responderem satisfatoriamente às demandas deste segmento etário em crescente ascensão.

²⁵A compreensão que possuímos sobre resiliência está associada à capacidade dos sujeitos em lidar com situações adversas, superar pressões, obstáculos e problemas, reagindo positivamente às ações de discriminação, preconceito e estigmas. Ressaltamos, ainda, que este termo é oriundo da Física.

A partir do contexto dissertado, evidenciamos que nenhuma área do conhecimento se esgota em si mesma, ou seja, todas as áreas do conhecimento, bem como todas as ciências são igualmente importantes para a compreensão dos fenômenos da vida humana. Neste sentido, seguimos o pensamento de Morin (2003, p. 116) ao definir a interdisciplinaridade como “um conhecimento em movimento, a um conhecimento que vaivém, que progride indo das partes ao todo e do todo às partes [...]”.

Convém destacarmos que a expressão *Terceira Idade* se originou na França, na década de 1962, e se popularizou rapidamente no vocabulário brasileiro. De acordo com Debert (2012, p. 138), “mais do que uma referência cronológica, é uma forma de tratamento das pessoas de mais idade, que ainda não adquiriu conotação depreciativa.” Esse termo foi intensamente utilizado nos discursos e representações da velhice no Brasil na década de 1980. (PEIXOTO, 1998) Dessa maneira, “a expressão terceira idade foi então associada a uma nova velhice, marcada pela atividade e pela produtividade na ocupação do tempo”. (NERI, 2013, p. 23)

O termo terceira idade se baseia na linha do pensamento da Sociologia, especificamente, na Teoria da Atividade, desenvolvida na década de 40 por Havighust, e se constituiu principalmente em dois diferentes momentos. O primeiro, que os indivíduos mais ativos são mais satisfeitos do que aqueles que são passivos. A segunda hipótese considera que o envelhecimento é bem-sucedido quando se consegue substituir as perdas de papéis na sociedade por novos papéis, mantendo-se integrado socialmente.

Apesar desta teoria ter possibilitado novos caminhos que conduzam ao envelhecimento bem-sucedido, alguns cientistas a criticam por defender um único estilo de vida como o ideal, bem como o fato de não considerar o grau de adesão dos (as) idosos (as) à realização de atividades que visem preencher seu tempo. (DOLL et. al, 2007b)

A difusão da Teoria da Atividade, associada ao lazer, à educação permanente e ao trabalho voluntário, não só influenciou a mudança do comportamento de pessoas idosas como também contribuiu na formulação de novas políticas públicas, a exemplo da criação de centros de lazer e de convivência; no surgimento de programas de educação permanente, como cursos universitários para a terceira idade; e maior participação social através dos movimentos sociais de adultos maduros e de idosos (as). (DOLL et. al, 2007b; NERI, 2013)

Convém também considerarmos outro conceito da Sociologia que busca, de maneira multidisciplinar, compreender o processo de envelhecimento, baseando-se na mudança das

relações entre o indivíduo e a sociedade: a Teoria do Desengajamento. Essa teoria foi formulada por Cumming e Henry no livro *Growing*, em 1961. (DOLL et al., 2007b)

E defende que o “corte dos vínculos das pessoas mais velhas com os demais membros da sociedade se torna necessário para preparar gradualmente o desengajamento definitivo, que seria a morte”. (FONTOURA et al., 2015, p. 02) Com isso, propõe que os indivíduos realizem um processo gradual de desengajamento, minimizando, assim, os efeitos de possíveis tensões. Resumindo,

[...] a Teoria do Desengajamento critica o ativismo como uma manutenção de valores da meia idade que desconsidera que a velhice possa ter um ritmo diferente. Enquanto o discurso gerontológico, inclusive hoje em dia, luta contra uma imagem negativa da velhice, a Teoria do Desengajamento percebe o envelhecimento como uma retirada ou desengajamento gradual que é mútuo e inevitável, resultando em diminuição nas interações entre a pessoa que está envelhecendo e os membros que compõem seu sistema social. (FONTOURA et. al., 2015, p. 03)

Essa Teoria originou várias críticas. Contudo, sua contribuição consiste em trazer à cena questões até então pouco debatidas pela ciência da gerontologia, deixando evidente a necessidade da produção de pesquisas com ênfase nas questões relacionadas à aposentadoria, destacando as condições sociais implícitas do envelhecimento e do desligamento no mundo do trabalho.

De acordo com os dados da pesquisa “Idosos no Brasil: Vivências, desafios e experiências na terceira idade”, em 2006 - de iniciativa da Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc) - 95% dos (as) idosos (as) pesquisados não receberam qualquer preparação para a aposentadoria. Aqueles que receberam preparação 2% era de empresa privada e 3% do governo.

Diante do exposto, evidenciamos que para se obter soluções satisfatórias às demandas oriundas desse segmento, é necessário compreender como os (as) idosos (as) estão envelhecendo, os significados que eles atribuem a esta fase de sua vida, como se integram no contexto social, identificando as dificuldades que enfrentam nesse percurso.

Nesta perspectiva, assinalamos que a Antropologia possui um papel de grande relevância nos estudos acerca da velhice e do envelhecimento, pois questiona a relativização da visão universalista adotada nos estudos relacionados à pessoa idosa. Segundo Uchôa (2003, p. 849), “estudos realizados em sociedades não ocidentais tornaram conhecidas imagens bem mais positivas da velhice e do envelhecimento, [...] ensinando que uma representação de velhice enraizada nas ideias de deterioração e perda não é universal”.

Indagamos – a partir das questões abordadas por Minayo e Coimbra Jr. – que o “envelhecimento não é um processo homogêneo. Cada pessoa vivência essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais [...]” (MINAYO, COIMBRA JR., 2002, p. 14)

Observa-se, diante do contexto apresentado, a construção de um novo paradigma para o estudo da relação envelhecimento e cultura concebida pela Antropologia sinalizada como uma inovação nos estudos acerca da velhice, desvelando os diferentes significados atribuídos ao processo de envelhecimento, em diferentes organizações sociais.

Nessa circunstância, avulta-se que a divisão da vida humana em ciclos lineares e consecutivos - demarcados pela infância, adolescência, vida adulta e velhice - é uma invenção da sociedade moderna na tentativa de regulamentar e padronizar comportamentos relacionados à escolarização, mercado de trabalho e aposentadoria nas diferentes esferas etárias, Não havendo correspondência com propriedades substanciais adquiridas com o avanço da idade (NERI, 1991; MINAYO, COIMBRA JR., 2002; UCHÔA, 2003), diferentemente do ciclo biológico do nascimento, do crescimento e da morte, que são naturais e universais a todos os seres vivos.

O contexto apresentado vai ao encontro do entendimento de Motta (2002), ao destacar que a sociedade produz e reproduz uma visão fragmentada das idades, ou seja, os indivíduos são socialmente classificados por ciclos biotérios. Desse modo, estabelece a fase da infância, da adolescência, da maturidade e da velhice, inaugurando uma nova ordem no mundo econômico e do trabalho.

Debert (2012, p. 46), ao discutir sobre essa questão, argumenta que “as idades cronológicas, baseadas num sistema de datação, estão ausentes da maioria das sociedades não ocidentais e são, nas sociedades ocidentais, um mecanismo [...] de atribuição de status [...], definição de papéis ocupacionais [...], de formulação de demandas sociais.”

É importante frisarmos que não há um consenso que defina a velhice na divisão cronológica etária, ou seja, as idades não são absolutas e não correspondem sempre às etapas do processo de envelhecimento natural. Isso ocorre porque a idade cronológica não representa um indicador do desenvolvimento biológico, psicológico e social, pois ela marca somente o número de anos decorrido a partir do nascimento do sujeito. De acordo com Monteiro (2005, p. 60), “a idade cronológica, assim como o tempo, é uma abstração e, portanto, cada um pode apresentar formas diferenciadas de acreditar no seu próprio tempo.”

Em consonância com Monteiro (2005), destacamos o depoimento da Sra. Rita, hoje, com 67 anos: “Olha, eu não senti não, pra mim eu tô assim numa fase de vinte anos, dezoito anos... eu tenho assim comigo que eu não sou idosa, né, mas eu me olho no espelho eu me vejo uma idosa, mas o meu espírito é de jovem.” (RITA, 67 anos, 26/08/2020)

Neste sentido, fica evidente que a percepção da velhice, no imaginário social, ainda se encontra muito associada às transformações do corpo, como enrugamento, encolhimento, cabelos brancos, enfeamento, reflexos mais lentos, menos agilidade, perda da elasticidade da pele, dentre muitas outras transformações. Essas modificações são percebidas socialmente como sinais da velhice, tendo como comparação a estrutura fisiológica de um corpo jovem. Segundo Motta (2002, p. 41, grifos do autor), “o envelhecimento é um processo que concerne à marcação da *idade* como algo que se refere à *natureza*, e que se desenrola como desgaste, limitações crescentes e perdas, físicas e de papéis [...]”.

Do ponto de vista do social, o envelhecimento é compreendido como um processo de alterações dos papéis sociais previamente determinados pela sociedade. Nesse contexto, a idade se configura como um fator que determinará a posição do indivíduo na estrutura organizacional da sociedade. Isto equivale a dizer que “o homem não vive nunca em estado natural; como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à que pertence”. (BEAUVOIR, 2018, p. 13)

A partir disso, deduzimos que a sociedade estabelece diferenciações, utilizando a idade como parâmetro, determinando o papel social desejado de cada grupo etário. Em suma, trata-se de um processo de adequação de hábitos e de comportamentos presentes praticamente em todas as estruturas da vida social. De modo que os papéis sociais são pré-ajustados de acordo com a idade socialmente constituída. Deste modo, o status social é influenciado pelo grau de adequação do indivíduo no desempenho desses papéis. (DEBERT, 2012)

Como ressalta D’Alencar et al (2017, p.106), “a sociedade ainda não assumiu, de fato e de direito, este fenômeno inevitável que é a velhice.” Assim, ainda convivemos com ideias equivocadas acerca da velhice e do envelhecimento.

Apesar de importantes avanços observados, ainda permanece um discurso latente de conotação negativa atribuída a essa etapa da vida, que são formas “de exclusão moderna, que aceleram a identificação da velhice para melhor isolá-la”. (OLIEVENSTEIN, 2001, p. 73)

Araújo et al (2011) alertam que, no processo de envelhecimento, as modificações do corpo, antes que tudo, são resultantes de fatores socioculturais, estando atreladas a aspectos psicológicos que envolvem a autopercepção: “o ciclo biológico não é o único aspecto

ressaltado, pois o corpo assume uma conotação simbólica que resulta das construções sociais, cuja imagem ideal é a da saúde e da beleza associada à juventude”. (ARAÚJO et al., 2011, p. 03)

Aprofundando o assunto, Lopes (2010, p. 12) comenta que “as alterações psicológicas decorrentes da velhice e do envelhecimento, manifestam-se principalmente a nível cognitivo e emocional.” Cabe, porém, reiterar que a capacidade cognitiva do indivíduo envelhecido pode apresentar certas alterações, não em função da idade avançada, mas devido à doença ou circunstâncias psicossociais desfavoráveis.

É importante frisarmos que o envelhecimento na perspectiva psicológica é composto por ganhos e perdas, que começam ao nascermos e findam com a morte. (LOPES, 2010) Neste sentido, Neri (2007, p. 33) pontua que: “a morte não assusta, pois sabemos que faz parte da vida; [...] tememos a dependência, a perda da dignidade, a solidão e o sofrimento que, sabemos, podem anteceder a morte.”

Do ponto de vista de Lopes (2010, p. 13), “ao longo do envelhecimento, uma grande parte das capacidades mentais apresenta alguma constância, [...] o vocabulário tende a manter-se no idoso até uma idade avançada, e a capacidade de resolução de problemas tende igualmente a conservar-se.” Todavia, podem ocorrer situações em que a capacidade mnésica pode ser afetada, entretanto, isto não torna o (a) idoso (a) um incapacitado.

É sabido que a tomada de decisões exige um conjunto de informações capturadas pelos órgãos de sentido (olhos, ouvidos, pele, olfato, gosto) e pelas terminações cinestésicas²⁶. Desse modo, conseguimos processar as informações com objetividade e reagir adequadamente aos estímulos provenientes do ambiente externo.

Convém destacar que o avançar da idade resulta na diminuição da capacidade sensorial, ocasionando a diminuição do desempenho intelectual e comportamental, mas não significa que a capacidade cognitiva dos indivíduos se deteriora em decorrência da velhice. Em resumo, o envelhecimento é um processo marcado por transformações celulares e redução de diversas funcionalidades do corpo, e cada sujeito responderá a partir de suas capacidades fisiológicas, psicológicas e sociais.

²⁶É necessário salientar que existe semelhança gráfica entre cenestesia, cinestesia e sinestesia. Entretanto, seus significados são totalmente diferentes. **Cenestesia**, para Neurologia, designa a consciência do indivíduo em relação às funções orgânicas e de sua corporeidade. **Cinestesia** é a consciência através da qual percebemos a movimentação espacial de nosso corpo, ou seja, nossos movimentos musculares. Já para a Psicologia, que é o nosso foco, **Sinestesia** é um conjunto de estímulos que nos remete a uma determinada memória ou sentimento, isto é, nos possibilita ter uma noção mais prática das coisas. (SINESTESIA, CINESTESIA E CENESTESIA-PSIQWEB)

Porém, é perfeitamente possível manter bons níveis de performance, desde que o indivíduo se mantenha ativo e possua hábitos saudáveis. Corroborando com este pensamento, frisarmos que fatores pessoais, estilo de vida, uso de álcool ou drogas, doenças pré-existentes e a genética podem alterar o quadro de saúde do indivíduo. Porém, não podemos incorrer no erro de uma visão unilateral, afirmando que todos os (as) idosos (as) são doentes ou decrepitos. (OMS, 2005)

É conveniente mencionar que os lapsos mnésicos estão relacionados a fatores ambientais, déficits do processamento da informação e fatores biológicos. Não existem pesquisas que confirmem, contundentemente, que os lapsos de memória estejam diretamente associados com a idade avançada, nem que o esquecimento seja uma consequência natural do processo de envelhecimento. (LOPES, 2010)

Outro erro recorrente se refere à crença que a capacidade intelectual diminuiu com a velhice. A diminuição na capacidade de dar respostas rápidas não está associada à competência ou à capacidade do (a) idoso (a) em processar informações novas, mas com a velocidade com que essas informações são processadas. Em outras palavras, o processo de informações acontece de forma mais lenta no (a) idoso (a), o que ocasiona um maior tempo para apreender informações novas.

[...] o idoso não perde a capacidade de raciocínio e a idade não leva ao declínio das funções intelectuais, uma vez que a presença de patologias, e não a idade em si, está envolvida na maior parte dos problemas que interferem nas habilidades cognitivas dos idosos. (SCHNEIDER, 2008, p. 591)

De acordo com Schneider (2008), podemos ponderar que a sociedade tende a caracterizar o indivíduo como velho baseando-se em mensurações generalistas, como lapsos de memória, falhas de atenção, orientação e concentração. Lembramos que o envelhecimento é um processo singular e peculiar de cada indivíduo.

Monteiro (2005, p. 58-59) esclarece que “o ser com sua existência é muito maior que os modelos mensuráveis, [...] cada indivíduo é um ser único em seu dinamismo biológico, apresentando diferentes ritmos de envelhecimento.”

Diante dessa constatação, podemos afirmar que o envelhecimento não é estático, como muitos imaginam. O envelhecimento é um processo que oscila entre a degeneração e a renovação. Por isso, descobrir, conhecer e aprender são ações possíveis na velhice. (MONTEIRO, 2005; BEAUVOIR, 2018)

Pontuamos, ainda, que acontecimentos referentes à perda do papel profissional ou à viuvez também podem interferir na estabilidade psicológica do idoso, fragilizando-o, na medida em que ocasiona situações de estresse.

Estudos da Psicologia, através do conceito de resiliência ou plasticidade²⁷, demonstram que os (as) idosos (as) possuem a capacidade de se adaptarem a novas situações, bem como de estabelecerem mecanismos como autodefesa. Em outras palavras, “o envelhecimento não implica necessariamente deterioração física e mental, porque varia quanto ao estilo de vida de cada pessoa e da representação que cada um atribui à velhice”. (OLIVEIRA et al., 2017, p. 227)

O envelhecimento orgânico não é um estado, mas um processo natural, que envolve o crescimento, a reprodução e a senescência. Desse modo, é impraticável datar seu começo, visto que cada indivíduo é um ser único. Por fim, acrescentamos que a dinâmica do envelhecimento não pode ser considerada igual para todos os indivíduos, por ser um processo complexo e heterogêneo. Segundo Monteiro (2005, p. 73), “não há fronteira entre o corpo e a mente, ou seja, o que é proposto pelo modelo fragmentário é simplesmente uma divisão arbitrária [...]”

Para finalizar, compreendemos que a velhice não pode ser abordada somente pela vertente biológica, uma vez que a pessoa idosa se encontra inserida num contexto mais amplo, permeada por relações sociais e influenciada por aspectos culturais. Em síntese, estudar a velhice e o processo de envelhecimento não é tarefa fácil, especialmente, num país marcado por desigualdades sociais e desrespeito aos direitos básicos do cidadão. Todavia, é importante reconhecermos que existem diferentes modos de envelhecimento, que caminham em compasso com as transformações da sociedade contemporânea. (MONTEIRO, 2005; DEBERT, 2012)

1.3 Envelhecimento, trabalho e informalidade: desafios e possibilidades

As mudanças ocorridas após a Revolução Industrial impuseram novos arranjos na divisão social do trabalho, modificando as relações de trabalho, especialmente, daqueles com

²⁷Para compreendermos o que significa plasticidade, é preciso salientar que, ao recebemos um estímulo, seja ele qual for, é necessário que ele chegue até ao nosso cérebro. Esse caminho é percorrido através de sinapses, que são impulsos nervosos encontrados em uma célula e passam para outra célula. Essas células são os neurônios. Assim, a plasticidade cerebral pode ser definida como alterações estruturais no cérebro, resultado de adaptações do indivíduo aos estímulos recebidos. Enfim, a plasticidade é um mecanismo adaptativo, que permite que o cérebro crie conexões entre os neurônios, dessa forma, estabelecendo novas formas de pensar e agir. (FUNCK, 2015)

mais idade. Estes tiveram seus espaços e oportunidades reduzidos no mercado de trabalho, pois a divisão da produção em tarefas destinadas a vários trabalhadores impôs um ritmo acelerado e constante. Nesse sentido, se por um lado o desenvolvimento tecnológico intensificou a produção e, conseqüentemente, a acumulação de lucros, por outro, resultou no desemprego, principalmente dos trabalhadores mais velhos. (OLIVEIRA; AGUIAR, 2014; MELO, 2012)

Na obra *O Capital* (1867), Karl Marx evidencia que, a partir da introdução das máquinas a vapor no ambiente industrial, o tempo socialmente necessário à produção das mercadorias tornou-se menor, contrariando o discurso oficial capitalista. Em síntese, observamos que o sistema capitalista não valoriza o grau de experiência do trabalhador, mas o quantum de produtos que ele produz. Assim, o real interesse do capital não está no conhecimento e/ou na experiência, mas na acumulação de riquezas. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002; MELO, 2012; BEAUVOIR, 2018)

Corroborando com essa ideia, Beauvoir (2018) argumenta que o ritmo frenético da produção não representa um obstáculo aos trabalhadores mais velhos, ao contrário, é um fator favorável ao aprendizado, pois contribui para que a execução das tarefas ocorra quase que automaticamente. Ainda segundo a autora, “no começo, eles tomam decisões menos rápidas que os jovens, e seu tempo de reação é, portanto, mais longo. Mas frequentemente eles ultrapassam essas dificuldades”. (BEAUVOIR, 2018, p. 244)

Aprofundando o assunto, Monteiro (2005, p. 107) expõe que o processo de envelhecimento do trabalhador “faz-se por padrões de trocas contínuas, nas quais uma mudança vem sempre acompanhada da certeza de uma adaptação.” Dialogando com Monteiro (2005), Oliveira et al. (2017, p. 224) apontam que “o ritmo pode sofrer alterações, mas tanto aprender coisas novas como se adaptar às exigências e novas condições de vida são possíveis ao idoso”.

Na compreensão de Bobbio (1997), o velho reúne em si o patrimônio cultural da comunidade, uma vez que seu saber advém do acúmulo de experiências. Em outras palavras, a marginalização do velho no circuito produtivo faz com que os mais jovens deixem de aprender aquilo que ainda não experimentaram. A partir disso, é impossível pensar na desvalorização do (a) trabalhador (a) idoso (a) em uma época em que presenciamos uma marcha cada vez mais acelerada do progresso científico e tecnológico.

Partindo desta perspectiva, podemos inferir que o capitalismo se pauta numa visão marcada por estereótipos, os quais associam o envelhecimento a uma fase de perdas e

incapacidades. O desafio do trabalhador envelhecido consiste em estabelecer estratégias de enfrentamento diante de um sistema que vincula o valor do sujeito à sua produtividade. É relevante salientarmos que a acumulação do lucro no sistema capitalista está intrinsecamente ligada à exploração da força de trabalho e à acentuada extração da mais-valia²⁸. (MELO, 2012)

Convém ressaltarmos ainda que, no sistema manufatureiro, a produção era independente, ou seja, o artesão, em casa, sozinho ou com a família, realizava todas as etapas da produção (da matéria-prima à comercialização). A execução do trabalho demandava muito tempo, pois o trabalhador era responsável por todas as etapas do sistema produtivo.

Com o crescimento dos centros urbanos, as empresas deixam de possuir um caráter familiar, bem como os ensinamentos não são mais passados de pai para filho, numa espécie de hereditariedade natural. A experiência e sabedoria, antes considerada um tesouro cristalizado no homem idoso, deixam de ser valorizadas. (BEAUVOIR, 2018)

Mucida (2019) assinala que o conceito de velhice surge após a revolução industrial, até então era um privilégio, quase que exclusivo, dos ricos atingirem idades avançadas. Ainda segundo a autora, é a partir do desenvolvimento do capitalismo, no século XIX, que surgem os velhos pobres em contraposição aos velhos ricos, com destinos e trajetórias de vida completamente distintas. Neste sentido, Beauvoir (2018), destaca que a classe dominante assistiu com certa indiferença os dramas sociais dos velhos pobres até que estes tornaram-se numerosos e não puderem mais serem negligenciados pela sociedade. Resumindo, “mais que o conflito das gerações, foi uma luta de classes que deu noção de velhice sua ambivalência.” (BEAUVOIR, 2018, p. 25)

Corroborando com esse raciocínio, Coutrim (2010), enfatiza que o indivíduo, nas sociedades industriais, passa a ser responsabilizado pelo sucesso ou fracasso do seu envelhecimento. Com isso, observamos que as mudanças estruturais ocorridas no processo de produção demonstram uma nítida predileção pelos trabalhadores mais jovens, sob a alegação que a velhice acarreta perda física e mental, resultando em prejuízos às produtividades. (OLIVEIRA et al., 2017) Com isso, o sistema capitalista instaurou uma nova visão acerca da velhice, em geral, baseada na “cronologização da vida²⁹”. (DEBERT, 2012)

²⁸O conceito de mais valia foi criado pelo alemão Karl Marx (1818-1883) no século XIX, para explicar o processo de exploração do sistema capitalista no que tange à força de trabalho, ao tempo de realização e ao lucro obtido. Em outros termos, a mais valia pode ser definida como a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador.

²⁹ Nas análises de Debert (2012), a idade cronológica dos indivíduos nas sociedades ocidentais modernas não representa apenas um sistema de datação, sua função dentro da estrutura social possui funções bastante complexas como valores culturais, direitos e obrigações dos cidadãos. Nesse sentido, a autora se apropria do

Nessa perspectiva, depreendemos que as transformações ocorridas no mundo do trabalho pesaram negativamente sob os trabalhadores com idade avançada. Para Monteiro (2005, p. 106-107), “utiliza-se um discurso no qual a perda passa a ser considerada como algo inerente à velhice; [...] esse discurso não somente obriga os velhos a se conformarem, como também minimizam suas próprias chances de buscarem novos rumos para suas vidas [...]”. Para Beauvoir (2018), as concepções presentes na estrutura social são forjadas de modo a garantir a manutenção das relações de poder, atendendo aos interesses da classe dominante.

Ainda neste contexto, Bonvolini e Herédia (2017) afirmam que:

[...] o envelhecimento fica associado à perda de valor, quando o indivíduo não contribuiu para o mercado de trabalho, passa a ser ignorado por ele, e a visão de velho ganha outro atributo negativo dado ao fato de não estar mais integrado ao circuito produtivo. (BONVOLINI; HERÉDIA, 2017, p. 197)

Esta percepção acerca do envelhecimento reforça e fortalece a permanência de representações depreciativas associadas à perda e à incapacidade, arraigadas no imaginário social, quando se trata do trabalhador com idade avançada. Verificamos, assim, que as concepções da sociedade acerca da velhice e do envelhecimento ainda se baseiam em uma visão generalista e homogênea, com respostas padronizadas para situações de características distintas.

De acordo com Beauvoir (2018), quanto maior a empresa, maior será o ritmo da produção, exigindo do trabalhador agilidade e vigor físico. Nesse contexto, a idade avançada é concebida como um ponto negativo, acarretando o desprestígio do trabalhador mais velho. Para a autora, os (as) trabalhadores (as) idosos (as) são vítimas do desemprego residual, desse modo, eles são duplamente penalizados pelo sistema, pois além de perderem o vínculo formal de trabalho, dificilmente conseguem retornar ao mercado de trabalho.

Na mesma esteira de pensamento, Bosi (2004) argumenta que a sociedade industrial é extremamente maléfica para os velhos, pois alguns ofícios necessitam de uma longa experiência para alcançar o ápice profissional. Isto é, algumas profissões são tão complexas que levam uma vida inteira para se alcançar a perfeição, como no caso dos artesões.

Todavia, a execução de funções específicas e repetitivas desencadeou um processo de alienação, pois o trabalhador não detém mais a integralidade do sistema de produção. Frente a

termo “cronologização da vida” usado por Kohli e Meyer (1986) para evidenciar o processo de periodização da vida presente nas sociedades ocidentais modernas. Em suma, Debert (2012, p.51) afirma que “a institucionalização crescente do curso da vida envolve praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo [...] e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos específicos”.

esta realidade, reforça seu posicionamento ao afirmar que “hoje, o trabalho operário é uma repetição de gestos que não permite aperfeiçoamento, a não ser a rapidez”. (BOSI, 2004, p. 78)

Em síntese, a racionalização da produção na busca pelo lucro excessivo exige do trabalhador performance, produtividade e agilidade. Os movimentos tornam-se cada vez mais rápidos e aqueles que não estiverem à altura são descartados. Em geral, os trabalhadores mais velhos são os primeiros a serem excluídos. Desse modo, a expansão do sistema capitalista não somente tornou a vida do velho mais difícil, como reduziu seu campo de trabalho.

Para Beauvoir (2018), o enfoque da economia capitalista concentra-se no lucro. Assim, o trabalhador é valorizado na medida em que se mantém produtivo. Nessa relação injusta e perversa, os trabalhadores mais jovens se transformam em mercadorias, enquanto os (as) idosos (as) são descartados.

Esta afirmação é respaldada por Teixeira (2006, p. 14-15), ao argumentar que “transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho para fins de valorização do capital, em detrimento das qualidades e necessidades humanas do produtor, principalmente para os que envelhecem na periferia do sistema”.

Como descrito por Minayo e Coimbra Jr. (2002, p. 16), “a visão depreciativa dos mais velhos tem sido, através dos tempos modernos, alimentada profundamente pela ideologia produtivista que sustentou a sociedade capitalista industrial [...]”. Com base nesse entendimento, podemos inferir que, para o sistema capitalista, o prestígio do trabalhador está relacionado à sua capacidade produtiva. Identificamos então um paradoxo: se, por um lado, a longevidade dos trabalhadores aumentou, por outro, sua saída compulsória do mercado de trabalho se torna cada vez mais precoce.

Nessa perspectiva, destacamos os dados da pesquisa produzida com idosos pelo SESC/FPA³⁰, segundo os quais “16% ressaltam o trabalho como opção, e não como obrigação; 13% falam da necessidade de ter qualquer atividade [...]; 10% afirmam que é importante ter trabalho mais leve e adequado à idade; 8% [...] manter o salário; e 8% [...] dedicar-se a cursos, projetos e trabalhos voluntários”. (NERI, 2007, p. 97) As análises dessa pesquisa revelam que os (as) idosos (as) consideram importante se manterem ativos e produtivos, reforçando as recomendações da OMS (2005), que destacam a importância do envelhecimento ativo e integrado a sociedade.

³⁰ Esses dados foram extraídos da coletânea de textos intitulados “Idosos no Brasil – Vivências, desafios e expectativas na terceira”, fruto de uma pesquisa produzida por iniciativa do Serviço Social do Comércio- SESC Nacional, o SESC e a Fundação Perseu Abramo (Núcleo de Opinião Pública), publicado em 2007.

Por sua vez, Doll (2007a, p. 111) afirma que “o trabalho traz para o trabalhador a sensação de estar integrado na sociedade. [...] já o lazer, um simples passa tempo, não traz sensação, deixando um possível sentimento de vazio”.

Evidenciamos que é a nossa capacidade laborativa que nos distingue dos demais animais. Nesse sentido, o trabalho desempenha um papel de extrema importância na vida humana, ou seja, o sujeito conquista seu status na sociedade na medida em que integra o mercado de trabalho. Diante dessa constatação, a velhice é concebida como um momento de crise, em diferentes dimensões (psicológica, social, econômica), pois significa a transição da categoria ativa para à dos inativos. (OLIVEIRA et al., 2017)

Segundo Olievenstein (2001, p. 34), “esta corrida pela competência moderna é [...] geradora de uma nova angústia depressiva: ser designado como não estando mais à altura, é entrar, por bem ou por mal, em um outro mundo, o mundo da inutilidade”. Nesse aspecto, Oliveira et al (2017, p. 222), comenta que “a sociedade ainda não definiu papéis para essa parcela da população, com graves problemas e prejuízos de diferentes dimensões.”

Esse momento acontece quando os trabalhadores demonstram os primeiros sinais de envelhecimento. Conforme mencionado anteriormente, a sociedade capitalista segue uma lógica temporal, que fixa a idade de permanência dos sujeitos no mercado de trabalho. É necessário lembrarmos que as modificações na relação social do trabalho transformaram a força de trabalho em mercadoria.

Desta maneira, quando o trabalhador demonstra sinais da perda de sua funcionalidade, é substituído. Metaforicamente, podemos afirmar que os trabalhadores, ao envelhecerem, são substituídos como uma engrenagem que necessita ser trocado. (BEAUVOIR, 2018) Uma vez excluído do mercado formal de trabalho, são condenados, em geral, à informalidade, pois as barreiras invisíveis impõem limites ao seu retorno ao mercado de trabalho formal. Neste sentido a autora aponta,

Eliminados cedo do mercado de trabalho, os aposentados, constituem uma carga que as sociedades baseadas no lucro assumem mesquinamente. Permitir aos trabalhadores que permaneçam ativos tanto tempo quanto possam, e garantir-lhes, em seguida, uma vida descecente, é uma solução correta. Aposentá-los cedo, assegurando-lhe um nível de vida satisfatório, é também uma opção válida. Mas as democracias burguesas, quando retira dos indivíduos a possibilidade de trabalhar, condenam a maioria deles a miséria. (BEAUVOIR, 2018, p. 236-237)

Observamos, assim, o quanto é difícil para o (a) trabalhador (a) idoso (a) se manter ativo na sociedade capitalista, bem como permanecer vinculado ao mercado de trabalho

formal. Desse modo, deduzimos que envelhecer no mundo do trabalho implica conviver com a discriminação e o preconceito, porque o capital se apropria do tempo de vida do trabalhador, e, quando este envelhece, torna-se descartável, como se o potencial produtivo findasse ao chegar à velhice. (OLIVEIRA et. al, 2017) Resumindo, “a classe dominante quem impõe às pessoas idosa seu estatuto; mas o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela”. (BEAUVOIR, 2018, p. 227)

Essa tendência a desvalorizar o trabalhador com mais idade tem provocado sua expulsão compulsória do mercado de trabalho, que em alguns casos sem que tenham alcançado o tempo mínimo para a obtenção da aposentadoria. (OLIVEIRA et al., 2017) Observamos que o desejo de se aposentar ou não deixou de ser uma decisão do trabalhador para se tornar uma prerrogativa das empresas. Segundo Coutrim (2010), essa realidade se intensificou nos anos 1980, com a recessão do mercado de trabalho em decorrência da retração da economia, engrossando ainda mais a fila de desempregados.

Para Borges (2015):

[...] a aposentadoria marca, em geral, a entrada na velhice, saída da vida chamada “produtiva” e a sobrevivência com rendimentos mais escassos do que os recebidos na vida ativa, devendo-se ressaltar situações de perda que são frequentes nessa etapa do ciclo vital, tornando mais relevante à dependência das pessoas mais velhas em relação às políticas de redistribuição de bens. (BORGES, 2015, p. 102)

Verificamos, a partir disso, que o trabalhador, na impossibilidade de manter sua capacidade laboral, entra num processo gradual de ruptura com o mundo trabalho, passando a ser reconhecido como um ex-trabalhador, ex-produtor, ex-ativo.

Aprofundando esse entendimento, Debert (2012) afirma que as transformações decorrentes do desenvolvimento capitalista impuseram um conjunto de condutas e regras, estabelecendo uma relação entre o fim da vida produtiva e a velhice. Cujas lógicas, personificadas e estruturadas socialmente, demarca o tempo de permanência dos trabalhadores na cadeia produtiva.

Em geral, baseia-se numa linha temporal, que expira quando chegarmos à velhice, ou seja, na aposentadoria. A esse respeito: “o estabelecimento de uma idade cronológica fixa para a transferência do mundo do trabalho para o do não-trabalho é uma questão que não pode deixar de ser analisada porque envolve o problema da generalização dos indivíduos [...]”. (COUTRIM, 2010, p. 58)

Boaretto e Heimann (2015, p.107) definem que a aposentadoria “é marcada por uma desvalorização do indivíduo que envelhece, já que ele não pode mais produzir conforme a demanda de mercado”. Nessa direção, observamos que a saída do mundo do trabalho envolve uma série de implicações, que vão além de fatores econômicos: envolvem autoimagem, relações sociais, questionamentos, enfrentamentos e adaptação a um novo estilo de vida.

Cabe ainda ressaltarmos que é cada vez mais frequente o retorno de trabalhadores (as) idosos(as) em postos de trabalhos informais. (D’ALENCAR et al., 2017) Para Coutrim (2010, p. 101), “o trabalho informal é fruto da ruptura do vínculo empregatício formal, o que implica perda de direitos e benefícios que somente os trabalhadores formais têm”, que comumente, essa realidade está associada à queda dos rendimentos decorrente dos baixos valores atribuídos à aposentadoria, à exclusão do mercado de trabalho e ao desemprego.

Nesse contexto, citamos o depoimento da Sra. Ray:

Antes de a gente se aposentar, que a gente trabalhava em roça, né. Nós trabalhava todo junto na roça e cana... eu já trabalhei muito, num sabe? E ainda hoje, eu venho trabalhando, vendendo minhas coisas da Avon e artesanatos que faço em casa. Sabe, ganho pouco... tem remédio, comida, os netos...o que ganho com a aposentadoria não dá, sabe? Mas graças a Deus eu construí essa casa aqui, com o meu dinheiro, com meu aposento, com minhas vendas, tudo nós construímos isso aqui, pra nós morar. (RAY, 80 anos, 04/07/2020)

Diante desse depoimento, avultamos que a desigualdade de classes presente no contexto social brasileiro impõe níveis diferenciados de velhice e de envelhecimento. Desse modo, podemos afirmar que a aposentadoria não é desfrutada da mesma maneira nas diferentes camadas sociais, ou seja, alguns podem considerá-la uma experiência gratificante, enquanto outros não.

D’Alencar et al. (2017, p.120) afirmam que “é possível identificar dois tipos de trabalhador idoso: uma trabalhando por necessidade ou obrigação, outro que o faz por prazer [...]” Em síntese, são realidades diferentes com impactos também diferentes, mas determinantes no que tange à qualidade de vida da pessoa idosa.

A partir disso, podemos apontar que o crescimento demográfico da população idosa impôs novos desafios e arranjos sociais, os quais devem ser analisados sob a percepção de quem envelhece, considerando os fatores sociais, psicológicos, culturais e econômicos inerentes ao processo de envelhecimento.

Para tanto, é importante avultarmos que o reconhecimento da velhice, como uma experiência social, heterogênea e historicamente constituída, deve não só almejar um

envelhecimento com autonomia e independência, mas, sobretudo, traduzir para o cotidiano frutos reais que permitam o reconhecimento da pessoa idosa como um ser social, capaz de exercer a plena cidadania. (DEBERT, 2012; BORGES, 2015)

Cabe ressaltarmos que a visibilidade alcançada pela velhice no cenário nacional, nas últimas décadas, fez com que os (as) idosos (as) se tornassem interlocutores políticos legítimos na luta pelos interesses da categoria. Como exemplo da importância destes espaços de mobilização social, destacamos as conquistas na Constituição Brasileira³¹ de 1988, que preconizou os direitos da pessoa idosa, e o Estatuto do Idoso em 2003, que ratificou essas conquistas, regulamentando os direitos dos (as) idosos (as), incorporando num único dispositivo leis e políticas postuladas à categoria idosa.

1.3.1 Novos olhares e perspectivas do envelhecimento

As transformações assumidas pela velhice no final do século XX corroboraram para a edificação de novas percepções acerca do envelhecimento, tornando-se um campo privilegiado para pesquisadores que se destinam a investigar os impactos que essa realidade impõe à sociedade brasileira contemporânea.

A reivindicação por novos papéis sociais tem feito com que os idosos se tornem cada vez mais participativos em atividades relacionadas à política pública, ao mercado consumidor e a novas formas de lazer. Desse modo, culminando na criação de espaços democráticos de congregação do segmento idoso, a exemplo dos centros de convivência, das escolas abertas para terceira idade, das universidades para terceira idade, dentre outros. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002; DEBERT, 2012; BORGES, 2015)

Levando-se em consideração que o segmento idoso vem se tornando uma parcela significativa da população brasileira, é justificável e legítima a preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento. A esse respeito, Bobbio (1997, p. 33) faz a seguinte colocação: “nunca imaginei viver tanto; nem me lembro de pessoas que morreram com mais de oitenta anos em minha família [...]”.

Nessa perspectiva, ratificamos que é fundamental a quebra da “conspiração do silêncio” (BEAUVOIR, 2018) em relação à velhice, a fim de modificarmos as imagens e as formas de gestão da velhice que não correspondam mais à realidade do idoso contemporâneo.

³¹Também chamada de Constituição cidadã pelo reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais do cidadão.

Debert (2012) destaca que o Brasil, nas últimas décadas, tem ampliado programas direcionados ao segmento idoso, como escolas abertas e os centros de convivência para a pessoa idosa. Ainda segundo a autora, “esses programas, encorajando a busca de autoexpressão e a exploração de identidades, [...] abrem espaços para que uma experiência inovadora passe a ser vivida coletivamente e indicam que a sociedade brasileira é hoje mais sensível aos problemas do envelhecimento”. (DEBERT, 2012, p. 15)

Com relação a tais programas, Vieira (2007) discorre sobre a Faculdade Municipal de Palhoça (Florianópolis), a Universidade Aberta (Paraná) e a Universidade da Maturidade (Brasília)³² como exemplos de cursos ofertados ao segmento idoso. Ainda de acordo com o autor, as disciplinas são direcionadas ao interesse da pessoa idosa, como Educação Física, Economia, empreendedorismo, dentre outras.

Debert (2012, p. 155) discorre que “a construção de uma imagem positiva do envelhecimento entre alunos não tem como referência [...] a disponibilidade para o aprendizado e para novas experiências que dá uma identidade aos estudantes e uma particularidade ao envelhecimento de cada um”.

Diante dessa premissa, D’Alencar et al. (2017, p.114) apontam que “a existência das universidades abertas à terceira idade no Brasil, [...] estabeleceu objetivos que favorecem a saída do isolamento, a busca por interação social, [...] capacitação e reorientação dessas pessoas para uma nova fase da vida [...]”.

Corroborando com esse entendimento, Monteiro (2005, p. 36) destaca que “somos sempre mobilizados em direção ao novo, em busca de conhecimento renovável”. A partir dessas análises, inferimos que a educação oportuniza aos idosos novos conhecimentos, fazendo com que almejem novas perspectivas de vida, bem como proporciona a ampliação das relações interpessoais.

Na mesma linha, Minayo e Coimbra Jr. (2002) destacam que os tempos modernos trouxeram à discussão questões que ampliaram as concepções da velhice e do envelhecimento. Desse modo, destacam uma maior sensibilidade da sociedade contemporânea com relação às questões culturais e sociais do envelhecimento, “o que, em consequência, acaba por romper estereótipos ideológicos e comportamentais”. (MINAYO, COIMBRA JR., 2002, p. 22)

³²As escolas e as universidades abertas para a terceira idade são definidas como espaços de valorização e congregação da população idosa estabelecendo possibilitando uma imagem positiva da velhice. Além disso, permitem o resgate do conhecimento do idoso como fonte de saber. O Brasil conta com 85 instituições de nível superior envolvidas com o desenvolvimento de atividades voltadas para a terceira idade, sendo 52 públicas e 33 da iniciativa privada. A maior parte delas localizadas na região sudeste. (CAMARANO, 2010)

Diante disso, o (a) idoso (a) passa a ser considerado como um sujeito capaz de atuar de forma legítima, em prol de seus direitos e da coletividade, reiterando seu espaço na estrutura social, transformando sua realidade e incorporando estratégias que lhe permitam agir e pensar como ator social.

Baseada na ideia de envelhecimento saudável e ativo e alicerçada na autonomia, na atividade e na plena participação das pessoas idosas, a OMS (2005) estabelece uma imagem positiva da velhice, que se contrapõe à visão tradicional, a qual associa a apatia, a decadência e a doença ao processo de envelhecimento. Para tanto, ressalta que é fundamental o reconhecimento dos direitos da pessoa idosa, bem como garantir oportunidades aos indivíduos à medida que envelhecem.

Ainda de acordo com a OMS (2005, p. 43), “a ideia de que todas as pessoas acima de 60 anos são dependentes é uma premissa falsa”, assim, “continuam a trabalhar no mercado de trabalho formal durante a terceira idade, [...] a contribuir para a economia através de trabalho informal ou atividades voluntárias, troca de dinheiro entre as gerações e apoio familiar”.

Nesse sentido,

[...] as lutas sociais, as conferências sobre direitos humanos, a construção de um sistema de proteção à velhice, a coexistência de gerações, a longevidade, as pesquisas sociais e biomédicas e as novas tecnologias têm contribuído para a construção de uma imagem do envelhecimento como uma conquista da humanidade, uma etapa de desenvolvimento psicossocial e uma contribuição à sociedade, à cultura e à economia. (FALEIROS, 2007, p. 158)

A partir disso, podemos afirmar que a velhice vem assumindo novas percepções na modernidade. O aumento da longevidade e os impactos dessa nova realidade no Estado, na sociedade e no próprio indivíduo apontaram para a necessidade da ampliação dos espaços de luta, mobilização, cidadania e inclusão social, o que significou novos arranjos sociais em resposta às transformações da sociedade. Partindo desse entendimento, “os papéis sociais estão mudando e podem mudar mais, à medida que os idosos se coloquem como atores de transformação com que sonham”. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 23)

Para Doll (2007a), a concepção de tempo livre é relativamente nova e está associada à Revolução Industrial. Com isso, a autora destaca que “somente no século XX ocorreu a democratização do tempo livre para a maioria da população nas sociedades industrializadas”. (DOLL, 2007a, p. 110) O aumento progressivo na longevidade humana fez com que o tempo livre dos (as) sujeitos idosos (as) se tornasse maior, abrindo a possibilidade para outras atividades culturais, estéticas e de autorrealização. Todavia, Doll (2007a, p. 112) alerta que “a

realização de atividades de lazer depende, além do tempo livre, de condições financeiras, educação, escolaridade e cultura”.

Segundo Coutrim (2010), a sociedade contemporânea convive com diversas percepções de velhices, haja vista que se trata de um processo marcado por múltiplas dimensões, as quais variam de cultura para cultura, de sociedade para sociedade. Essa discussão se torna ainda mais relevante, ao considerarmos as desigualdades sociais e as contradições regionais presentes no Brasil.

Desta maneira, a transição do mundo do trabalho para o de aposentado nem sempre é sinônimo de proteção à velhice. (FALEIROS, 2007; CONTRIM, 2005; OLIVEIRA, 2017) Considerando que nem todos os trabalhadores usufruem das mesmas condições sociais e econômicas, com atividades laborais diferenciadas ao longo do exercício profissional, levamos a refletir que a fase da aposentadoria pode ser mais fascinante para uns do que para outros.

Com relação ao exposto, Faleiros (2007, p. 166) destaca que “a garantia e o acesso aos direitos da aposentadoria, saúde, escolarização e lazer precisam ser discutidos e efetivados com a participação dos próprios idosos [...]”. Coutrim (2010), por sua vez, expõe que muitos dos discursos presentes na sociedade não partiram dos (as) idosos (as), mas de seus porta-vozes.

Nesse contexto, os autores citados destacam a relevância de considerarmos os (as) idosos(as) como um ser humano integral, autônomo e independente, pois “cidadania é um movimento do ser sujeito na construção de sua história”. (FALEIROS, 2007, p. 166)

Essa nova perspectiva de envelhecimento tem ampliado os debates, não só nos meios acadêmicos, mas também outros setores da sociedade, ressignificando os conceitos e as noções acerca da velhice e do envelhecimento, estabelecendo novos contornos sobre os interesses e as realizações pessoais da pessoa idosa. Nesse contexto, emerge a concepção do idoso enquanto categoria social (NERI, 1991; MINAYO; COIMBRA JR., 2002; DEBERT, 2012; BEAUVOIR, 2018), reivindicando por mudanças substanciais nas políticas públicas direcionadas à população idosa.

Por fim, o envelhecimento populacional observado nas últimas décadas aponta para a necessidade do aprofundamento dos estudos epistemológicos e de pesquisas, com o propósito de analisarmos com mais clareza “as condições de vida dos idosos e identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que intervêm positiva ou negativamente na qualidade de vida desta população”. (UCHÔA, 2003, p. 26)

Partindo deste pressuposto, enaltecemos a importância da garantia de lugares de fala (SPIVAK, 2010) em todas as esferas da sociedade, de forma que os (as) idosos (as) possam ser ouvidos (as). Ratificamos, com isso, que a pessoa idosa, como protagonista da sua própria velhice, tem plena condição de falar sobre si, sem a necessidade de porta-vozes.



CAPÍTULO II

**CONSTRUINDO RESISTÊNCIAS:
UM PAÍS QUE ENVELHECE**

2. CONSTRUINDO RESISTÊNCIAS: UM PAÍS QUE ENVELHECE

Neste capítulo, aprofundaremos as discussões acerca dessas temáticas, considerando as vozes que insurgem da população idosa do município de Tefé (AM), frequentadores do Centro de Convivência Municipal da Família (CMCF). A diversidade das experiências do envelhecimento, observadas no Grupo de Convivência, demonstrou ser um campo privilegiado à investigação de temas correspondentes à velhice, com vistas a subsidiar a pesquisa em torno das memórias da pessoa idosa e do processo de ressignificação da identidade social, concebida a partir de uma perspectiva interdisciplinar, considerando aspectos socioeconômicos, culturais e políticos inerentes ao universo do (a) idoso (a).

No Brasil, as décadas de 1970 e 1980 marcam a transição de um sistema autoritário e ditatorial para uma nova forma de sistema político, de caráter democrático, compondo significativas alterações no conjunto da sociedade. Num cenário de clara transição política, os movimentos sociais desabrocharam em um processo de revalorização dos atores e das práticas sociais.

Nesse contexto, destacamos a participação dos (as) idosos (as) em movimentos sociais constituindo associações, federações e confederações de aposentados - tendo à frente do movimento antigos líderes sindicais - assumindo o papel de interlocutores dos aposentados passando a influenciar os rumos da política previdência. Segundo Debert (2012, p. 139, grifos do autor), “esse movimento, organizado em associações, federações e uma confederação nacional, ocupou o centro da cena política brasileira no final de 1991 e início de 1992, [...] que ficou conhecido como a *luta pelos 147%*.”

Diante dessa premissa, citamos Minayo e Coimbra Jr. (2002):

Com os termos de “luta”, “mobilização” e “nova categoria” estruturando seu discurso ordenador desde o início dos anos 80 e culminando na segunda metade dos anos 90, os idosos se reuniram e foram para as ruas reivindicar reconhecimento de seus direitos previdenciários, aumento das aposentadorias e participação na gestão de seus interesses, com assento nos conselhos nacionais de Saúde e de Seguridade Social. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 21, grifos do autor)

A partir dos autores, observamos a importância histórica e social do movimento de aposentados, não somente em relação ao pleito para a ampliação dos direitos previdenciários, mas, sobretudo, por possibilitar aos idosos (as) o exercício do protagonismo social e político na construção de sua história, sobretudo, criando uma nova imagem de si próprio.

Corroborando com esse pensamento, Borges (2015, p. 86) afirma que as manifestações populares significaram “a busca de uma rearticulação e de uma movimentação em função da definição de novos fins e meios, de outras técnicas de organização, conscientização, atuação e luta, [...] que permitiram o desenvolvimento sociocultural, político e econômico [...]”. Indica que a mobilização de segmentos populares na luta por direitos de cidadania possibilitou o fortalecimento de diferentes identidades, em especial, dos (as) idosos (as), ao dar visibilidade às questões relacionadas à velhice e ao envelhecimento.

Enfatizando esse aspecto, Minayo e Coimbra Jr. (2002) destacam que o movimento dos aposentados cresceu e se estruturou no mesmo compasso que se intensificam e multiplicam os programas de terceira idade. Para Debert (2012, p. 143), “tanto os programas como as associações estão envolvidos numa luta contra os preconceitos e os estereótipos através dos quais se supõe que a velhice seja tratada no contexto brasileiro”.

É nesse cenário que emerge o novo perfil de idoso (a), que luta contra a discriminação, o preconceito e o isolamento social, celebrando o envelhecimento participativo e com qualidade de vida.

A partir do contexto apresentado, afirmamos que o final da década de 1970 foi marcado por conquistas representativas para a população idosa. Convém destacarmos que essas conquistas se deram em plena ditadura militar. À guisa de exemplo, citamos a Lei nº 6119/74, que institui uma renda mensal vitalícia correspondente a 50% do salário-mínimo para a pessoa com 70 anos ou mais que tivesse contribuído pelo menos um ano para a Previdência Social. Ainda nessa década, no ano de 1975, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) passa a apoiar os centros de convivência como um espaço de socialização para a pessoa idosa. (FALEIROS, 2007)

Em conformidade com os autores mencionados, inferimos que o aumento da longevidade, da autonomia e da independência da pessoa idosa permitem a oposição às antigas formas de tratamento dada aos velhos. Segundo Debert (2012, p.61), “não se trata mais de apenas resolver os problemas econômicos dos idosos, mas também proporcionar-lhes cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada”.

É oportuno destacar que os (as) idosos (as) sempre fizeram parte da sociedade, entretanto, suas reivindicações e lutas só se tornaram visíveis na agenda pública a partir do século XX, diante das alterações na estrutura etária da população brasileira, somado ao processo de reabertura política do país. (BOARETTO; HEIMANN, 2015)

Neste sentido, destacamos as análises de Borges (2015):

[...] o contingente da população que está excluído da sociedade e tolhido de seus direitos básicos de cidadão precisa assumir uma postura de pertencimento comunitário e de participação social, [...] ampliando os espaços sociais significativos e a consolidação dos idosos como sujeitos e agentes na construção e reconstrução de sua história e não apenas de espectadores ou receptores desse processo. (BORGES, 2015, p. 98)

A partir de Borges (2015), aludimos acerca da importância dos espaços democráticos, de cidadania e de participação social na reivindicação pela materialização de conquistas obtidas na Constituição Brasileira de 1988, a qual prevê um novo quadro sociopolítico destinado a garantir a implementação e execução de políticas sociais que possam qualificar a vida da pessoa idosa ao subsidiar uma melhor atenção às suas necessidades, sua promoção e proteção.

Com isso, os idosos passaram a ser reconhecidos como uma categoria social, inaugurando um espaço novo de cidadania, participação e inclusão. Em relação a isso, Camarano (2010, p. 16) ressalta que “nas últimas duas décadas, muito se avançou nas duas agendas, mas sem garantir a implementação das políticas traçadas”.

Para Bobbio (1997, p. 26), num cenário no qual “[...] tudo pode ser comprado e vendido, onde tudo tem um preço, também a velhice pode transformar-se em uma mercadoria como todas as outras [...]”. Nesta direção, Borges (2015) argumenta que a redução do Estado conduz à mercantilização de serviços públicos (previdência, assistência e saúde), provocando distorção das responsabilidades sobre o amparo e a proteção ao idoso (a), tendo como resultado imediato a ineficiência dos serviços prestados.

Em face desta realidade, mesmo diante de um contexto de lutas e de reivindicações pela concretização de seus direitos sociais, os (as) idosos (as) vêm paulatinamente sofrendo com o desmonte das políticas sociais perante um quadro sociopolítico de domínio neoliberal.

Desta forma, “[...] o desrespeito aos direitos dos idosos, são questões que devem mobilizar a sociedade como um todo. Não só os jovens de hoje serão os idosos de amanhã, como o serão em número significativamente maior que o atualmente registrado [...]”. (ALMEIDA, 2005, p. 26)

Segundo Neri (2007), as mudanças na forma de ver e de viver a velhice e o envelhecimento permitiram uma maior visibilidade ao segmento idoso, alterando as suas relações de convivência com a sociedade. Contudo, “os idosos são afetados pelo discurso ambíguo do Estado, que ora promete protegê-los de uma forma tão paternalista [...], ora os

discrimina como causadores dos problemas previdenciários e de saúde pública que afetam a todos os cidadãos”. (NERI, 2007, p. 49-50)

É importante frisarmos que, ao longo da história contemporânea, as políticas sociais brasileiras sempre foram incorporadas sob um viés de *benesses*, tratadas como mercadorias passíveis de negociação em função dos interesses hegemônicos. Assim, a velhice passa a ser concebida enquanto uma questão privada, limitada ao âmbito familiar, religioso e filantrópico. (BORGES, 2015)

Por sua vez, Rodrigues et al. (2007, p.02) expõem que “até a década de 70, do século XX, no Brasil, os idosos recebiam, principalmente, atenção de cunho caritativo de instituições não-governamentais, tais como entidades religiosas e filantrópicas”.

Para Siqueira e Moi (2015, p. 166), “nem a família, nem a sociedade e muito menos o poder público estão preparados para conviver com essa nova realidade demográfica”. Para que a política pública direcionada ao envelhecimento populacional seja efetiva e eficiente, é necessário que se estabeleça uma abordagem integrada em seus diversos setores específicos: saúde, economia, mercado de trabalho, seguridade social e educação. (RODRIGUES et al., 2007)

Permitindo, principalmente, que os (as) idosos (as) tenham voz e vez em suas escolhas e reivindicações, respeitando sua autonomia, sua independência e seus direitos sociais e políticos. Afinal, “alcançar a referida cidadania - na velhice - não é, e nem está longe de ser uma mera utopia”. (VIEIRA; POMPEO, 2017, p. 158)

A pós-modernidade proporcionou discussões culturais e sociais que permitiram uma maior abertura a pluralidade de ideias, originando a criação de espaços democráticos de luta e reivindicação. Boaretto e Heimann (2015, p. 108) discorrem que “um grupo social reconhece suas necessidades, é através de sua participação na esfera política que se viabilizará a transformação das necessidades em direitos”.

Conforme já referido, o envelhecimento populacional em âmbito mundial ocorreu de maneiras distintas. Ou seja, nos países desenvolvidos esse processo foi acompanhado pela expansão dos sistemas de proteção social, através de programas sociais que possibilitaram a manutenção do papel social do (a) idoso (a), sua autonomia e sua independência. Ao passo que, nos países em desenvolvimento, o envelhecimento transcorreu num cenário de crises econômica e fiscal, agravado pelas desigualdades socioeconômicas e por um panorama político neoliberal. (BOARETTO; HEIMANN, 2015; BORGES, 2015)

Diante desta realidade, lembramos que o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais e regionais. Isto é, a concentração de renda e o alto índice de pobreza são fatores que determinam diferentes contextos de envelhecimento.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que os valores atribuídos à velhice estão intrinsecamente relacionados à forma como a sociedade a vê e a compreende. Para Beauvoir (2018, p. 91), “o destino dos idosos depende em grande parte de suas capacidades, do prestígio e das riquezas que essas capacidades lhe proporcionam; o dos privilegiados difere do destino do homem comum”.

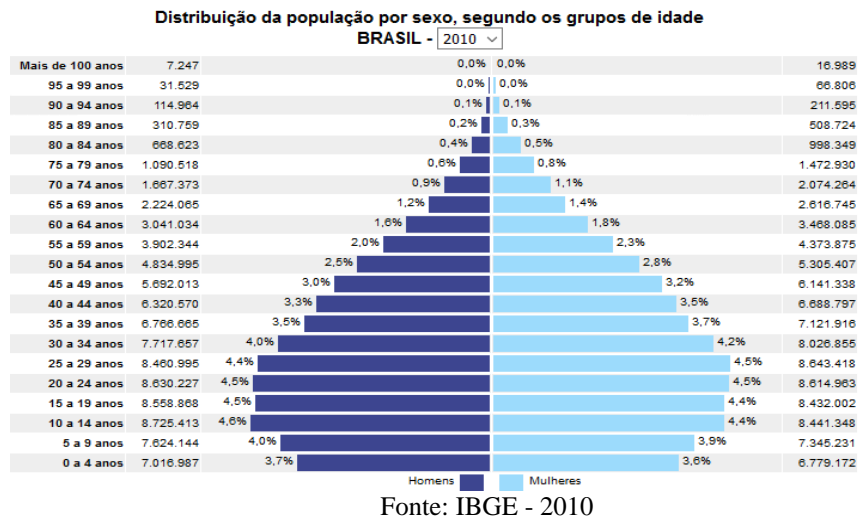
Outro aspecto relevante é o processo da feminização da velhice, que ocorre na mesma cadência que o envelhecimento populacional. De acordo com Neri (2007), esse processo está associado aos seguintes eventos: 1- maior longevidade das mulheres em relação aos homens; 2- crescimento das mulheres idosas ao grupo economicamente ativo, e 3- crescimento das mulheres idosas como chefes de família.

Ainda, segundo a autora, “as mulheres são a maioria entre os idosos brasileiros de 60 anos e mais, a uma razão de 62 homens para cada 100 mulheres, em um contexto no qual o segmento etário que mais cresce na população é o dos idosos”. (NERI, 2007, p. 56)

Lopes (2015, p. 135) expõe que “está ocorrendo um fenômeno de feminização da velhice, caracterizado pelo crescimento da proporção de mulheres no total da população idosa de todo o mundo”.

De acordo com as estimativas da ONU, em 2040 teremos uma população idosa masculina equivalente a 23,99 milhões, enquanto a população feminina idosa será de 30,19 milhões. Isto significa que haverá 6,2 milhões de mulheres idosas a mais, se comparado à população idosa masculina. (PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 2014) No Brasil, o censo demográfico brasileiro (IBGE, 2010) apontou que as mulheres correspondiam a 51% da população. Enfatizamos ainda que o número de mulheres idosas excede ao dos homens idosos no quantitativo, em todos os segmentos etários acima de 60 anos da pirâmide brasileira. O que pode ser demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Distribuição por sexo segundo grupos de idade



Ao examinarmos o Gráfico 2, analisamos que, no Brasil, assim como em outros países, é notório o aumento da população de mulheres idosas, em especial nas faixas etária acima de 75 anos. É importante mencionarmos que “analisar o processo de feminização da velhice focalizando apenas as mulheres significa conhecê-lo pela metade, porque as mudanças na vida delas se dão na relação com a vida deles”. (NERI, 2007, p. 61)

Ainda nessa perspectiva, Debert (2012, p. 144) expõe que “as diferenças nas formas como homens e mulheres representam a que é velhice e percebem as mudanças ocorridas no envelhecimento [...] são elementos fundamentais para o entendermos o uso sexualmente diferenciado desses espaços”.

Em vista disso, realçamos que as experiências advindas com o processo de envelhecimento têm se mostrado de maneira distinta entre os homens e as mulheres. Nesse sentido, Beauvoir (2018) argumenta que “as sociedades que têm história são dominadas pelos homens; as mulheres jovens e velhas podem até desfrutar a autoridade na vida privada; na vida pública, seu estatuto é idêntico; são eternas menores”. (BEAUVOIR, 2018, p. 95)

E, a partir de Debert (2012, p. 140), podemos inferir que “sendo a mulher em quase todas as sociedades valorizadas exclusivamente por seu papel reprodutivo e pelo cuidado das crianças, desprezo e desdém marcariam sua passagem prematura à velhice”.

Para Lopes (2015), a feminização da velhice conjectura a necessidade de novas formas de a sociedade lidar com essa etapa da vida, especialmente com relação ao novo papel das mulheres idosas.

Todavia, as características dessas mudanças podem variar de acordo com a classe social de pertencimento, as políticas públicas, a educação, o lazer, as relações de trabalho e familiares, dentre outras. Em suma, “as novas imagens do envelhecimento e as relações que se

estabelecem ao longo desse processo [...] expressam mudanças sociais e redefinem identidades, relações familiares, o próprio curso da vida e a dialética de dependência/interdependência”. (LOPES, 2015, p. 139-140)

É importante ressaltarmos que o CMCF faz parte de um equipamento que compõe a rede de proteção social básica da política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)³³, referenciado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)³⁴, que tem como órgão gestor a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC). O quadro de funcionários é composto por uma equipe interdisciplinar, formada por professores de educação física, dança e musicoterapia, técnico administrativo, assistente social, fisioterapeuta, técnica de enfermagem, orientadoras do serviço de convivência, fortalecimento de vínculos (SCFV) e serviço geral.

Figura 4 - Localização do Centro Municipal de Convivência da Família -CMCF



Fonte: Prefeitura Municipal de Tefé (AM)³⁵

³³ O Sistema Único de Assistência Social (Suas), regulamentado pela Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011, tem como premissa organizar os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo pautado na gestão participativa, reúne esforços e recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. O SUAS desenvolve suas ações na área de assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em: 24 nov. 2020)

³⁴ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. Trata-se de um local público, situado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são ofertados serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>. Acesso em: 24 nov. 2020)

³⁵ Disponível em: <http://www.tefe.am.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Cabe ainda destacarmos que, no primeiro semestre do ano de 2020, fomos confrontados por uma doença infecciosa nomeada como SARS-CoV-2³⁶ (COVID-19), para a qual ainda não há um tratamento específico. Diante de um contexto de incertezas, foram tomadas decisões drásticas, baseadas em protocolos de prevenção sinalizados pela OMS, os quais estabeleceram uma rotina de medidas restritivas e preventivas, dentre elas, o distanciamento social. Essas medidas foram uma tentativa de reduzir a velocidade de contaminação do vírus e, conseqüentemente, o número de pessoas infectadas.

Entretanto, o peso das desigualdades sociais e a existência de muitos grupos vulneráveis, dentre eles os idosos, tornaram-se um desafio a mais na elaboração e execução de ações preventivas e de controle da doença.

Na pandemia, o CMCF teve suas atividades forçadamente suspensas por Decreto Municipal Nº 238, de 17 de março de 2020³⁷, visto que as pessoas idosas, principalmente aquelas com algum tipo de comorbidade, foram classificadas como grupo de risco. A partir desse novo panorama, os (as) idosos (as) foram orientados a evitar rotinas que estabelecessem contato com outras pessoas, sejam familiares, amigos, vizinhos, grupos de convivência.

As atividades foram retomadas, parcialmente, em agosto de 2020, com a flexibilização³⁸ das medidas restritivas e preventivas contra a COVID-19. A flexibilização permitiu o retorno, ainda que de forma gradual, das atividades realizadas com a terceira idade. Contudo, foram estabelecidas medidas protocolares³⁹ de prevenção e segurança a serem

³⁶A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. Os primeiros relatos da doença foram em dezembro de 2019, quando surgiram os primeiros casos de COVID-19, sendo rapidamente disseminada e transmitida a nível mundial. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligo sintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em 25 nov. de 2020)

³⁷O Prefeito de Tefé, Normando Bessa de Sá, assinou o Decreto Municipal Nº 238, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre decretação de emergência na saúde pública no município de Tefé, e das medidas preventivas necessárias para o enfrentamento e conter a disseminação do novo COVID-19. (Prefeitura Municipal de Tefé, 2020. Disponível: <https://tefe.am.gov.br/prefeito-normando-bessa-decreta-situacao-de-emergencia-na-saude-e-institui-comite-de-combate-ao-covid-19-em-tefe/>. Acesso em: 25 nov. 2020)

³⁸ O Decreto de Nº 361, de 30 de junho de 2020, estabeleceu a flexibilização de algumas medidas restritivas e preventivas a serem aplicadas no Município de Tefé, em virtude da COVID-19, adotando novas medidas sanitárias, aplicáveis à cidade. Contudo, reitera que o coronavírus ainda continua circulando e as medidas de distanciamento social, uso de máscara e higienização pessoal são contínuas, pois são necessários para a contenção da proliferação da doença. (Prefeitura Municipal de Tefé, 2020. Disponível: <https://tefe.am.gov.br/pandemia-decreto-estabelece-medidas-para-flexibilizacao-das-atividades-em-tefe/>. Acesso em: 25 Nov. 2020)

³⁹Os idosos foram limitados a realizarem as atividades apenas duas vezes por semana, em áreas abertas e ventiladas. Com a capacidade de 12 idosos por atividades. Só poderão participar, presencialmente, aqueles que já tiveram COVID-19. Os que testaram negativos para COVID-19 serão atendidos em domicílio de acordo com a necessidade observada. Também foram disponibilizados álcool em gel 70% para higienização das mãos; distância mínima de 1 (um) metro entre pessoas em lugares públicos e de convívio social; uso obrigatório de

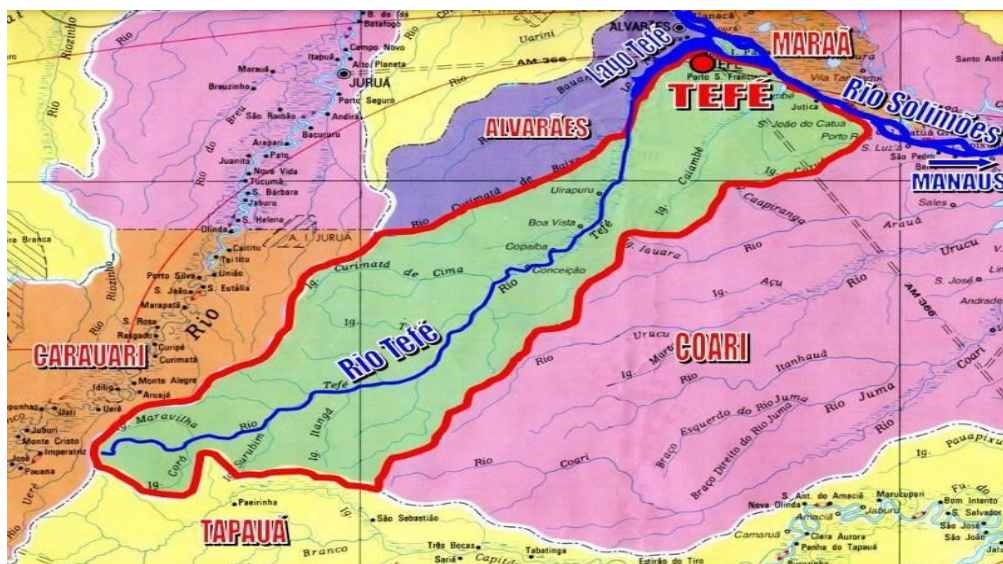
seguidas rigorosamente pelos (as) idosos (as), pelos (as) funcionários (as) e pela equipe técnica do CMCF. A partir desse entendimento, o número de assistidos do CMCF foi reduzido de 131 idosos para 52 idosos, ou seja, uma redução de 60% de sua capacidade total do atendimento.

2.1 Caracterizando os idosos da pesquisa

O município de Tefé (AM) é um dos mais antigos do Estado do Amazonas, sua fundação é datada entre os anos 1686 e 1688, pelo famoso austríaco Padre Samuel Fritz, que, a serviço da Espanha, fundou as primeiras missões jesuíticas na região, com o objetivo de catequizar os povos nativos. Esse tipo de colonização conduzida pelos povos europeus fez com que o povoamento da região ocorresse de forma traumática, devido às lutas contínuas na tentativa de evangelizar e escravizar a mão-de-obra indígena. (SANTOS, 2012)

A cidade fica às margens do lago Tefé, formado pelo alargamento do rio que possui o mesmo nome da cidade, tendo como um dos seus afluentes o Rio Solimões, situado a sua margem direita. A extensão territorial do município corresponde a 23.704,475 km² com uma densidade demográfica de 2,59hab./km². Os municípios fronteiriços com Tefé são Coari, Tapauá, Carauari, Alvarães e Maraã. O acesso à cidade se faz exclusivamente por via fluvial ou aérea. (IBGE, 2010)

Figura 5 - Localização da Cidade Tefé



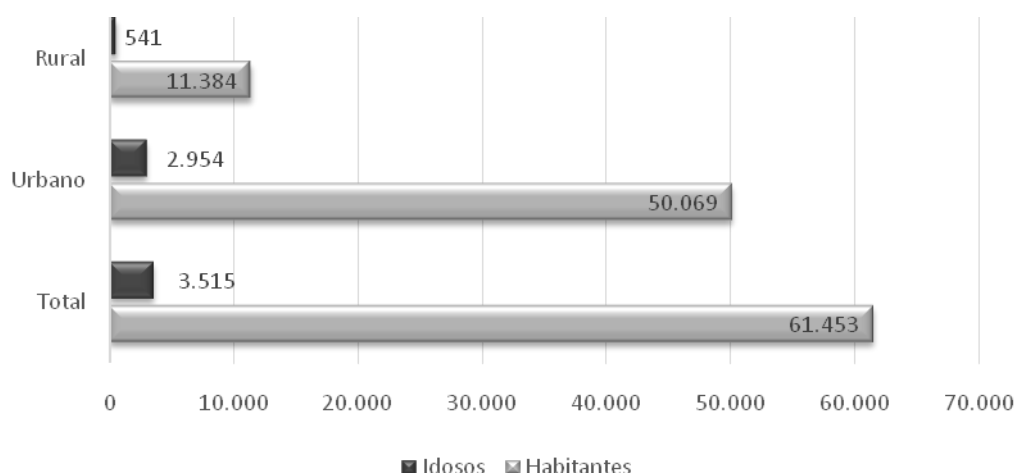
máscara em todas as dependências do CMCF; orientação para não compartilhamento de objetos de uso pessoal como toalhas e copos. (TEFÉ, 2020)

Fonte: Conexão Tefé⁴⁰

Conforme os dados do IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município em 2010 foi de 0,639. É a cidade da região do Médio Solimões com a maior população, estimada em 61.453 pessoas. A relação entre os espaços urbanos e os rurais, divulgados no último censo demográfico, mostrou que 81,50% da população residia em áreas urbanas, em número absoluto 50.069 habitantes, enquanto 18,50% residiam em área rural, o que equivale a 11.384 habitantes.

Ao direcionarmos nosso foco para o segmento idoso, percebemos que eles representavam 3.515 da população total do município, ou seja, 5,7% dos habitantes. Destes, 2.954 residiam em espaços urbanos, representando um percentual de 84,7% do total de idosos (as). Constatamos ainda que 541 idosos (as) residiam em área rural, ou seja, 16,5%. No que se refere à questão de gênero, verificamos que 1.839 são homens e 1.676 são mulheres. (IBGE, 2010) Esse panorama nos permite afirmar que Tefé está na contramão das estatísticas que apontam para uma feminização da velhice. O Gráfico 3 estabelece uma comparação entre a população residente e o número de idosos (as), considerando a situação de domicílio.

Gráfico 3 – Distribuição de idosos no município de Tefé entre a área rural e urbana - 2010



Fonte: Censo do IBGE – 2010. Dados organizados pela autora.

Diante dos dados apresentados, evidenciamos uma maior concentração do número de idosos (as) em meio urbano no município de Tefé. Esta concentração da população em áreas urbanas, em geral, relaciona-se ao fluxo migratório do campo para as cidades, em busca por melhores condições de trabalho, educação, moradia, oferta dos serviços públicos, em especial

⁴⁰Disponível em: <http://conexao-tefe.blogspot.com/2016/10/aspectos-demograficos.html>. Acesso em: 21 nov. 2020.

de saúde. (LISBÔA, 2011) Esse processo tem influenciado na mudança de idosos (as) da área rural para a urbana, pois, na sua grande maioria, eles acompanham seus familiares no fluxo migratório.

No caso específico de Tefé, o desafio consiste em traçar estratégias que garantam a essa etapa da vida um envelhecimento dignidade, com autonomia e, principalmente, com qualidade de vida. É oportuno apontar que a cidade de Tefé não conta com um Centro de Convivência de sede própria e exclusivo para as demandas da população idosa. (COSTA; SCHOR, 2014) O que existe é o CMCF, que atende famílias em situação de vulnerabilidade social, crianças e adolescentes, trabalhadores (as) e idosos (as). Pontuamos, ainda, que o atendimento à população idosa ribeirinha e indígena fica comprometido pela falta de transporte, insumos materiais e humanos.

Não resta dúvida que essa nova realidade tem reflexos, tanto na esfera da vida pública quanto na privada, exigindo mudanças significativas em setores como: administração pública, economia, saúde, direito, urbanismo, lazer, transporte, serviços assistenciais, dentre outros. (D’ALENCAR et al., 2017) Nesse sentido, Lisbôa (2011, p. 27) ressalta que “a velhice e o envelhecimento na sua totalidade perpassam pela esfera social, cultural, política e econômica”.

Neri (2011, p. 01) argumenta que os “dados de pesquisas sociológicas, econômicas e epidemiológicas indicam que [...] nível de renda, classe social, escolaridade, etnia, nacionalidade, gênero idade e saúde são prognósticos fracos de qualidade de vida de indivíduos e da coletividade”.

Com base nesse entendimento, traçamos o perfil dos (as) idosos (as) do município de Tefé frequentadores do CMCF, considerando variáveis elucidativas como sexo, renda, estrutura familiar, escolaridade, moradia, idade, a fim de compreendermos melhor as condições sociais e econômicas nas quais estão inseridos. A tabela 1 demonstra os dados gerais dos (as) idosos (as) inscritos no CMCF.

Tabela 1- Perfil dos idosos atendidos no CMCF/ março de 2020

VARIÁVEIS	CATEGORIAS	FREQUENCIA (n=131)	%
IDADE	60 – 69 ANOS	73	56
	70 – 79 ANOS	46	35
	80 – 89 ANOS	12	9
	90 OU MAIS	0	0
SEXO	MASCULINO	32	24
	FEMININO	99	76

ESTADO CIVIL	CASADO (A)	45	34	
	SOLTERIRO (a)	25	20	
	SEPARADO (A)	9	7	
	VIÚVO (A)	38	29	
	UNIÃO ESTÁVEL	14	10	
ESCOLARIDADE	ANALFABETO	8	6	
	ENS. FUND. INCOMPLETO	88	67	
	ENS. FUND. COMPLETO	12	9	
	ENS. MÉDIO INCOMPLETO	8	6	
	ENSINO MÉDIO COMPLETO	13	10	
	SUPERIOR INCOMPLETO	0	0	
	SUPERIOR COMPLETO	2	2	
	RENDA	SEM RENDA	13	9
		APOSENTADO	42	33
		PENSIONISTA	18	14
TRAB FORMAL		3	2	
TRAB. INFORMAL		20	15	
BPC – LOAS		35	27	
GRUPO FAMILIAR	CONJUGUÊ	60	46	
	FILHOS	19	15	
	NETOS	3	2	
	FILHOS E NETOS	26	20	
	SOBRINHOS	2	1	
SITUAÇÃO DE MORADIA	PRÓPRIA	116	88,6	
	ALUGADA	10	7,6	
	CEDIDA	4	3	
	OUTRA SITUAÇÃO	1	0,8	

Fonte: Centro Municipal de Convivência da Família – Tefé/AM. Organizado pela autora.

As informações contidas na Tabela 1 apresentam dados importantes acerca do perfil sociodemográfico dos (as) idosos (as) do CMCF. Destes dados, a faixa etária que se mostrou predominante foi de 60 a 69 anos, com um percentual de 56%, seguida por 35% da faixa etária entre 70 e 79 anos. Em contrapartida, os (as) idosos (as) entre 80 e 89 anos foram os que apresentaram a menor taxa incidência, ou seja, 9% do total inscritos. Destacamos que não observamos idosos (as) com idade igual ou superior a 90 anos atendidos pelo CMCF.

Diante do cenário apresentado, podemos afirmar que os (as) idosos (as) frequentadores do CMCF são em sua maioria idosos (as) jovens, seguidas de idosos (as) entre 70 e 79 anos, idosos(as) maduros. Para Ana Amélia Camarano, pesquisadora do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o grande desafio para o futuro consiste em considerar as

especificidades dentro da ampla faixa etária em que se inclui o (a) idoso (a). (PERISSÉ; MARLI, 2019)

Desse modo, a prevalência de idosos (as) na faixa etária de 60 a 69 anos nos permite a três importantes reflexões: Primeiro, nessa faixa etária a pessoa idosa ainda detém certa autonomia e independência. Segundo, aumento significativo do tempo livre em decorrência da menor inserção no mercado de trabalho e da aposentadoria.

Assim, ratificamos que a importância dos espaços de convivência consiste em proporcionar a participação dos (as) idosos (as) em atividades que estimulem o fortalecimento da autoestima, da autonomia, da independência e do convívio social.

Por outro lado, constatamos que a baixa participação dos (as) idosos (as) na faixa etária entre 80-89, em geral, está relacionada a maior dependência e comorbidades decorrentes do aumento da idade. Segundo Doll (2007a), o avanço da idade traz consigo impedimentos concretos pertinentes ao envelhecimento humano, como problemas de locomoção e o agravamento de doenças pré-existentes. Ainda, de acordo com o autor, “para realizar determinadas atividades, as pessoas precisam de certa competência e de certa performance, que podem ser prejudicadas por doenças ou por idade avançada”. (DOLL, 2007a, p. 111)

Outro aspecto considerado é que as mulheres idosas representam a maioria no CMCF, com um percentual de 76%, e os homens correspondem a 24%. Assim, concordamos com Doll (2007, p. 115) quando afirma que “esses grupos atraem principalmente as mulheres, mas, embora minoritariamente, os homens estão presentes”. Ainda destacamos o entendimento de Debert (2012, p. 139), ao concluir que “no Brasil, os programas para a terceira idade têm mobilizado, sobretudo o público feminino”, ressaltando que “o entusiasmo manifestado pelas mulheres na realização das atividades propostas contrasta com a atitude reservada e indiferente dos homens”.

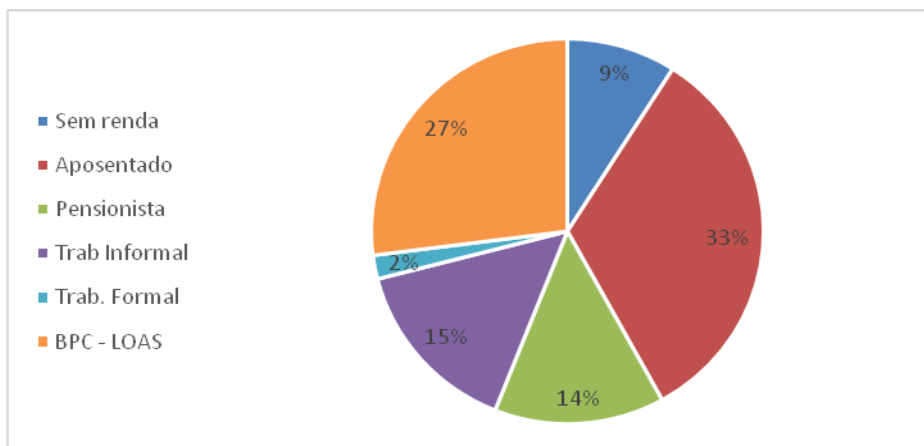
Quanto ao estado civil, verificamos que a maioria é de casados (as), representando um percentual de 34%, seguindo de 29% viúvos (as). Esses dados revelaram que, na contramão das teorias que apontam maior envolvimento de pessoas viúvos (as) ou solteiros (as) em atividades da terceira idade, no caso específico do CMCF, foram os casados (as) que se mostraram em maior incidência.

Desta maneira, observamos que muitos optam em participarem das atividades para se libertar da rotina cotidiana, fazer novas amizades, atenuar o estresse ocasionado por conflitos familiares e por ter maior consciência da importância de praticar atividades físicas para a manutenção da saúde e qualidade de vida.

Os dados referentes à renda revelam que os aposentados equivalem a 33%, seguido de 27% dos que recebem o benefício assistencial do BPC (LOAS) e 14% são pensionistas. Convém destacarmos que o perfil dos beneficiários do BPC (LOAS) é do (a) idoso (a) com idade acima de 65 anos e com renda *per capita* igual ou inferior a ¼ do salário-mínimo, ou seja, são idosos (as) pobres que dependem de políticas públicas para manter suas necessidades básicas.

Devemos ainda considerar que 15% estão inseridos no mercado informal de trabalho, desprovidos de quaisquer direitos trabalhistas, contra os 2% que trabalham com carteira assinada, estando cobertos pelo sistema previdenciário público, pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Essa observação evidencia duas situações relevantes, primeiro a existência de um número significativo de idosos (as) tefeenses à margem do sistema previdenciário público. A segunda é que a participação de idosos tefeenses e não aposentados no mercado formal de trabalho é limitada, obrigando os mesmos a migrarem para a informalidade. Por fim, 9% dos (as) idosos (as) não possuem nenhum tipo de renda, vivendo de auxílio de familiares e obras assistenciais.

Gráfico 4 - Fonte de Renda



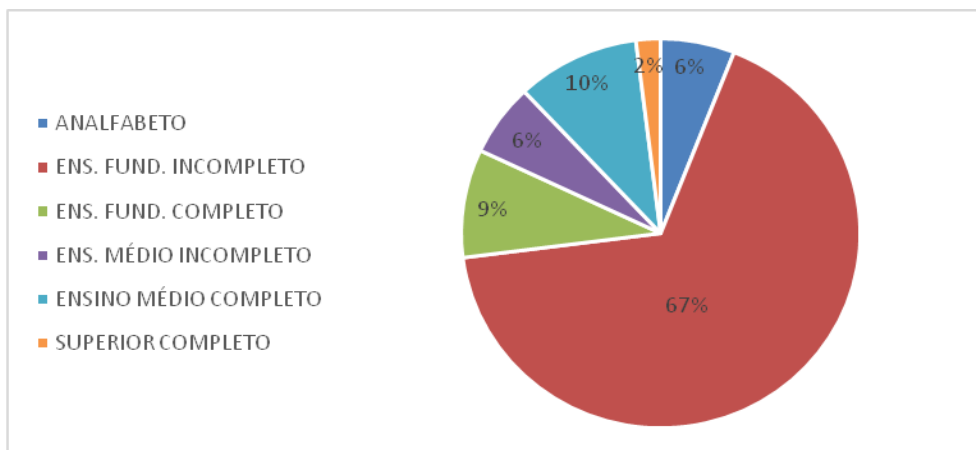
Fonte: Centro Municipal de Convivência da Família Tefé – AM. Organizado pela autora.

Com relação à educação, observamos uma nítida relação entre nível de escolaridade e o nível de renda. Os (as) idosos (as) com renda mensal de até um salário-mínimo, em geral, possuem o Ensino Fundamental incompleto. A baixa escolaridade reflete um país marcado pelas desigualdades, onde o direito à educação é negado ou restrito às camadas mais pobres da população.

Outro fator que explica a baixa escolaridade desses (as) idosos (as) foi a impossibilidade, no passado, de conciliarem trabalho com estudo. O que se deve ao fato que a

maioria deles é de origem pobre, e precisou desde muito cedo auxiliar no sustento da família. Desse modo, muitos deixaram de frequentar o ambiente escolar quando jovens por questões de sobrevivência. (DOLL, 2007a)

Gráfico 5 - Grau de Escolaridade



Fonte: Centro Municipal de Convivência da Família Tefé – AM. Organizado pela autora.

Observamos que 46% dos idosos que participam do CMCF residem com o conjugue, seguido de 20% que residem com filhos e netos, 15% com filhos, 2% com netos e 1% com sobrinhos. Verificamos que 84% do total de idosos (as) atendidos pelo CMCF residem com a família ou parentes próximos. Cabe ainda ressaltarmos que 16% dos (as) idosos (as) residem sozinhos, mas mantêm vínculos afetivos com os familiares.

De acordo com Alves (2007), foi somente a partir de 1970 que questões relacionadas à família passaram a fazer parte de estudos sobre velhice no Brasil. Ainda para o autor, “no campo de estudos sobre família contemporânea, os velhos, no papel de avós, surgem como personagens que põem em xeque o retrato individualista da família conjugal restrita a pais e filhos, isolados dos demais parentes”. (ALVES, 2007, p. 126)

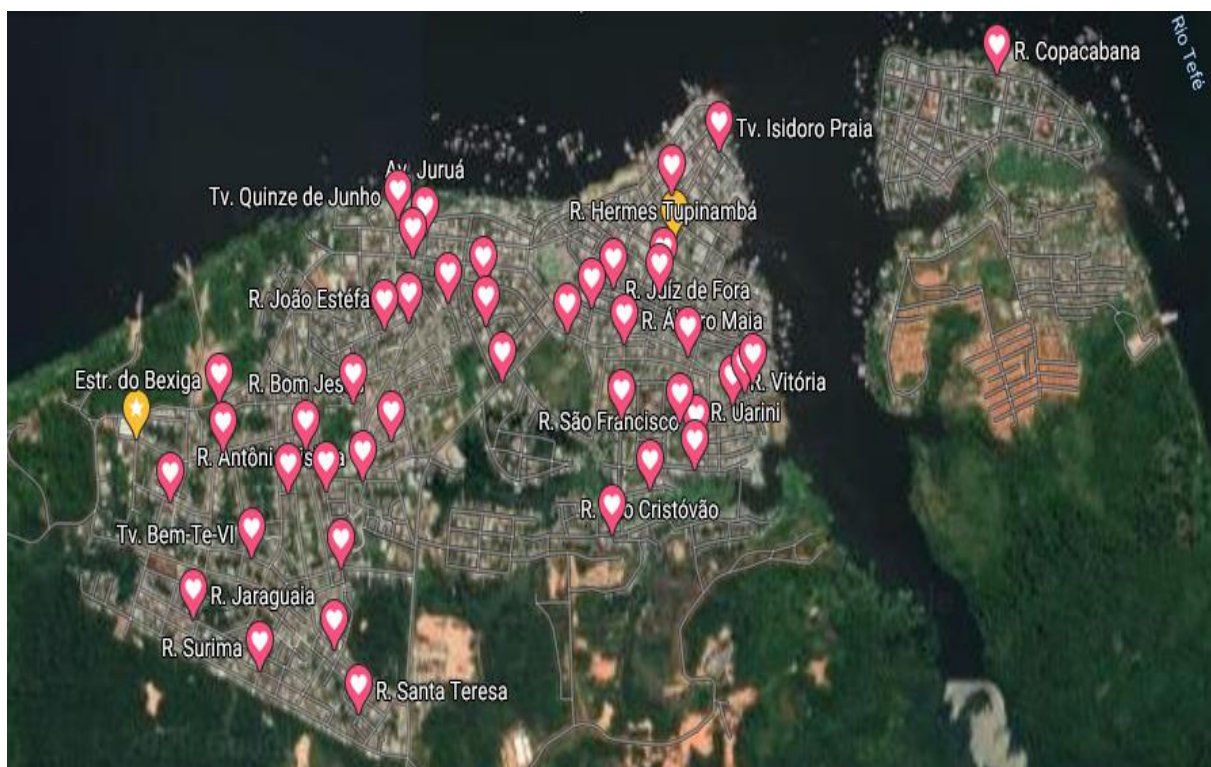
Outro fator importante é que a grande maioria dos (as) idosos (as) mora em casa própria, totalizando 88,6%, 7,6% moram de aluguel, 4% moram em casa cedida e 0,8% em outras situações⁴¹. Nesse contexto, Lopes (2015) argumenta que os (as) idosos (as) de hoje experimentaram uma vida produtiva, num período em que a economia nacional estava em crescimento, assim “tiveram chance de construir certo patrimônio, de ter uma casa própria e mesmo de, em certos casos, terem melhor aposentadoria [...]”. (LOPES, 2015, p. 133) Convém ainda ressaltarmos que nossas análises se restringiram a verificar somente a situação

⁴¹ Nesse caso, são idosos que residem com amigos ou conhecidos.

de moradia. Não sendo analisadas as condições de moradia a exemplo do tamanho da casa, tipo de construção, saneamento básico, dentre outras.

Por fim, é importante destacarmos que os (as) idosos (as) atendidos (as) pelo CMCF são oriundos de diferentes bairros do município. Esse deslocamento dos (as) idosos (as) demonstra a importância dada por eles (as) às atividades destinadas à terceira idade, reconhecidas como práticas de lazer, de convivência e de compartilhamento de experiência prazerosas no fortalecimento da autoestima e da autonomia. Os dados podem ser observados a seguir:

Figura 6 - Mapeamento dos Idosos Frequentadores do CMCF



Fonte: Google Maps. Organizado pela autora.

Na visão dos (as) idosos (as), as atividades ofertadas pelo CMCF são classificadas como prazerosas, pois se configuram como momentos de distração, de relaxamento, de felicidade, de entretenimento, de novas amizades, de esquecer os problemas, enfim, representa um lugar onde é possível fazerem atividades, mantendo-se ativos e com saúde.

Essa forma de conceber o lazer se aproxima do entendimento de Doll (2007a, p. 109) ao expor que a “atividade é essencial ao desenvolvimento e à manutenção das forças físicas,

da competência cognitiva e das habilidades sociais”, dessa forma, “é fundamental para que se alcance um envelhecimento saudável e satisfatório”.

Ratificando esse entendimento, destacamos o depoimento da Sra. Oda, de 70 anos, frequentadora do CMCF: “Era é muito difícil eu ter amizade, e aprendi a fazer amizade com mulheres aqui no Centro. Sabe, aqui eu tô fazendo ginástica, aqui eu tô conversando com meus colegas e eu danço... faço de tudo... aí vou pra casa feliz. Lá não tenho com quem conversar...”. (ODA, 70 anos, 20/11/2020) Ainda sobre esse assunto, o Sr. Sifrônio, com 68 anos, relata que “isso aqui é uma família... participo de todas as atividades... às vezes elas ficam preocupadas com minha saúde... todos me tratam muito bem... sou feliz aqui.” (SIFRÔNIO, 68 anos, 16/09/2020)

Como já mencionamos, as projeções do IBGE (2018) apontam para o processo de envelhecimento populacional – quando os grupos mais velhos ficam em uma proporção maior comparados aos grupos mais jovens da população. Não podemos deixar de destacar que uma parcela considerável de idosos (as) sofrem com a precariedade de recursos de natureza econômica, habitacional, educacional, saúde, políticas públicas ineficientes, dentre outros.

Logo, é indispensável encontrar soluções que garantam aos idosos (as) de hoje, e os de amanhã qualidade de vida aos anos adicionais. Nesse aspecto, destacamos que “mesmo na presença de eventos adversos tais como pobreza, doenças e eventos estressantes, os idosos podem funcionar bem, investir na própria saúde [...], ajudar a família e a comunidade e trabalhar para deixar um legado para as próximas gerações.” (NERI, 2011, p. 15)

2.1.1 Os desafios de uma velhice “pobre” ou de uma “pobre” velhice

O envelhecimento populacional é uma preocupação que ecoa em todos os segmentos da sociedade, visto que o aumento da população com 60 anos ou mais tem impulsionado reformulações dos discursos acerca da velhice. Em outras palavras, o processo de envelhecimento ganhou maior visibilidade na arena pública, sendo compreendido a partir de múltiplas análises e percepções, representado por questões como direito, dignidade, inserção social, qualidade de vida, resignificando, com isso, a forma do agir e do pensar a velhice. (FALEIROS, 2007; DEBERT, 2012; BORGES, 2015; D’ALENCAR, 2017b)

Com base nisso, chamamos a atenção para o aumento do número de idosos (as) nos municípios brasileiros, reiterando a nossa percepção acerca da importância do poder público

de se preparar para atender de forma satisfatória as necessidades oriundas das transformações demográficas. (PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 2017)

Essas análises são indispensáveis quando ponderamos sobre os diferentes panoramas no processo de envelhecimento, em especial para compreendermos como atua a resiliência dos (as) idosos (as) no processo de senescência em diferentes realidades como a pobreza, nas diferentes classes sociais e nas desigualdades regionais.

Segundo Santos (2009), devemos ter uma atenção especial ao abordarmos o problema da pobreza em países subdesenvolvidos, por se tratar de uma tarefa difícil e cheia de armadilhas. Para o autor, os instrumentos metodológicos utilizados para medir a pobreza são verdadeiras arapucas diante de deficiências como estatísticas e classificação, podendo comprometer a compreensão acerca da temática.

Em outras palavras, essas formulações teóricas podem resultar em verdadeiras ciladas, pois podem levar a interpretações errôneas de certas realidades locais ou regionais. Cabe ainda ressaltarmos que o significado das inúmeras faces da pobreza varia de sociedade para sociedade, estando diretamente ligadas a aspectos históricos, sociais e culturais. (FALEIROS, 2007; SANTOS, 2009; BORGES, 2015)

Essas reflexões são importantes na identificação de grupos sociais vulneráveis, bem como na compreensão das causas e das consequências dessa vulnerabilidade. Conforme aludido anteriormente, reforçamos que se trata de uma tarefa de grande relevância na elaboração de políticas sociais no combate às desigualdades, especialmente, diante de um país marcado por disparidades econômicas e sociais como o Brasil. Nesse sentido,

No que se refere à segmentação regional, podemos observar que as regiões Nordeste e Norte são as que possuem a maior percentagem de pobres, tanto para idosos como para não-idosos, corroborando uma infinidade de evidências disponíveis. Da mesma forma, como é de se esperar, as regiões Sul e Sudeste são as que apresentam os menores indicadores de pobreza, e a região Centro-oeste ocupa uma posição intermediária. (BARROS et al. 1999, p. 16)

Ainda de acordo com os autores,

Os idosos, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, constituem uma parcela da população potencialmente vulnerável a estar em estado de pobreza, dado que características como produtividade e empregabilidade declinam com a idade a partir de um determinado momento do ciclo de vida. A partir deste momento, as pessoas passam a depender cada vez mais de outras fontes de renda (principalmente aposentadoria) e dos rendimentos dos demais moradores do domicílio para sobreviver e manter seu padrão de vida. (BARROS et al., 1999, p. 04)

Sob essa ótica, constatamos que as pessoas mais velhas formam uma parcela da população potencialmente sujeita aos riscos compreendidos como fatores de vulnerabilidade. (PAES et al., 1999)

A dificuldade dos trabalhadores envelhecidos em obterem renda por meio do trabalho faz com que eles dependam, quase que exclusivamente, da aposentadoria. Pontuamos ainda que a política previdenciária social no Brasil se caracteriza por ser contributiva, ou seja, só recebe o benefício da aposentadoria aqueles que contribuíram previamente, sendo o valor do benefício proporcional à contribuição. (BORGES, 2015)

É importante mencionarmos que a Seguridade Social⁴², enquanto sistema de proteção social, é composta pelo tripé Saúde, Assistência e Previdência e derivam “do direito social e que deve ser entendido como garantia e dever a ser assumido principalmente pelo Estado, respeitando o princípio da universalidade, da uniformidade, da equidade e da descentralização”. (BORGES, 2015, p. 86)

Contudo, Borges (2015) e Faleiros (2007) comentam que “no contexto neoliberal contemporâneo, os direitos adquiridos vêm sendo reduzidos, numa perspectiva de *Estado Mínimo* que dá maior importância ao mercado”. (FALEIROS, 2007, p. 158, grifos do autor) Diante desse cenário, Boaretto e Heimann (2015) enfatizam que os idosos devem exercer sua função social como cidadãos, pressionando a esfera pública para executar e garantir os direitos direcionados à pessoa idosa.

Nessa perspectiva, Lisbôa (2011, p. 15) discorre que “as políticas públicas idealizadas para a pessoa idosa ao nível nacional, não atendem as demandas apresentadas pelo segmento no Estado do Amazonas.” Ainda de acordo com a autora, as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social preveem níveis de atenção diferenciados para cada esfera de governo (municipal e estadual). No entanto, no estado do Amazonas vivenciamos ações paralelas desenvolvidas entre Estado e Municípios, os programas e os serviços ofertados pelo Estado nos Centros de Convivência, em alguns momentos, se confundem com as práticas operacionalizadas nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Resumindo, ambos níveis de atenção, investem em atividades esportivas e de lazer e não de Assistência Social conforme emana a política. (LISBÔA, 2011)

Em síntese, “o processo de envelhecimento na região norte-nordeste é totalmente diferenciado a realidade sul-sudeste”, pois “as condições de vida e de trabalho, a exposição

⁴² O conceito de Seguridade Social foi instituído no Brasil por intermédio da Constituição Federal de 1988 pautada na ideia de proteção social. Nesse sentido, o sistema de seguridade é integrado pelas políticas de assistência social, previdência e saúde. (BORGES, 2015)

diária ao sol, a alimentação inadequada, devido aos hábitos e costumes, contribui para um envelhecimento precoce”. (LISBÔA, 2011, p. 77)

De modo que enfatizamos que políticas públicas direcionadas ao combate à pobreza e à exclusão devem levar em consideração as diferentes maneiras de envelhecimento, bem como os aspectos sociais, culturais e econômicos oriundos desse processo, tendo em vista que a pobreza não se restringe tão somente à privação material mas também de um modo de vida. (SANTOS, 2009)

Corroborando com esse entendimento, Lopes (2015, p. 131) afirma que “os idosos experimentam a vulnerabilidade imposta por sua condição social, como a dificuldade para inserção no mercado de trabalho, mais gastos com a saúde e queda na renda domiciliar, elementos que potencializam sua marginalização [...]”.

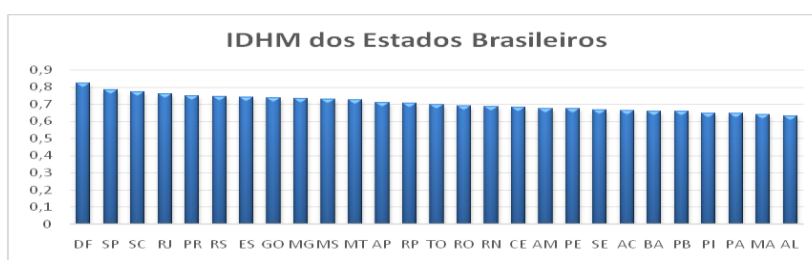
Contudo, é preciso salientar que,

O Brasil não é um país pobre, é um país desigual e isso o coloca entre os países de alta renda e alta pobreza, considerado um dos primeiros do mundo em desigualdade social, com 56,9 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e 24,7 milhões vivendo em absoluta miséria. (LEIFELD, 2011, p. 21)

Com base em Leifeld (2011), inferimos que um dos fatores que contribuem para o agravamento da situação de pobreza, ou de extrema pobreza no Brasil, é a má distribuição das riquezas produzidas, que resulta no afunilamento da renda nacional, fato verificado ao longo da história numa trajetória de injustiças sociais. Por fim, é importante sublinharmos que o Brasil é um país rico em recursos, contudo, com elevados índices no que tange à concentração de renda. (LISBÔA, 2011)

Analisando o ranking dos estados brasileiros, constatamos que os melhores índices de desenvolvimentos se concentram nas regiões Sul e Sudeste, enquanto os menores se localizam nas regiões Norte e Nordeste. Tal fato reitera nossos argumentos de que o Brasil é um país marcado por desigualdades sociais e econômicas, como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 6 – IDHM dos Estados brasileiros



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010). Organizado pela autora (2021).

O Relatório de Desenvolvimento Humano⁴³ das Nações Unidas revela que o Brasil ocupa o segundo lugar entre os países com maior concentração de renda, ficando atrás apenas do Catar. O estudo aponta ainda que decaímos de posição na classificação do índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴⁴, passando de 78ª para a 79ª num ranking com 189 países, na comparação com 2017. (CENTRO DE ESTUDOS E ESTRATÉGICOA DA FIOCRUZ, 2019)

Figura 7 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: PNUD⁴⁵

Esses dados apontam para uma concentração de renda e de riqueza nas mãos de poucos, à medida que um grande contingente de pessoas permanece vivendo em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Essa situação reforça o cenário de disparidades sociais e econômicas, alavancando o grau de miserabilidade das famílias brasileiras. (BORGES, 2015)

Nessa perspectiva,

⁴³Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) intitulado "Além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI" publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 09 de dezembro de 2019 é uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento. Disponível em <http://hdr.undp.org>. Acesso em: 10 dez.2020.

⁴⁴O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida utilizada para identificar e classificar os países desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto) e os países subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). Esta classificação se baseia no grau de desenvolvimento humano, considerando fatores como expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional. Nesse sentido, os classificados de acordo com essas medidas. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=%C3%8Dndice_de_DesenvolvimentoHumano&oldid=60210333. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁴⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-perde-uma-posicao-em-ranking-do-idh.ghtml>. Acesso em :26 mar 2021

No que diz respeito à desigualdade social ela irá definir que é a consequência do próprio modelo de sociedade capitalista, na qual a distribuição de renda acontece de forma desigual, e, é estabelecida pelas relações de poder constituídas pela política econômica neoliberal. Sendo assim, a pobreza sempre irá existir neste tipo de sociedade, sendo necessário não naturalizar e/ou banalizar as condições de vida, em que se encontram estas populações pobres. (LISBÔA, 2011, p. 50)

Com base nesses pressupostos, ratificamos nosso entendimento de que as desigualdades e a concentração de renda são fatores que repercutem negativamente no processo de envelhecimento, como Beauvoir (2018, p. 561) que afirma que “ao envelhecer, os explorados são condenados, se não a miséria, pelo menos a uma grande pobreza, a moradias desconfortáveis e à solidão, o que acarreta neles um sentimento de decadência e uma ansiedade generalizada”. Frente a esse entendimento, Beauvoir (2018) discorre que a política destinada aos velhos é escandalosa, o que denuncia o fracasso de nossa civilização.

Ainda de acordo com suas argumentações, “a idade que começa a decadência senil sempre dependeu da classe social à qual pertence”. (BEAUVOIR, 2018, p. 561) Assim, um trabalhador de minério, por exemplo, aos 60 anos será um homem muito mais desgastado que um indivíduo com 80 anos, mas que exerceu um cargo de gestão de empresa. A reflexão da autora reforça os nossos argumentos de que as condições econômicas, moradia, alimentação, saúde, educação, dentre outros fatores são aspectos que interferem, de forma positiva ou negativa, no processo de envelhecimento.

Assim,

[...] é por culpa da sociedade que a decadência senil começa prematuramente, que é rápida, fisicamente dolorosa, moralmente horrível e a razão por que esses indivíduos chegam à última idade com as mãos vazias. Explorados, alienados, quando a força os deixa, tornam-se fatalmente “refugos”, “destróços”. (BEAUVOIR, 2018, p. 562, grifos do autor)

Beauvoir (2018) tece críticas à sociedade capitalista, que se apropria da força de trabalho dos indivíduos, os quais são descartados com as mãos vazias e solitários quando estes chegam ao fim da vida produtiva, e enfraquecidos. É neste momento que a sociedade se desmascara, mostrando a sua face cruel, ao deixar claro que seu interesse está no lucro e não no humanismo. Nessa mesma linha de pensamento, Bosi (2004, p. 78) assevera que “quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra a desvalorização”.

Com efeito, a pobreza e a exclusão são importantes indicadores sociais que revelam aqueles que vivem à margem da sociedade. Ressaltamos ainda que se trata de uma realidade vivida por milhões de brasileiros. (LEIFELD, 2012)

No nosso caso, a cidade de Tefé não foge à regra. Assim como nos demais municípios da Região Norte sofre com os impactos destrutivos do sistema desigual e excludente, o qual marca a população empobrecida com desemprego, moradias precárias, acesso inadequado à saúde e à educação, dentre outros problemas que perpetuam o ciclo da pobreza no país.

Sobre este aspecto, Leite (2016) analisa:

A região Norte corresponde a 45,3% da área total do país, abrangendo uma área de 3,9 bilhões de quilômetros quadrados. Nela está localizada a maior reserva tropical do planeta e uma das maiores bacias hidrográficas. É composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, totalizando 449 municípios, compreendendo assim, a maior parte da Amazônia Legal. Entretanto, a região é marcada por uma mistura de realidades discrepantes, refletindo-se diretamente no nível de vida de sua população que possui um dos mais reduzidos níveis de desenvolvimento humano do país, segunda mais baixa densidade demográfica, explicado por sua ampla dimensão territorial, onde as distâncias entre as localidades são grandes e exibem visíveis carências nos sistemas de transporte de modo geral, tornando-se o maior empecilho para o desenvolvimento. (LEITE, 2016, p. 217)

Não podemos afirmar que exista um consenso da definição e causas da pobreza. Contudo, a autora levanta algumas questões que nos ajudam a compreender os motivos pelos quais as diferentes regiões de um mesmo país apresentam realidades tão discrepantes com relação ao seu grau de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, buscamos analisar o perfil socioeconômico da população de Tefé, de forma breve, tendo como respaldo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁴⁶ (IDHM) do ano 2010. O IDHM sintetiza o nível do atendimento municipal a três necessidades estimadas como básicas e universais ao desenvolvimento humano: o acesso à educação, a longevidade da população e o padrão da renda dos seus habitantes.

Figura 8 - IDHM da cidade de Tefé (2010)



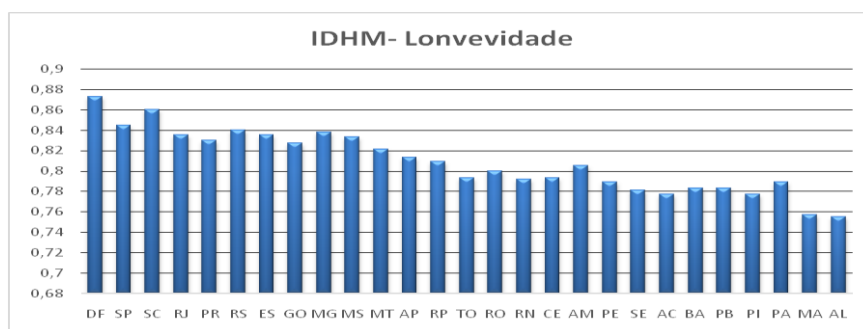
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)

⁴⁶O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Disponível em: www.br.undp.org. Acesso em 10 jan. de 2021.

A partir dos dados coletados no último Censo Demográfico, conferimos que o IDHM do município, que em 2000 era de 0,438, passou para 0,639 em 2010. Isso representa, em termos relativos, um crescimento de 45,89%, ao passo que no estado do Amazonas foi de 30,87%. Com relação às dimensões da longevidade da população, conferimos que o IDHM, entre os anos de 1991, 2000 e 2010, apresentou crescimento de 14,27%. A taxa de envelhecimento do município, que no ano de 2000 era de 2,95%, passou para 3,88% em 2010. Com base nesta constatação, observamos que o município de Tefé, assim como os demais municípios brasileiros, passa por uma transição demográfica em sua pirâmide etária. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010)

Cabe-nos ainda destacar que, no ranking nacional, no que tange ao IDHM longevidade, os estados do Norte-Nordeste ainda apresentam um índice relativamente baixo se comparados aos estados do Centro-Sul. Esta diferença está associada às disparidades regionais. A seguir, apresentamos o Gráfico 7- comparativo entre os estados brasileiros.

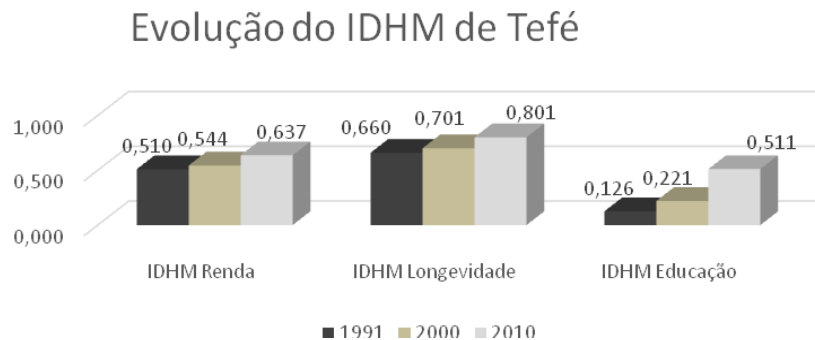
Gráfico 7 – IDHM Longevidade



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010). Organizado pela autora (2021).

Outro aspecto importante se refere ao IDHM de educação, o qual apresentou um crescimento de 131,22%. Contudo, é importante destacarmos que a taxa de analfabetos no município, entre 2000 e 2010, passou de 24,31% para 44,49%. Já no estado do Amazonas esse percentual passou de 37,14% para 54,87%. Esse indicador reflete a defasagem das gerações mais antigas de menor escolaridade. No que tange à renda, observamos um crescimento de 17,10%, demonstrando uma melhora do rendimento nos anos mencionados. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010) O gráfico abaixo expressa os índices do IDHM, considerando as dimensões da renda, da longevidade e da educação.

Gráfico 8 - Evolução do IDHM de Tefé (1991, 2000 e 2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010). Organizado pela autora.

Mesmo diante de índices favoráveis, a situação de pobreza do município ainda apresenta taxas abaixo da média do estado do Amazonas, bem como também baixas em relação às médias nacionais. Pontuamos, ainda, que, de acordo com o Índice de Gini⁴⁷, a desigualdade social aumentou, passando de 0,53 em 1991, para 0,57 em 2000 e para 0,62 em 2010. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010)

Respaldados pelos argumentos apresentados, identificamos ser fundamental para melhor compreensão da diversidade das vivências e das experiências que decorrem do processo de envelhecimento analisar as variantes que particularizam os lugares e a população, como a pobreza, a educação, a renda, a saúde, a classe social, dentre outros. Assim, retomamos o pensamento de Beauvoir (2018, p. 17): “a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade [...]”

2.1.2 A trajetória de luta dos idosos na busca pela cidadania: avanços e retrocessos

O Brasil, até a década de 1980, era concebido como um país de jovens. Entretanto, essa máxima mudou, e, atualmente, a população idosa representa uma parcela significativa da população⁴⁸. (PEIXOTO, 1998; VENTURI; BOKNAY, 2007; DEBERT, 2012) Percebemos

⁴⁷ O índice de Gini é uma das medidas de desigualdade de renda constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Seu valor pode variar entre 0 e 1 e, quanto maior, maior a desigualdade de renda existente. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/130420#sec-renda>. Acesso em: 20 jan. de 2021)

⁴⁸ Os idosos são o grupo mais vulnerável a casos graves de covid-19. De acordo com dados no Ministério da Saúde, a doença matou pelo menos 142.049 pessoas acima de 60 anos até 2 de janeiro de 2021. Isso corresponde a 74,2% das 191.552 mortes analisadas. Com base nesses dados, deduzimos que os índices referentes ao contingente da população idosa sofrerão alterações significativas nos próximos anos. Contudo, ainda não existem estudos que demonstrem os reais impactos decorrentes destas mortes por COVID19 na população idosa. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/coronavirus-matou-142-mil-idosos-no-brasil-conheca-situacao-de-5-paises/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

que as questões que envolvem o envelhecimento populacional estão muito aquém de números e quantitativos, abarcam, sobretudo, questões sociais e de direitos fundamentais para a existência humana.

Nesta direção, como já mencionado, a percepção da velhice enquanto fenômeno social ganhou visibilidade no panorama nacional, em decorrência das mudanças retratadas pelas projeções da população brasileira, resultado dos avanços sócios sanitários e do desenvolvimento científico. (D'ALENCAR et al, 2017)

Paralelamente a esse fenômeno, ocorreu o processo de redemocratização do país, com a proliferação de movimentos populares contrários à ditadura, como o movimento sindical, as associações de moradores, dos aposentados, entre outros que reivindicavam pela ampliação dos direitos sociais e a melhoria dos serviços públicos. (BOARETTO; HEIMANN, 2015)

É oportuno frisarmos que a sociedade moderna ainda afere restrições ao processo de participação dos (as) idosos (as) nos segmentos sociais, uma vez que “ainda não assumiu, de fato e de direito, esse fenômeno inevitável que é a velhice”. (D'ALENCAR et al., 2017, p. 106)

Sobre isso Beauvoir (2018, p.227) discorre que “é a classe dominante que impõe às pessoas idosas seu estatuto; mas o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela”. Sob ótica semelhante, Ribeiro (2016, p. 380) pondera que “essa dificuldade de reconhecimento da população idosa como segmento social prioritário impacta substancialmente nas estruturas familiares, sociais, políticas, econômicas e jurídicas [...]”, uma vez que “[...] o poder público e a sociedade precisam estar preparados para as novas demandas que se apresentam”.

A velhice, por consequência o envelhecimento, se estabeleceu ao longo da história da sociedade ocidental, permeada por concepções preconceituosas e equivocadas. Contudo, ao longo das últimas décadas, os (as) idosos (as) contrariaram e alteraram essa percepção quando passaram a se reconhecer como sujeitos responsáveis pela construção de sua história, por meio da participação social, da autonomia e da garantia do exercício democrático. (FALEIROS, 2007; BOARETTO; HEIMANN, 2015; BORGES, 2015; D'ALENCAR et al., 2017)

Destacamos que, mesmo diante de cenários desfavoráveis a manifestações sociais e políticas, a exemplo do período da ditadura militar, os (as) idosos (as) não recuaram e atuaram em movimentos populares na luta por uma legislação direcionada especificamente ao segmento idoso.

Nunca é demais lembrar que “os anos da década de 1980 foram marcados por uma grave crise econômica e, concomitante a isso, a sociedade civil demonstrou uma grande capacidade de organização”. (BOARETTO; HEIMANN, 2015, p. 111)

É importante considerarmos que historicamente a trajetória de luta dos (as) idosos (as) foi marcada por avanços e retrocessos. A promoção dos direitos à pessoa idosa, assegurada pela Constituição Federal de 1988, trouxe importantes conquistas no que tange ao sistema de proteção social quando comparado às constituições brasileiras anteriores.

Todavia, foi aparentemente singela ao tratar das necessidades da pessoa idosa, haja vista que em seu capítulo VII, título VIII, denominado *Da família, da criança, do adolescente e do idoso*, apenas os arts.229 e 230 fazem menção no tocante às especificidades do (a) idoso (a). (RIBEIRO, 2016):

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. (BRASIL, 1990)

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de 65 anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. (BRASIL, 1990)

Diante disto:

Nada mais se falou, na atual Constituição Federal, sobre a pessoa idosa. Vê-se que sequer foi estabelecida uma uniformidade etária sobre quem viria a ser idoso no Brasil, dispondo apenas sobre a concessão de alguns direitos conforme a aquisição de determinadas idades. (RIBEIRO, 2016, p. 383)

Partindo dessa linha de raciocínio, deduzimos que a legislação brasileira no que se refere à garantia dos direitos fundamentais, bem como à proteção social e civil à pessoa idosa, ainda é concebida como secundária e de ordem privada. (RIBEIRO, 2016)

Isso nos conduz a refletir que, no panorama nacional, as políticas públicas não conseguiram acompanhar o acelerado crescimento da população idosa, tendo como consequência uma prática ainda insatisfatória. Esse fato pode estar associado a questões que vão desde contradições dos próprios textos legais até o desconhecimento de seu conteúdo por grande parte da sociedade.

Nesse sentido,

Não é leviano afirmar que só existe hoje o Estatuto do Idoso porque a CF/1988, a PNI, seus regulamentos e algumas outras legislações esparsas não foram cumpridos. Se o fossem, não haveria a necessidade de mais um diploma legal. O Brasil peca por excesso de leis e pelo descumprimento dessas mesmas leis. (RIBEIRO, 2016, p. 383)

É necessário sublimarmos que a velhice significa mais que uma etapa natural da vida humana, é uma categoria social que demanda por novos rumos nas políticas públicas e por novos papéis na estrutura social.

Assim sendo, a pós-modernidade trouxe à tona questões que corroboraram com a criação de ambientes propícios à discussão, tendo como prerrogativa a ampliação dos direitos relacionados à proteção social, concebidos como um processo de efetivação da cidadania. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002; BOSI, 2004; DEBERT, 2012; D'ALENCAR, 2017a; BEAUVOIR, 2018)

No contexto brasileiro, este fenômeno fez com que surgissem novos atores sociais, os idosos, compostos inicialmente por antigos líderes sindicais e de movimentos sociais, inaugurando, dessa maneira, um espaço novo de cidadania, participação social e inclusão. Essas organizações demandavam por direitos civis, políticos e sociais, firmados na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Idoso, aprovada em 1994, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e na regulamentação do Benefício de Prestação Continuada (BPC). (MINAYO; COIMBRA JR., 2002; RIBEIRO, 2016; BORGES, 2015)

É importante destacarmos que os entraves existentes não devem sobrepujar as conquistas obtidas pelas lutas dos (as) idosos (as). Sem dúvidas estas conquistas abriram portas para que fosse analisado e incorporado às agendas de políticas públicas um conjunto de determinações legais que visam garantir proteção social à pessoa idosa.

Destacamos, com isso, a importância dos mecanismos de participação social como estratégia para a edificação dos direitos sociais e para o exercício pleno da cidadania. Em síntese, permitindo que os (as) idosos (as) participem da administração pública, fiscalizando e exigindo a materialização das leis garantidas constitucionalmente. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002; BORGES, 2015; D'ALENCAR et al., 2017)

Para Boaretto e Heimann (2015, p. 111) os conselhos (estaduais e municipais) são fóruns legítimos de participação, visto que “possuem caráter deliberativo, o que significa que suas decisões devem ser acatadas pelo poder público, pois são legítimas e representativas dos segmentos sociais”. Como exemplo, destacamos os conselhos de Saúde do Idoso, composto por representantes da população e do poder público de forma paritária⁴⁹.

⁴⁹O Conselho Municipal do Idoso é um órgão de representação da pessoa idosa que permite a interlocução entre comunidade e o poder público, por esse motivo deve estar aberto à participação das diversas tendências políticas e ideológicas, o que o torna um órgão representativo entre os municípios e perante os demais organismos de poder. Cabe-nos ressaltar que os Conselhos de Saúde não devem estar atrelados a nenhum partido político. O papel do Conselho é consultivo, normativo, deliberativo e formador de políticas dirigidas a pessoa idosa.

No Estado Amazonas, segundo a Presidente do Conselho Estadual do Idoso, Kenya Mota Brito, existem 62 municípios, mas somente 31 deles têm conselhos de idosos criados. É importante sublinharmos que Tefé é uma das cidades amazonenses onde a atuação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) se faz presente nos espaços legais, reconhecido pelo município no que tange à participação e ao controle social de políticas públicas específicas para o segmento idoso. Sua criação é datada de 12 de junho de 2008, por força de Lei Municipal nº. 048/2008, a qual estabelece no seu Art. 1º:

Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), órgão permanente, partidário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador de políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito municipal de Tefé, sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município. (TEFÉ, 2008)

Ainda sobre esse assunto, evidenciamos que o CMDI de Tefé tem por competência promover o amplo debate acerca das necessidades da população idosa residente no município por intermédio de propostas encaminhadas ao poder público municipal, responsável pela execução das ações. De modo que o papel do Conselho é consultivo, normativo, deliberativo e formador de políticas dirigidas ao segmento idoso, com o objetivo de garantir lazer, cultura, educação, saúde e assistência a esse segmento da população.

Nesse sentido, o CMDI desempenha um papel de grande importância junto à Prefeitura Municipal de Tefé, com impacto direto na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMASC, ao estabelecer diálogos democráticos entre os (as) idosos (as) e os (as) gestores (as), legisladores (as), juristas, profissionais da saúde, dentre outros, a fim de exporem suas reivindicações e cobrarem resolutividade.

Uma queixa recorrente dos idosos é em relação à aplicabilidade da lei na questão do transporte aquaviário. Devido à baixa fiscalização do poder público, tal lei é descumprida, não concedendo o desconto na passagem de 50% aos idosos. (BRITO, 2020)

Mesmo reconhecendo os conselhos de direito dos (as) idosos (as) como um dos avanços mais significativos da democracia brasileira, pois possibilita a participação dos idosos nos processos de decisão da administração pública, observamos que a interlocução entre Estado e sociedade civil ainda é incipiente, comprometendo a participação e, até mesmo, aprofundando a desigualdade política.

De acordo com Boaretto e Heimann (2015, p.112), “o funcionamento dos conselhos está condicionado e limitado pela realidade concreta das instituições e da forma de organização política em cada município”.

Nesse sentido, afirmamos que tanto o Estado quanto a sociedade devem garantir aos idosos (as) as condições necessárias para desfrutarem de uma vida mais longa e digna, salvaguardando seus direitos sancionados por dispositivos legais.

Não restam dúvidas de que o Estado brasileiro está diante de um grande desafio em decorrência das disparidades regionais e da desigualdade social. O que dificulta o acesso à cidadania e aos direitos básicos como: emprego, educação, saúde, proteção social, dentre outros.

Segundo Borges (2015, p. 80), “[...] evidencia-se, assim, que as políticas sociais que mais interferem na qualidade de vida do idoso, que são as da previdência social, as da saúde e as da assistência social, são as que estão sendo mais afetadas pelos objetivos neoliberais”. Nessa perspectiva, Moraes et al. (2015) que chamam a atenção para :

As reformas neoliberais e seus impactos de privatização ou mercantilização, focalização e seletivo nas políticas sociais terminaram por consagrar a compra de bens e serviços essenciais como a saúde e a educação, seguida de um desmantelamento dos serviços públicos, corte dos gastos públicos e focalização nos mais pobres, dificultando a construção de um padrão de proteção social de caráter universal garantido pelo Estado e de políticas direcionadas a públicos específicos que necessitam de programas e projetos capazes de proporcionar melhores qualidades de vida como, por exemplo, aos idosos, cujas perdas biopsicossociais são maiores, merecendo, dessa forma políticas públicas destinadas a eles para a construção de um envelhecimento saudável ao tempo em que a quantidade de idosos no país aumenta, demandando novas necessidades. (MORAES et al., 2015, p. 02)

Para compreender a questão, é importante destacarmos que, ao longo da história contemporânea, as políticas sociais brasileiras sempre foram tratadas como mercadorias passíveis de negociação em função dos interesses das classes hegemônicas. Nesse contexto, a velhice era restrita ao ambiente familiar, religioso e filantrópico. Contudo, com a intensificação de mobilizações pelo processo de redemocratização, os (as) idosos (as), enquanto categoria social, se engajaram nas lutas a fim de assegurarem direitos sociais e políticos. (BOARETTO; HEIMANN, 2015)

Assim, o Estatuto do Idoso significou uma conquista ancorada por um arcabouço jurídico de direitos fundamentais à pessoa humana, em condições de igualdade, liberdade e dignidade, ratificando os direitos constitucionalmente, incorporando-os num único dispositivo de leis e políticas postuladas especificamente ao segmento idoso.

Segundo Ribeiro (2016, p. 384), “o Estatuto do Idoso inaugura indubitavelmente uma nova era no reconhecimento dos direitos dos idosos e firmou, de uma vez por todas, o direito à velhice como uma questão social relevante [...]”.

Tendo como prerrogativa o Cap. II, Art. 10º do Estatuto do Idoso de 2003, o qual estabelece como obrigação do Estado e da sociedade civil garantir a liberdade, o respeito e a dignidade à pessoa idosa, considera-se como um ato de violência a transgressão dos direitos humanos fundamentais a essa parcela significativa da população brasileira. (ALMEIDA, 2005)

Analizamos que o processo de mudanças políticas e sociais vem acontecendo, mesmo que a passos lentos. É importante ressaltarmos que o exercício da cidadania só ocorre por meio de espaços democráticos e por intermédio da participação popular, sendo esta a essência do Estado democrático de direito. Deste modo, o idoso, através de uma participação ativa e consciente, pode reivindicar a materialização de seus direitos. Cabe ainda frisarmos que o idoso não deseja somente ter uma expectativa de vida maior, ele também deseja viver com qualidade e dignidade. (FALEIRO, 2007)

2.2. Desvelando os “novos” velhos e suas identidades

Tomando-se por referência os arcaísmos teóricos apresentados anteriormente, afirmamos que o processo de envelhecimento contemporâneo rompeu com as fronteiras das dicotomias como velhice/doença, idoso/improdutividade, novo/velho. Dessa maneira, alterou padrões, condutas, hábitos, crenças e imagens tradicionalmente associadas às etapas do envelhecimento humano.

Paralelamente, Bobbio (1997, p. 17) analisa que “o octogenário, salvo exceções, era considerado um velho decrepito, de quem não valia à pena se ocupar. Hoje, ao contrário, a velhice, não burocrática, mas filosófica, começa quando nos aproximamos dos oitenta [...]”.

Motta (2002, p. 48), aprofundando esse pensamento, argumenta que “na realidade, ainda coexistem as duas imagens: a tradicional, naquela naturalizada, do velho inativo, respeitável, mas inútil; e a nova imagem, mais dinâmica e participativa, embora apenas em determinadas situações sociais”. Há que se chamar a atenção que “não é possível a compreensão do indivíduo pela generalização” (COUTRIM, 2005, p. 59), pois cada indivíduo envelhece a seu próprio tempo e de forma particular. Conforme já mencionado, a identidade é moldada pela cultura que varia de sociedade para sociedade. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002; BEAUVOIR, 2018)

Nesse sentido, Coutrim (2005, p. 59) assinala que “cada um é singular em seu temperamento, dinâmica biológica, comportamento e em sua morfologia que determina sua história”.

Baseando-se nessa ideia, citamos o depoimento do Sr. Germano: “É, eu olho pro espelho e assim... a gente tá ficando velho, mudando o semblante, né, mas a alma se sente alegre, o espírito... Eu digo: a morte passa longe de mim... eu brincando com a minha filha” (GERMANO, 75 anos, 25/11/2020)

Nessa mesma direção, a Sra. Zilma destaca “eu tinha orgulho da minha vida porque eu tava nova né, agora eu acho que estou até mais bonita ainda porquê... [risos] sei o que é bom! Porque a vida da gente, o cuidado da gente é da gente mesmo”. (ZILMA, 71 anos, 15/11/2020)

Para Woodward (2000, p. 17), “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”. Sob essa ótica, as identidades coletivas e individuais são construídas a partir de sistemas simbólicos que visam responder questões como: Quem somos? Nesse sentido, a autora argumenta que o sistema de representações pode ser compreendido como um processo cultural, que permeia todas as relações sociais, inclusive na produção de novas identidades, levando em consideração que a sociedade convive com constantes mudanças culturais, políticas e econômicas.

Barth (2005), por sua vez, explica que os conceitos que envolvem cultura não podem ser definidos como um mosaico de peças rígidas e imutáveis, visto que as questões de identidade se constituem num processo sempre em curso, estabelecidas a partir das interações sociais. Portanto, “não há possibilidade de estagnação nos materiais culturais, porque eles estão sendo constantemente gerados, à medida que são induzidos a partir das experiências das pessoas”. (BARTH, 2005, p. 17)

Atualmente, percebemos que a questão da identidade vem sendo amplamente discutida pela teoria social. As discussões giram em torno das velhas identidades que estão em declínio, fazendo surgir as novas identidades. De acordo com Stuart Hall (2006)

[...] a assim chamada ‘*crise de identidade*’ é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2006, p. 07, grifos do autor)

A partir dessa afirmação, podemos apontar que a identidade dos (as) idosos (as) passa por um processo de ressignificação à medida que novas leituras de mundo e interpretações

culturais e sociais colocam em xeque conceitos tradicionais até então considerados como fixos, coerentes e estáveis pela sociedade. (WOODWARD, 2000; HALL, 2006)

Sob essa ótica, Both (2000, p. 19) discorre que “ao ser humano que envelhece pode-se permitir um conhecimento descentrado da linha de pensamento formulado para adultos produtivos, socialmente autorizados e fisicamente vigorosos”.

Coutrim (2005, p. 46-47) afirma que “a identidade do velho é construída pela contraposição à identidade do jovem”, ou seja, “o velho apresenta sua identidade definida pela relação que estabelece com o outro, alteridade jovem”. Em outras palavras, Coutrim (2005) sublinham que o velho é um ser social, cultural, psicológico e espiritual.

É oportuno frisarmos que os indivíduos desenvolvem diferentes funções sociais, possuem valores, crenças, costumes, ritos e trajetórias diferenciadas, produzindo múltiplas identidades sociais, e, ao estabelecerem diálogos, nas relações com os outros, sofrem um processo de modificação mútuo. (LUCA, 2015)

Dentro dessa ótica, Both (2000, p. 13) argumenta que o segmento idoso enquanto categoria social “compreende uma população socialmente distinta, que traz características diferenciadas [...]”. Essa colocação desperta a ideia que “as novas imagens do envelhecimento são, sem dúvida, expressão de um contexto marcado por mudanças culturais que redefinem a intimidade e a construção das identidades”. (DEBERT, 2012, p. 226)

Na literatura consultada, os estudiosos ressaltam que o processo de renovação das identidades dos (as) idosos (as) ganhou novos contornos e visibilidade na agenda pública entre as décadas de 1970 e 1980, com a participação em organizações populares no campo cultural, político e social. (MINAYO; COIMBRA JR., 2002; FALEIROS, 2007; DEBERT, 2012)

Nesse contexto, surgem novos atores e intérpretes sociais, ocupando importantes espaços democráticos de reivindicação, redefinindo e negociando novos papéis sociais nas estruturas da sociedade. Spivak (2010), por sua vez, chama a atenção para a importância da autorrepresentação do sujeito no processo de valorização e potencialização das vozes de categorias sociais historicamente marginalizadas pela sociedade, dentre as quais destacamos a do (a) idoso (a). Dessa maneira, é possível resgatar e ressignificar as identidades nelas submersas.

Pelo princípio elencado, concordamos com as reflexões de Stuart Hall (2006), Woodward (2000) e Both (2000), ao definirem que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente não existe, mas, ao contrário, somos confrontados por uma

diversidade de identidades possíveis, com as quais podemos ou não nos identificar. Ainda de acordo com os autores mencionados, a identidade evolui, seja pelo próprio crescimento decorrente das vivências e das aprendizagens na trajetória de vida, seja pela evolução da própria sociedade.

O arcabouço conceitual aqui descrito ganhou legitimidade a partir das narrativas do grupo de idosos (as) do CMCF em Tefé. Para fins desse estudo, consideramos as diferentes trajetórias de vida, condições sociais, experiências, memórias, o que permitiu desvelar o processo de construção e reconstrução das identidades individuais e coletivas na velhice.

É necessário esclarecer outra dimensão importante no que tange à produção das identidades: elas não se constituem apenas das experiências singulares, mas também resultam de experiências coletivas, decorrentes das interações sociais. (LUCA, 2015)

Nesse sentido, sinalizamos que os indivíduos assumem diferentes identidades em diferentes momentos, podendo, às vezes, serem contraditórias, “empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”. (HALL, 2006, p. 13)

Assim, ao refletirmos sobre as principais mudanças que ocorreram na sociedade contemporânea, manifesta-se como fundamental o “deslocamento” da identidade. Buscando em Stuart Hall (2006, p. 9, grifos do autor) um maior entendimento, destacamos:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "*sentido de si*" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "*crise de identidade*" para o indivíduo. (HALL, 2006, p. 9, grifos do autor)

Esse fragmento reforça a ideia que a noção de identidade na pós-modernidade pode ser entendida como um processo em constante deslocamento. Isso pressupõe a existência de sistemas culturais através dos quais projetamos nossas identidades, tornando-as provisórias, variáveis e problemáticas.

Nessa direção, afirmamos que as identidades dos (as) idosos (as) são um processo inacabado, ou seja, trata-se de identidades em permanente construção e, “por força de interpretações, capaz de ser ouvida em seu sentido específico, apresentando-se igualmente para a inserção e fruição dos benefícios sociais”. (BOTH, 2000, p. 20)

Fica evidente que esses “novos” atores sociais, compreendidos nesse estudo como categoria social, estão cada vez mais integrados aos espaços democráticos, reivindicando por direitos sociais, reconhecimento e autonomia. Frisamos que a sociedade está em constante processo de evolução, imputando uma nova linguagem cultural e eventos sociais. Tal fato pode ter propiciado o deslocamento da percepção da identidade hegemônica, inclusive em relação aos idosos (as).

2.2.1 Identidade e terceira idade: crise ou renovação?

As discussões apresentadas no tópico anterior apontam para uma contraposição entre continuidade-ruptura e, a partir dessa constatação, indagamos: existe uma crise de identidade ou um processo de (re)construção permanente? Para Woodward (2000, p. 20, grifos do autor), “*identidade e crise de identidade* são palavras e ideias bastante utilizadas atualmente e parecem ser vistas por sociólogos e teóricos como características das sociedades contemporâneas ou da modernidade tardia”.

Na concepção de Hall (2006, p. 09-10), “esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada”.

Diante do exposto, deduzimos que as mudanças sucedidas na pós-modernidade são mais expressivas do que a maioria das mudanças transcorridas em períodos anteriores, estabelecendo, desta forma, novos panoramas sociais e políticos, colapsando as identidades individuais e coletivas até então vigentes na sociedade. (HALL, 2006)

Sob essa ótica, Woodward (2000, p. 19) destaca que “a identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é descolado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Para Hall (2006, p. 9), “isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”.

Diante dessas reflexões, a crise de identidade pode ser compreendida como um descentramento, ou mesmo fragmentação do indivíduo pós-moderno. Sobre esse assunto, Both (2000, p. 27) pondera que “a crise, portanto, surge quando são problematizadas as forças de expressão usuais, pondo-se em dúvida a veracidade dos entendimentos convencionais passando-se a se construir novos discursos em torno da realidade questionada”. A partir desta constatação, podemos inferir que novos atores sociais entraram em cena, inclusive o segmento

idoso, em prol de novos acordos sociais e culturais, iniciando um processo de ressignificação das identidades sociais.

Cabe ainda salientar que os (as) idosos (as), enquanto atores sociais, abrigam diversos discursos culturais, gerindo, assim, uma identidade híbrida e inacabada. E pontuamos, ainda, que o processo de construção das identidades é permeado por experiências engendradas por uma cultura historicamente constituída, dentro de um determinado tempo e espaço. (BOTH, 2000; WOODWARD, 2000; HALL, 2006)

Com base no arcabouço teórico aqui discutido, podemos esboçar algumas reflexões pertinentes à identidade do (a) idoso (a) contemporâneo. Entendemos que as identidades dos idosos(as) estão passando por um processo de “deslocamento”, rompendo as fronteiras de um modelo de identidade estático, tradicional e disciplinador. Dentro dessa ótica, acordamos com Hall (2006, p. 07) ao afirmar que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”.

Com isso,

[...] os sujeitos que atualmente vivem a terceira idade não desfrutaram, em nenhum momento de suas vidas, do que os sociólogos chamam de role model, modelos ideais que pudessem orientar suas condutas na vivência desta etapa da vida. A experiência, as perspectivas e as suposições de seus pais e avós não podem constituir-se como guias apropriados para seu comportamento como sujeitos que vivem a terceira idade, visto se reportarem a contextos sociais que foram profundamente modificados e a condições concretas de existência – menor expectativa de vida – extremamente diferentes das atuais. (SILVA, 2008, p. 3)

Ratificando esse entendimento, citamos Neri (2007):

O velho de hoje não segue mais o modelo de seus pais e avós e se descreve como satisfeitos com a vida. Isso é positivo para a construção social da velhice, porque sinaliza para a sociedade que há outras formas de envelhecer, mais positivas do que as de antigamente. (NERI, 2007, p. 40)

O posicionamento dos autores aludidos vai ao encontro de nossa percepção de que as identidades do (a) idoso (a) contemporâneo passam sim por um processo de (re)construção permanente, indicando para um leque de possibilidades de novas interpretações e interações sociais, sem a preocupação de se manter preso a modelos pré-estabelecidos socialmente, o que torna a tarefa desafiadora e estimulante.

Essa constatação fica evidente no depoimento do Sr. Belo, ao estabelecer uma relação entre seu processo de envelhecimento e o de sua mãe.

[..] sabe, eu fico pensando como foi a velhice de mamãe e vejo que hoje é diferente. Assim, eu quando já rapaz notei que ela ficava muito privada, né, ela já não saía mais, falava que estava velha. Meu pai... ele deixou de ser vaidoso. Me lembro que ele gostava de usar roupa social, camisa de manga comprida e chapéu, se aprontava todo domingo pra ir à igreja, mas depois que ficou com certa idade perdeu a vaidade só falava em morte”. (BELO, 69 anos, 20/11/2020)

A Sra Oda, por sua vez, destacou que:

Olha, eu me cuido, me vestindo bem, participo das atividades do Centro de Convivência, todo mundo se admira de mim: “a Dona Oda é uma pessoa que ela anda toda prontinha”, por quê? Porque não é porque sou velha que tenho que andar jogado não, a gente é velha, mas também a gente tem que dar valor à nossa vida, né? à nossa saúde, a gente cuidando da nossa vida, a gente tem vida por muito tempo... eu me lembro mana que a minha mãe se deitava na rede lá em casa... ficava na rede ou então na cadeira, meu Deus! Não quero isso pra mim não! (ODA, 70 anos, 20/11/2020)

Esses depoimentos apontam para as novas interpretações sobre o agir e o pensar na velhice. Nesse contexto, os novos discursos e representações sociais acerca do envelhecimento entram em choque com os paradigmas hegemônicos e excludentes que se mantêm presentes na sociedade. Para Both (2000, p. 32-33), “prefere-se entender a crise emergente na terceira idade como um fenômeno patológico construtivo da própria natureza dos mais velhos ao invés de avaliá-lo como uma oportunidade de aperfeiçoamento humano [...]”.

Lembramos que, anteriormente, o processo de envelhecimento humano não era debatido amplamente pela sociedade como hoje. Ao contrário, era restrito ao ambiente privado e familiar, com uma identidade norteadas por aspectos estigmatizados e excludentes. O tema ganhou visibilidade diante da constatação do crescimento demográfico da população idosa tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento. Os (as) idosos (as), então, como atores sociais, passam a interagir nos espaços sociais, reivindicando direitos cívicos, políticos e sociais.

Destacamos que Peixoto (1998), Silva (2008), Neri (2007), Debert (2012), Ribeiro (2012), dentre outros pesquisadores, adotam uma postura crítica na relação entre as identidades da velhice e da terceira idade, pois entendem que as identidades atribuídas à terceira idade estabelecem um padrão de comportamentos, hábitos e costumes voltados para um estilo de vida a ser seguido, ofuscando outras formas de envelhecimento. Em suma, chamam a atenção para o caráter de homogeneização e autogestão do envelhecimento, delegando ao indivíduo a responsabilidade de fazer de sua velhice um momento autônomo, ativo e prazeroso.

Sob tal visão, Debert (2012, p. 35) reflete que “se alguém não é ativo, não está envolvido em programas de rejuvenescimento, se vive a velhice no isolamento e na doença é porque não teve o comportamento adequado [...] portanto, não merece nenhum tipo de solidariedade”.

Silva (2008, p. 4) complementa afirmando que “o processo de reprivatização da velhice, caracterizado pela noção de terceira idade, retira o tema do envelhecimento do rol de preocupações sociais [...] e, deste modo, procede a uma espécie de negação da identidade da velhice”.

Convém frisarmos que os autores mencionados não são contrários ao protagonismo do (a) idoso (a), assinalado por um contexto de mudanças culturais e sociais que colaboraram na construção de novas identidades. Porém, sinalizam, com certa preocupação, para a supervalorização de imagens positivas associadas à terceira idade, que mascaram os problemas sociais vivenciados por muitos (as) idosos (as) brasileiros (as).

Segundo Debert (2012, p. 228), “a perspectiva da miséria foi, sem dúvida, fundamental para a transformação do idoso em um ator político, tornando a sociedade brasileira mais sensível aos problemas relacionados com o envelhecimento e aposentadoria”.

Finalizamos nossa explanação ilustrando que a crise de identidade é percebida pela sociedade quando as respostas às demandas sociais se tornam inconclusivas, abrindo, desse modo, espaço para novas concepções e leitura de mundo. Faz-se necessário salientar que o processo de renovação das identidades é um processo complexo e inacabado, oscilando entre os binômios renovação/crise, e, por vezes, negação/exclusão, sem descartar ainda a possibilidade de uma coexistência entre elas.

2.3 O papel da memória no fortalecimento das identidades

O presente subtópico tem como objetivo fazer uma discussão sobre memória e identidade, buscando compreender a complexa relação dialética entre esses temas. Ressaltamos que se trata de um tema recorrente em inúmeros trabalhos em Ciências Humanas e Sociais, presente em reflexões de diferentes áreas do conhecimento e orientações teóricas. Estudiosos como Joël Candau em *Memória e Identidade* (2018) e Maurice Halbwachs em *A memória coletiva* (2003) chamam a atenção para os laços existentes entre memória e identidade, enfatizando a importância desse campo de estudo para a apreensão dos fenômenos humanos e sociais.

Partindo dessa premissa, as memórias foram concebidas, nesse estudo, como a faculdade humana responsável pela conservação do passado, ou seja, das experiências vividas. Em síntese, concebemos as memórias como matéria-prima para a edificação das identidades, haja vista que “sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece.” (CANDAU, 2018, p. 59-60)

Segundo Halbwachs (2003), as memórias são construídas socialmente, na coletividade: visto que os indivíduos não são atomizados, eles interagem entre si por intermédio de relações interpessoais. Deste modo, na sua concepção, as memórias podem se organizar de duas maneiras, “tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê sob seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais”. (HALBWACHS, 2003, p. 71)

Pollak, em *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), dialoga com Halbwachs (2003) ao argumentar que as memórias são constituídas a partir de conflitos pessoais e de experiências vividas na coletividade. Esse entendimento fica evidente ao afirmar que “a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK, 1989, p. 9)

Em obra intitulada *Memória e Identidade Social* (1992), o autor reitera seu posicionamento ao enfatizar que:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1989, p. 201)

Com base nisso, podemos inferir que Pollak (1989) descreve as memórias, sobretudo, como um fenômeno coletivo. Classifica as memórias como uma construção do passado, realizada no presente, definindo-a como mutável, variável, flutuante, pois cada grupo cultiva um conjunto particular de lembranças.

Enfim, aponta que a memória individual não está fechada em torno de si mesma, ao contrário, ela é um fenômeno construído a partir das relações interpessoais estabelecidas entre grupos sociais num determinado espaço de tempo e lugar.

Bosi (2004, p. 53) esclarece com propriedade que “a lembrança é a sobrevivência do passado.” Ainda nesse sentido, a autora sinaliza que o ato de lembrar não significa ficar preso

ao passado, ao contrário, permite que os indivíduos repensem, reconstruam e refaçam o presente a partir de imagens e ideias experienciadas no passado:

[...] por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nosso juízo de realidade e de valor. (BOSI, 2004, p. 55)

Para Bobbio (1997, p. 30) “somos aquilo que lembramos”. Essa colocação desperta a ideia que a memória é guardiã legítima de um conjunto de referências e valores sociais constituídos no passado, mas que alimenta as identidades no presente, conferindo ao indivíduo um sentimento de identidade. Assim sendo, a relação entre identidade e memória pode ser classificada como uma simbiose. Nesse quesito, Bobbio (1997, p. 31) esclarece que “na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante transcorridos, os mil fatos vividos”.

Segundo Candau (2018), a memória é geradora de identidades ao passo que participa de sua construção. Portanto, é um equívoco pensar a memória e as identidades como dois processos distintos, ainda que as memórias sejam edificadas antes, elas se entrecruzam indissociáveis. “Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade”. (CANDAU, 2018, p. 19) Esse processo dialético, segundo o autor, permite que ambas se conjuguem e se alimentem mutuamente a fim de produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito e uma narrativa. (CANDAU, 2018)

Em vista disso, Pollak (1992) enfatiza a existência de uma ligação fenomenológica entre memória e identidade. E, ainda de acordo com ele: “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade [...]”. (POLLAK, 1992, p. 204)

No processo de edificação da identidade, a memória tem papel fundamental, pois é a partir dos nossos registros de vida e da maneira como percebemos o mundo que definimos quem somos. Diante desse pressuposto, Pollak (1992) classifica a identidade como:

A imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, à imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação e, também, para ser percebida da maneira que quer por outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros. (POLLAK, 1992, p. 204)

Partindo de Pollak (1992), podemos perceber que a identidade é um fenômeno elaborado, tendo como referência o outro. Isto é, não é algo herdado, mas construído

socialmente por meio da negociação direta com os outros, destacando os critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade.

Candau (2018) esclarece com propriedade que as identidades “não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de traços culturais [...], mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações socio situacionais [...]”. (CANDAU, 2018, p. 27)

Já Hall (2006) define identidade como um processo de interação entre o meio interno e o meio externo, “formada na interação entre o eu e a sociedade.” (HALL, 2006, p. 11) Nesse sentido, a noção de indivíduo como um sujeito centrado em si passa a ser rechaçada, evoluindo para um pensar pautado no signo da provisoriade e multiplicidade.

É oportuno lembrar, como já mencionado anteriormente, que a mudança na forma de se perceber o indivíduo e suas identidades fez com que entrasse em colapso a noção do sujeito cartesiano, estável, fixo e unificado, rompendo-se com a pretensa coerência e rigidez da identidade.

Nesse contexto, emerge o sujeito pós-moderno e a definição de identidades como um processo inacabado, ou seja, “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. [...] O próprio processo de identificação, através do qual nós projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático”. (HALL, 2006, p. 12)

Além disso, Hall (2006) e Candau (2018) dialogam no sentido que ambos classificam as identidades como momentâneas, transitórias, por que se tratar de um processo em constate construção, não permitindo delimitação ou estabilização. Sem dúvida, a pós-modernidade proporcionou um ambiente favorável a novos debates sobre identidade, fazendo com que essa temática brotasse no centro das discussões nas Ciências Humanas e Sociais.

Os teóricos abordados neste estudo, por vezes, seguem caminhos divergentes ao pensar a memória. Halbwachs (2003) e Pollak (1989, 1992) ressaltam que a memória individual é constituída por “quadros sociais da memória”, que preenchem algumas de suas lacunas, tornando as lembranças mais exatas. Em outras palavras, “a sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossa relação com os diversos ambientes coletivos”. (HALBWACHS, 2003, p. 69)

Para Candau (2018, p. 24), “a expressão memória coletiva é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos [...]”. De modo que a memória

propriamente dita é essencialmente uma memória de recordação e/ou evocação de lembranças autobiográficas.

Sob essa ótica, o autor argumenta que somente a memória individual é uma “faculdade atestada”. Porém, admite que as interações sociais e culturais presentes na sociedade produzem percepções que corroboram com uma memória comum. “Entretanto, não podemos nunca esquecer que as representações veiculadas e suscitadas pelo mito são alvo, em última instância, de variações pessoais, individuais”. (CANDAUI, 2005, p. 91)

Por último, mas não menos importante, as considerações desses teóricos convergem ao afirmarem que a memória é um instrumento pelo qual podemos acessar o passado no presente, por meio das lembranças. Portanto, as memórias e as identidades estão indissolúvelmente ligadas, pois “é uma fonte primordial para o que chamamos de identidade.” (CANDAUI, 2018, p. 16)

2.3.1 Memória: a riqueza do idoso

Como bem nos lembra Bosi (2004), os (as) idosos (as) são os “guardiões do passado”. Pautando-nos nessa afirmação, enfatizamos que os mais velhos são responsáveis por manterem vivas as tradições e as lembranças de um tempo remoto. São por meio dessas recordações que compreendemos as transformações ocorridas na história, nas instituições, nos papéis sociais e no imaginário social, ao longo do tempo e do espaço:

Eles já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, [...]. (BOSI, 2004, p. 60)

A partir de Bosi, percebemos que a função social dos velhos é lembrar, ensinar e aconselhar. Os velhos representam a interseção entre o passado e o presente, na construção de um futuro recente. Desse modo, possibilitam aos mais jovens conhecerem sua história, sua origem, sua gênese, numa trajetória nem sempre traçada de forma linear e coerente. Nesta direção, Halbwachs (2003) reitera que ninguém melhor que o velho para exercer a função social de lembrar.

Diante das reflexões dos autores supracitados, identificamos que a lembrança torna possível evocar o passado no tempo presente e que o idoso se situa como parte fundamental no processo de transmissão dos valores e crenças entre as gerações, considerando a riqueza das experiências e das vivências adquiridas ao longo da vida e armazenadas nas memórias.

Para Bosi (2004, p. 55), “a lembrança é uma imagem constituída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”.

Pollak (1989, p. 4) argumenta que, “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas⁵⁰ que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas [...]”. Ainda de acordo com Pollak, ao romper as fronteiras do tabu, as memórias, até então subterrâneas, passam a coabitar nos espaços socioculturais.

Levando em consideração suas argumentações, aludimos que as memórias propiciam a afirmação das identidades dos grupos minoritários e marginalizados, permitindo que se apropriem de sua própria historicidade e consolidem seus direitos.

Enfatizando esse aspecto, Bosi (2003, p. 15) destaca que “os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas excluídas da história ensinada na escola tomam a palavra”. Ainda segundo a autora, a história estudada nas escolas não considera o passado recente, deixando transparecer que a história é uma sucessão de fatos, unilinear. Por fim, comenta que “a memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelos menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza”. (BOSI, 2003, p. 15)

Para Bobbio (1997, p. 20), “o velho sabe por experiência aquilo que os outros ainda não sabem e precisam aprender com ele, seja na esfera ética, seja na dos costumes, seja nas das técnicas de sobrevivência”. Afirma que as transformações tecnológicas observadas na sociedade contemporânea fizeram com que os conhecimentos acumulados pelos (as) idosos (as), ao longo de décadas, antes transmitidos às gerações mais novas por meio dos mais velhos, fossem substituídos pela noção de conectividade dos meios de comunicação. Nessa perspectiva, “a marginalização dos velhos em uma época em que a marcha da história está cada vez mais acelerada é um dado de fato impossível de ignorar”. (BOBBIO, 1997, p. 20)

Nunca é demais lembrar as ponderações de Bosi (2004) ao assinalar o quanto a sociedade capitalista é “maléfica” para os que envelhecem. Nesse sentido, “a sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra”. (BOSI, 2004, p. 77) Ainda de

⁵⁰ Michael Pollak nasceu em Viena, Áustria, em 1948, e morreu em Paris em 1992. Radicado na França, formou-se em sociologia e trabalhou como pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique -CNRS. No seu ensaio *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), o autor chama a atenção para uma divisão entre a memória oficial, dominante e memórias subterrâneas. Essa última formada por grupos socialmente excluídos, marginalizados que tem sua memória oprimida pela memória oficial amplamente divulgada e aceita pela sociedade. Disponível em: http://fr.wikipedia.org/w/index.php?title=Michael_Pollak&action=history. Acesso em: 10. mar.2021.

acordo com a autora, a sociedade moderna demonstra uma exagerada preocupação com o presente e o futuro, negligenciando o passado por considerar ultrapassado.

Beauvoir (2018, p. 390) explica que “o homem idoso interioriza seu passado sob forma de imagens, de fantasmas, de atitudes afetivas [...] é o passado que define minha situação atual e sua abertura para o futuro [...]”. Diante disso, percebemos que a memória organiza nossas lembranças de forma parcial e seletiva. Considerando que nossa identidade é sustentada pelo passado, voltamo-nos para ele na tentativa de construir uma narrativa coerente, atribuindo um significado a nossa existência, ou seja, um sentimento de identidade.

O mundo social é beneficiado pela riqueza e pela diversidade de experiências e vivências que nos chegam pelas memórias dos velhos. A narrativa dos (as) idosos (as), assim, se assemelha a uma obra de arte para quem sabe ouvi-las e apreciá-las. Ao empurrarmos os velhos para a margem da sociedade, estamos impedindo-os de exercerem sua função social que é lembrar, aconselhar, ensinar, oprimindo-os através de mecanismos institucionais visíveis e mecanismos psicológicos sutis, quase imperceptíveis. (BOSI, 2004)

Por isso,

É contraditório pensar que a sociedade contemporânea aprimore seus meios de armazenamento e registros do passado e, contudo, ignore a pessoa idosa como potencial arquivo vivo de memórias de um tempo a qual não temos acesso. O tempo passado, presente na memória dos idosos e em seus saberes, é muito pouco acessado na prática. Pode-se sugerir que o idoso, geralmente posto à margem da coletividade, experimente uma sensação de deslocamento temporal, um estar fora do tempo, simbólico. (BEZERRA; LEBEDEFF, 2012, p. 43)

A partir de tal visão, a negligência com relação ao passado do (a) idoso (a) é fruto de preconceitos e de discriminações que rotulam os mais velhos como indivíduos improdutivos e incapazes. Tais fatos resultam na desvalorização da trajetória de vida e da própria identidade. De acordo com Bezerra e Lebedeff, a pessoa idosa guarda consigo conhecimentos sobre normas sociais, crenças e valores culturais compartilhados em diferentes épocas, pelo que podemos afirmar que compreender as transformações sociais no tempo presente é indispensável para conhecermos o nosso passado, e os (as) idosos (as) são os guardiões desse tesouro. Esses aspectos ficaram evidentes nos relatos destacados.

Eu era agricultor, né? E trabalhei muito em roça com meu pai. Ele me ensinou a trabalhar com a terra. Eu sempre trabalhei demais. Quando cheguei aos setenta anos, aí as coisas já foram ficando difícil. Quando chegou a setenta e cinco anos, aí pronto, tive que parar! Mas o que me deixa triste é que nenhum dos meus filhos quis trabalhar na roça. Ainda lembro que a gente ia andar por aí com o pai aprender a cuidar da roça, pescar, caçar... A gente plantava banana, cana, abacaxi, mandioca, abacate, cupuaçu,

limão, ali tudo eu plantava, ainda hoje tem. Tempo bom! As coisas de hoje está tudo mudado... (GUEDES, 80 anos, 25/11/2020)

Eu trabalhei quando mais jovem na roça. Meu pai tinha um sítio. Eu trabalhava com meu pai e meus irmãos. Sou criado na agricultura desde 1975. Nasci e me criei em Fonte Nova. Lá no interior, eu gostava dos festejos, né? Eu tinha uns 10 anos de idade, né? Toda família participava. Tinha muita comida, dança, brincadeiras [...] eu me lembro que ficávamos esperando pelas festas. Hoje não tem mais. Eu fico triste! Me lembro da gente fazendo farinha. Meus filhos não sabem o que é isso. Eu vi Tefé crescer. Quando cheguei aqui não tinha o Mamirauá. Eu mais meu pai ajudamos a roçar todo terreno que hoje é o Mamirauá. Apareceu um holandês aqui fazendo pesquisa com macaco. Eu falei para ele que sabia de um canto perto da cidade que tinha o que ele estava pesquisando. Isso foi em 1988. Ai ele se agradou. Hoje é onde fica o Mamirauá. (BELO, 69 anos, 30/11/2020)

A partir dos relatos, retomamos as reflexões de Bosi (2004), Debert (2012) e Beauvoir (2018) quando dizem que o tratamento destinado aos velhos pela sociedade capitalista é escandaloso, uma vez que o sistema capitalista só se preocupa com os indivíduos na medida em que produzem força de trabalho. Em outras palavras, a sociedade capitalista, a força de trabalho é o maior preceptor da qualidade do indivíduo. Isto pode ser evidenciado nas vozes dos (as) idosos (as) ao relatarem a velhice como perda de capacidade laborativa e aposentadoria.

Bobbio (1997) afirma que “o grande patrimônio do velho está no mundo maravilhoso da memória, fonte inesgotável de reflexões sobre nós mesmos, sobre o universo em que vivemos, sobre as pessoas e os acontecimentos que, ao longo do caminho, atraíram nossa atenção [...]”. (BOBBIO, 1997, p. 53) É importante salientar que as lembranças dos (as) idosos (as) estabelecem um sentimento de continuidade cultural entre as gerações. Bobbio (1997) enfatiza que o grande patrimônio da pessoa idosa está na riqueza de sua memória, considerada como fonte inesgotável de reflexões sobre nós mesmos e sobre o mundo em que vivemos.

2.3.2 A relação entre memória, esquecimento e silêncio

“O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável.” (ORLANDI, 2007, p. 32)

Orlandi (2007) nos instiga a refletir sobre o fio condutor entre memória e silêncio. Esse último é compreendido pela autora como “um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”. (ORLANDI, 2007, p. 13) Podemos inferir

que o silêncio, assim como as palavras, possui significado, e, com isso, “o homem está condenado a significar. Com ou sem palavras”. (ORLANDI, 2007, p. 29)

Não resta dúvida do desafio que é conceber o silêncio como objeto de reflexão e, assim, estabelecer uma ligação entre o que é dito e o que não é dito. Esse esforço é necessário para compreender o movimento dos sentidos, quebrando a barreira da “hegemonia do formalismo”, imposta pelas formas sociais da nossa cultura. Desse forma, o silêncio não pode ser compreendido como um vazio: a ausência de palavras não significa ser ou estar mudo, porque, neste momento, está presente o pensamento, a introspecção e a contemplação. (ORLANDI, 2007)

Bosi (2003, p. 64) analisa que “nos idosos, as hesitações, as rupturas do discurso não são vazias, podem ser trabalhos da memória. Há situações difíceis de serem contadas já que parecem absurdas às próprias vítimas delas”. Acrescentamos, ainda, que essas hesitações, silêncios e esquecimentos podem estar relacionados a um sentimento de vergonha, de dor, de revolta, situações difíceis de serem assumidas tanto para si como para o outro. “Ao silêncio do velho seria bom que correspondesse o silêncio do pesquisador”. (BOSI, 2003, p. 65)

Como exemplo, ressaltamos o seguinte relato:

Sofri muito! [longa pausa] Com separação, o marido era violento. [pausa] Não, maninha, do meu tempo de casada eu não quero falar não. [pausa] Não quero falar não, que eu passo... Passo mal, ó... fico nervosa só de pensar tudo que vivi com ele. Meu Deus! Me casei com quinze anos de idade, aí cuidei de três filhos do meu marido. Não era meu. Aí depois tive dez meu, criei tudinho, criei sozinha. Não gosto de lembrar! [pausa] Gosto de falar do presente. [risos/ olhos lacrimejados] (CHICA, 68 anos, 06/08/2020)

Uma situação recorrente no decorrer das entrevistas foi a maneira como os (as) idosos (as) selecionavam, consciente ou inconscientemente, o que dizer e o que não dizer sobre suas vidas, histórias e acontecimentos: aquilo que preferiam silenciar ou simplesmente ignorar quando perguntados. Esse foi o caso da Sra. Chica, que afastou da narrativa as lembranças que a ligavam a uma história de sofrimento e dor.

Outro caso semelhante foi observado durante a entrevista realizada com o Sr. Enéas. Ao mencionar a perda da esposa, companheira de tantos anos, a emoção foi inevitável. A dor do luto provocou vários momentos de silêncio. Por fim, expressou um único comentário: “Me lembro dela, me lembro muito. [pausa] Na hora da refeição, né, é a mais triste para mim. A gente comia sempre juntos. Aí a gente estranha muito..., ela me deixou..., faz muita falta... [longa pausa]”. (ÉNEAS, 84 anos, 25/11/2020) Depois desse comentário, calou-se e não mencionou mais a esposa no decorrer de toda a entrevista.

Sobre o silêncio, Orlandi (2007, p. 69) argumenta que “em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que essa relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente”. De modo que os momentos de silêncio também produzem significados que devem ser observados pelo pesquisador.

Ainda nesse sentido, Candau (2005, p. 120) pondera que “o esquecimento pode ser desejado. Em algumas situações, é preciso saber esquecer, esquecer, por exemplo, a memória de dor ou a morte do próximo”. Logo, se a lembrança ainda é uma questão que emana dor, angústia, tristeza é porque de certa forma ela permanece na memória. “A paz de espírito não é alcançada com o esquecimento do esquecimento”. (CANDAUI, 2005, p. 120)

Respaldados pelo ensinamento de Pollak (1989), enfatizamos que a memória realiza um trabalho de enquadramento, ou seja, seleciona as lembranças que serão rememoradas, elencando aqueles que irão compor seu acervo memorial. Desse modo, o indivíduo “enquadra” algumas imagens, enquanto ignora ou despreza outras. Esse caráter seletivo é classificado pelo autor como um processo de negociação dialética entre a memória e o esquecimento. Ratifica esse pensamento ao afirmar que “existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, não-ditos”. (POLLAK, 1989, p. 8)

Candau (2018, p. 127) explica que “a memória esquecida, por consequência, não é sempre um campo em ruínas, pois ela pode ser um canteiro de obras. O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso da restituição do passado”.

Bobbio (1997, p. 54) aponta para a existência de um “imenso tesouro submerso jaz à espera de ser trazido de volta à superfície durante uma conversa ou leitura; ou quando vamos nós mesmos à sua procura nas horas de insônia; outras vezes surge de repente por uma associação involuntária”.

Paralelamente, Bosi (2003) pondera que cabe ao pesquisador interpretar tantos as lembranças quanto os esquecimentos e as omissões, pois constituem exemplos significativos de como se deu a incidência do fato na história de sua vida.

Ainda sobre o tema, destacamos que “conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. [...] Assim também, há uma permanente interação entre o aprendido, o vivido e o transmitido”. (POLLAK, 1989, p. 7)

Para Beauvoir (2018), é a memória coletiva que, em certa medida, nos permite narrar nossas histórias de vida. Porém, é necessário que estas histórias tenham sido fixadas, armazenadas. No seu ponto de vista, trata-se de “uma operação mental que, a partir de dados fisiológicos, de imagens, e de um certo saber, reconstrói e localiza os fatos passados [...]”.

Sabe-se que a memória exige o esquecimento; se gravássemos tudo, não disporíamos de nada”. (BEAUVOIR, 2018, p. 381) Essas colocações fortalecem nossa percepção que a memória é seletiva, nem tudo é gravado ou registrado. (POLLAK, 1989)

Por último, mas não menos importante, ressaltamos que o silêncio ou a negação do passado não significa esquecimento, assim como a amnésia não é absoluta ou definitiva. “Podemos nos queimar e mesmo nos consumir diante de um retorno da memória, como se esta fosse um chama que se reacende”. (CANDAU, 2018, p. 128)

Mesmo o esquecimento do esquecimento, ao dissipar a perturbação provocada pela sensação de uma ausência ou perda, pode ceder diante da força de algumas lembranças, tal como acontece em relação às tragédias. Entretanto, num tempo do cotidiano e salvo algum incidente, esse esquecimento pode ser duradouro ou benéfico. (CANDAU, 2018, p. 128)

Assim, o esquecimento, em alguns casos, pode ser concebido como um mecanismo de defesa da memória em resposta a situações dolorosas, de perdas ou trágicas. Desse modo, “a experiência de se perder a si mesmo, quer dizer, de esquecer, pode, paradoxalmente, ser um meio de se proteger no cotidiano [...]”. (CANDAU, 2018, p.128)

O relato a seguir demonstra claramente essa situação:

A minha infância foi difícil, trabalhei muito na roça com meu pai, mas a velhice para mim chegou tranquila. Só fico apreensivo porque muitas coisas da infância e juventude estou esquecendo. Tem coisas que me vem na cabeça em pedaços. Fico tentando lembrar. Forçar a cabeça... (BELO, 69 anos, 30/11/2020)

Segundo Bosi (2004), a memória dos indivíduos não é uma visão fixa, estática, cristalizada dos acontecimentos que ocorrem no passado. Logo, o passado, ao ser relembrado, é transmitido de acordo com as necessidades do presente. Nesse processo, a memória grava o que foi enriquecedor, sobretudo aquilo que marcou nossa experiência de vida. Com isso, é impossível resgatar o passado na sua integralidade, é nesse momento que podem ocorrer os lapsos ou esquecimentos.

Convém ainda frisarmos que a dor, a tristeza e as angústias são sentimentos que surgem ao lidarmos com a narrativa. Muitas vezes não queremos resgatar as experiências dolorosas, e, por outro lado, esquecemos aquilo que não resgatamos.

Nesse sentido, Meihy (2005, p. 75, grifos do autor) pondera que “o que ficou ‘esquecido’, porque, como e quando são aspectos importantes do que é lembrado e ficou retido”. E enfatiza ainda que “o processo de seleção do que lembrar implica do que se esquecer”. (MEIHY, 2005, p. 76) Tais colocações reforçam a existência da relação entre o esquecimento e a memória.

Pollak (1989) e Meihy (2005) complementam que alguns “apagamentos” são forçados pela sociedade, ou seja, pela promoção de censuras que obstaculizam o conhecimento sobre algo. Nesse contexto, “a história oral pode atuar nessa direção, permitindo que pela memória o conhecimento do passado ‘*proibido*’ reponte e seja questionado”. (MEIHY, 2005, p. 76, grifo do autor) Segundo Pollak (1989, p. 5), “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.



CAPÍTULO III

**OS IDOSOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA
DA FAMÍLIA EM TEFÉ: QUEM SÃO E O QUE
PENSAM?**

3. OS IDOSOS DO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DA FAMÍLIA EM TEFÉ: QUEM SÃO E O QUE PENSAM?

No presente capítulo, pretende-se compreender os sentidos e os significados atribuídos à velhice, tendo por referência as narrativas dos idosos do grupo de convivência “Renascer”⁵¹ do CMCF. Nosso ponto de partida consiste em abordar as diferentes percepções do envelhecimento, tendo como pressuposto a necessidade de desnaturalizar o fenômeno da velhice e considerá-la como uma categoria social culturalmente constituída. Trata-se de uma temática complexa e composta por múltiplos contextos de vidas.

Ainda no presente capítulo, compartilharemos com o leitor quais os caminhos metodológicos percorridos para a investigação do objeto e como a pesquisa foi realizada, evidenciando os desafios de realizar uma pesquisa em tempos de pandemia diante das restrições às interações sociais presenciais devido aos cuidados necessários para se evitar a transmissão do COVID-19. Cabe-nos ainda ressaltar que o objeto desta pesquisa foi a pessoa idosa, considerada neste contexto como grupo de risco.

Os centros de convivência são, por excelência, unidades públicas de assistência social, cujo objetivo maior consiste em promover o fortalecimento dos vínculos familiares e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social. São definidos como espaços não-asilares, voltados à permanência diurna e vespertina dos (as) idosos (as). Sua atuação consiste em propor ações socioassistenciais com foco no fortalecimento de vínculos entre família e idoso (a), garantindo sua permanência no âmbito familiar, em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Idoso - PNI.

Nessa perspectiva, Camarano (2010, p. 281) afirma que “os centros de convivência consistem em atividades que visam ao fortalecimento de atividades associativas, produtivas e de promoção da sociabilidade”. Ainda de acordo com o autor, os centros de convivência contribuem com a autonomia e o protagonismo dos (as) idosos (as), além de fomentarem um envelhecimento ativo e saudável, conforme orienta a OMS⁵².

De acordo com Both (2000), Bosi (2004) e Neri (2011) qualidade de vida na velhice não envolve apenas questões relacionadas à ausência de doenças, mas também questões pertinentes ao bem-estar físico, emocional e mental. Nesse sentido, os centros de convivência

⁵¹ O grupo de convivência dos Idosos do CMCF é denominado Renascer. Não há registros documentais que atestem sobre sua criação. A atual gestão manteve esta nomenclatura devido à identificação dos idosos com o nome.

⁵²ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. World Health (2005). Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/svs/pub/pdfs/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

se caracterizam por serem ambientes nos quais os (as) idosos (as) estabelecem redes de interações sociais, compartilham experiências e desenvolvem atividades físicas e de lazer, que proporcionam qualidade de vida à velhice.

Diante dessas colocações, constatamos que o CMCF em Tefé cumpre um papel de extrema relevância no processo do envelhecimento ativo e saudável ao promover ações que incentivam o envolvimento dos (as) idosos (as) em atividades culturais, sociais, esportes e lazer.

O CMCF localizado em Tefé iniciou suas atividades em 2014, instituído da responsabilidade de promover qualidade de vida prioritariamente às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Hoje, oferece um leque de serviços socioeducativos e atividades esportivas voltadas para a qualidade de vida, saúde, ações preventivas por meio de palestras e oficinas dirigida às famílias, crianças, adolescentes, adultos e idosos. Nunca é demais lembrarmos que o município de Tefé não dispõe de um centro de convivência exclusivo para atender as demandas da pessoa idosa.

Todavia, oferta às pessoas com mais de 60 anos encontros e interações mediadas por lazer, cultura, inclusão social e educação para a cidadania. Para tanto, dispõe de uma equipe multidisciplinar composta por 01 (um) coordenador, 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo, 01 (um) pedagogo, 01 (um) educador físico, 01 (um) fisioterapeuta, 01 (um) técnico de enfermagem e 02 (dois) educadores sociais. Além de uma equipe de apoio composta por 01 (um) técnico administrativo, 02 (dois) recepcionistas e 02 (dois) serviços gerais.

O ingresso dos (as) idosos (as) no centro de convivência do CMCF ocorre por diferentes caminhos: por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); de demanda espontânea; por convite de outro integrante do grupo de convivência; por encaminhamento do Centro de Atenção Psicossocial⁵³ (CAPS); por intermédio dos postos de saúde que compõe a rede de atendimento do SUS; pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e pelo conselho municipal do direito do idoso (CMDI).

Levando em consideração esses aspectos, inferimos que os benefícios da convivência grupal para os (as) idosos (as) se manifestam através do crescimento pessoal, da autoestima, da autonomia, dos laços de amizades que surgem das relações sociais, do fortalecimento dos

⁵³Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituído por equipe multiprofissional e que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com depressão ou transtorno mental. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/centro-de-atencao-psicossocial-caps>. Acesso em: 29 mar. 2021.

vínculos comunitários, da melhora na qualidade de vida, conforme exposto nos depoimentos a seguir:

Ah, o centro de convivência trouxe uma vida tão boa pra mim, porque eu fiz muitas amizades, né... já... eu já conhecia umas, né, mas eu conheci mais outras que eu não conhecia. Aqui assim, a gente já se diverte, né, dança, conversa, faz exercícios, cuida da saúde, né? Aqui de tudo a gente faz. Eu participei de muitos eventos, ganhei até medalhas. Me senti muito importante por representar os idosos de Tefé nas olimpíadas dos idosos realizada aqui no centro. (RITA, 67 anos, 26/08/2020)

Eu gosto do Centro de Convivência... eu gosto demais, eu gosto (pausa) só que agora fica ruim de ir por causa das pernas. Nós sempre íamos na terça-feira e quinta-feira. Eu não sentia dor na perna. Era mais animado, né... então a gente chegava e ia conversar com aqueles colegas, aqueles amigos que tinha por ali, a gente se alegrava muito... e hoje em dia eu me sento aqui, passo o dia todinho aqui nessa cadeira e ainda fico sem ninguém pra conversar, pra gente se distrair. É triste (longa pausa). (GUEDES, 80 anos, 25/11/2020)

Hoje, eu agradeço a Deus por eu ter encontrado o Centro de Convivência, foi uma menina do CRAS que foi quem me encaminhou pro Centro de Convivência, eu sempre falo nela... a Dona Rose. A Dona Naraíza aqui do centro é tudo para mim, é minha mãe, é meu tudo... (risos) Mana, sinceramente, esses meses que parou de funcionar o Centro de Convivência, eu não achei nada legal, porque eu amanheci o dia, eu ficava pensando: “mas pra onde eu vou hoje?” Eu vou amarrar uma rede e vou ficar me embalando, porque eu tô com tanta raiva que esse Centro de Convivência não volta com nossas atividades”. (ODA, 70 anos, 20/11/2020)

Com base nos depoimentos, é possível afirmar que os (as) idosos (as) consideram o centro de convivência como um espaço de promoção da qualidade de vida, da saúde, de criação de laços de amizade, de acolhimento humano, de atividades físicas, de lazer e de descontração. O envolvimento demonstrado nas atividades que participam é reflexo de experiências agradáveis, prazerosas e motivadoras, que ajudam a lidar com os conflitos tanto em nível individual quanto social, bem como prediz bem-estar físico, social e mental. Cumpre-nos ressaltar que no período da pesquisa de campo, devido a pandemia da Covid 19, o referido Centro se encontrava funcionando com sua capacidade de atendimento reduzida.

Para Wichmann et al. (2013, p. 822) “o bem-estar subjetivo pode ser percebido e autoavaliado por meio de experiências individuais, por afetos positivos que se sobressaem aos negativos [...]”.

Figura 9 - Ginástica para idosos (as)



Fonte: Naraíza Caldas (2020)

Figura 10 - Caminhada entre gerações



Fonte: Naraíza Caldas (2020)

Figura 11 - Caminhada e Alongamento



Fonte: Naraíza Caldas (2020)

A partir das fotos apresentadas, apontamos que uma das atividades ofertadas pelo CMCF com grande prestígio entre os (as) idosos (as) é a prática de exercícios físicos, que visam promover a qualidade de vida, a autonomia funcional e o bem-estar físico e mental.

Ainda versando sobre o assunto, os (as) idosos (as) relataram melhoras significativas no quadro de saúde em decorrência da prática regular de exercícios físicos. A exemplo, destacaram a redução da taxa de colesterol, controle da pressão arterial, fortalecimento da musculatura, manutenção do peso, diminuição de dores nas articulações e coluna, melhoria do condicionamento cardíaco e respiratório, dentre outros. Registra-se, ainda, que eles possuem consciência da importância dos exercícios físicos para a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa.

Observamos que o fenômeno da longevidade e a chegada da aposentadoria têm despertado nos (as) idosos (as) o desejo de explorarem outros caminhos, novas habilidades, de reavivar antigos projetos de vida. De acordo com Doll (2007a), a pessoa idosa dispõe de mais tempo livre para realizarem atividades relacionadas ao lazer, à cultura, à atividade física. Em razão dessa realidade, examinamos o desejo dos (as) idosos (as) por novas descobertas e sensações, sobretudo, por compartilharem experiências e saberes.

Ainda de acordo com o exposto, pode-se afirmar que o papel do CMCF, enquanto política pública, consiste em fomentar a inclusão social avivando o sentimento de pertencer a um grupo social. No aspecto, destacamos o grau de envolvimento dos (as) idosos (as) frente aos projetos direcionados a terceira idade concebidos pelo CMCF.

Como exemplo, citamos a composição musical elaborada pelo Sr. Enéas Quirino, integrante do grupo de convivência, a qual é entoada em celebrações oficiais como “Semana do Idoso”, “Confraternização de Natal e Fim de Ano”, “Momentos Cívicos”, e que conta com a participação do coral de idosos (as) do CMCF. A seguir, apresentamos a letra do hino e imagem do coral de idosos (as):

LETRA DO HINO DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS - CMCF

Unidos nessa praça de lazer,
esperando o dia amanhecer,
um grupo de idosos em união e também o grupo renascer.
Cantando alegremente sem parar com a esperança de um dia alcançar,
todos cantando alegremente trabalhando para crescer.
Todos cantando com alegria,
em busca da sabedoria,
com muita força e muita Fé,
Deus abençoe o povo de Tefé.

Unidos nessa praça de lazer,
esperando o dia amanhecer,
um grupo de idosos em união e também o grupo renascer.
Cantando alegremente sem parar com a esperança de um dia alcançar.
Todos cantando alegremente trabalhando para crescer. (QUIRINO, Éneas,
2017)

Figura 12 - Coral dos Idosos interpretando o Hino do Grupo de Convivência



Fonte: Naraíza Caldas (2019)

É importante salientarmos que esses momentos de convivência suscitam nos (as) idosos (as) um sentimento de pertencimento, além de promover a socialização entre familiares-idosos-comunidade, favorecendo a valorização de seus conhecimentos e experiências. A importância desses momentos pode ser percebida na fala da Sr. Sinfrônio, ao afirmar: “eu me dedico muito nos ensaios porque quero fazer bonito na hora da apresentação.” (SINFRÔNIO, 68 anos, 16/09/2020).

Apontamos que ações como essas são extremamente positivas à medida que estabelecem um forte elo entre os envolvidos, criando redes de amizades, além de suscitar o fortalecimento das identidades, fomentando, com isso, um sentimento de pertencer a um grupo, ou seja, a uma categoria social.

Nessa tônica discursiva, os (as) idosos (as) expõem que o centro de convivência trouxe para suas vidas novas conquistas, novas identidades e novos projetos de vida, criando um ambiente favorável ao envelhecimento ativo, saudável e com qualidade de vida. Dito em outras palavras, o convívio social entre diferentes gerações permitiu que certas barreiras

Segundo Jardim (2006, p. 26), é necessário “conhecer a visão do idoso a respeito do envelhecimento e da velhice [...]”. Nesta direção, Uchôa et al. (2002) afirmam que outros atores têm falado pelos (as) idosos (as), e que, em geral, o olhar do outro é carregado de negativismo, disseminando uma visão homogeneizada da velhice e do processo de envelhecimento.

É sobre essa tônica que desenvolvemos nosso trabalho de pesquisa. Em um mundo em constantes transformações, é importante conhecermos as representações que os (as) idosos (as) fazem acerca da velhice e do envelhecimento. Conhecer como se dão essas representações e quais as estratégias adotadas para vivenciar essa etapa da vida é fundamental para compreendermos a complexidade desse fenômeno, além de auxiliar no processo de formulação de políticas públicas diferenciadas para esse segmento.

Nesse contexto, a pesquisa contou com a participação dos (as) idosos (as) do grupo de convivência do CMCF em caráter voluntário. O perfil dos entrevistados compreendeu ambos os sexos, respeitando os seguintes intervalos etários de 60 a 69 anos, de 70 a 79 anos e de 80-89 anos, totalizando 12 entrevistados (as). Este procedimento teve por objetivo analisar como cada faixa etária vivencia o envelhecimento, valorizando as diferentes experiências de vida. Todos os colaboradores frequentam com regularidade as atividades ofertadas pelo CMCF.

Os (as) entrevistados (as), na sua grande maioria, possuem o Ensino Fundamental incompleto (67%) e vivem da aposentadoria (33%) acrescido de (14%) que são pensionistas, ou seja, (47%) são beneficiários (as) da previdência social. O rendimento mensal desses idosos é baixo, corresponde em média a 1 salário-mínimo mensal⁵⁴. Esse dado nos permite inferir que o grupo de convivência é composto por idosos (as) de baixa renda, ou seja, o grupo é formado majoritariamente por pessoas de camadas menos privilegiadas socialmente, o que pode estar diretamente relacionado à baixa escolaridade dos (as) idosos (as).

Outro dado relevante é que a renda da aposentadoria e/ou benefício social (BPC) dos (as) idosos (as) representa uma porcentagem importante no orçamento familiar: a importância de sua renda para a manutenção das necessidades básicas da família é expressiva. Além disso, constatamos uma proporção significativa de famílias de idosos com filhos (as) morando em suas casas, inclusive com netos (as).

Nesse contexto, Sampaio et al. (2017, p. 247) afirma que “em relação aos filhos adultos, a coresidência com os idosos acontece porque muitos continuam morando na casa dos pais, devido às dificuldades na inserção no mercado de trabalho e/ou na constituição de

⁵⁴ O valor considerado nesta pesquisa para o salário-mínimo é de R\$ 1.045,00 (Hum mil e quarenta e cinco reais), tendo como base os valores de 1º de janeiro de 2020.

uma nova família [...]”. Observamos que é bastante significativo o número de filhos (as), de netos (as) e de sobrinhos (as) que residem com os (as) entrevistados (as), demonstrando a importância da renda do (a) idoso (a) no sustendo da família por meio de sua aposentadoria e/ou benefício social (BPC).

Deste modo, constatamos que não são os (as) idosos (as) que vão morar com os (as) filhos (as), mas são os (as) filhos (as) e os (as) netos (as) que, seguindo um caminho inverso, retornam para a casa dos pais e avós. Em geral, os motivos que resultam nos novos arranjos familiares estão associados à situação de desemprego ou de separação. Diante das dificuldades econômicas impostas pela escassez de recursos, não resta outra opção a não ser o retorno à casa dos pais, sobretudo, para as filhas “mulheres”, responsáveis pela guarda dos (as) netos (as).

Nesse sentido, Camarano (2010) aponta que,

[...] observa-se uma inversão da tradicional relação de dependência e uma associação entre arranjos familiares e condições de vida, em que a política previdenciária tem desempenhado um papel importante. A renda do idoso, em que os benefícios da previdência são responsáveis por uma parcela expressiva, tem se constituído cada vez mais em um componente importante da renda das famílias brasileiras. Isso se deve, principalmente, à universalização da Seguridade Social, à expansão da cobertura dos serviços de saúde e ao avanço da tecnologia médica. (CAMARANO, 2010, p. 16)

Com o propósito de reiterar os argumentos discorridos no texto, destacamos alguns depoimentos que retratam essa situação dos (as) idosos (as).

E eu digo sempre ao meu filho: “olha, eu não como à tua custa, eu não vivo à tua custa, eu vivo à custa, vivo do meu trabalho, do meu aposento. Graças a Deus! Deus me deu esse aposento, né, é de que nós vive... Graças a Deus eu construí essa casa aqui, com o meu dinheiro, com meu salário, com meu aposento, com minhas vendas da Avon e artesanato. Ainda ajudo a criar meu neto. Depois que a mulher deixou ele, por causa da bebida ele veio morar com nós. Eu cuido da criança. A mulher dele caiu no mundo. Ele ajuda na despesa com que pode, mas faz bico, né? Ganha quase nada... (RAY, 80 anos, 04/07/2020)

Sabe, eu me alegro, porque o que eu construí essa casa... hoje em dia não posso mais construir, né? Eu fico alegre, porque pelo menos eu tenho uma casinha pra mim tá dentro, aí eu digo pros meus filhos: “você cuida de fazer alguma coisa pra vocês, se vocês chegarem à idade que eu tô, vocês já ter pelo menos uma casinha pra vocês.”. Mas eles não querem. Eu na idade deles já ganhava meu sustento. Tirava tudo da roça. Eu mais a mulher que paga as contas com nosso aposento... ainda tem os netos para criar... temos que ajudar. (GUEDES, 80 anos, 25/11/2020)

Diante dos depoimentos citados, conclui-se que a renda constituída pela aposentadoria não só garante a sustento do (a) idoso (a) como também dos demais membros da família.

Consoante a esse contexto, afirmamos que, diferentemente do que se acredita, o (a) idoso (a) não representa um peso econômico para os seus familiares, principalmente no contexto das famílias mais pobres da nossa amostra. Ao contrário, sua participação no orçamento familiar é decisiva para sua subsistência. Com isso, os (as) idosos (as) passaram a desempenhar um novo papel dentro do contexto familiar, o de provedor. (CAMARANO, 2010)

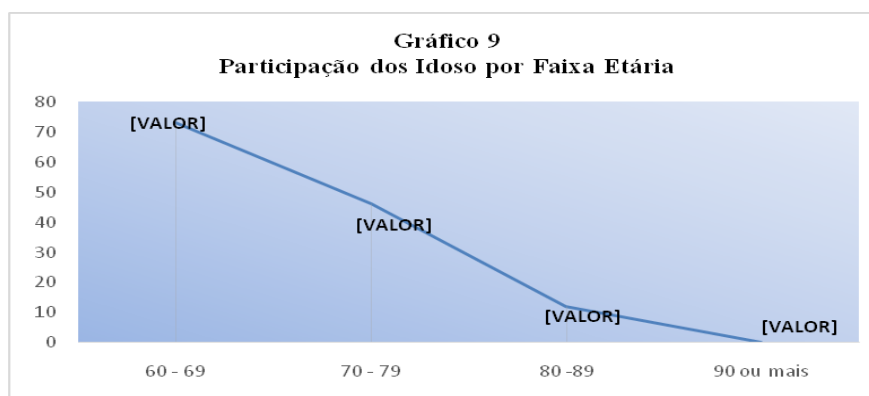
Outro contexto a ser considerado é a importância atribuída, pelos (as) colaboradores (as), à autonomia pessoal no desempenho da rotina diária. Sendo um termo bastante recorrente nas entrevistas. Para eles (as), a autonomia significa a capacidade e a satisfação de realizarem sozinhos suas atividades diárias - sem a ajuda de outra pessoa-, de poderem ir e vir de forma independente e de liberdade para agir e tomar decisões no dia a dia.

Contudo, é importante frisarmos que autonomia e independência são conceitos distintos. Desse modo, o indivíduo pode ser independente e não ser autônomo, como nos casos de demência. Ou ainda, ele pode ser autônomo e não ser independente, como acontece nos casos de acidente vascular cerebral com sequelas graves.

Comparando os (as) entrevistados (as) que correspondem à faixa etária entre 60 e 69 anos com os (as) idosos (as) mais velhos, ou seja, acima de 80 anos, observamos que os primeiros são mais ativos e independentes, sofrem menos com as comorbidades associadas ao processo de envelhecimento do corpo.

Em números percentuais, os da faixa de 60 e 69 representam 56% do total dos (as) idosos (as) do grupo de convivência do CMCF. Em contrapartida, aqueles com idade entre 80 e 89 anos (9%) declaram permanecer mais tempo em casa, alegando comprometimentos de saúde e diminuição da capacidade de locomoção. No Gráfico 9, observamos uma tendência de queda na participação dos (as) idosos (as) em atividades do CMCF à medida que a idade avança.

Gráfico 9 – Participação dos idosos por Faixa Etária



Fonte: Centro Municipal de Convivência da Família (2020) Organizado pela autora (2021).

Para Camarano (2010, p. 47), “essa é uma questão inerente aos idosos, dadas as suas alterações físicas e psíquicas trazidas pela idade e que geram problemas de adaptação ao meio em que vivem”. Nesta direção, destacamos o relato de entrevistados (as) com idades distintas, expondo suas percepções sobre autonomia:

Ah... Hoje eu tenho uma vida de rosa... vou pra donde eu quero, não digo nada pros filhos. É uma vida bacana essa minha vida agora, vou pra donde eu quero, chego a hora que eu quero, aí ninguém tem nada a ver com a minha vida. É, maninha, eu trabalhava muito, pelo amor de Deus! Eu botava o menino aqui na rede aqui, trabalhando aqui no colégio e tudo, quando o menino começava a chorar, o peito na boca! Ai, maninha de Deus! Uma vida fragelada! Agora sou aposentada. Os filhos tão criados. Sou separada, faço o que quero, danço, faço ginástica, passeio, até namoro. [risos] (CHICA, 68 anos, 06/08/2020)

É que eu nunca, nunca falei assim: “olha, eu tô ficando idoso, eu me sinto cansado...”, sempre eu olho pra frente, sempre eu... quero ser aquela pessoa esperta, por isso eu tomo remédio, por isso eu caminho, se for pra dançar eu danço, brinco com as pessoas, quando estou doente eu tomo remédio. Tem dias que estou mais cansado, mas procuro logo alguém para conversar. É muito bom a gente gostar das pessoas e as pessoas gostar da gente. Eu me lembro de papai... papai era assim: “tá idoso?”, ele dizia: “não! Não gosto de ficar dependendo dos filhos. Se quero algo vou lá e faço. (GERMANO, 75 anos, 25/11/2020)

É porque a gente, quando a idade da gente, ela, com setenta anos a gente ainda é forte, setenta a gente ainda é forte, passou de setenta e cinco anos pra frente, aí chega aquele cansaço, chega aquela fraqueza, chega tudo aquilo na gente, e aí pronto, aí vai acabar aquela animação, acabar com a vontade de trabalhar, isso aí...a vida caminha para debaixo da terra... (GUEDES, 80 anos, 25/11/2020)

Para os (as) entrevistados (as) o envelhecimento bem-sucedido não significa apenas a ausência de enfermidades, mas, sobretudo, a manutenção das condições de autonomia e da capacidade funcional. O desafio de manter o bem-estar na velhice e lidar com o adoecimento são constantes na vida daqueles que envelhecem. Nesse sentido, a busca por um envelhecimento bem-sucedido e com qualidade de vida é uma condição a ser atingida por quem lida com as mudanças físicas, sociais e culturais próprio do envelhecer. (SILVA; SANTOS, 2010)

Sob esse ponto de vista, Camarano (2010, p. 257) afirma que “a promoção da independência requer políticas públicas que garantam a autonomia física e financeira, ou seja, o acesso aos direitos básicos de todo ser humano: alimentação, habitação, saúde, trabalho e educação”.

Portanto, destacamos a importância do centro de convivência como política pública que oportuniza a pessoa idosa o desenvolvimento do seu potencial por meio do acesso a

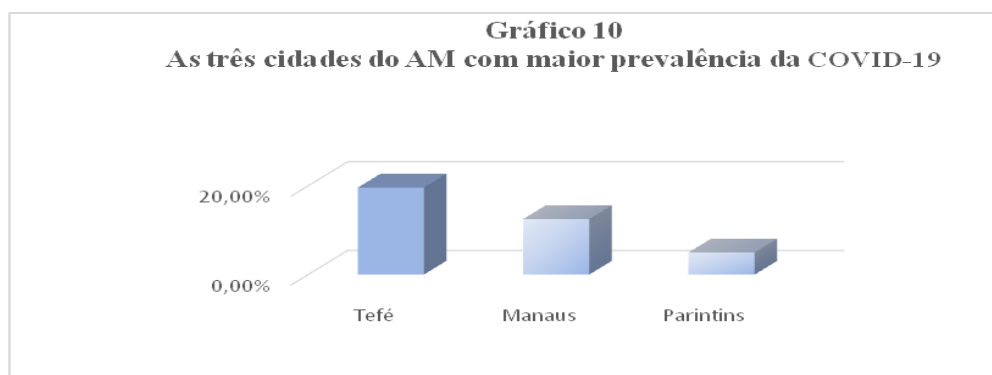
recursos educacionais, culturais, espirituais e recreativos, reconhecendo que o direito à vida, à dignidade e à longevidade deve ser objeto de políticas públicas.

3.1 Os impactos do efeito pandemia no centro de convivência: o antes e o depois da COVID-19

A OMS em 11 de março de 2020 declarou que o mundo passava a enfrentar uma nova pandemia causada pelo vírus da COVID-19 perante o total descontrole na disseminação da doença. Diante disso, para evitar mais impactos, buscou-se por soluções rápidas a fim de prevenir e tratar a pandemia. O distanciamento social e a quarentena se demonstraram a melhor forma de prevenção contra a COVID-19. Em termos práticos, o vírus conhecido cientificamente como SARS-COVID-19 produziu uma “nova realidade”, trazendo inúmeras complicações na área social e econômica, alterando significativamente o comportamento em sociedade.

Um estudo realizado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) estimou que 19,6% da população tefeense havia sido infectada pelo novo coronavírus, ou seja, 12 mil dos 61.453 habitantes do município estão ou já tiveram a doença. (G1, 2020) Com o aumento no número de casos e mortes, o município de Tefé decretou em 17 de março de 2020 situação de emergência na saúde pública do município. A partir dessa medida, o CMCF teve suas atividades suspensas por tempo indeterminado. O gráfico 10 apresenta as três cidades do Amazonas com maior incidência da COVID-19.

Gráfico 10 – As três cidades do AM com maior prevalência da COVID-19



Fonte: G1 Amazonas (25/5/2020). Organizado pela autora (2021).

Diante da situação, um questionamento surgiu quando adentramos em campo de pesquisa: O que mudou no CMCF com a pandemia da COVID-19?

O primeiro aspecto que se evidenciou foi a necessidade do distanciamento social e o uso obrigatório de máscaras como medidas de prevenção a transmissão do vírus. O CMCF antes da COVID-19 era responsável pelo atendimento presencial de 131 idosos (as) que participavam de diferentes atividades. A Tabela 2 apresenta as principais atividades oferecidas aos idosos (as) do grupo de convivência.

Tabela 2 – Atividades destinadas a terceira idade

ATIVIDADES DESTINADAS A TERCEIRA IDADE

ATIVIDADES	MODALIDADES	OBJETIVOS
Coral	Cultural e socialização	Promover a interação social entre os idosos participantes; melhora da fala e dicção; elevar a autoestima; trabalhar a musicalidade.
Passeios culturais	Cultura e lazer	Ampliar os conhecimentos explorando os espaços públicos de Tefé; promover a interação entre idoso e comunidade; prevenção do isolamento social e exclusão social.
Caminhadas	Atividade física	Auxiliar o funcionamento físico, mental e na prevenção de doenças.
Hidroginástica	Atividade física	Auxiliar no funcionamento físico; prevenção de lesões corporais; e tratamento traumas e dores musculares.
Funcional adaptada	Atividade física	Proporcionar aos idosos atividades físicas que auxiliem na rotina cotidiana; promoção da saúde; prevenir o sedentarismo.
Dança: “Carimbó Amazonense”	Cultural e socialização	Desenvolver e trabalhar a dança como processo norteador para melhoria de qualidade de vida, trazendo alegria, cor e música aos brincantes; reavivar a memória da cultura amazonense através da dança.
Dominó e xadrez	Lazer e socialização	Exercitar a memória; redução do estresse; interação social, criar laços de amizade.
Geração de renda	Cidadania	Realizar oficinas e cursos na área de artesanato, incentivando o empreendedorismo.
Ginástica	Atividade Física	Manutenção da massa magra, tornando o idoso apto a realizar tarefas diárias que exigem maior intensidade de força como, por exemplo, subir escadas, carregar

		objetos.
Alfabetização para idosos	Cidadania	Resgatar a autoestima do idoso; possibilitar maior autonomia com relação à escrita e leitura; fortalecer a identidade.
Projeto Artes e comunicação na terceira idade	Cultura, socialização e cidadania	Resgatar a identidade cultural de Tefé através das histórias de vida dos idosos.
Sessões de fisioterapia	Saúde	Realizar visitas domiciliares; atendimento individual e em grupo; tratamento de doenças; Projeto Massoterapia

Fonte: Centro Municipal de Convivência da Família em Tefé (2020). Organizado pela autora (2021).

A preocupação com o bem-estar da população idosa na pandemia pode ser explicada por estes pertencerem ao grupo de risco da doença, juntamente com as pessoas portadoras de doenças crônicas. É fato que a população idosa apresenta maior vulnerabilidade às formas graves da doença podendo rapidamente evoluir para o óbito. Diante do risco iminente, as autoridades sanitárias de Tefé recomendaram o isolamento social, em especial, da população acima de sessenta anos.

A interrupção das atividades no CMCF, aliada às restrições de mobilidade e isolamento social, provocou mudanças significativas tanto na rotina cotidiana como no estado emocional e psicológico dos (as) idosos (as), gerando insegurança e ansiedade. De acordo com Silva et al. (2020), situações como isolamento social e quarentena tendem a despertar nos (as) idosos (as) sentimentos relacionados à solidão, estresse, ansiedade, tristeza e depressão, dentre outras doenças relacionadas a transtornos mentais.

Nos depoimentos a seguir, podemos ver aflorado o sofrimento dos (as) idosos (as) no período da quarentena e do isolamento social.

Sabe, vou dizer uma coisa pra senhora... o cara que tá isolado, no meu caso com a depressão, não quer tá num canto com silêncio... quando a gente fica velho as pessoas se afastam da gente... gosto de ter pessoas que entenda, animadas, olha assim, assim, joga a gente pra cima... por isso que gosto de balançar, dançar, pular, correr... e aqui no centro faço tudo isso. Esse tempo que o centro fechou minha depressão voltou. No posto de saúde o médico me deu remédio porque não conseguia dormir. Fico ansioso... coisas de velho [risos]. (SINFRÔNIO, 68 anos, 16/09/20)

Eu comecei a ir no centro porque não podia andar direito. O médico disse que era pra mim fazer ginástica. Essa minha perna aqui, meu Deus, doía muito. Em nome de Jesus, foi eu chegar lá e ficar boa da minha perna. E não é que fiquei mesmo? Mas voltou tudo de novo... porque o centro ficou parado e meus filhos não deixavam eu sair de casa. Por causa dessa doença...foi muito ruim, sabe? Eu gosto de conversar com as pessoas, os

amigos, ... ainda bem que voltou a funcionar... só tomara não ter que fechar de novo. (ZILMA, 71 anos, 15/11/2020)

Na tentativa de amenizar os impactos sociais e econômicos decorrente dessa “nova realidade”, a equipe do CMCF, no período em que as atividades presenciais ficaram suspensas, monitorou os (as) idosos (as) por meio de visitas domiciliares. Foram concedidas cestas básicas para aqueles idosos em situação de risco social. Também foram doados “kit pandemia” contendo duas máscaras de tecido, um álcool em gel e uma cartilha com orientações sobre a doença.

Figura 14 - Visita domiciliar aos idosos do grupo de convivência do CMCF



Fonte: Naraíza Caldas (2020)

O retorno das atividades no CMCF ocorreu em agosto de 2020, a partir da flexibilização das medidas de prevenção a COVID-19. Esse retorno ocorreu de forma gradual e parcial, havendo a necessidade de adequação às novas regras de biossegurança específicas para o atendimento a pessoa idosa, visto que em 2020 ainda não havia vacinas disponíveis para a imunização.

Desta maneira, o atendimento foi reduzido a 60%, ou seja, a 52 idosos (as). Não foram retomadas todas as atividades antes ofertadas pelo CMCF. Retornaram somente aquelas possíveis de serem realizadas em espaços abertos, ou seja, caminhadas, alongamentos, funcional adaptada para idosos, hidroginástica, projeto Arte e Comunicação para terceira idade e zumba. A recepção dos (as) idosos (as) também sofreu alteração, não sendo mais possível o contato físico no acolhimento. Além disso, tinham que passar por uma triagem antes do início das atividades, onde eram verificadas a pressão, a temperatura e a oximetria.

Figura 15 - Procedimentos protocolares de prevenção à COVID-19



Fonte: Naraíza Caldas (2020)

Figura 16 - Atividades alinhadas com os protocolos de prevenção à COVID-19



Fonte: Naraíza Caldas (2020)

O retorno, mesmo que de forma parcial, foi motivo de alegria entre os (as) idosos (as) do grupo de convivência, uma vez que possibilitou reencontrar com amigos, funcionários e professores que não viam desde março de 2020. Nesse primeiro momento, os (as) idosos (as)

foram orientados quanto às novas regras de biossegurança para o retorno às atividades. Entre as medidas estão:

- uso obrigatório de máscaras;
- higienização constante das mãos por meio de álcool em gel fornecido pelo CMCF;
- distanciamento social de 1 metro e ½;
- não compartilhamento de objetos pessoais como copos, canecas, toalhas etc.;
- a lotação máxima de 8 (oito) idosos por atividade;
- os funcionários devem estar devidamente capacitados para orientar quanto às medidas de biossegurança;
- ampla divulgação das orientações e das medidas necessárias para frequentar o CMCF;
- é vedada a realização de atividades coletivas que envolvam o compartilhamento de equipamentos ou objetos.

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução da pandemia, o monitoramento das atividades foi constate diante de um cenário de incertezas. Houve constantes ajustes que se demonstram necessários para manter CMCF funcionando com segurança, como redução no horário de atendimento, centralizando as atividades pela manhã.

Apesar da resistência dos (as) idosos (as) em manter o distanciamento recomendado e ao uso constante da máscara, de modo geral, as determinações foram obedecidas. Durante nossa permanência em campo, não foram registrados casos de COVID-19 entre os (as) idosos (as). Pontuamos ainda que muitos idosos (as) não retornaram ao grupo de convivência por interferência da família ou por medo de contaminação.

3.1.1- Os caminhos da pesquisa: procedimentos técnicos e metodológicos

Nesta parte do trabalho, discutem-se os caminhos metodológicos adotados no processo de investigação que culminaram no alcance dos objetivos da pesquisa. O mérito da pesquisa científica é valer-se do rigor e da formalidade para a compreensão das novas realidades de uma sociedade em constante transformação. Para Minayo (2014, p.19) “fazer pesquisa constitui um processo de trabalho complexo que envolve teoria, método, operacionalização e criatividade”.

O propósito desta pesquisa foi contemplar as diferentes percepções da velhice a partir das narrativas dos (as) idosos (as) do grupo de convivência Renascer do CMCF, valorizando a heterogeneidade de suas experiências e vivências. Para tanto, foi imprescindível a articulação

entre fundamentos teóricos, epistemológicos, éticos e metodológicos no caminhar da pesquisa.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto que a democratização da ciência ocorre quando reconhecemos a pluralidade de saberes oriunda de diferentes processos da construção do conhecimento. A partir deste entendimento, destacamos as ponderações de Boaventura Santos (2010) no que tange à proposta de construção de saberes plurais e horizontais que propiciem diálogos interculturais em favor de uma ecologia de saberes emancipatória e libertária. Logo, “não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos; há constelações de conhecimentos”. (SANTOS, 2006, p. 44)

O interesse de estudar as diferentes percepções da velhice surgiu da necessidade de trazer à discussão o caráter heterogêneo do processo de envelhecimento, contribuindo para desnaturalizar concepções, mitos e crenças equivocadas da velhice e do envelhecimento, em geral, imbuídas de preconceitos e de discriminação.

A amostra do estudo foi composta de 12 (doze) idosos de ambos os sexos, diferentes credos, raças, arranjos familiares, usuários de políticas públicas, com idade igual ou superior a 60 anos. Os (as) idosos (as) foram agrupados em três faixas etárias, a primeira de 2+2 de 60-69 anos, a segunda de 2+2 de 70-79, a terceira de 2+2 de 80-89 anos. Esta escolha buscou incluir na pesquisa apenas os (as) idosos (as) que fazem parte do grupo de convivência Renascer. De acordo com Minayo (2014, p. 197), “uma abordagem qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo”.

É oportuno mencionar que aos colaboradores(as) da pesquisa foram esclarecidos detalhadamente os objetivos do estudo, e lhes foi informado que os dados coletados seriam utilizados somente para fins acadêmicos. Após todos os esclarecimentos necessários, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, autorizando inclusive a gravação das entrevistas, alinhando, assim, os objetivos do estudo com as questões éticas intrínsecas aos processos de pesquisa que envolvem seres humanos.

A ideia de entrevistar os (as) idosos (as) do grupo de convivência do CMCF vai ao encontro de compreender as diferentes representações da velhice e do envelhecimento a partir das falas dos próprios atores da pesquisa. Nesse quesito, Minayo (2014, p. 204) aponta “a fala como forma de comunicação mais privilegiada para a sociedade humana, pela possibilidade de ela conter a experiência, permitir o entendimento intersubjetivo e social [...]”.

Diante do exposto, a metodologia mais adequada para esse fim foi a história oral, a qual requer uma abordagem qualitativa. Esse tipo de abordagem possibilita desvelar a lógica

interna dos processos sociais, valores, crenças, representações, opiniões, propiciando novas abordagens, revisão e criação de conceitos e categorias. (MINAYO, 2014) Cabe ainda frisarmos que essa abordagem não é passível de mensuração e de controle, bem como não é previsível ou enquadrada em leis gerais a exemplo da abordagem quantitativa.

Ainda sobre a história oral, é necessário mencionar que esse método consente a gravação dos depoimentos para registros e futuras reproduções. Esse último recurso foi utilizado na transcrição do material coletado. De acordo com Meihy (2005, p. 32), “a história oral, pelo contato com meios eletrônicos, mostra as vantagens do manejo de artefatos da atualidade, que têm, também, sentido para a produção, a preservação de documentos e as análises sociais.”

Contudo, mesmos cientes das vantagens propiciadas pela gravação em meios eletrônicos, o contato pessoal entre entrevistado (a) e entrevistador (a) ainda se configura como um quesito primordial, pois possibilita analisar as feições do rosto e os gestos e movimentos do corpo, os quais não são captados na gravação de voz.

Nesta perspectiva, o procedimento metodológico se desenvolveu a partir de três desdobramentos que se articulam entre si: levantamento bibliográfico, estudo documental e pesquisa de campo. O levantamento bibliográfico foi a primeira fase da pesquisa. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica na primeira etapa não pode ser definida de imediato. É necessário esclarecer os principais conceitos, que irão depender de muitos fatores, tais como a complexidade do assunto e o nível de conhecimento. Esse material, a posteriori, foi submetido às técnicas de fichamento, organizado de acordo com as temáticas analisadas.

Esse levantamento bibliográfico, por ser inicial, tem caráter provisório e dinâmico, deve ser revisto e ampliado, caso necessário, à medida que se desenvolve a coleta de dados; é um levantamento preliminar, sem a pretensão de esgotar a bibliografia disponível sobre o tema, mas que possibilita ao pesquisador ir estabelecendo os parâmetros de sua abordagem. (PADUÁ, 2016, p. 51)

O propósito dessa fase foi o de realizar uma ampla pesquisa acerca do objeto de estudo capaz de projetar caminhos e possibilidades possíveis para o alcance dos objetivos perseguidos, bem como melhor a ordenação e compreensão da realidade a ser investigada. Sob essa ótica, procuramos abarcar buscas que contemplassem os vários pontos de vistas e diferentes ângulos do problema, a fim de estabelecermos definições, conexões e mediações. (MINAYO, 2014)

Para tanto, consultamos catálogos de bibliotecas virtuais, anais de congressos, repositório de dissertações e teses, leitura de artigos em revistas especializadas, a exemplo de

autores como Beauvoir (2018), Bosi (2004) e Debert (2012), que se debruçam no estudo da temática. Acrescentamos, ainda, a realização de pesquisas eletrônicas em sites respeitáveis como SciELO, Google Acadêmico, Electronic Library Online e Portal da CAPES, os quais nos permitiram o acesso a um extenso banco de dados.

A segunda etapa da pesquisa foi concretizada pela entrada formal em campo de pesquisa, possibilitando, desta maneira, o primeiro contato com os (as) idosos (as) e a equipe técnica do CMCF. Foi o momento de estabelecer as redes de relações, correções iniciais dos instrumentos da coleta de dados e planejamento das atividades posteriores.

No primeiro movimento, focamos na consulta das fichas cadastrais dos (as) idosos (as), os relatórios institucionais, as fotos, a lista de presença, os mapas estatísticos institucionais, os quais nos permitiram captar dados relevantes como gênero, grupo familiar, doenças pré-existentes, renda, escolaridade, estado civil, condições de moradia, distribuição geográfica dos (as) idosos (as) por bairros, participação nas diferentes modalidades ofertadas e o envolvimento dos profissionais nos projetos direcionados à pessoa idosa.

Esta fase teve como propósito explorar e conhecer a rotina dos (as) idosos (as) no CMCF, bem como traçar o perfil dos atores pesquisados. O tempo destinado a esta etapa foi de aproximadamente 30 dias. É importante lembrar que os horários de atendimento do CMCF foram limitados apenas ao período matutino, em virtude das ações estratégicas de prevenção à COVID-19 adotadas pela prefeitura municipal de Tefé.

Ainda sobre essa etapa, é importante esclarecermos que dados coletados nesse período foram tratados como um dispositivo de orientação e de condução, contribuindo para ampliar o conhecimento acerca do objeto investigado. Entendemos que a pesquisa qualitativa requer necessariamente a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com os atores sociais envolvidos. (MINAYO, 2014)

O terceiro momento da pesquisa, destinado à realização das entrevistas com os (as) idosos (as), foi o mais desafiador. O isolamento social acarretou um problema metodológico bem específico, pois tivemos que suspender as incursões em campo diante de um quadro de incertezas e de insegurança provocado pelo vírus da COVID-19. Somente com a flexibilização das medidas de prevenção à COVID-19, pudemos retornar a campo, seguindo rigorosamente os protocolos de biossegurança estabelecidos pelo plano de ação da prefeitura municipal de Tefé.

A entrevista com os (as) idosos (as) foi mediada a partir da utilização de um roteiro, contendo os tópicos considerados essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Para

Minayo (2014, p. 189) “por roteiro se entende uma lista de temas que desdobram os indicadores qualitativos de uma investigação”. Na prática, foi organizado um roteiro com os temas que serviram de guia para a condução das entrevistas, visando aflorar os diferentes pontos de vista, juízos, valores e crenças dos entrevistados acerca da velhice e do envelhecimento.

A duração das entrevistas variou de acordo com as falas de cada participante. Em geral, as entrevistas realizadas com as idosas demandaram mais tempo de permanência. Contudo, em média, cada entrevista durou uma hora e meia. Concluímos que o tempo de duração foi suficiente para a explanação dos (as) entrevistados (as) sem que houvesse o seu esgotamento físico e mental, lembrando que o objeto de estudo da pesquisa é o idoso, e que as recordações demandam um uso excessivo das memórias. A preocupação com o bem-estar dos entrevistados foi uma constante na condução das entrevistas, bem como as condições técnicas, ambientais e protocolares de prevenção à COVID-19.

Nesse contexto, os (as) idosos (as) construíram suas narrativas a partir de suas percepções da velhice, contemplando sua história de vida. Para tanto, foi-lhes permitido narrar com total liberdade trechos de suas histórias de vida, tendo as memórias como fonte primordial. Para Freitas (2006, p. 18), “a história oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro da experiência humana”.

É necessário salientar que a história oral não tem por objetivo estabelecer generalizações, leis ou princípios, sua atenção concentra-se nas especificidades. Para Meihy (2005, p. 42) “as histórias pessoais ganham alcance social na medida da inscrição de cada pessoa nos grupos mais amplos que lhe servem de contexto”.

O trabalho de rememoração, trazendo o passado vivo para a memória, permitiu que os (as) idosos (as) narrassem passagens de suas vidas, deixando aflorar suas visões de mundo, haja vista que a memória seleciona e armazena, de acordo com a subjetividade de quem lembra, os fatos acontecidos socialmente. Para Halbwachs (2003), a memória possui um status coletivo, e se adapta ao conjunto de nossas percepções do presente. Assim, contribuição deste pensamento à pesquisa consiste em relacionar as memórias do (a) idoso (a) ao meio social em que aconteceram os fatos.

A colaboração de Candau (2018) à pesquisa é de que por meio da memória é que o indivíduo capta e compreende o mundo, manifesta suas intenções conferindo-lhe sentido.

Desse modo, reconhece não apenas a existência da memória coletiva, mas também uma memória individual.

No tratamento dos dados, utilizamos a técnica de análise do discurso na perspectiva de Eni Orlandi (2020). Compreendemos que o discurso é a palavra em movimento, ou seja, a prática da língua funcionando na produção de sentidos, tal perspectiva nos permite analisar as palavras para além do sistema de regras formais da gramática. Com isso, é o discurso o que diferencia o homem das demais espécies, pois ele é capaz de dar significados à realidade social e natural que o cerca, transformando a realidade na qual vive. Nesta direção,

A Análise de Discurso, como o próprio nome indica, não trata a língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o home falando. (ORLANDI, 2020, p. 13)

A partir de Orlandi (2020), salientamos que a análise do discurso compreende a linguagem como um agente mediador entre o homem e a realidade natural e social. Resumindo, os indivíduos são os produtores desse discurso, influenciados pela realidade em que vivem. Sob essa ótica, a memória é tratada como interdiscurso, ou seja, é o que sustenta os dizeres, as interpretações, o saber discursivo, tudo o que já se disse sobre o assunto tratado. (ORLANDI, 2020)

A realização da análise do discurso na presente pesquisa foi concebida a partir de um repertório de informações, constituídas por relatórios da instituição, diário de campo, transcrição da gravação das entrevistas individuais, das observações extraídas do campo de pesquisa e fotos do arquivo do CMCF. Assim, a proposta da análise de discurso foi a construção de um dispositivo de interpretações, sendo este nosso primeiro passo.

O passo posterior foi trabalhar o esquecimento, o silêncio e a relação dizer/não dizer. Segundo Orlandi (2020, p.57), trata-se de colocar o dito no não dito, ou seja, “aquilo que ele não diz mas constitui igualmente os sentidos de suas palavras”. Em síntese, o sujeito que fala também interpreta, e compete ao entrevistador (a) descrever esse processo, estabelecendo a relação do sujeito com sua memória. Nesse aspecto, é fundamental escutar o silêncio dos sujeitos no decorrer das entrevistas, inclusive observando qual é o seu significado para ele: reflexões, resistências, emoções, contradições, dentre outros possíveis.

De posse desse repertório de informações, analisamos os pontos de referência relativos às regularidades, às proximidades, às variabilidades, às oposições e às negativas identificadas no material coletado. Nesta concepção, a análise de dados respondeu aos objetivos da

pesquisa, atendendo às categorias relacionadas: exclusão social, qualidade de vida, velhice, políticas públicas, protagonismo social, identidades

De acordo com Paduá (2016, p. 51), “as categorias são empregadas para estabelecer classificações e trabalhar com elas significada agrupar elementos, ideias ou expressões [...]”. Partindo disso, finalizamos nossas análises interpretando os sentidos da velhice e do envelhecimento para os (as) idosos (as) do grupo de convivência “Renascer”, articulando suas memórias e suas identidades.

3.1.2 Sistematizando as experiências com os idosos: notas e observações de uma pesquisadora

Dedico-me aqui a relatar algumas notas e observações extraídas das incursões em campo de pesquisa. Compreendemos que as identidades de alguém ou de um grupo é produto de sua interação em diferentes locais e espaços, portanto, as experiências de socialização constituem o principal referencial para formação das identidades. Com base nesse entendimento, desnudamo-nos dos pré-conceitos que povoavam o imaginário social na busca por respostas que contemplassem aos questionamentos propostos neste trabalho.

Para Velho (1978, 37), “a ideia de tentar pôr-se no lugar do outro e de captar vivências e experiências particulares exige um mergulho em profundidade difícil de ser precisado e delimitado em termos de tempo”. Sem dúvida esta situação configura um desafio para qualquer pesquisador, visto a complexidade que envolve as questões relacionadas ao distanciamento social e psicológico. Além disso, existem outros tipos de elementos implícitos nas relações de interação, que envolvem tanto o pesquisado como o pesquisador, como credo, raça, etnia, classe, escolaridade, dentre outros.

Nesse sentido, Paulon (2005) afirma que o questionamento aos paradigmas que envolvem o distanciamento entre os sujeitos envolvidos no ato de pesquisar, bem como o rigor dos instrumentos na busca pela objetividade, consentiu na flexibilização da condição da neutralidade com reflexos visíveis em termos de procedimentos metodológicos. Com isso, “os levantamentos de dados passam a incluir observações participantes, os questionários ampliam a abrangência de suas questões, cresce o interesse pela análise do discurso e a restituição de resultados aos entrevistados é integrada aos procedimentos de investigação”. (PAULON, 2005, p. 19)

Diante do exposto, enfatizamos que produzir conhecimentos na área de Ciências Sociais se constitui uma provocação curiosa, dada a complexidade e subjetividade presente na

área. Todavia já não se busca a neutralidade do pesquisador, ao contrário, a subjetividade se transformou em um recurso a mais da pesquisa. De acordo com Minayo (2014, p. 41), “ninguém hoje ousaria negar a evidência de que toda ciência, em sua construção e desenvolvimento, passa pela subjetividade e por interesses diversos”.

O primeiro contato com o grupo de idosos (as) do CMCF foi marcado por observações e avaliações mútuas, ou seja, enquanto observávamos também éramos observados sob olhares curiosos e atentos. Por se tratar de um grupo forte e coeso, ficou evidente a resistência de alguns idosos às propostas trazidas pela pesquisa, embora não tenha havido questionamentos quando apresentamos os motivos, as justificativas e os objetivos que norteavam a pesquisa, cuja temática é a velhice. Para Minayo (2014, p. 212) “as dificuldades de inserção do pesquisador no campo não podem ser pensadas apenas como questão que o tempo de contato resolverá [...] devem ser objeto de reflexão e de planejamento como parte das estratégias de construção do conhecimento”.

Ressaltamos que, num primeiro momento, os (as) idosos (as) se sentiram invadidos na sua intimidade quando revelamos que as análises das pesquisas repousariam nas trajetórias de vida narradas por eles (as). Essa situação gerou certo desconforto nos (as) idosos (as), pois não se sentiam seguros para cederem as entrevistas. Percebemos, então, que estabelecer uma rede de interação entre entrevistados (as) e entrevistadora era fundamental para o bom andamento da pesquisa. Para Minayo (2014, p. 198), “a entrada em campo deve prever os detalhes do primeiro impacto da pesquisa, [...] merece cuidado especial o estabelecimento dos primeiros contatos [...] para que se procedam às entrevistas e às observações”.

Diante do exposto, percebemos que “não se trata tão somente de incluir o pesquisador no campo de suas observações [...] tampouco parece suficiente problematizar a relação pesquisador-campo de investigação [...], se não se aprofundar as concepções de subjetividade e ciência com que se orienta a investigação”. (PAULON, 2005, p. 21)

É importante salientar que era de nosso interesse conhecer a história de vida desses idosos (as), seus pontos de vista e visões de mundo. Contudo, é importante que o façam de livre e espontânea vontade, como enfatiza Thompson (1992), por uma relação de empatia e afinidade, conquistada pela pesquisadora. Aprofundando essa ideia, Minayo (2014) afirma que a interação humana numa situação de entrevista é um ponto que merece especial atenção do pesquisador, pois envolve questões que podem afetar profundamente a natureza das informações prestadas pelo sujeito.

Essa experiência nos permitiu refletir acerca das diferentes formas de exclusão. É importante frisarmos que a exclusão se associa a um processo de desvinculação social, espacial, cultural, econômica, etc. Nesse caso, em particular, vivenciamos uma exclusão relacionada a aspectos culturais e sociais. Nas primeiras interações com o grupo, eram poucas as conversas em que participávamos, e nossa presença quase não era percebida, ou seja, éramos invisíveis perante o grupo. Para Minayo (2014, p. 212), “a dissimetria nas posições do entrevistador/entrevistado tem de ser compreendida e assumida criticamente em todo o processo de construção do saber”.

A partir desta constatação, fomos convencidos da necessidade de revisarmos nosso procedimento metodológico com relação aos idosos (as). A fase exploratória da pesquisa permitiu que identificássemos a metodologia mais adequada e profícua. Desse modo, no intuito de estabelecermos laços de confiança e de proximidade com os (as) idosos (as) do grupo de convivência, passamos a interagir com eles (as) em atividades como ginástica, alongamentos, hidroginástica, caminhadas, zumba, projeto de Arte e Comunicação. Ao participarmos dessas atividades, estreitamos nossas redes de interação. E esse contato mais próximo nos oportunizou participar dos “bate papos” informais, das brincadeiras, dos momentos de descontração e das confidências.

A interação com os (as) idosos (as) nos permitiu compreender aspectos importantes relacionados à personalidade, ao comportamento e ao posicionamento diante da realidade social que os rodeiam e também as estratégias adotadas na superação das adversidades do cotidiano.

Constatamos que a mudança de postura frente aos idosos (as) foi extremamente positiva e enriquecedora para a pesquisa. Nesse momento, eu não era mais reconhecida como “pesquisadora”, mas como “professora”. Esse termo é o mesmo utilizado carinhosamente no tratamento da equipe de profissionais do CMCF, pelos quais os (as) idosos (as) nutrem grande respeito e admiração. Percebemos que havíamos sido definitivamente acolhidos pelo grupo, o qual já nos identificava como participantes.

Essa aproximação permitiu compreender certas situações que não seriam captadas apenas com a realização da entrevista. A exemplo disso, podemos destacar a cumplicidade entre eles, a forma como administram os conflitos, como estabelecem as relações de amizade, a solidariedade e o companheirismo, que sem dúvida os determinam como uma categoria social de fato e de direito.

Figura 17 - Momentos de interação com os idosos do grupo de convivência – CMCF



Fonte: Arquivo Pessoal (2020)

Foram vários os momentos em que interagimos junto aos idosos (as) do CMCF, buscando estreitar os laços de confiança e convivência. Para listar alguns desses momentos, elencamos a Semana do Idoso, realizado pela SEMASC, nos dias 01 a 09 de outubro de 2020; Sessão de fisioterapia funcional, realizada nas instalações do CMCF; Palestra Educativa sobre a Prevenção a COVID 19, proferida nas instalações do CMCF, e como convidada do Projeto Arte e Comunicação, para palestrar acerca da importância de manter viva as memórias do (a) idoso (a) por intermédio de suas narrativas. Esse último evento foi realizado ao ar livre, depois de caminharmos pelas praias formadas pelo Rio Tefé.

A partir do momento que firmamos uma vizinhança com os (as) idosos (as), demos início às entrevistas. O nosso argumento para o uso da entrevista se pauta no entendimento de Thompson (1992, p. 258) “seu principal objetivo não é a busca de informação ou evidências que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro ‘subjeto’ de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes”. Na mesma linha, Freitas (2006, p. 80) afirma que “o método da história oral possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretação do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial”.

Por fim, as entrevistas foram realizadas individualmente, com data e hora previamente agendadas. Percebemos que inicialmente a gravação ocasionou uma certa timidez. Eles (as) falavam baixo e olhavam discretamente para o gravador. Contudo, depois de algum tempo, esqueciam completamente a gravação e construíam seus relatos sem qualquer tipo de constrangimento ou receio. Apesar de a entrevista ser norteada por um roteiro, houve momentos em que os (as) idosos (as) se afastaram dos temas propostos. Essa pluralização nas falas deu um caráter democrático às informações e foi considerada material de análise pela sua relevância assim como a temática inicial.

Para Thompson (1992, p. 263). “sempre que possível evite interromper uma narrativa. Se você interrompe uma história por considerá-la irrelevante, estará interrompendo não apenas essa, mas toda uma série de ofertas posteriores de informações que serão relevantes”. Nesses casos, anotávamos as palavras-chave para posteriormente retomarmos a conversa. Acrescentamos ainda que as entrevistas permitiram que explorássemos os risos, as pausas, o silêncio, os gestos corporais e as linguagens ditas e não-ditas. Finalizamos a etapa com a reflexão de que o bom desempenho da pesquisa de campo passa pelo procedimento metodológico, pela técnica, pela sensibilidade e pelo diálogo. (MINAYO, 2014)

3.2 A velhice a partir das narrativas dos idosos do CMCF de Tefé

Para alcançar os objetivos pretendidos, lançamos mão da linguagem dos (as) idosos (as) frequentadores do grupo de convivência do CMCF analisando-a por meio da historicidade e da filosofia do conhecimento empírico. O que permitiu assimilar os melindrosos processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção de realidade etc.

Cumpre-nos enfatizar que existem muitas maneiras de se estudar a linguagem, porém optamos pela Análise do Discurso como dispositivo metodológico por entendermos que o

discurso representa as palavras em movimento, ou seja, a capacidade do sujeito de se significar e significar a realidade natural e social. (ORLANDI, 2020)

Em síntese, a Análise do Discurso não tem como proposta metodológica a interpretação, por isso se distingue da hermenêutica. Seu principal objetivo consiste em compreender o real sentido do discurso na sua materialidade linguística e histórica. Com base neste entendimento, afirmamos que “falamos a mesma língua, mas falamos diferentes” a depender da posição do indivíduo e da inscrição do dito e do não dito na edificação do discurso. (ORLANDI, 2020)

A partir das considerações acerca da metodologia, esclarecemos que as análises deste estudo se pautaram nos relatos dos (as) idosos (as), reconhecendo estes como sujeitos que falam e desempenham diferentes papéis na estrutura social. Convém, ainda, ressaltar que na análise do discurso a memória é versada como interdiscurso.

De acordo com Orlandi (2020, p. 31), “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível”. Curiosamente, o indivíduo não tem consciência que “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas *nossas* palavras”. (ORLANDI, 2020, p. 30, grifos do autor)

Nessa conjectura, os discursos produzidos durante as entrevistas permitiram apreender a rotina cotidiana dos (as) idosos (as) do CMCF, bem como as diferentes formas de experienciar o processo de envelhecimento, confirmando seu caráter heterogêneo. Com base em seus discursos, foi possível identificarmos diferentes percepções da velhice: “velhice como privilégio”; “velhice classificada pelo grau de dependência”; “velhice como tempo de aposentadoria e indisposição para o trabalho”; “velhice como etapa do poder fazer”; “velhice e a melhora da qualidade de vida por meio das políticas públicas”.

Registra-se, ainda, que essas narrativas revelaram que os (as) idosos (as), de modo geral, concebem a velhice como uma dádiva, uma vitória por terem alcançado a longevidade diante das diversidades enfrentadas por causa da pobreza, como percebido na fala da Sra Zilma (71 anos, 15/11/2021): “Graças a Deus cheguei a essa idade. Tem muitos jovens que morrem antes de chegarem a minha idade!”

Como se pode notar, observa-se uma mudança na maneira de pensar e de sentir a velhice. Dito de outra forma, o envelhecimento vem sendo reconhecido como um privilégio, um aprendizado, uma espécie de benção e não somente como uma fase da vida ligada à

doença e à morte. Para Beauvoir (2018, p. 220), “a velhice é um outono, rico em frutos maduros; é também um inverno estéril, do qual se evocam a frieza, as neves, as geadas”.

Na produção dos dados, duas questões foram consideradas essenciais: “o que é ser idoso?” e “como envelhecer com qualidade de vida?”. É importante lembrar que os indivíduos são constituídos de ideologias, e tais ideologias são interpeladas por interdiscursos, pois as palavras só possuem sentido quando inscritas no espaço e na história.

Nesse contexto, a função da memória é recuperar o que já foi dito num determinado tempo e lugar, visto que, como citado anteriormente, “as palavras não são nossas” há um *já dito* que sustenta e dá sentido a *todo dizer*. (ORLANDI, 2020)

Tomando como ponto de partida os discursos construídos pelos (as) idosos (as) do grupo de convivência, constatamos que os entrevistados situados na faixa etária entre 60 e 69 anos não se reconhecem como “velhos” ou “idosos”: destacam que ainda possuem uma vida proativa. No seu entendimento, o fato de serem bem-humorados, participarem de atividades físicas e possuírem autonomia para desempenharem sua rotina cotidiana sem a necessidade da ajuda de terceiros são motivos para crerem que não são velhos/idosos.

Todavia, têm consciência que sob olhar “dos outros”, aqui compreendido como sociedade, são identificados como velhos/idosos. Vejamos alguns fragmentos de fala que ratificam esse entendimento:

Idosa, eu? Não, eu me tenho eu como jovem, eu não sei por que, mas eu sei que eu tenho isso na minha cabeça, que sou jovem. Eu faço de tudo... tudo eu faço, eu apanho açaí, eu torro farinha, eu varro casa, tudo eu faço, eu jogo bola, tudo isso... eu jogo dominó, eu jogo baralho... Eu danço... Eu passeio. Não sou uma pessoa doente. Tenho muita saúde ainda pra gastar [risos]. (RITA, 67 anos, 26/08/2020)

O depoimento supracitado demonstra nitidamente que a percepção da velhice está associada ainda a noções de doença, de incapacidade, de limitações, de alterações de humor, este último com nítida relação à socialização do (a) idoso (a). Com isso, inferimos que reconhecer as mudanças intrínsecas ao processo de envelhecimento nos outros é sempre mais fácil que em si mesmo. Esse descompasso faz com que as transformações oriundas da velhice não sejam percebidas por quem envelhece, mas por aqueles que estão ao seu redor. “Portanto, os velhos sentem-se *velho* pelo olhar do outro”. (MONTEIRO, 2005, p. 92, grifos do autor)

Essa negação fica particularmente evidente em vários trechos narrados: quando enfatiza: “Idosa, eu? Não, eu me tenho eu como jovem... Eu faço de tudo...”; ou quando se sentem ofendidos diante do olhar alheio: “São as pessoas que me tratam como velha”; por

último, quando relaciona aposentadoria e velhice: “Não parei de trabalhar por causa da idade... foi a coluna... estou encostado por doença e não por velhice”.

Nesse contexto, a nosso ver, a capacidade de manter o corpo em atividade, seja ela social, física ou psíquica, é entendida como um fator preponderante na definição da visão do que venha ser ou não velho/idoso.

Com isso, observamos que existe um divisor de águas que diferencia o “velho incapacitado” - compreendido como aquele que tem sua autonomia comprometida - e o “velho saudável” - aquele que possui liberdade para agir e tomar decisões acerca da própria vida.

Diante do exposto, retornamos as ponderações de Debert (2012), a qual chama a atenção para o processo de reprivatização da velhice, em que se torna quase uma obrigação comportar-se como jovem, uma vez que, ao se manterem ativos, participativos e autônomos, os (as) idosos (as) têm mais chances de serem valorizados pela sociedade.

Talvez seja esse o motivo pelo qual se procure retardar o envelhecimento. Corroborando com essa ideia, destacamos os argumentos de Beauvoir (2018, p. 11), ao afirmar que a “velhice é uma coisa que concerne aos outros”. Para Monteiro (2005, p. 92), “a velhice não se apresenta para o sujeito, mas fica clara para os outros”.

É válido mencionar que a indústria da estética, do turismo, do entretenimento e da publicidade, sob o ponto de vista econômico, percebeu no aumento da longevidade um mercado promissor e rentável. Nessa vereda, a mídia tornou-se um aliado importante ao promover campanhas publicitárias que reforçam a ideia de que é possível viver muito e, ao mesmo tempo, controlar e administrar os sinais da velhice.

Em linhas gerais, essa concepção é também reforçada pelos gerontólogos, os quais defendem que “o avanço da idade não traz nenhum tipo de problemas para quem tem uma atitude positiva perante a vida”. (DEBERT, 2012, p. 222)

Anota-se, ainda, que os idosos entre 70 e 80 anos, no contexto masculino, possuem uma leitura diferenciada da velhice. Para eles, essa fase da vida reflete o prenúncio da exclusão social, pois são, em sua grande maioria, aposentados. Nesse enquadramento, a aposentadoria passa a estar associada à chegada da velhice e, como consequência, à interrupção das atividades laborais.

É sabido que na sociedade capitalista o trabalho não se constitui apenas como uma fonte de renda para o homem, mas também representa uma realização pessoal, uma vez que se sentem produtivos. Há que se considerar que nossa sociedade é atravessada por valores

patriarcais, os quais atribuem a homens e mulheres papéis sociais diferenciados na estrutura societária.

Os relatos deixam transparecer que a passagem do mundo do trabalho para a categoria de aposentado é marcada por conflitos de diferentes naturezas, despertando sentimentos de ociosidade, incapacidade, inutilidade e a baixa da autoestima, dentro outros. Em sua visão, a velhice simboliza a diminuição da energia, da força e da disposição para o trabalho. Revelaram, ainda, que a velhice não só significou a interrupção das atividades laborais como também provocou alterações no quadro de saúde, tornando-os mais vulneráveis, como evidenciamos nos discursos a seguir:

Sabe, quando a idade da gente chega tudo muda. Quando tava com sessenta anos eu ainda era forte, tinha muita energia para o trabalho. Roçava sem sentir dor nas pernas e nas costa, era tudo normal. Quando cheguei aos setenta e cinco anos pra frente, aí as coisas ficaram mais difícil. Quando fiz setenta e nove chegou aquele cansaço, chegou aquela fraqueza, a saúde só piorou... e aí pronto, aí acabou aquela animação, acabou com a vontade de trabalhar, isso aí...a vida só caminha para debaixo da terra... (GUEDES, 80 anos, 25/11/2020)

Então, trabalhei muito mas aquele trabalho pesado..., o giro do trabalho que mexia o corpo todo, aquilo a gente tem que ter firmeza pra fazer, mas me foi muito bom, foi um aprendizado. Mas com a velhice começou a coluna a não funcionar mais direito, não sei, quando dá fé tá andando corcunda... eu brigo com a velhice, eu não me entrego a ela assim tão fácil não... mas tive que parar de trabalhar. Hoje vivo da aposentadoria. É pouco, né? Mas vou vivendo com um pouquinho daqui e dali... Não tenho mais força para trabalhar... isso me deixa triste... (GERMANO, 75 anos, 25/11/2020)

As experiências relatadas por esses idosos apontam um certo saudosismo da época da juventude, em que conseguiam ter uma vida com autonomia e independência. Destacam essa época como prazerosa, na qual podiam desempenhar com facilidade as atividades pertinentes ao trabalho diante do vigor e da força presentes na jovialidade.

Para Bosi (2004), o (a) idoso (a) se retrai de seu lugar social porque a sociedade rechaça sua experiência, empurrando-lhe para a margem suas lembranças. “E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento”. (BOSI, 2004, p. 82)

Para Both (2000, p. 70), “a consciência moral da perfeição é uma rígida cobrança sobre a falha humana, mesmo que atualmente estejam amenizadas, podem fragilizar o velho, que se torna escrupuloso e inconformado consigo mesmo e com os outros”. A partir destas ponderações, podemos inferir que os (as) idosos (as) são constantemente cobrados (as) em diferentes aspetos, como a perda da beleza, da produtividade, da força física, do vigor, pelos gastos públicos com previdência e saúde, dentre outras cobranças.

Como bem sinaliza Bosi (2004), os (as) idosos (as) sentem-se “recolhidos”, “oprimidos” e “desorientados” diante de tantas pressões impostas pela sociedade. Assim, compreendemos que a construção social concede status social para aqueles que se mantêm produtivos, como se não houvesse sentido à vida humana para além deste fim. (BOTH, 2000)

Tomando ainda por base esses testemunhos, detectamos que o trabalho é compreendido pelos entrevistados como uma obrigação moral do indivíduo. Nessa perspectiva, notamos que a ideologia que permeia seu imaginário é que a experiência só é valorizada na medida em que remete a um aprendizado ativo/produtivo. (BEAUVOIR, 2018) O modelo de produção capitalista, ao instituir a divisão social do trabalho, afastou da jornada de trabalho os trabalhadores mais velhos por considerá-los inaptos ao novo sistema de produção. Foi estabelecida uma idade limite para a aposentadoria desses trabalhadores.

A partir dessa compreensão, a idade avançada e a aposentadoria passaram a ser sinônimos de improdutividade, excluindo os trabalhadores envelhecidos da construção ativa da vida social. (BEAUVOIR, 2018)

Essa ideologia tem impactos negativos até mesmo naqueles que adquiriram o direito à aposentadoria, mas que se sentem incompletos e/ou inúteis por estarem à margem do mercado de trabalho. Como nos lembra Bosi (2004), a sociedade capitalista é “maléfica” para os (as) idosos (as).

Em contrapartida, a percepção das mulheres idosas acerca da velhice diverge da visão dos homens idosos. Para elas, a velhice é percebida como “liberdade”, “pode fazer”, “assumir a rédeas do curso da vida”. Convém destacarmos que não somente a população de idosos vem crescendo como está ocorrendo um processo de feminização da velhice.

Sob esta ótica, é importante compreendermos as mudanças no contexto social e cultural ante a “velhice feminina”. Há de se destacar que atualmente transcorre um processo de flexibilização do papel social da mulher se comparado a décadas passadas. Desta forma, assuntos como sexualidade, trabalho, educação, liberdade de decidir por si e lazer deixaram de ser tabus e começaram a fazer parte do cotidiano feminino. (NERI, 2007)

As mulheres idosas, principalmente as viúvas e divorciadas, tendem a demonstrar maior satisfação com essa fase da vida. Relatam que, quando jovens, viviam sob o domínio dos pais, a quem tinham que obedecer para não se tornarem “desonradas”. Quando se casaram, tiveram que obedecer ao marido, pois não era bem visto pela sociedade mulheres “desquitadas”. Diante desse contexto, relataram que nunca tiveram oportunidade de serem “donas de suas próprias vidas”, como se destaca no relato abaixo.

Eu nunca trabalhei fora... só em casa mesmo... dentro da casa dos meus pais... eu tinha vontade de trabalhar por aí, me empregar, assim, em casa de família, né? mas meu pai nunca deixou...saí de casa pro casamento... só troquei de casa [risos]. Não tem jeito! Nunca deixaram, faz meu gosto de trabalhar assim, em casa de família... a senhora pensa que nós ia em festa sozinho? Só ia se fosse com eles...bem diferente de hoje, né? [risos] É o que digo pra minha filha: “a liberdade vocês têm muito, essas meninas aí às vezes vão embora, não dizem: ‘mamãe, eu vou pra ali’, quando pensa já foram, assim que é essas menina novas são hoje...” Agora, sou viúva, né?... vou a igreja... vou a reunião... vou ao centro... quem quiser que cuide de sua vida... né? (ADALGIZA, 82 anos, 26/11/2020)

Percebemos no relato da Sra Adalgisa comportamentos que revelam atitudes machistas, herança de uma sociedade patriarcal. É sabido que historicamente coube à mulher o papel de procriar, cuidar dos filhos(as) e da casa.

Contudo, esse pensamento vem se modificando nas últimas décadas, fruto das lutas e das reivindicações de movimentos feministas. A partir disso, novos contornos estão se desenhando, inclusive na “nova velhice feminina”. As narrativas das idosas trouxeram à luz do discurso essa demarcação de papéis, que perduraram da infância à velhice.

Assinalamos, ainda, que, apesar dessas idosas reconhecerem que hoje possuem uma liberdade da qual antes não desfrutavam, em seu imaginário o casamento e a maternidade integram o destino “natural” da mulher.

Mesmo não sendo o foco de nossa pesquisa, as trajetórias sociais de gênero são elementos essenciais para a elucidação dos sentimentos de bem-estar, liberdade e autoafirmação que estão aflorando na velhice. A partir das construções mentais, sociais e culturais dessas idosas, apreendemos suas experiências com o mundo, as quais são demarcadas em outro recorte de tempo e contexto social.

Cabe-nos também salientar que as vivências variam de acordo com o pertencimento dessas mulheres às suas respectivas classes sociais, a cultura e educação, imprimindo, dessa maneira, um caráter heterogêneo à velhice. Na mesma linha de raciocínio, destacamos que atualmente se nota uma maior flexibilização no que concerne a questões relacionadas à construção familiar, criação dos filhos (as), à indumentária feminina, ao lazer, à educação, ao trabalho, ao comportamento sexual e à liberdade para agir, pensar e decidir sobre sua vida. (NERI, 2007)

A partir dessas análises, podemos afirmar que a mulher idosa frequentadora do centro de convivência define a velhice como uma etapa da vida de celebração. Reconhecem esta fase da vida como um período a ser vivido com liberdade e independência. Esses dados são

percebíveis quando vislumbramos que 76% dos idosos frequentadores do CMCF são mulheres, enquanto os homens representam apenas 24%.

Nesse sentido, as mulheres interessadas a congregarem novas experiências através dos centros de convivência estão, conforme Debert (2012, p. 154), “igualmente interessadas a buscar conjuntamente novas formas de expressão e enriquecimento intelectual, através de ginástica, dos trabalhos manuais, do coral, das aulas e palestra especializadas nos mais variados temas”.

Cumpra-nos, ainda, realçar que a idade cronológica não foi referida pelos entrevistados (as) como um precursor da velhice. Em nenhum momento, durante as entrevistas, a noção de velhice esteve associada à idade cronológica, ou seja, o envelhecimento em si não é percebido pelo vetor da idade.

Para Debert (2012), a padronização de um sistema de “cronologização da idade” foi idealizada para atender a necessidade da organização estrutural da sociedade moderna. Segundo a autora, “a vida transforma-se em um espaço de experiências abertas e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra”. (DEBERT, 2012, p. 53) Para Monteiro (2005) a idade cronológica, assim como o tempo, é subjetivo, e, portanto, cada indivíduo apresenta formas distintas de conceber seu próprio tempo.

Observou-se também que os (as) idosos (as) sujeitos da pesquisa demonstram reconhecer que o envelhecimento deve ser precedido de qualidade de vida. Há de se mencionar que a longevidade trouxe consigo a preocupação ética com a qualidade de vida, em especial, para as classes menos favorecidas, por isso, sujeitas às intempéries da pobreza.

De acordo com a OMS (2005), o aumento dos anos de vida deve ser acompanhado necessariamente pela melhoria da qualidade de vida. Para tanto, é imprescindível adotar um conjunto de atitudes e comportamentos que otimizem um envelhecimento ativo e saudável.

A qualidade de vida é um conceito preconizado pela OMS (2005) que abarca de uma maneira ampla e complexa a saúde física do indivíduo, seu estado psicológico, de dependência, de relações sociais, de crenças, bem como as características proeminentes no ambiente. Por fim, a qualidade de vida está fortemente ligada à habilidade do (a) idoso (a) de permanecer independente e autônomo.

Nesse contexto, salientamos o quanto se faz necessário pensar as políticas públicas para esse segmento da população, visando garantir um envelhecimento digno e com qualidade de vida. Somente através das políticas públicas se pode atender as novas necessidades e demandas que surgem a partir do prolongamento da vida.

Dito de outra forma, são as políticas públicas - no âmbito da assistência, previdência e saúde - que vão assegurar ao idoso (a) uma melhor qualidade de vida. É importante, ainda, mencionar que os (as) idosos (as) que participaram da entrevista são oriundos de um contexto de pobreza, logo dependem de políticas públicas para atenderem suas demandas mais básicas como moradia, alimentação, saúde, transporte, lazer, educação etc.

Em seus testemunhos, relatam a existência de uma desproporcionalidade no que diz respeito à quantidade e qualidade dos programas ofertados pela prefeitura. Como exemplo, destacamos a fala da Sra Oda ao relatar sobre a falta de manutenção do ônibus que os transportavam ao centro de convivência: “Porque o prefeito atual, ele pensa... todo mundo pensa, diz assim: com que dinheiro vou consertar? Não temos recursos, mas eles sabem, né? Eles sabem que é um direito nosso...”. (ODA, 70 anos, 20/11/2020)

Assim, a realidade encontrada nesse estudo durante as entrevistas com os (as) idosos (as) está em consonância com o que a literatura vem afirmando na atualidade, pois Lopes (2015, p. 140) esclarece que “o envelhecimento e a velhice, aparentemente temas marginais no âmbito público, têm um papel fundamental na definição da qualidade de vida [...]”.

Sua fala evidencia que o (a) idoso (a) não é um a prioridade dos gestores públicos. Historicamente, as políticas públicas sempre foram concedidas sob um viés de benevolência, com um caráter assistencialista, marcado por troca de favores a fim de permitir a permanência da classe dominante no poder. (BORGES, 2015)

Esses reflexos são percebidos ainda nos dias atuais, quando os direitos são ofertados sob uma concepção de favor, de filantropia, e não como um direito constituído e garantido por lei. Contudo, nota-se que, a passos lentos, essa concepção vem se modificando e, com isso, os indivíduos passaram a ter uma visão mais crítica de sua condição social, econômica e cultural, exigindo o cumprimento de seus direitos por meio do exercício de sua cidadania.

A previdência social ainda é motivo de descontentamento dos (as) idosos (as), como vimos na fala do Sr. Germano: “contribui a vida toda com a previdência para no final ganhar essa miséria... tenho muitos gastos com remédios e exames... faço meus exames em Manaus, porque Tefé não tem médico para cuidar de velho... esse governo é uma vergonha!”. (GERMANO, 75 anos, 25/11/2020)

Esse testemunho denuncia a questão da aposentadoria, cujos rendimentos se apresentam abaixo das expectativas financeiras se comparados ao período da vida ativa, além de asseverar que sistema único de saúde (SUS) no município de Tefé é ineficiente quanto ao

atendimento à saúde do (a) idoso (a) tefeense, incidindo em gastos adicionais com tratamentos médicos e medicações.

Outra questão observada no discurso dos (as) idosos (as) refere-se aos entraves burocráticos para o reconhecimento por direitos sociais, como a aposentadoria, segundo revela o relato do Sr Enéas:

Eu tinha uns quarenta anos, por aí, né?... de contribuição, mas não quiseram me aposentar, né?... eu já tinha idade, trabalhei muito... por três vezes eu tentei, ia mas voltava, né? Aí me falaram o senhor consulte um advogado, o senhor tem que aposentar...foi quando consegui, né? (ENÉAS, 84 anos, 25/11/2020)

Nesse sentido, mesmo que o avançar da idade e o tempo de contribuição conduzam ao direito à aposentadoria, ainda são muitos os entraves burocráticos que dificultam o acesso dos (as) idosos (as) ao direito do benefício previdenciário. Sob o assunto, Siqueira (2007, p. 209) expõe que o direito da pessoa idosa não “pode ser considerado como privilégio conquistado pelo indivíduo, mas um direito que o Estado deve garantir a seus cidadãos”.

Ainda sobre o assunto, Siqueira (2015) afirma que “o Brasil conta com amplo arcabouço legal [...]”. Contudo, “[...] destaca que os idosos brasileiros têm demandas específicas e, portanto, necessidades prementes não atendidas”. (SIQUEIRA, 2015, p. 209)

Pontuamos, ainda, que as lutas pelas garantias de direitos dos (as) idosos (as) no Brasil, sobretudo o previdenciário, se inscrevem em um momento de transição democrática na década de 1980. O movimento dos (as) idosos (as) passou a reivindicar seus direitos como interlocutores legítimos, trazendo a política para o espaço da vida cotidiana através dos processos democráticos que se apresentaram em vários segmentos da vida social.

Por isso, é desejável que o envelhecimento transcorra com qualidade de vida, visando oportunizar aos mais velhos (as) a efetiva participação na sociedade, minimizando, assim, a exclusão social. Faz-se essencial a implantação de políticas públicas que contemplem o envelhecimento digno, ativo, saudável e com qualidade de vida.

De modo que se observa a necessidade de que a sociedade e o poder público se posicionem frente a essas necessidades e demandas, criando reais possibilidades de convívio com as demais gerações, bem como a inclusão e participação social desses indivíduos nas diferentes estruturas da sociedade.

De uma maneira geral, o estudo aponta que o grupo pesquisado apresenta percepções positivas em relação à velhice, concebendo-a como gratidão, privilégio e conquista por terem

vivido tanto. Destacam que para envelhecer com qualidade de vida é preciso de cuidados com a saúde, o emocional, o psicológico, o físico e o mental.

Ressaltamos que as alterações no quadro de saúde e o agravamento de doenças pré-existentes foram os maiores motivos de queixas relacionadas ao processo natural de envelhecimento humano, sobretudo, entre os grupos etários com mais idade.

3.2.1 Envelhecer na contemporaneidade: reflexões sobre a identidade que se (re)constrói

Para a construção deste subitem, pautamo-nos no pensamento de Hall (2006), para o qual a identidade social não é estática, fixa, unificada, por isso está em constante transformação, uma vez que vivemos em um sociedade dinâmica e provisória marcada por transições que envolvem valores éticos, morais, sociais, culturais e econômicos, dentre outros.

A partir desta compreensão, deduzimos que não existe uma identidade totalizadora que abarque a complexidade e a multiplicidade do universo idoso. Baseados nesse pensamento, estamos convictos em afirmar que as vivências e experiências do envelhecimento são heterogêneas em sua essência, produzindo, por consequência, identidades múltiplas.

Nesse contexto, as memórias e as identidades estão envolvidas em um processo de simbiose, ou seja, uma nutre a outra, estando indissolúvelmente ligadas. Para Candau (2005, p.143, grifos do autor), “não pode haver memória sem identidade, porque a conexão dos estados sucessivos que o sujeito conhece é impossível se este não tem consciência *a priori* de que este encadeamento de sequências temporais pode ter uma significação”.

Cumpramos realçar que as identidades dos (as) idosos (as) do CMCF se constroem e (re)constroem por intermédio das relações sociais edificadas no seu cotidiano, potencializadas pelas representações sociais, pelas informações e pelas situações experienciadas.

Diante disto, observamos que o processo de construção e (re)construção identitária dos (as) idosos (as) está intrinsecamente ligado às múltiplas vivências, tanto de ordem individual como coletiva. Como lembrado por D’Alencar et al (2017, p. 105), “os processos que engendram as representações sociais traduzam reflexos da comunicação estabelecida pelos indivíduos em suas práticas cotidianas que, por sua vez, são determinadas por valores sociais no momento espaço-temporal”.

Ainda nesse sentido, observamos que, mesmo inconscientemente, as identidades estão em contínuo processo de mudanças. Ou seja, ocorre um sistema ininterrupto de construção e

(re)construção destas identidades. Como exemplo, destacamos a fala da Sra Rita (67 anos, 26/08/2020): “A gente aprende todo dia, né? A vivência que vai mostrando isso, né? Hoje penso diferente da época que casei”. A partir do seu testemunho, percebemos que as memórias retomadas pelo discurso pela Sra. Rita são plásticas, flexíveis, flutuantes diante da capacidade adaptativa a novas leituras de mundo. (CANDAUI, 2005)

Reafirmamos, com isso, que não é possível dissociar memórias e identidades, uma vez que são responsáveis por imprimir novos contornos que ressignificam na forma de agir e de pensar o mundo.

Por sua vez, Hall (2006) expõe que a pós-modernidade denunciou a fragmentação das “velhas identidades”, colapsando o entendimento de uma identidade fixa e rígida. Esse processo permitiu ao idoso (a) romper com uma identidade pautada, quase que exclusivamente, em características biológicas e fisiológicas - cabelos brancos, rugas, calvície, perda da força física etc. -, instaurando, com isso, a ruptura de uma identidade homogênea que define todos aqueles indivíduos que apresentam características físicas semelhantes como iguais. (MONTEIRO, 2005)

De modo que é justamente pela capacidade que temos de nos recriar, reciclar conceitos e renovar que nos torna seres diferentes e múltiplos. O processo de construção e (re)construção de identidade sugere a emergência de novas posições e leituras da realidade social.

Assim, podemos afirmar que os indivíduos assumem identidades diferentes em distintos momentos. Na concepção de Hall (2006), dentro de nós há identidades contraditórias, movimentando-se em diferentes direções, resultando em um processo contínuo de deslocamento.

Monteiro (2005) alerta para a necessidade de,

questionar nossas próprias interpretações a respeito da identidade de velho, para não considerarmos os atos de crueldade para com os velhos como atos *normais* e *naturais*, privando-os de um espaço social importante que possibilite realizarem-se como humano. (MONTEIRO, 2005, p. 49, grifos do autor)

Contudo, por vezes esse processo de (re)construção da identidade é permeado por conflitos de diferentes naturezas e pela negação da sua condição de idoso (a). Nesta perspectiva, esclarecemos que os discursos aqui analisados revelam que, ao se negar o envelhecimento, na verdade estão sendo negados os sentidos pejorativos associados a este processo.

Em síntese, o que se rejeita são os sentidos que norteiam as representações do velho e da velhice disseminados na sociedade ocidental contemporânea, como evidenciamos no relato do Sr. Chicão (84 anos, 25/11/2020, grifos nossos): “Sabe, a velhice foi rápida [risos]... um dia era forte... pescava, roçava, fazia de tudo... agora sou velho...me olho no espelho e fico admirado! Né? Agora me chamam de *velho Chico*, não gosto muito não, né? Mas fazer o que? [risos]”.

O relato ressalta que a negação de se reconhecer como velho está associada ao descontentamento em ter sua identidade vinculada às representações negativas do envelhecimento como a perda da capacidade física.

Vejamos outro recorte discursivo que também retrata a mesma situação: “Mana, tem gente que não nós trata bem, né? ... aí fala umas coisas, e, às vez, nem é verdade, e eu fico com aquele sentimento, a gente fica triste, né?...porque acham que si é velho, aí você pode falar o que quer...”. (ADALGISA, 82 anos, 27/11/2020) O testemunho da Sra. Adalgisa denuncia que a sociedade não está preparada para cuidar de seus idosos (as). Isso faz com que os (as) idosos (as) procurem “negar” sua identidade, pois se sentem desprestigiados, desvalorizados e excluídos do convívio social.

Outro aspecto relevante no discurso apresentado pela Sra Adalgisa é como os pronomes estão posicionados. Neste sentido, Pollak (1992), ressalta que devemos estar atentos ao emprego dos pronomes pessoais utilizados por quem fala de si mesmo. De acordo com o autor, alguns aspectos são esclarecedores, a exemplo do uso do “eu” para falar de “si”; o “nós” para falar do grupo; e o “você” no sentido de distanciamento.

Esse fato também ficou claro em outro momento de entrevista. Quando indagados se sofrem/sofreram preconceitos, discriminação e/ou tiveram direitos violados por serem/estarem velhos, foram incisivos em afirmar que “não”.

Contudo, quando perguntados se já presenciaram uma situação de desrespeito ao idoso, “todos” tinham um fato a relatar. Isso nos permite concluir que eles (as) não identificam a violência sofrida, porque esta já foi naturalizada em seu cotidiano. Porém, reconhecem quando esta violência transcorre com o outro que lhe é próximo. A exemplo, destacamos um diálogo transcrito durante a entrevista:

Pesquisadora: Já sofreu /sofre preconceitos, ou teve seus direitos violados ?
Comente.

Sra Zilma: Não mana, me dou bem com todo mundo. Nunca tive qualquer problema.

Pesquisadora: Conhece idosos que sofrem/sofrem violência? Comente.

Sra Zilma: Já vi muito, porque tem muito velho, que sofre com a família.
Mana, quando vejo isso vem aquela coisa em mim que tomo a frente. Aí eu

digo: “senhora não pense que a senhora não vai ficar velha!” (ZILMA, 71 anos, 15/11/2020)

No fragmento, percebemos que o (a) idoso (a) se sensibiliza com a condição do outro. A nosso ver, isso ocorre porque eles se reconhecem enquanto categoria, o que lhe faculta um sentimento de pertencer a um grupo social. Para Both (2000, p.33), “perde-se a singularidade do envelhecimento em favor do preconceito; definições especialistas naturalizam qualidades historicamente constituídas”.

Dito em outras palavras, as identidades dos (as) idosos (as) se reformulam ao se conscientizar que os “pré-juízos” em relação ao envelhecimento são discursos depreciativos e não correspondem a sua realidade. Consideramos que é a experiência de vida que suscita a sabedoria, sendo esta uma das características positivas do envelhecimento, subtraindo do foco o prisma das perdas e das marcas visíveis do preconceito. (BEAUVOIR, 2018)

Avançando nessa reflexão, ancoramos no pensamento de Both (2000), de que a identidade humana emerge das construções coletivas definidas culturalmente por meio das interações sociais. Nesse contexto, Both alerta que a exclusão social imposta aos idosos (as) tem reflexos nocivos à sua identidade social, pois ao privá-los do convívio social ocorre o empobrecimento das relações interpessoais e, por consequência, do seu desenvolvimento humano.

Reiteramos, aqui, nossos argumentos diante da nova realidade demográfica, que aponta para o envelhecimento da população e para a necessidade de revisarmos os costumes e práticas sociais que norteiam nossas representações e valores acerca da velhice e do envelhecimento. É por meio das relações interpessoais que “se estabelecem os meios de o indivíduo entender o mundo, agir sobre ele e manter os avanços conquistados”. (BOTH, 2000, p. 41)

Todavia, observamos que os idosos estão contrariando essas identidades que lhes foram impostas culturalmente pela sociedade ocidental, sobretudo, capitalista. Desta forma, observa-se um processo contínuo e interrupto de construção e (re)construção dessas identidades, abarcando suas experiências individuais e coletivas em consonância com os novos papéis. Tais papéis têm sido outorgados com uma maior visibilidade das questões da velhice e do envelhecimento e pelas conquistas sociais garantidas através de arcabouço jurídico - Estatuto do Idoso, Política Nacional do Idoso -, destinado especificamente ao segmento.

3.2.2 Memórias de idosos narradas por idosos

O presente subitem se debruça sobre as trajetórias de vida dos (as) idosos (as) participantes da pesquisa. Procuramos destacar as conquistas, as perdas, as angústias, as alegrias, os conflitos e a violência sofrida, dentre tantos outros sentimentos que foram se misturando e se transformando ao longo da vida. Visto que, para Bosi (2003, p. 56, grifos da autora), “a memória não é passividade, mas *forma organizadora*, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo da sua experiência [...]”

É importante apresentar, mesmo que de forma breve, as diferentes trajetórias de vida registradas pela pesquisa. Compreendemos que as histórias são fontes de conhecimentos e, portanto, devem ser compartilhadas. Essas histórias muitas vezes se confundiram com a própria história da cidade, dos bairros, da sociedade tefeense, das transformações dos espaços urbanos e rurais, etc.

Por fim, evidenciamos que as narrativas desses (as) idosos (as) descrevem suas visões de mundo, no qual estão inseridos, principalmente da velhice e do envelhecimento. Os fatos foram narrados tendo as memórias como mediadora entre passado e presente. “O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que a escutam”. (BOSI, 2004, p. 85)

Sra. Rita de Cássia - 67anos

Eu vivi minha infância e adolescência na área rural de Tefé. Me lembro de ter tido uma infância feliz na presença dos pais e dos irmãos. Éramos uma família grande. Estudei pouco, quase nada, só aprendi mesmo a assinar o nome. Tinha que ajudar no roçado e na lida da casa. Auxiliava a mãe nas atividades domésticas e com os irmãos mais novos.

Minha mãe era parteira. Lembro que era muito requisitada na comunidade na qual morávamos. “A senhora sabe, criança não tem hora para chegar ao mundo”. Meu pai não se importava dela ser parteira. A comunidade era carente de tudo, não tinha posto de saúde, nem médico. Nessa época, eram as mulheres mais velhas do povoado que cuidavam da gente quando ficávamos doentes. Elas iam na casa do enfermo, benziam o mal olhado e faziam remédios caseiros. Não tomávamos remédios de farmácia, era tudo feito em casa com ervas colhidas do quintal. Tudo bem fresco e natural. Os partos eram feitos em casa. “Toda

comunidade tinha parteira e benzedeira”. Elas eram pessoas respeitadas na comunidade. Aí de quem não obedecesse, era “coça” na certa.

Quando fiquei mais crescida, passei a acompanhar mãe nos partos. Só olhava, não fazia nada porque minha mãe não deixava. Como era muito curiosa, prestava muita atenção no ofício de partejar. Aos poucos, minha mãe foi me passando esse ofício. Foi assim que herdei dela a arte de partejar. Depois de um tempo, ela já nem ia quando chamavam. Eu já era mocinha, tinha pouca idade, quando comecei a fazer os primeiros partos sozinha. Nem sei dizer quantas crianças trouxe ao mundo, mas foram muitas. Não “perdi” nenhuma criança! Era uma sensação muito boa amparar a criança e ver o milagre de Deus acontecer. Mas nem sempre o parto era fácil. Às vezes, a criança estava sentada ou atravessada. Mas sempre tive a proteção de Deus! Hoje já não faço mais partos. As mulheres agora só querem saber de ir para o hospital e fazer cesariana.

Minha vida mudou muito depois que casei, e foi para pior. Meu marido era muito ciumento. Não me deixava sair de casa. Eu sempre gostei de conversar com as pessoas, participar dos festejos. Na época de festejos a comunidade toda se reunia, cada um levava um prato de comida. Tinha dança, brincadeira, missa, procissão, todos participavam. Mas, depois do casamento, o meu marido não me deixou mais participar. Falava que não era coisa de mulher casada. Isso me deixava muito triste, porque sempre fui muito comunicativa e alegre.

Com o passar do tempo, as coisas só pioraram. Fomos morar no centro de Tefé. Nesse tempo já tinha os filhos, são quatro ao total. Foi nesse período que ele começou a me agredir fisicamente. Ele bebia. Chegava em casa transtornado, já partia para a agressão física. Na frente das crianças. Eu tinha muito medo dele e aceitava tudo calada. Ele nunca bateu nos filhos. No dia seguinte, era sempre a mesma coisa, ele me pedia desculpas e dizia que não iria mais me bater. Porém, era só beber que ele ficava agressivo. Muitas noites, acordava levando tapas e chutes. Não sei por que ele fazia isso, simplesmente “ele me batia”.

Convivi nessa tortura por dezoito anos, até que não aguentei mais, juntei as minhas coisas e a dos filhos e fui embora. Foi a última surra que ele me deu. Fiquei em carne “viva”. Ele não me deixou ir para o hospital. Nessa época, não tinha delegacia da mulher. Já havia tentado deixar ele antes, mas ele me ameaçava de morte, por isso aguentei tudo calada. Eu cheguei a pesar 38 quilos.

Foi quando conheci uma juíza. Conteí toda a minha história para ela. O conselho que ela me deu foi para deixá-lo, antes que o pior acontecesse. Segui seu conselho, mas ele não me deu sossego. Ficava atrás de mim no trabalho, me ameaçando de morte. Ele contratou um

homem para me matar, mas esse homem era meu conhecido e sabia da minha história. Foi quando me procurou e disse: “Rita, o teu marido quer te matar junto com teus filhos. Ele vai chamar você e os filhos para irem a um banho, não vai! Escuta o que estou te dizendo. Ele já fez o buraco e vai te matar na praia do camaleão.” Fiquei muita grata a ele e a Deus. Foi quando pedi na justiça uma medida cautelar.

Trabalhei muito para sustentar meus filhos. Durante o dia era doméstica e, à noite, merendeira de uma escola. Consegui comprar um terreno e construí minha casa. Meu patrão era uma pessoa muito boa e se comoveu com a minha situação. Ele me ajudou muito na construção da casa. Hoje vivo um “mar de rosas”! Sou muito feliz por tudo que conquistei. Meus filhos são formados, trabalham e constituíram famílias. Eu vivo da minha aposentadoria. Gosto de namorar, mas nunca mais quero viver com homem. Foi muito difícil conquistar minha liberdade. Não troco ela por nada nesse mundo. Passeio, danço, viajo, pratico minhas atividades físicas, cuido da minha casa. Faço tudo sozinha, não preciso de ninguém. Sou uma pessoa totalmente independente. Às vezes, os filhos querem mandar em mim. Falo para eles: “a vida é minha e só minha”.

A mensagem que quero passar com minha experiência é que: “o idoso tem muita coisa para mostrar, porque você nasceu agora, eu já nasci antes... como diz o ditado: quando tu vinha com o milho, eu já vinha com o bolo..., né? É, porque tem muito jovem que sabe muita coisa, mas pela internet, só é no telefone, pela internet... eu vivi para poder contar”.

Sra. Francisca (Chica) - 68 anos

Não gosto de falar do meu passado. Não tenho boas lembranças desse período da vida. Sou uma pessoa que sofreu muito na juventude. A velhice está sendo a melhor fase da minha vida, um verdadeiro “mar de rosas”. Agora sou uma pessoa feliz. Tenho minha casa, minha aposentadoria e, principalmente, liberdade e sossego. Antes, minha vida era só “atribulações”, passei muitas dificuldades. Quando me lembro dessa fase da vida, revivo tudo novamente. Eu queria apagar tudo isso da minha vida.

Casei muito cedo, com quinze anos, ainda brincava de boneca. Foi imposição de meu pai, eu mesma não queria. Comecei meu casamento com três filhos que não eram meus, mas do marido. Depois tive dez filhos e, ainda, ajudei a minha mãe a criar meus três irmãos mais novos. Não tive infância, só trabalhava. Não tenho memórias da escola, porque não nunca tive

oportunidade de estudar. Tenho muita vergonha de não ter estudado. Acho muito bonito quem sabe ler e escrever.

Minha vida de casada não foi boa. O marido me batia e humilhava, era uma vida muito sofrida. Faltava comida para mim e meus filhos. Muitas vezes, deixava de comer para sobrar para os filhos. Eu dizia: “Tá aí, meu filho, pode comer, beber água e dormi...” Quando ele perguntava: “mamãe, a senhora quer?” eu respondia: “não! Pode comer!” Depois eles iam dormir e eu ficava lá, com fome. Então fazia um golinho de café e bebia. Isso se repetiu muitas vezes.

Sou natural de Caruaré (AM). Foi lá que me casei. Fui trabalhar na prefeitura como servente para sustentar os filhos. O pai deles era totalmente irresponsável, pegava todo o dinheiro e gastava com bebida. Acordava cedo para deixar tudo arrumado em casa. Depois ia fazer faxina na escola. Quando voltava, ainda tinha que aguentar as agressões do marido. Ele tinha muito ciúmes. Eu não podia sair de casa, conversar com os vizinhos, visitar a família, nada disso. Eu me sentia sufocada. Até que um dia não aguentei, peguei as crianças e fugi para Tefé. Meu filho mais velho não quis vir comigo. Preferiu ficar na companhia do pai. Isso me doeu muito, mas não tive opção.

Minha mãe me ajudou muito nesse período da vida. Cheguei em Tefé sem nada. Só com a roupa do corpo e umas poucas mudas de roupa. Contudo, não me amedrontei. Fui procurar trabalho. Nunca tive medo de trabalhar. O que eu queria era me ver livre do marido, de uma vez por todas. Mesmo separada, sempre fui uma mulher honrada. Sempre “mantive minha moral de mulher”. As mulheres que se separavam do marido não eram respeitadas, mas sempre tive um comportamento de “mulher direita”. Não ficava “largada pela rua”. Eu fui muito paquerada, mas não queria saber de namoro. Nunca mais quis saber de homem na minha vida. Eu passei a viver só para os filhos.

Só consegui trabalhar como faxineira. Não tinha estudo! Trabalhei muito em casa de família. Algumas patroas eram boas, outras, já nem tanto. Não escolhia trabalho, o que me oferecia eu fazia. Depois consegui um trabalho com carteira assinada. Fiquei nesse trabalho, até que consegui me aposentar. Já tinha tempo de carteira da época que trabalhei em Caruaré. Foi assim que me aposentei. É com esse dinheiro que vivo e, ainda, ajudo aos filhos e netos. Três deles construíram suas casas no meu terreno. A vida está difícil, eu ajudo no que posso.

Nunca tive medo de envelhecer, ao contrário, queria ficar logo velha para descansar e aproveitar a vida. Eu sempre dizia: “Meu Deus, tomara que eu já fique velha!” Tem muita gente que não respeita os velhos, faz pouco caso, acham que nunca vão envelhecer. Quando

meus filhos “mangam” de mim, eu digo para eles: “Hoje eu sou a velha, amanhã serão vocês”. Vejo muitas famílias maltratando os idosos. “Isso não se faz!” O idoso já viveu e sofreu muito, merece respeito. Certa vez, vi um jovem dizer ao avô: “Ai! O diabo desse velho não presta nem para morrer”.

Sou eu quem faço tudo na minha casa. Não dependo de ninguém. Vou a médico, faço meu mercado, lavo minha roupa, recebo meu pagamento, não incomodo meus filhos em nada. Agora, o que me deixa triste é que meu filho mais velho está bebendo igual ao pai dele. Quando ele chega bêbado, parece que estou vendo o pai dele, revivo tudo que passei com ele, as agressões, humilhações, tudo mesmo. Mas agora estou informada dos meus direitos. Eu sei que existe o Estatuto do Idoso, que protege os velhos. Aprendi isso no centro de convivência. No ano passado, participei da passeata dos idosos. Foi uma experiência muito maravilhosa.

Minha vida mudou muito depois que comecei a frequentar o centro de convivência. Eu era uma pessoa triste e amargurada. Agora sou mais alegre, fiz muitas amizades, aprendi muitas coisas. Lá, nós trocamos experiências, as pessoas se ajudam, conversamos e brincamos. Somos uma família. Faço aula de dança, ginástica, caminhada, ganho cesta básica, tudo isso pelo centro de convivência. Agora, com essa doença, as atividades diminuíram, tomara que volte logo ao normal.

Antes de terminar, gostaria de deixar como mensagem para os mais jovens: “Cuidem de seus idosos, principalmente, da mãe de vocês.” Ela é a única pessoa que te ama de verdade. Um dia, todos serão velhos, isso é, quem chegar à velhice. Eu nunca pensei que um dia minha história tão triste fosse servir para estudo. Estou muito emocionada. Obrigada. Espero que a minha história ajude outras mulheres. Não sejam submissas ao marido. Lutem sempre!

Sr. Sinfrônio – 68 anos

Sou solteiro. Não tive a oportunidade de estudar. O que aprendi foi a vida que me ensinou. Fui uma criança feliz, apesar de não ter conhecido meu pai. Ele engravidou a minha mãe e sumiu no mundo. Minha mãe me criou sozinha. Ela sofreu muito preconceito por ser mãe solteira, não era fácil criar um filho sozinha naquela época. O padre não quis me batizar quando criança, porque minha mãe não era casada. Fui batizado já rapaz, quase com barba na cara.

Eu cresci na roça. Minha família tinha um pedaço de terra às margens do rio Solimões, perto de Coari. Foi esse mesmo rio que tomou nossa terra. Ele foi “enlarguendo” e elevando

pouco a pouco às terras da minha família. Até que teve uma cheia como nunca vista antes. O rio subiu muito, e as águas tomaram tudo. Não restou nada. Foi quando a família se separou. Morávamos todos juntos: irmãos, tios, avós, primos, cunhados e cunhadas. Depois disso, cada um foi para um lado - Alvarães, Coari, Uarini, Fonte Boa e Tefé. Eu tinha 17 anos quando isso aconteceu.

Ainda me lembro dessa noite. Corremos para o alto do morro para se abrigar. O rio foi levando tudo. É uma imagem que não sai da minha cabeça. Até hoje tenho dificuldade para dormir, porque sonho com esta cena. Fomos de catraia até Coari. Foram seis horas navegando no rio à noite. Cada jacaré enorme que passava pertinho da catraia. Devia ter uns seis metros de comprimento. Também vi pirarucu, tracajá, todo tipo de peixe.

Depois, conseguimos umas terras perto de Maraã. Começamos do zero. Mas dessa vez não foi o rio quem nos expulsou das terras. Tinha uma gente que criava gado e queria usar as terras para pasto. Fomos ameaçados várias vezes, até com arma. Acabamos tendo que sair para não morrer. Eu sempre tive o pensamento de construir uma casa grande para reunir toda a família novamente. Fazer uma roda perto da fogueira para contar histórias, conversar, brincar, assar milho, batata doce. Isso tudo a gente fazia quando eu criança. Mas ela morreu e não consegui realizar esse sonho.

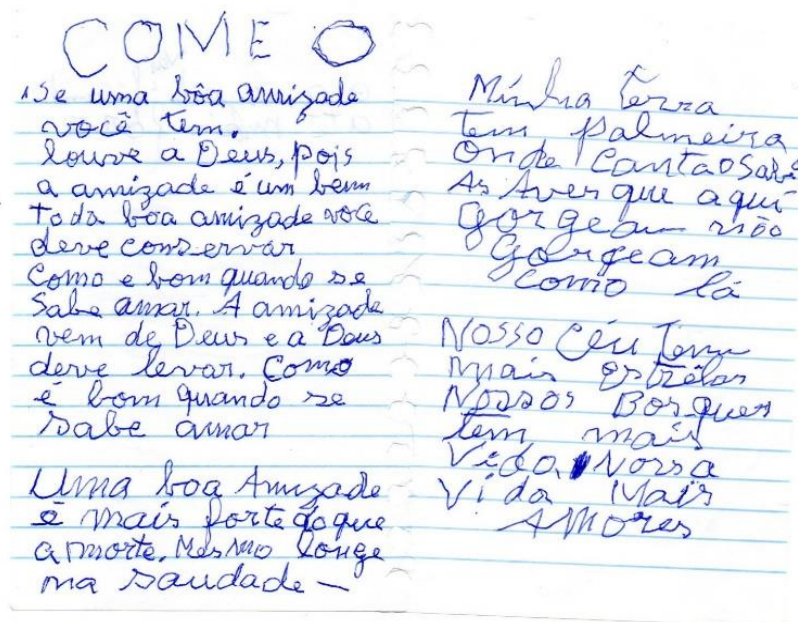
Devido a essa situação que a vida me impôs, fiquei com problemas nos “nervos”. O médico disse que tenho depressão. Tenho que tomar remédio para dormir. À noite fico angustiado, tenho que tomar calmante, caso contrário, não durmo. Essa noite fiquei nervoso, porque a senhora iria conversar comigo. Fiquei memorizando tudo que queria lhe falar. É por isso que gosto de me manter ocupado, porque sou muito nervoso e agitado. Faço parte do grupo de apoio do CAPS. É muito bom, porque conversamos e colocamos para fora nossas angústias. Todo o grupo se ajuda, um dá apoio ao outro. A psicóloga e a assistente social me indicaram o centro de convivência. Foi assim que comecei a participar das atividades junto aos idosos.

Também faço trabalho voluntário na Pastoral do Idoso. Eu sou assim, tudo que me convidam, aceito com prazer. Na pastoral, visitamos muitos idosos. Alguns são tristes, não saem de casa, só reclamam. Eu procuro sempre passar uma palavra amiga. Comento sobre minha experiência e como me mantenho ativo. Não fico parado. O idoso gosta de se sentir útil. Eu mesmo piorei da depressão nesse período em que não podia sair de casa. Muitos idosos ficaram doentes. No posto que frequento, aumentou o número de consultas com o psiquiatra.

A minha velhice está sendo tranquila, graças a Deus. Tenho liberdade para fazer o que eu quero, e isso é muito bom. “Eu vou falar o que é liberdade, e a gente volta a ser criança... e o que tá acontecendo comigo agora”. Não tenho medo da morte. Já escapei dela por muitas vezes e vou continuar, se Deus permitir. Mas, enquanto eu respirar, estou aprendendo com a vida, “só que a memória já falha um pouco, mas a gente está aprendendo... eu acho isso... está aprendendo”.

A mensagem que deixo para os mais jovens é que o idoso tem valor. Muitos acham que a pessoa que envelhece não tem mais nada para contribuir, mas isso não é verdade. Por exemplo, eu tenho uma terrinha na zona rural de Tefé. Estou ensinando ao meu sobrinho a tirar da terra o alimento. Assim, ele nunca vai passar fome, porque trabalhei a minha vida toda na roça. Sei plantar de tudo. As pessoas colocam na “cabeça do velho” que ele não pode se alegrar, mas eu “procuro me divertir, mexer o esqueleto, jogo bola, nado, tenho umas nove medalhas ...”. Isso é o que eu gostaria de falar para os mais jovens. Obrigado!

Figura 18: Mensagem Final I



Fonte: Digitalização do texto produzido por Raimundo Sinfrônio Lopes

Sr. Belo - 69 anos

Meu pai veio para Tefé com minha mãe porque ele queria que os filhos estudassem. No interior é mais difícil. Ele era seringueiro. A família da minha mãe veio do Ceará trabalhar

com a borracha. Foi quando eles se conheceram. Quando se casaram, minha mãe tinha 13 anos e meu pai 14 anos. Era comum o casamento muito cedo. Para não fazerem “bobagem”, era o que dizia os mais velhos. Ele pagava um professor para dar aulas para mim e meus irmãos. Eu sou um dos filhos mais velhos. Estudei até terminar a 5ª série. Depois, fui ajudar meu pai no trabalho, porque ele já estava ficando sem força para trabalhar. “Eu vi o sofrimento do meu pai, aí saí da aula pra ajudar no trabalho”. Meus irmãos continuaram com os estudos.

Eu tive dois casamentos. Tenho cinco filhos, todos do primeiro casamento. Três deles estão morando em Manaus, um mora em Santarém e um está aqui em Tefé. Atualmente, moro sozinho por opção, gosto da minha independência. Os filhos não gostam muito, porque sou deficiente auditivo. O filho caçula não tinha onde morar. Como meu terreno era grande, deixei ele construir sua casa nos fundos. Eu moro na frente. Cada um se mantém na sua casa.

Meu pai morreu com 84 anos, e minha mãe morreu com 88 anos. Não tenho medo de ficar velho, mas não me acho velho. Embora as pessoas me tratem como um idoso. Quero viver bastante como meus pais, até mais, se Deus permitir. Sou de uma família grande. Tenho 13 irmãos. Todos moram perto um dos outros. Era um desejo de minha mãe. Cada filho que saía de casa para se casar, ela pedia que não fosse morar longe. Todos respeitaram sua vontade. Por isso, nunca estou sozinho, tem sempre um da família por perto.

A velhice da minha mãe foi triste, não quero isso para mim. Ela era alegre, gostava de se arrumar para as missas de domingo. Mas, aos poucos, ela foi se “enterrando” dentro de casa. Ela teve malária três vezes. A doença acabou com ela. Aos poucos, foi perdendo a alegria de viver. O mesmo aconteceu com meu pai. Ele era um homem que só andava cheiroso e engomado. Gostava de usar roupa social, camisa de manga comprida tão branca que chegava a ser azulada, chapéu de aba e um lenço perfumado no bolso. O cheiro era de lavanda. Meu pai era brincalhão, gostava de fazer prosa.

Meu lembro quando cheguei a Tefé, não existia nada, era tudo mato. Não tinha hospital, mercado, Mamirauá, a água que bebíamos era do rio, o banheiro da casa era do lado de fora. As casas eram muito diferentes das que existem hoje. Não eram de alvenaria. As mulheres cozinhavam em fogão a lenha. Eu cortava os gravetos para minha mãe. Não tinha luz na cidade, usávamos lampiões de querosene. Podia se dormir de portas e janelas abertas, que ninguém entrava na sua casa. O fio do bigode valia mais que qualquer papel assinado. As pessoas tinham palavra, e o que se dizia não voltava mais atrás.

Me lembro da igreja matriz de Santa Tereza de Ávila, padroeira da cidade. Os festejos daquela época eram bem diferentes de hoje. Agora tudo é comércio, antes não. A procissão

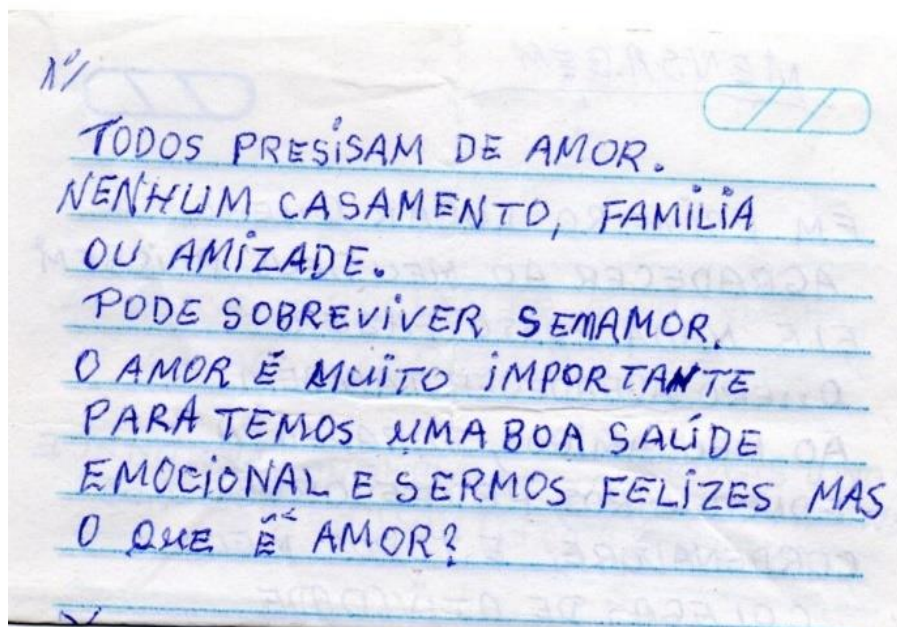
tinha as crianças vestidas de anjo. As senhoras cantando para a Santa. Tinha as paradas para rezarmos o pai nosso e a ave Maria. Todos com velas nas mãos. Era um cheiro de cera tão forte. As gotas de ceras queimavam as mãos. A minha ficava toda vermelha. Mas era a devoção à Santa que nos guiava. Não tinha esse negócio de baile, como vejo atualmente. O festejo era uma data muito importante para a cidade. Todos aguardavam com muita ansiedade. Vinha gente de todos os lugares próximos de Tefé. A cidade ficava cheia de romeiros. Tempos bons aqueles!

Atualmente, vivo do auxílio-doença pago pelo INSS. Não estou aposentado. O médico em Manaus me deu um laudo dizendo que estava incapacitado para o trabalho devido à labirintite, além disso, sofro de hérnia de disco. Não posso pegar peso, não mais que cinco quilos. Quando ele disse que não podia trabalhar, eu disse: “doutor, mas do que eu vou viver?” Aí ele disse: “eu vou lhe dar o laudo, você dá entrada no INSS... dando pra comprar seu remédio tá tudo bem...”. Na última perícia, perguntei quando ia me aposentar, e me respondeu que: “se algum dia chegar uma carta na tua casa, tu vem aqui...”. Vivo nessa angústia!

Essa situação me deixou com depressão. O primeiro grupo de convivência que frequentei foi o do CAPS. Eles me ajudaram muito a conviver com essa ansiedade. Depois, eles me recomendaram a frequentar o centro de convivência. Comecei a participar da dança, depois fui fazer fisioterapia para a coluna. Todos me acolheram muito bem aqui. Com o fim do meu segundo casamento, fiquei muito triste, não tinha vontade de sair de casa. Depois de vinte e nove anos de casado, ela quis se separar de mim. Ainda não sei bem o motivo, mas não quero ninguém preso a mim sem vontade.

O que deixo como mensagem é que a vida está aí para ser vivida. Não devemos ter medo de nada, nem de envelhecer. Quando ficamos parados, começamos a pensar bobagem, por isso que temos que manter a cabeça ocupada. O idoso tem capacidade para aprender e para ensinar. Ele tem experiência com a terra, com a vida, deve ser respeitado. Agradeço a oportunidade de falar. É muito bom passar mensagem de esperança para as pessoas.

Figura 19: Mensagem Final II



Fonte: Digitalização do texto produzido por Francisco Belo Rodrigues

Sra. Zilma - 71 anos

A minha vida não foi fácil, casei cedo e tive dez filhos. Naquele tempo era normal as moças se casarem cedo, caso contrário, ficavam mal faladas. Muitas casavam ainda meninas, nem sabiam o que era casamento, cuidar de casa, filho, marido. Éramos ensinadas para ser mãe e esposa. Por isso, estudei pouco e fui terminar meus estudos depois que fiquei viúva. Estudei no EJA de 2008 a 2013, foi quando consegui terminar o Ensino Fundamental. Fiquei orgulhosa de mim mesma, porque não desisti do meu sonho de estudar e aprender a ler e a escrever.

Eu e meu marido trabalhávamos na produção de leite e de farinha. Era uma vida dura, acordávamos muito cedo para cuidar dos animais. Depois, íamos andar no mato para retirar a mandioca da terra. Tem que saber escolher qual a raiz boa para a farinha. É um trabalho de várias etapas, limpar, descascar, ralar, prensar a massa, peneirar e torrar no tacho de cobre. Cada etapa demora de três a quatro horas. Meus avós trabalhavam na fabricação de farinha, depois, passou para os meus pais e, depois, para mim e meus irmãos. Os filhos não continuaram a tradição da família. Na minha família ninguém quis continuar com essa tradição. Ficou tudo abandonado em Fonte Boa. Se minha mãe ainda fosse viva, ela ficaria muito triste, porque era uma tradição passada de geração para geração.

Nossa saída de Fonte Boa foi uma decisão minha e de meu marido. Minha preocupação era com a continuidade dos estudos dos filhos, porque no interior o ensino é

fraco, além disso, as aulas eram até o Ensino Fundamental. Por isso, decidimos ir morar em Tefé. Eu senti muito ter que sair da minha cidade, mas os filhos precisavam continuar os estudos. O que ganhávamos também não estava sendo suficiente para manter a família, passamos muita necessidade. Há 50 anos me mudei para Tefé.

No início foi difícil, porque não tínhamos onde morar, mas não desanimei e fui à luta. Consegui um emprego de serviços gerais no Ministério do Trabalho. Fiquei lá até me aposentar. Agora vivo da minha aposentadoria do INSS. Por tudo isso, acho que tenho uma velhice tranquila. Não tenho de que reclamar, só agradecer.

Sou uma pessoa muito vaidosa, gosto de me cuidar. Tem pessoas que ficam “largadas” porque envelhecem, eu não! Todo mundo se admira de mim: “Dona Zilma é uma pessoa que anda toda prontinha”. Não é porque sou velha que tenho que andar largada, “a gente tem que dar valor à nossa vida, à nossa saúde, a gente ainda tem vida por muito tempo”. É o que sempre digo: “não é só jovem que gosta de passear, a gente também gosta...”.

Eu não quero morrer cedo. Por isso, me cuido, tomo meus remédios, faço meus exames de rotina, faço exercícios, tudo que é bom para a saúde. A gente, quando chega numa certa idade, tem que se cuidar. Ainda tenho muito para aproveitar e, para isso, preciso cuidar da saúde. Ninguém quer uma pessoa doente por perto. Minha mãe sempre nos dava, quando criança, fortificante, ainda tomo para não envelhecer mais do que eu já estou. “Eu cuido bem da minha velhice, porque quero viver muito”.

Tenho muito orgulho, porque é com meu dinheiro que me sustento. Nenhum filho pode falar que tem gastos comigo, ao contrário, muitas vezes sou eu quem os ajuda. Apesar de ganhar pouco, ajudo no que posso, mas não deixo de comprar as minhas coisinhas. Ninguém pode diz assim: “ah, tá aqui, isso aqui eu dei pra ela... isso aqui eu dei pra ela... Isso não!” Desde nova, sempre gostei de comprar minhas coisas. Gosto de ser independente em todos os sentidos.

Um dia desses, eu estava me olhando no espelho, aí pensei: “meu Deus do céu, parece que eu tô ficando velha...”. Cheguei à conclusão de que tenho que me cuidar, porque quero viver muito. Eu acho muito feio quando a pessoa envelhece e deixa de cuidar do cabelo, da pele, das unhas, não compra uma roupa nova, não sai de casa. Parece que a vida acabou, e que só está esperando a morte lá, jogada no canto da casa. Conheço muita gente assim, mas eu sou diferente, não acho que a velhice seja o fim da vida. É Deus quem diz quando a vida acaba. É por isso que todo mundo se admira comigo, pois continuo agindo da mesma forma que

quando mais nova. Muita gente comenta: “essa Dona Zilma não fica velha, é nova todo tempo. O que é que a senhora tá tomando?” Eu digo: “Nada, só continuo me cuidando...”.

Já presenciei muito idoso sendo maltratado pela família. Um dia desses, eu estava na rua quando observei uma moça destratando um casal de idosos. Fiquei indignada, porque ninguém falou nada. Estava todo mundo vendo e ficaram calados. Para as pessoas é normal que os idosos sejam maltratados. Fico pensando: será que eles acham que nunca vão envelhecer? A velhice chega para todos, e temos que agradecer porque tem muitos que não chegam a nossa idade. Tenho a impressão de que os jovens de agora tem nojo de velho, não querem nem encostar ou chegar perto. Uma vez disse para uma moça que velhice não se pega, porque não é doença. No meu tempo, era muito diferente, tínhamos que pedir a benção aos idosos, dar o lugar, respeitar o que eles diziam, porque eram pessoas vividas e sábias. Agora, o que fazem é “caçoar” dos idosos. Mas a culpa é dos pais, que não ensinam aos filhos, e da televisão, que mostra coisas erradas como certas.

O depoimento que eu quero deixar para vocês que são mais jovens é que “como é bom a pessoa ir pra terceira idade”. A velhice não tem nada de tristeza, é só alegria e gratidão. Só depende de você saber o que quer para sua vida. Se ficar em casa jogado, a velhice será ruim, mas, se for alegre, terá uma velhice boa. A minha velhice é a coisa mais maravilhosa do mundo! Eu só tenho coisas boas para contar... “essas pessoas que falam que a velhice é triste, é porque desistiram da vida muito cedo”.

Sra Oda - 70 anos

Eu gostaria de começar minha história de vida falando do fim para o início, ou seja, da velhice para a juventude. Sem dúvida esta é a fase mais prazerosa da minha vida. Para ser franca, nem senti a velhice chegar, porque que eu não notei que eu envelheci. Me olho no espelho e vejo que estou diferente de quando era moça, mas eu falo por dentro, o sentimento, continuo gostando de viver e me sentindo ativa. O único problema que tenho é a depressão, mas isso não é porque estou ficando velha. Foram as situações de adversidades que enfrentei ao longo da vida, e agora chegou à “conta para pagar”. Sou separada há 32 anos, e desde então tomo remédio controlado. Mas, esse problema de sentir a velhice, eu quase que não senti o tempo passar, sabe por quê? “Porque eu trabalhei e trabalho até hoje. Me sinto uma pessoa útil”.

Quando me separei, meus filhos ainda eram pequenos, e foi minha irmã que me ajudou. Ela me deu trabalho. Disse: “mana, tu não tem que voltar pra casa, tu vai alugar a tua casa...” Aí eu pensei: “quer saber? Eu vou!” Sempre pude contar com o apoio dela e dos meus sobrinhos. Graças a ela, eu consegui o meu sustento e dos meus filhos. Nunca recebi pensão do meu marido. Meu filho mais novo é enfermeiro obstetra, estudou em Manaus. Os demais também se formaram, tem outro que é advogado. Sou muito orgulhosa porque fui pai e mãe dos meus filhos.

Tem sempre aquelas pessoas que ficam falando “coisas” dos velhos. Fica aquele monte de mulheres, algumas até já idosas, comentando: “ah, que velha mais assanhada, fica o dia inteiro na rua...”. Eu procuro me afastar dessas pessoas, porque eu vivo conforme minha consciência. Depois que me separei, assumi o controle da minha vida. Não deixo ninguém se envolver no que faço ou deixo de fazer. Vou ao centro de convivência, faço minhas atividades, danço, converso, brinco com as pessoas, faço novas amizades, cuido da minha casa e, ainda, trabalho com meu sobrinho no mercado dele. Aos domingos, vou religiosamente à igreja, porque sou evangélica e agradeço a Deus por tudo que ele fez por mim.

Era muito difícil para eu fazer amizades, foi com a equipe do centro de convivência que aprendi o valor de amizade. Agora, quando chego aqui no centro, é uma festa. Eu gostava mais quando podíamos nos abraçar e se tocar, mas sei que o momento está difícil e temos que nos cuidar. Eu gosto de ter a minha liberdade e aconselho que quem tiver sua liberdade que a preserve. Porque eu era prisioneira do meu marido e não sabia. Ele falava que mulher tinha que cuidar da casa e dos filhos. Nunca concordei com isso, porque queria trabalhar, ter meu dinheiro, minha liberdade. Foi aí que as brigas começaram. Ele me bateu a primeira, a segunda e na terceira saí de casa. Agora somos amigos, mas foi por causa da separação que fiquei com problema de depressão... foi um longo caminho até que ele aceitasse a separação. Eu passei oito meses numa clínica de psiquiatria, hospitalizada devido ao estresse causado pela separação... foi muito traumático. “Eu aconselho toda pessoa a ter sua independência, não ficar só dependendo de marido, nem mesmo dos filhos...”.

O que eu gosto mesmo de fazer é cuidar das minhas plantas. Funciona como uma terapia. Minha rotina começa pela manhã, quando cuido das minhas plantas, depois eu lavo minha roupa, limpo a casa, varro o pátio... eu sei cozinhar, mas eu não cozinho porque eu não quero ir para a beira do fogão. Já cozinhei muito, quando trabalhava no barco fazendo a rota Tefé-Manaus-Tefé. Eram umas panelas enormes e pesadas de comida, eu cozinhava para os

passageiros e para os tripulantes. Tinha uma equipe que me ajudava, mas ficava tudo sob minha responsabilidade. Fazia questão de cozinhar, porque não gostava de ninguém mexendo nas minhas panelas. A louça, eu não lavava, porque sou alérgica à detergente e sabão em pó. Por isso, tinha os ajudantes para me auxiliar com a limpeza. Nós servíamos três refeições por dia.

Agora, que retornou as atividades no centro de convivência, venho aqui duas vezes por semana. Me sinto muito bem fazendo alongamento com a fisioterapeuta, além disso, tem as aulas de carimbó amazônico, que são ótimas. Me lembro das apresentações que fazíamos no período das festas juninas e em datas comemorativas. Agora está tudo parado por causa dessa doença. Era maravilhoso mostrar que os idosos são alegres e podem fazer tudo que os jovens fazem, porém em seu ritmo.

Eu ainda não consegui me aposentar, mesmo tendo idade e tempo comprovado em carteira. No momento, estou em auxílio-doença devido à depressão. Fico na expectativa todo mês, até que o dinheiro seja depositado, porque tenho medo deles suspenderem. Já me falaram para colocar um advogado para resolver o meu problema. Eu acho isso um absurdo, trabalhei e contribuí para ter uma segurança na velhice. Isso é um desrespeito com os trabalhadores. Nós fizemos nossa parte, e agora não querem nos aposentar.

Da minha infância, não tenho muito a dizer. Fui uma criança feliz. Minha família não era rica, mas tinha uma boa condição. Eu venho de uma família que tinha posse, mas as gerações mais novas foram vendendo o patrimônio herdado. O Estaleiro Naval de Tefé era da minha família. Quando foi vendido, já estava falido porque não tinha ninguém da família cuidando dos negócios. Hoje não temos quase nada. Eu ainda tenho o prédio onde funciona o presídio de Tefé e a casa onde moro. Estudei pouco, as mulheres frequentavam a escola até o casamento, depois paravam os estudos para cuidar do marido e dos filhos. Hoje me arrependo, porque o estudo é importante. Por isso que fiz tanto esforço para os filhos estudarem.

Como mensagem final, acredito que os idosos têm que transmitir às novas gerações coisas positivas. Sigo o que a Bíblia me ensina, que devemos amar a todas as pessoas. Eu tenho isso comigo, mas os jovens não respeitam os idosos. Às vezes, meus netos me respondem e não têm paciência comigo. As mães não falam nada, mas eu reclamo. Respeito é tudo, “eles têm que respeitar o peso da vida que trago nas costas...”.

Sr. Germano - 75 anos

Eu nunca parei para pensar, “olha eu tô ficando idoso”, sempre procurei seguir em frente. Eu olho para o espelho e sei que estou mudando o semblante, mas a alma se sente jovem. Procuro ter uma vida saudável, faço meus exames, tomo meus remédios, caminho todo dia, brinco com as pessoas. As pessoas que vivem na tristeza adoecem mais rápido. A vida é muito boa, temos que cuidar bem dela. Meu pai era uma pessoa alegre e comunicativa, era cearense, veio para ser seringueiro. Quando as pessoas perguntavam se ele era idoso, respondia: “não! Não sei, não sinto idade!” Ele faleceu com 90 anos e ainda andava todo “durinho”, então eu procuro seguir o exemplo dele. As pessoas se admiram que já tenha completado 75 anos, comentam que nem pareço ter isso tudo. “Eu brigo com a velhice, eu não me entrego a ela assim tão fácil não...”

Eu venho de uma família de nove irmãos. Por ser o mais velho, comecei a trabalhar muito novo, tinha entre 10 e 12 anos. Aprendi com meu pai a como fazer o giro para torrar a farinha, como usar o corpo e a mente para o plantio, perceber a firmeza da terra. Temos que sentir sua energia para o plantio, as plantas sentem quando você está fazendo com amor e dedicação. Eu trabalhei foi com o cabo do machado, não tinha esse negócio de motosserra, tínhamos que usar a força bruta para derrubar as toras de madeira. Deixar tudo limpo para o plantio. Hoje, tenho muita dor na coluna, o médico falou que foi o excesso de peso e força que fiz quando jovem. Contudo, foi um grande aprendizado para mim. Não estudei na escola, mas aprendi com a vida. Apesar de não ter estudo, sei fazer conta de somar, diminuir, contar o tempo de cada plantio. Eu fui observando e “coloquei a matemática na minha cabeça”.

Um período da vida em que fiquei triste e não queria falar com ninguém foi na minha separação. Mas depois eu disse: “quer saber? Quem gosta de mim sou eu mesmo...”. Íamos completar 40 anos de casados quando, sem motivo aparente, ela pediu a separação. Acredito que minha sogra influenciou na decisão dela. Ela era uma mulher de respeito, uma boa mãe e esposa. Acho que ela chegou àquela idade em que as mulheres deixam de ter vontade de namorar. Ela não queria mais ficar perto de mim. Eu a chamei para ir ao médico, prometi comprar os remédios, mas ela preferiu me deixar. Depois disso, não quis saber de arranjar mais companheira. Tenho meus namoros, mas cada um fica na sua casa.

Tudo que meu pai me ensinou, eu passei para meus filhos. Disse que o homem honrado tem que fazer seu nome e ser honesto. Sou do tempo em que um fio do bigode valia a palavra dada. É importante você ganhar seu dinheiro, comprar suas coisas, ter sua casa para morar. Mas eles não quiseram sabem de trabalhar. Só a minha filha que estudou e agora tem uma profissão. Os homens ficaram na “barra da saia da mãe”. Quando nos divorcíamos, fiz

tudo como manda a lei, dei a parte dela porque tudo que construímos foi juntos. Mas eles estão deixando a mãe sem dinheiro. Não aprovo isso, não foi essa a educação que dei a eles.

Não acho correto as pessoas discriminarem uma pessoa porque ela é velha. A sociedade gosta muito de apontar o dedo para os outros. O idoso, quando jovem, trabalhou muito e se ele está aposentado é porque contribuiu para receber o benefício. O governo paga um salário de miséria aos aposentados. Eu tenho os meus aluguéis para reforçar o meu salário, mas tem muitos que não têm nem para comer. Ainda vêm os filhos, que ficam explorando os pobres dos velhos.

Quando se fica velho, as pessoas deixam de valorizar o que você fala. Eles dizem: “ah! Aquelas coisas antiga já era!” Os mais jovens não querem aceitar nossos conselhos. Nosso testemunho é fruto de nossa experiência de vida. Quando damos um conselho, é porque queremos o seu melhor, mas “ninguém escuta, não querem ouvir...”.

Eu sempre fui uma pessoa preocupada com o amanhã. Por isso, o dinheiro que ganhava com a venda da mandioca, da banana, do cupuaçu, do abacaxi, eu pagava as despesas e guardava o restante no banco. Meu desejo era que os filhos continuassem o meu trabalho, mas nenhum quis trabalhar com a terra. Trabalhei até 65 anos, depois não deu para continuar. Foi quando tive que vender o sítio em Caiambé e vim morar em Tefé. Tenho muita saudade daquele tempo. O sítio ficava às margens do rio Solimões. Tinha um pomar muito bonito, com todo tipo de fruta, criação de galinha e o plantio de diferentes culturas, mas nosso ganha pão era a fabricação de farinha de mandioca. Era tudo feito de modo artesanal. Era uma farinha de qualidade, muito diferente dessa que se vende no mercado. Vendíamos para pequenas mercearias e na feira de agricultores.

Tudo que se planta, nasce: arroz, melancia, cupuaçu, cacau, castanha, tudo prospera, mas você tem que cuidar, e isso dá trabalho. Quando chegou a minha idade, eu disse para os filhos: “eu vou-me embora... a nossa casa é aqui, vocês tão novo... podem continuar com o plantio”. Mas eles logo responderam: “Ah, eu não vou ficar aqui, eu vou embora pra Tefé”. Quando fui vender, o comprador me enganou. Ele me deu uma parte do dinheiro e disse que me dava a outra. Ele me levou no cartório e assinei como se ele tivesse me pagado tudo. Confiei na palavra dele. Mas quando fui cobrar, dois meses depois, ele disse: “não! Eu já te paguei, tá o recibo...”. Foi uma covardia comigo.

Quando casei, eu já fazia de tudo na roça, porque sempre prestei atenção ao que meu pai ensinava. Me lembro que, quando completei 18 anos, papai disse: “eu ensinei você tudo o que meu pai me ensinou”. Quando casei, tinha 23 anos e ela tinha 16 anos. Eu já possuía duas

meia corda de roça, ou seja, tinha duas meia quadras. Em dois anos, já tinha 10 quadras e 4 empregados. Ganhava o dinheiro com a venda, pagava os empregados, fazia o rancho da casa, construí uma casa boa para a família, e, assim, trabalhando duro, fui crescendo, no final tinha 46 quadras de plantio.

O que deixar como mensagem? Gostaria que as pessoas respeitassem os idosos. Nós trabalhamos muito para chegar até aqui. Todos têm o direito de viver como achar melhor. Ninguém deve ficar julgando o que é certo ou errado. Quando damos um conselho, é para ajudar, porque queremos o bem daquela pessoa. Todos têm um passado que deve ser valorizado. “Cada pessoa que chega na velhice deve ser tratada como um vencedor”.

Sr João Guedes - 80 anos

Sou nascido e criado em Tefé. Durante a infância e a juventude morei em Boca do Bauana. Sou de família de agricultores, sempre trabalhei na roça, desde muito cedo. Quando eu tinha 12 anos, meu pai morreu, aí eu tomei a frente de tudo. Era uma pessoa muito gananciosa no trabalho. Queria sempre ganhar mais e mais, por isso, agora estou com problemas de saúde. Não me cuidei enquanto era novo e agora estou pagando o preço. Em época de plantio, chegava a trabalhar 12 horas seguidas, sem descansar. Fui nesse ritmo até meus 60 anos, depois só andei ladeira abaixo. A saúde foi piorando até que agora, aos 80, mau consigo andar. Depois que a gente perde a saúde, “ninguém alcança... olha que eu faço tanto de exame e diz que não tem nada, mas não fico bom”. Minha vontade era de voltar a ser agricultor.

Eu ainda tenho meu terreno em Boca do Bauana. Está jogado “às traças”. Isso é motivo de grande tristeza para mim. Os filhos não quiseram dar continuidade ao meu trabalho. Fico pensando, o trabalho de uma vida e, agora, está tudo abandonado. Penso nas árvores que plantei, os cultivos de mandioca, “o que a gente colhia daquelas terras era bom”. Era tudo gramada, muito verde, um casa grande, com bastante quartos, o rio Bauana ficava pertinho, íamos pescar sempre. Sabíamos a hora que o cardume passava, bastava jogar o arrasto e vinha cheio de peixe de todo tipo. No quintal, tinha uma horta e um pomar para o uso da família. Tenho muita saudade disso tudo. Vim morar em Tefé por questão de saúde, mas, por mim, tinha continuado lá. Quando deu esse negócio de corona, ficamos um mês lá. Eu renasci, foi melhor que qualquer tratamento médico.

Gostava de me “embrear” nas matas para caçar. Ficávamos de dois a três dias na mata fechada, caçando. Pegávamos de tudo, anta, porco do mato, gato-maracajá, ariranha, lontra, queixada, caititu, veado-vermelho, capivara, cutia, jacaré-açu e jacaré-tinga. Era um grupo de colegas que “andavam por aí comigo caçando, tudo já morreram, já não tem mais nenhum...”. Essas perdas mexem comigo, porque estou vendo minha história se acabar. Quando chegávamos em casa, as mulheres destrinchavam tudo, salgávamos a carne para não estragar, não tinha freezer nessa época. Esse era nosso alimento.

Nessa época, pegávamos sol, chuva e sereno, e nada nos fazia mal. Agora se pegamos um chuveiro, já ficamos doentes. Eu tinha muita “animação” na vida, não tinha medo do trabalho, era ativo. Essa vida que tenho agora me deixa muito triste, porque quero andar por aí, rever os amigos e não posso, fico dependendo dos filhos para sair. Cada um tem seu trabalho e sua família. Passo o dia nessa cadeira, olhando a rua, fico como um passarinho na gaiola.

Quando se é sadio, é uma coisa, mas, quando a idade vai chegando, aí todo mundo se afasta. Eu tive 9 filhos, são 3 mulheres e 6 homens. As filhas nos ajudam com as tarefas da casa. Agora tem uma que veio morar com a gente, porque se separou do marido. Os filhos estão espalhados pelo mundo, tem 3 morando em Manaus e 3 foram morar no Rio de Janeiro. Mas eu me sinto um homem realizado, porque eu construí uma família, sou honrado, soube respeitar a mulher, nunca deixei a família passar qualquer tipo de necessidade. Hoje, não posso mais trabalhar como trabalhava no passado, mas fico alegre porque pelo menos eu tenho uma casinha para morar. Eu digo para os filhos: “vocês cuidem de fazer alguma coisa para vocês, para quando chegarem a minha idade vocês já tem uma casinha para vocês colocarem a cabeça dentro...”.

A mensagem que gostaria de deixar é que cuidem da saúde para chegar à velhice saudável. Muitos pensam que, por serem jovens está tudo bem, mas é na velhice que o corpo cobra. Hoje, vejo o tempo passar da minha cadeira, muitos amigos já se foram, irmãos, pais, a história da gente vai se apagando aos poucos, mas “a vida continua em nossos filhos”.

Sra Ray - 80 anos

Eu nem sei explicar como foi meu envelhecimento. Acho uma coisa tão natural envelhecer. Tudo na vida tem seu tempo de duração. Não sei por que as pessoas se preocupam tanto com isso, não tem jeito, faz parte da vida. Eu sou grata de ter chegado nessa idade e,

ainda, fazer tudo que faço. Sou eu quem cuida da casa, lavo, cozinho, vou ao mercado e cuido de dois netos pequenos. Além disso, tenho minha taverna na frente de casa, onde vendo ovos, arroz, feijão, farinha, um “quebra galho”. Eu sempre trabalhei muito. Ainda hoje venho trabalhando. Por isso que não gosto quando dizem: “olha aquela velha!” Eu tenho nome! “Porque julgam a gente por causa da idade”.

Meu marido mesmo é velho, mas ele também trata as idosas desse jeito “ah, aquela velha!” Eu fico pensando, mas ele é velho também. Será que ele não se acha velho? Ele é ignorante. Me sinto chateada com isso, me incomoda. Dou graças a Deus porque eu cheguei até essa idade. Envelhecer é um privilégio. Ainda faço minhas coisas de casa, não dependo de outros para fazer nada para mim. Porque não tem um que venha aqui: “ó, mamãe, vou varrer a sua casa, vou passar um pano, vou fazer uma comida...”. Eu tenho 5 filhos homens e 2 mulheres. Um morreu quando criança e tive um aborto espontâneo. Era muito jovem quando casei, por isso perdi o primeiro filho.

O que me deixa triste na velhice é que os próprios filhos ignoram a gente, chamam a gente de velha, “Ah! A mamãe tá velha! Eu digo: “eu tô velha, mas não me troco por nenhum de vocês porque sou eu que ainda faço e, ainda, auxílio vocês...”. Eles me criticam e fica debochando de mim e do pai dele, chamando a gente de velho. Eu sempre repito para eles que “eu não como à tua custa, eu vivo à custa do meu trabalho, do meu aposento...” O problema é que ele não pode beber que fica agressivo.

Eu acho “é bonito um velho que é já velho e goza saúde”. Tem aqueles que não têm saúde, mas é porque não se cuidam. Ficam em casa naquela tristeza, não se movimentam para nada. Eu tenho muitas amigas que já chamei para frequentar o centro de convivência, mas preferem ficar em casa. Envelhecer não é ficar doente, eu sou desse pensamento. É claro que ficamos doentes, mas é normal. Todo mundo adocece, até as crianças. No ano passado, eu fui ao médico, estava me sentindo ruim. Era pneumonia. Fiquei 7 dias internada no hospital, mas depois fiquei curada. Pronto! Não preciso ficar me fazendo de doente o resto da vida.

Minha mãe me ensinou a ganhar a vida. Com essa doença, começou todo mundo a ter que usar máscara. Como eu tinha uns retalhos, pois costuro para fora, comecei a fazer máscaras para vender. Ganhei um dinheirinho bom. Já tinha os tecidos em casa, foi só fazer. Comprei uma que serviu de molde para as demais. Gosto de me sentir útil. Acho que é por isso que ainda estou viva. O pessoal vem aqui: “Dona Raimunda, a senhora tem máscara?” Eu digo: “Tenho!” Eu gosto de ter minha vidinha, ter meu dinheiro, porque eu não peço nada de marido, eu tenho meu dinheiro, eu compro, não dou nem satisfação.

Sou ministra da Eucaristia na Igreja Católica. Agora estamos parados porque as igrejas estão fechadas. Mas eu pago meu dízimo, não pago do jeito que é para ser, mas eu tiro um valor de tudo que eu recebo. Às vezes, me perguntam como dou conta de fazer tanta coisa. A resposta é simples “é só ter vontade de fazer”. Os mais novos, eles tratam os idosos como se o que disséssemos não tivesse valor. Se eles parassem para conversar conosco, veriam que estão errados a nosso respeito.

A minha lembrança de criança não é boa, foi marcada pela doença do meu pai, aquela “doença que apodrece a pele”. Naquela época, quando as pessoas tinham essa doença, eram separadas da família. Não podia mais conviver com as pessoas. Por isso, quando ele adoeceu, foi preciso ir para Manaus. Fomos de canoa até Coari e de lá pegamos o barco para Manaus. Nesse tempo, Manaus era pequena, ficamos na casa de nosso tio. Primeiro, o papai foi fazer os exames. Após a confirmação da doença, nos separamos. Minha irmã morreu logo depois, em Manaus. Minha mãe me pegou junto com meu irmão e voltamos para Tefé. A lembrança que ficou dele era que pescava pirarucu e peixe-boi. Tratava a gente com carinho, e foi muito sofrida essa separação. A mamãe, pobre mulher, chorava muito pelos cantos da casa. Sempre escondida de mim e do meu irmão. Foi quando fui morar na casa do meu bisavô, que era avô dela. Os filhos dele diziam coisa com a mamãe que a faziam chorar. A pobrezinha trabalhava, lavava roupa, estendia peixe no girau, pois o bisavô também era pescador. Tudo isso para nos sustentar. Só faltava morrer de fome, comíamos farinha com banana ou com macaxeira. Sofremos muito, por isso que falo que minha velhice é muito boa. Nunca mais vi meu pai depois que ele foi para Manaus.

A mensagem que eu deixo é que respeitem os idosos. Já vivemos muito para ser desrespeitados na velhice. Gosto da minha velhice e agradeço a Deus por ter chegado até aqui. “Para mim envelhecer foi um presente de Deus que nem todo mundo ganha”. O idoso também é gente e tem que ser bem tratado por todos, principalmente, pelos filhos.

Sra. Adalgisa - 82 anos

E velhice chegou tão rápido, num dia era nova, no outro já sou velha. Continuo fazendo as mesmas coisas que antes, mas faço mais devagar. Meu marido está doente e cuido dele. Tive 9 filhos, mas só tem uma filha que mora perto de mim que me ajuda. Nossos amigos já morreram um bocado. Cada dia morre um. Isso deixa a gente apreensiva, porque qualquer hora chega a nossa vez.

Quando eu era moça, eu sempre quis estudar e trabalhar, meu pai nunca deixou. Só trabalhei em casa mesmo, ajudando a minha mãe com as tarefas de casa. Eu nunca pude fazer da minha vida o que queria. Sempre obedeci aos meus pais e depois ao marido. Nunca tive chance de fazer algo que fosse desejo meu. Eu não sou aposentada, recebo o benefício do governo, “aquele que é dado a pessoas carentes”. Meu marido também recebe. Graças a esse dinheiro que não passamos fome.

Eu sempre converso com minha filha, hoje vocês têm a liberdade que eu não tive. Nunca proibi meus filhos de nada, ensinava o que era o certo. Porque como eu não tive liberdade, queria que meus filhos pudessem escolher o seu destino. O único momento que me sinto livre para fazer o que quero é no centro de convivência. Lá eu brinco, danço, faço atividade física, converso, é meu momento. No início, o marido ficava reclamando, mas eu comecei a ir assim mesmo. Agora ele já até se acostumou.

A minha infância foi boa. Me lembro da casa cheia. Minha mãe gostava de reunir a família para o almoço de domingo. Era tanta criança, brincávamos o dia todo. As brincadeiras do passado que eram boas, pulava na água, subia em árvores, corria no meio do mato, corrida no saco. Éramos crianças de verdade. As meninas brincavam de ciranda, boneca, fazer roupinha para as bonecas. Os vizinhos também participavam. A casa vivia cheia de colegas da gente, era aquela animação, andávamos de canoa pelo rio. Depois que fiquei mocinha, as coisas mudaram. Logo depois, casei, vieram os filhos e acabou minha alegria.

Eu nasci e cresci no interior. Gostava muito da vida no sítio. Tomar banho no rio com água até o pescoço é uma maravilha. Eu me sentia tão bem quando vivia com meus pais. Era uma vida mais livre. Gostava de ficar conversando, perto da fogueira. Colocávamos milho para assar, peixe, tudo fresquinho. Na roça não se passa fome. Só tem que plantar que a terra retribui. É uma vida calma, perto da natureza. É muito bom ficar o dia inteiro debaixo das árvores, com aquele vento suave. Minha mãe tinha uma cadeira de balanço, ela adorava ficar sentada no terreiro. Meu pai vinha com peixe fresquinho na mão. Era tanto peixe que tínhamos que salgar para não estragar. Não tínhamos energia no sítio. À noite, era muito escuro, por isso meu pai fazia uma fogueira na frente de casa para espantar os bichos. Eu queria voltar, mas com a doença do marido não tem outro jeito, a não ser continuar morando em Tefé. Ele precisa ir sempre ao médico, fazer exames, tomar remédios. Tenho que me conformar em continuar aqui, mas, assim que Deus o levar, eu volto para o interior no outro dia.

Me lembro bem do pátio, bem serrado. Para varrer, eram três pessoas para dar conta. Eu varria sempre no final da tarde e via o entardecer. A coisa mais linda o sol se apagando no rio. Ficava ali olhando, admirada com tanta beleza. Em noite de luar, a gente ficava na janela, aparecia toda a praia, ficávamos vendo se o boto aparecia e virava mesmo um homem bonito. Nunca vi, mas dizem que existe. Eu conheço uma moça que teve o filho do boto.

O que quero dizer é que conquistem sua liberdade, estudem, respeitem os mais velhos, cuidem bem dos pais. Um dia todos serão velhos, ninguém é jovem para sempre. Com a idade, as forças vão acabando, por isso que precisamos da ajuda dos filhos. Quando damos um conselho, é porque vemos mais longe que vocês. A velhice não é ruim, mas o corpo fica cansado pelo tempo de trabalho.

Sr Enéas - 84 anos

Eu sou nascido e criado em Nogueira. Era professor da rede pública e trabalhei por 25 anos na nessa escola. Quando estava perto de me aposentar, minha esposa pediu para morarmos em Tefé. A família dela é de Tefé, e ela queria ficar perto deles. Então, eu concordei. Eu penso assim, o homem faz a mulher, a mulher o marido. Os filhos também queriam fazer a faculdade, e, na cidade de Nogueira, os estudos vão até o Ensino Médio. Eu tinha poucos recursos para fazer uma casa em Tefé, então mandei ela e os filhos primeiro e continuei trabalhando em Nogueira até que construíssemos nossa casa. Depois de um certo tempo, consegui uma vaga de professor na escola Gilberto Maestrino, aí conseguimos juntar a família novamente. Trabalhei nessa escola por mais 5 anos para completar o tempo para me aposentar.

O processo para me aposentar não foi fácil. Quando completei 30 anos, dei entrada no pedido. Foi a própria diretora que me disse: “você pode pedir sua aposentadoria, porque o senhor já tem idade, trabalhou muito...”. Por três vezes mandava os documentos e voltava. Nada de me aposentarem. Na última vez, o próprio funcionário me falou: “Enéas eu sei que você tem muito amigo aqui em Tefé, o senhor consulte só um advogado”. Foi quando o Dr. Claudemir assumiu meu caso. Dessa vez, foi rápido e, por fim, consegui me aposentar. Ele fez um preço bem baratinho e parcelou o valor dos honorários dele. “Ele fez uma audiência e foi uma vez no cartório”. E aí, pronto, não demorou muito e foi publicado no Diário Oficial. O mesmo ocorreu com minha esposa, ela tinha idade e não conseguia se aposentar. Tivemos que contratar um advogado. Acho isso muito errado, direito é direito.

Ainda tenho dois irmãos que moram em Nogueira. Quando posso, vou visitá-los. Minha irmã fez 90 anos e o irmão tem 87 anos. Eles são mais velhos. Tudo com saúde, graças a Deus. Eu ainda tenho minha casinha lá. No momento, é um filho que mora. Tivemos 10 filhos ao total. Um morreu, duas estão morando em Cuiabá e os demais em Tefé. Dou graças a Deus porque somos uma família muito unida. Eu estou vivendo um período muito triste da minha vida. Perdi minha companheira, há dois meses, para a COVID. Depois de tantos anos juntos, agora estou sozinho, mas ela me deixou os filhos. Eles estão cuidando de mim. Não é fácil ficar sem sua companhia depois de tanto tempo de casamento. Não gostaria de comentar sobre esse assunto, ainda é muito recente, e não consigo falar sem que chore.

Foi eu quem compus o hino de Nogueira. Sempre gostei de compor, pego meu cavaquinho e fico cantarolando. Ele que tem me ajudado a suportar a perda da esposa. Também fiz a canção dos idosos para o centro de convivência. Sou muito orgulhoso por Deus ter me dado esse dom. Quando dava aula, era toda musical, os alunos adoravam. Se você for em Nogueira e perguntar quem foi o professor Enéas, todos vão saber. Muitas gerações de alunos passaram pelas minhas mãos. Eu fui professor por vocação, sempre gostei de ensinar. Queria continuar ensinando, mas quando vamos ficando inteligentes temos que nos aposentar. Não precisamos estar dentro da sala de aula para ensinar e aprender.

A minha riqueza foi deixar os meus filhos preparados para a vida. Tem gente que passa a vida acumulando dinheiro e riqueza. Para quê? Na morte, não levamos nada, nem a roupa do corpo. Por isso que eu digo que a minha vida foi muito boa e que a minha velhice é um privilégio. Sempre gostei da vida, principalmente da minha vida. Nunca fui de ficar pelos cantos, reclamando disso ou daquilo. Fiz o que deu para fazer. Procuo ser gentil e atencioso com as pessoas. Gentileza gera gentileza. Essa sempre foi minha filosofia de vida. “Sou velho sim, com a graça de Deus, sou feliz por tudo que conquistei, muitos ficaram no meio do caminho”. Eu não reclamo, porque sempre fui ativo, trabalhei muito para viver. Há pouco meu filho estava lembrando de quando serrávamos madeiras perto de Alvarães para construir uma canoa. No Amazonas, os rios são estradas e as canoas, nosso transporte.

Comecei a frequentar o centro de convivência por gosto da mulher. Eu mesmo tinha um certo preconceito. Achava que era coisa só para mulheres. Ela sempre me chamava para conhecer e ver o trabalho da equipe. Um dia, teve o baile dos idosos, ela pelejou para eu ir, então decidi ir. Mas foi tão bom que passei a frequentar com ela. Sempre fui muito bem acolhido por todos no grupo de convivência. Percebi que estava errado. Agora chamo meus

colegas para irem, porque tem muita coisa para os idosos se manter em atividade física e mental. “É... onde a gente a chega e é bem tratado, a gente quer voltar, né?”

Eu tenho um projeto de vida para a velhice, quero fazer parte de um grupo de música. Os filhos não querem que eu faça nada. Agora estou um pouco triste e também tem a questão da doença. Realmente temos que ficar em casa. Logo que tudo isso passar, vou fazer o meu projeto sim. A vida passa rápido, e depois que partimos não adianta mais querer fazer alguma coisa. Queria muito formar um grupo da terceira idade e relembrar as músicas da minha época. Ver o salão cheio de casais bailando. Eu sempre digo que os velhos gostam de se divertir, dançar, brincar, conversar, tudo isso. “As pessoas têm um pensamento muito errado dos idosos”.

Ainda quero viver muito. Minha mãe morreu com noventa e cinco anos. Ela era lúcida e toda durinha. Ninguém dava a idade que ela tinha. Era uma mulher de fibra, trabalhou até a morte. Ela tinha prazer de cuidar da casa, não aceitava ajuda de ninguém. Depois de viúva, continuou a vidinha dela. Eu me lembro quando ela morreu, foi um dia muito triste. Ela estava na rede se balançando e, quando minha irmã foi chamar ela para merendar, ela não respondeu. Quando fomos ver, ela já tinha partido. O rosto bem sereno, sem dor, como um passarinho. Agora papai morreu cedo. Eu ainda morava em Nogueira nessa época.

A mensagem que deixo é de agradecimento. Pois é, “essa é minha vida, agora estou viúvo, mas um sorriso ao lado, vendo os filhos, tão aqui, né?”. Para os demais digo que “a vida é um mar de fases, cada qual com suas experiências e vivências, o importante é saber viver com sabedoria e respeito ao próximo”.

Sr Chicão (Velho Chico) - 85 anos

Eu tenho 85 anos bem vividos, sou natural de Caiçara. Não estudei, porque desde novo trabalho. O meu primeiro emprego foi como seringueiro. Me lembro que peguei várias doenças por viver embreado dentro das matas, extraindo borracha. Ganhava muito pouco, quase não dava para sobreviver. Éramos muito explorados pelo dono do seringal. Tínhamos que comprar tudo dele, comida, material de higiene, cigarro, bebida, era tudo anotado no caderninho. Quando recebíamos nosso pagamento, tudo era descontado. Ficamos sempre devendo alguma coisa. Fui ferroadado cinco vezes por raia, tomando banho no rio. Na última, quase que morri, fiquei internado no hospital em Manaus por quase um mês, depois fiquei

quatro meses na casa de apoio. Quando voltei, continuei trabalhando na roça, na pesca de pirarucu, jacaré e peixe liso, na extração de açaí, no corte de madeira, nunca escolhi trabalho.

Meu pai só quis se aproveitar de mamãe, engravidou ela e sumiu. Não ajudou mamãe em nada. A única lembrança que tenho dele é quando foi visitar mamãe, para me conhecer, já era menino de 7 anos, aí me deu com o tamanco e chorei muito. Mamãe correu para cima dele, depois disso nunca mais o vi na vida. Depois ela casou com outra pessoa. Eu o considerava como pai. Ele era muito bom para mim e para mamãe, mas morreu cedo. Mamãe foi uma mulher muito guerreira, sofreu com o preconceito por ser analfabeta, negra e mãe solteira.

Eu casei cedo, porque queria formar uma família. Porém, Deus não me deu filhos. Ficamos juntos 43 anos e dois meses. Ela morreu em meus braços, em 25 de novembro de 2005. Fiquei ali, conversando com ela, até que fechou os olhos. Ainda fiquei tentando chamar o nome dela, mas ela já tinha partido. Foi no meio da noite. Nesse dia, ela sentiu um mal estar e foi dormir mais cedo. De madrugada, começou a piorar. Falei que, assim que o dia raiasse, iríamos ao hospital, mas não deu tempo. Não quis mais saber de casamento. Sou uma pessoa sozinha no mundo.

Depois da morte de minha esposa, vim para Tefé ficar com mamãe. Ela teve 5 filhos dos outros casamentos, mas estão tudo espalhados por esse mundo de meu Deus. Além disso, a idade estava chegando e eu morava sozinho, sem vizinho por perto. Tinha medo de que acontecesse comigo o que ocorreu com minha esposa. Quando mamãe morreu, fiquei só. Não tenho contato com meus irmãos por parte de mãe. Quando podia andar, não parava em casa. Ao completar 70 anos, parei de trabalhar, pois não tinha mais forças nas pernas e nem nos braços, já não aguentava mais trabalhar. Hoje, ando com muita dificuldade. Teve um dia que para eu sair de casa foram cinco pessoas para me levantar.

Minha vida não mudou com a velhice, continuo sendo alegre, gosto de conversar, brincar. No centro de convivência gostava muito de dançar, mas as pernas já não me obedecem. Me sinto muito sozinho porque não saio mais. Tem uma conhecida que lava minha roupa, limpa a casa e faz minha comida. Quando ela acaba o serviço, vai embora e fico sozinho novamente. Isso que eu acho ruim, a solidão. A minha companhia é o rádio, fico ouvindo as notícias, as músicas, o futebol, e, assim, vou levando a vida até Deus quiser.

A mensagem que quero passar é que valorizem sua família. É muito ruim chegar à velhice sozinho. Graças a Deus que encontrei pessoas de bem que me ajudam e que gostam de mim. Por isso, valorizo a amizade. Tive uma vida muito sacrificada, fui muito enganado

porque não sabia ler e escrever. Eu sempre acreditei nas pessoas e, ainda, acredito. Já vivi mais do que imaginava viver e sou muito grato a Deus.

3.2.2.1 O passado no presente: análise das trajetórias de vida dos idosos integrantes do CMCF

De acordo com Bobbio (1997) e Bosi (2004), a atividade de lembrar é uma tarefa, em geral, destinada ao idoso (a). Na percepção destes autores, o (a) idoso (a) é o guardião legítimo da memória da família e do seu grupo social. Em Bobbio (1997, p. 30), vamos encontrar o seguinte esclarecimento: “além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar [...]”.

É importante frisarmos que a função social da memória consiste num trabalho de seleção e reconstrução do passado, porém à luz de novos valores de juízo alcançados no presente. Os (as) idosos (as) ao evocarem os fatos e os acontecimentos armazenados em suas memórias reafirmam sua trajetória de vida através de um conjunto de representações que atravessam a consciência atual. (BOSI, 2004)

Para Bosi (2004), a sociedade moderna oprime os velhos, utilizando-se de mecanismos institucionais. À vista disso, torna-os impotentes para a transmissão de experiências às futuras gerações. Assim sendo, os (as) idosos (as) deixam de exercer seu principal papel dentro do contexto social que é de ensinar, lembrar e aconselhar. Há que se salientar que “se existe uma memória voltada para a ação, feita de hábitos, [...] parece ser esta a dos velhos, já libertos das atividades profissionais e familiares”. (BOSI, 2004, p. 81)

Diante do exposto, pode-se afirmar que as narrativas dos (as) idosos (as) constituem uma fonte de conhecimento que nos permite conhecer partes da nossa história, não contemplada em livros, mas que resistem à passagem do tempo por mérito das narrativas dos mais velhos. Registra-se, ainda, que, ao lembrar o passado, o (a) idoso (a) não está desconectado, tampouco se esquivando de sua existência.

Ao contrário, ele está se apropriando do seu passado para ressignificar o seu presente. Dito de outra forma, suas memórias não são listadas por sentimentos saudosistas ou nostálgicos, mas por fatos e testemunhos que o permitem repensar e refazer suas leituras de mundo e pontos de vista. Bobbio (1997, p. 54) esclarece que, “recorrendo a nossas

lembranças podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade [...]”.

De acordo com Bosi (2003, p. 16), “quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidade de uma época”.

Tendo por base esses pensamentos, propusemo-nos a tecer algumas reflexões a partir das narrativas de vida dos (as) idosos (as) colaboradores (as) desta pesquisa.

Em primeira análise, observamos que as trajetórias de vida entre homens e mulheres idosos são interpostas por leituras e pontos de vistas diferenciados. Como já mencionado anteriormente, a questão de gênero não foi o foco principal de nosso estudo. Todavia, é um conceito importante para compreendermos a sociedade em que vivemos. Convém, ainda, mencionarmos que vivenciamos um processo de feminização da velhice, por consequência do envelhecimento.

Nesse sentido, é necessário trazer ao debate questões acerca das desigualdades sociais, educacional, comportamentais, políticas, dentre outras existentes entre homens e mulheres, as quais ultrapassam as fronteiras da biologia, visto que o indivíduo é um ser complexo que não pode ser definido unicamente em função do sexo. (NERI, 2007; DEBERT, 2012; BEAUVOIR, 2018)

De acordo com Ribeiro (2017) e Beauvoir (2018), a sociedade contemporânea ainda é atravessada por mitos que foram consolidados ao longo da história, os quais colocam a mulher em posição de subalternidade diante dos homens.

A exemplo, destacamos o capítulo Gênesis da Bíblia, que pelo viés da religiosidade traz a narrativa do primeiro casal a habitar o mundo, Adão e Eva, e sua expulsão do paraíso pela desobediência de Eva. O mito judaico-cristão, repassado de geração em geração, reforça uma concepção baseada na cultura machista e patriarcal, utilizada para justificar a relação de poder e divisão dos papéis sexuais entre homem e mulher. (BEAUVOIR, 2018)

Nesse aspecto, as narrativas das mulheres idosas foram contextualizadas nos espaços onde viveram com suas famílias originárias até se casarem. Suas narrativas reportam a um período que marca a infância interrompida pelo trabalho precoce e por uma vida escolar colocada em segundo plano. Isso ocorreu porque elas deviam, primeiramente, ajudar a família em diferentes afazeres domésticos e no cuidado dos irmãos menores.

Esse momento era percebido e justificado como uma preparação para o casamento, em que o papel da mulher consiste, quase que exclusivamente, ao cuidado da casa, do marido e

dos filhos. Essas questões aparecem de forma clara e objetiva nos depoimentos da Sra. Rita, Sra. Chica e Sra. Adalgiza, que tiveram seus sonhos cessados em função do casamento, como evidenciado em suas falas.

Sempre trabalhei, maninha, sempre eu trabalhei na minha vida... Não tive tempo para estudar. Trabalhava o dia todinho... Eu trabalhava no viveiro, naquelas codorna, cuidar dos irmãos mais novo, lavar, passar, cozinhar, tudo isso. (CHICA, 68 anos, 06/08/2020)

É... eu já vim estudar depois que eu me casei, meu pai dizia que isso não era coisa para mulher. Eu comecei a estudar depois de casada, mas meu marido não gostava. Ele era ruim comigo, mas eu disse: “quer saber? Vou botar pra estudar!” (RITA, 67 anos, 26/08/2020)

Eu sempre trabalhei em casa mesmo... dentro da casa dos meus pais... eu tinha vontade de trabalhar por aí, me empregar, assim, em casa de família, né, eles nunca deixaram... eu tinha vontade de trabalhar, estudar, mas tive que casar... foi assim com todas as minhas irmãs. (ADALGIZA, 82 anos, 26/11/2020)

As recordações dessas idosas, inicialmente parecem ser descritas em um contexto individual, mas sob um olhar mais atento é possível percebermos, nas entrelinhas, que o papel social da mulher é casar, procriar e cuidar da família. Isto é, o casamento representa uma obrigação social. Assim sendo, apesar destas recordações terem sido evocadas individualmente, elas estão impregnadas de memórias coletivas de tempo, visto que “resultam de convenções e costumes [...] segundo a qual se sucedem as diversas fases da vida social”. (HALBWACHS, 2003, p. 113)

Registra-se também que a trajetória de vida dessas mulheres foi marcada pela violência doméstica em decorrência do poder e da dominação masculina que as colocaram numa posição de subordinação diante da figura viril e forte do homem. São mulheres que, por um longo período, aceitaram resignadas sua condição de subalternidade. Porém, na velhice redescobriram a “liberdade” e retomaram o poder de decisão sobre suas vidas. Este é um dos principais motivos que as levam a definir a velhice como a melhor fase das suas vidas.

Na contramão dessa percepção, os relatos masculinos caracterizaram a velhice como um período que marca o início da aposentadoria, o aumento da convivência no âmbito familiar e pela nova condição social com o prenúncio da permuta da vida produtiva pela inativa. Esse aumento da convivência familiar, por vezes, conduzem a certos conflitos pessoais, pois as mulheres dominam os espaços do ambiente familiar, visto que historicamente sempre coube a elas o cuidado com o lar e os filhos. Com isso, os homens

perdem o referencial, pois não fazem mais parte do mercado de trabalho e, por outro lado, não tem espaços definidos no ambiente doméstico.

É importante frisarmos que a sociedade industrial e comercial é marcada pelo espírito da competição visando a obtenção de lucros. Nesse sentido, Bosi (2004) e Beauvoir (2018) dissertam que os (as) idosos (as) “são vítimas da evolução econômica que se que se desenrolou ao longo dos séculos”. (BEAUVOIR, 2018, p. 201) Ainda de acordo com Beauvoir (2018), a sociedade capitalista prima pelo lucro. Com isso, quando o (a) trabalhador (a) assalariado tem suas forças enfraquecidas pela idade, ele (a) é substituído, em geral, por um mais novo (a).

Nesse sentido, Bosi (2004) considera que as memórias dos (as) idosos (as) relativa ao trabalho, ao ofício e a arte devem ser apreendidas sob duas dimensões: no tempo subjetivo do entrevistado e na realidade objetiva no interior da estrutura capitalista.

Esses aspectos são constatados na fala do Sr. Chicão: “Fui seringueiro... ficava meses por dentro das matas. Começávamos bem cedinho e íamos até o anoitecer... tínhamos que comprar tudo do patrão... trabalhava para pagar as contas. Mas gostava muito da vida nos seringais.” Diante do seu relato, podemos dizer que suas memórias, no que tange ao ofício de seringueiro, são prazerosas, mesmo diante de um contexto de exploração e franco desrespeito às leis trabalhistas.

Tal constatação se aproxima da observada no testemunho do Sr. Belo, que demonstra como as memórias do trabalho se fundem com as da própria vida. Suas memórias do trabalho se relacionam visceralmente com sua trajetória de vida, a exemplo de quando relembra dos tempos em que trabalhava com o pai na agricultura para ajudar com o sustento da família. Em sua narrativa, revela: “Eu trabalho em tudo..., só não faço é roubar. Comecei trabalhando com meu pai na roça... passamos o dia juntos conversando e trabalhando. Sinto falta desses momentos... fiquei com depressão quando deixei de trabalhar por motivo de saúde... agora estou encostado pelo INSS”.

Cumpre-nos, ainda, destacar que, ao narrar sua condição de “encostado pelo INSS”, o entrevistado se apropria da memória política para analisar os fatos ocorridos no passado a partir de valores de juízo construídos no presente. Dessa forma, ao revelar que está sob auxílio-doença, fica clara sua insatisfação com a política previdenciária do país, como observado na sua narrativa: “É um desrespeito com o idoso esse valor que recebemos do INSS... ainda nem consegui me aposentar... fico todo mês sem saber se vou receber ou não meu pagamento.”

Outro ponto a ser evidenciado no que tange aos testemunhos dos idosos é a não continuidade do seu ofício, da sua arte, do seu trabalho. Tais aspectos estão claramente relacionados à divisão social do trabalho, que originou rupturas no processo produtivo provocando a alienação dos trabalhadores com relação das etapas produtivas da criação.

Beauvoir (2018, p. 399) esclarece que “certas artes e certos ofícios são tão difíceis, que é preciso uma vida inteira para dominá-los”. Ainda de acordo com a autora, é por isso que as experiências dos trabalhadores mais velhos se tornam tão importantes, visto que a aptidão deles no campo de suas atividades superam qualquer deficiência física.

Nesse contexto, destacamos as narrativas a seguir:

Nenhum dos meus filhos me disse: “Pai, vou zelar por nossas terras, isso aqui vai dar fruto pra gente no futuro... isso mexe com a gente todinho, a gente pensa naquelas plantas que a gente plantou, o que a gente colhia daqueles tempos que tudo era bom... (GUEDES, 80 anos, 25/11/2020)

Eu sempre pensei que os filhos iam ficar, trabalhar nas terras pra eles irem se sustentando daquele fruto, né... aí eu poderia descansar aliviado... mas não quiseram ficar... tive que vender tudo, vendi motor, terras, máquinas, barco.. os filho não quiseram continuar o que a gente conquistou... (GERMANO, 75 anos, 25/11/2020)

Nesta análise, destacamos as memórias como testemunhas das transformações da paisagem urbana, hábitos, costumes, festejos, tradições religiosas, dentre outros que nos possibilitam compreender nosso passado, nossa origem, nossa tradição.

Para melhor compreensão desses aspectos, inspiramo-nos nos ensinamentos de Bosi (2003), ao afirmar que “a memória dos velhos desdobra e alarga de tal maneira os horizontes da cultura que faz crescer junto com ela o pesquisador e a sociedade onde se insere”.

Observamos que cada geração tem, de sua cidade, lembranças de fatos e acontecimentos que constituem pontos de amarração de sua história. Para Halbwachs (2003), o indivíduo é constituído por dois tipos de memórias: individuais e coletivas. “A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história geral”. (HALBWACHS, 2003, p. 73)

Freitas (2006, p. 117) comenta que “pela somatória das memórias individuais temos a evidência de uma memória coletiva, que nos fornece elementos para a reconstrução da memória histórica”.

De acordo com as narrativas dos (as) idosos (as), constatou-se que Tefé passou por mudanças profundas na sua paisagem urbana em virtude do crescimento da cidade e da

modernização dos espaços urbano, sendo esta implementada, em grande parte, pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Infraestrutura.

Ao relembrares estes espaços urbanos, algumas edificações foram listadas por serem concebidas como um patrimônio cultural de grande valor histórico e por resistirem ao tempo, como o Seminário São José, a Missão e a Igreja Matriz de Santa Tereza. Como revela a fala da Sra. Oda, “Tefé cresceu muito... está muito diferente da minha época de menina... muita coisa deixou de existir. A praça da Matriz já não é a mesma... mudaram a posição do coreto e dos bancos”. Já o Sr. Chicão expressa que “Tefé era só mato... as ruas eram de chão batido... as casas de madeiras... não existia quase comércio... foi em volta do Seminário que a cidade começou a crescer.”

Os festejos, em especial de cunho religioso, foram bastante mencionados pelos entrevistados. Para Bosi (2004, p. 419), “a força da evocação pode depender do grau de interação que envolve: eventos de repercussão restrita diferem, em sua memorização, dos que foram revividos por um grupo anos a fio”. Pontuamos, ainda, que os festejos e tradições religiosas refletem a cultura e a identidade de um grupo social. Nas palavras do Sra Rita e do Sr Belo, percebemos o valor atribuído a essas festas, como destacado abaixo:

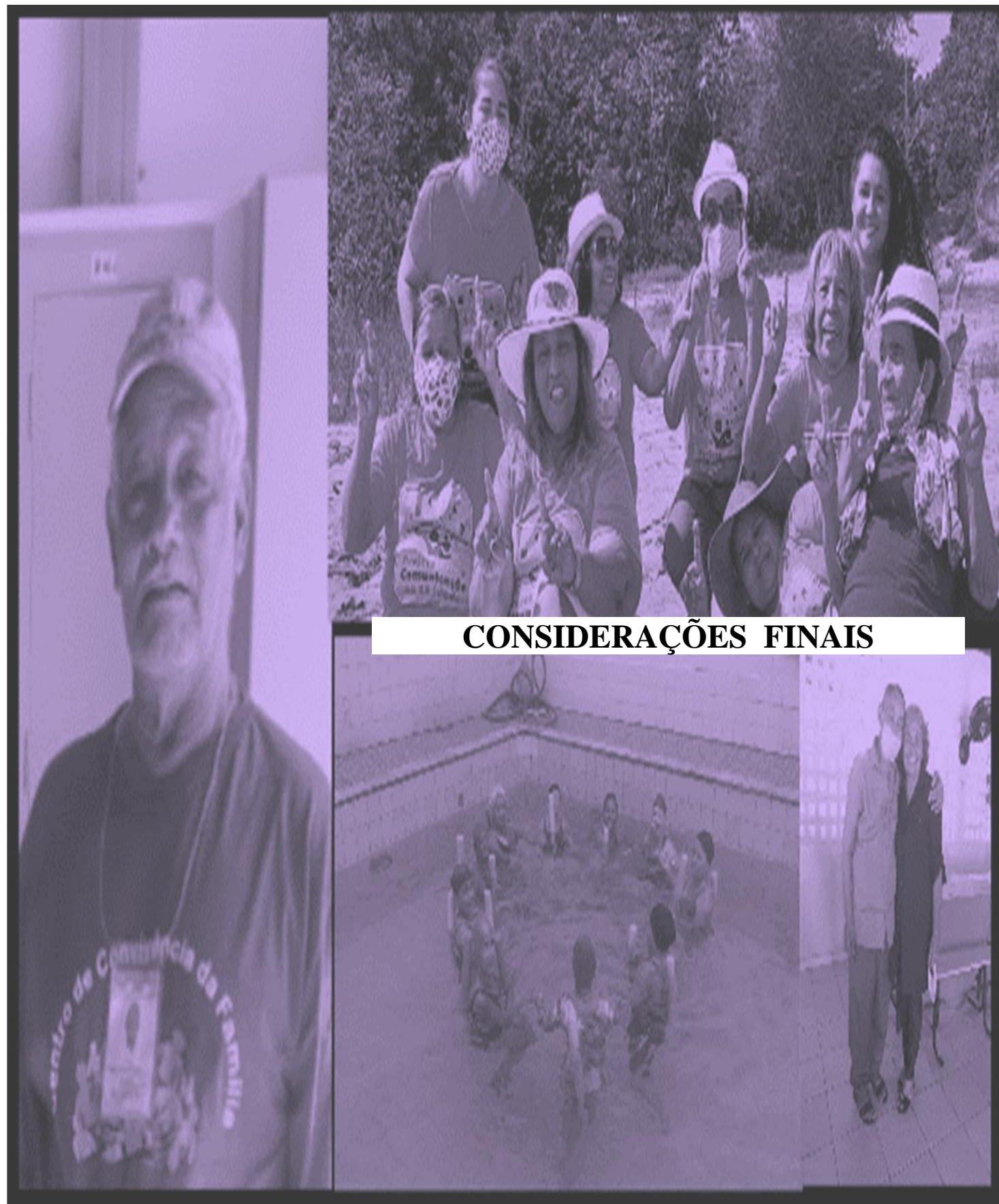
Esperamos o ano todo pra ir no festejo de Santa Tereza D’Avila... antigamente o pai e a mãe levava a filha pra festa, não ia sozinha, né... já dos tempo pra cá, não, a gente já vai pra festa sozinha... mas o festejo de agora não é como na minha época... está tudo diferente. Muito comércio e pouca oração [risos]. (RITA, 67 anos, 26/08/2020)

É, porque... lá no interior, na casa de uma tia minha, tinha festejo, né? Aí eu tinha uns 10 anos de idade, né, aí participávamos das festas... tinha música, comida, brincadeiras... era muito bom. Eu adorava essa época dos festejos. Hoje não é mais a mesma coisa... (BELO, 69 anos, 30/11/2020)

Por meio desses depoimentos, verificamos a importância desses festejos no conjunto de suas lembranças, visto que evocam as memórias remotas da infância e da família originária. Assim, trazem à tona uma sucessão de recordações a partir dos marcos sociais, a exemplo das festas em famílias, das músicas, das danças, das brincadeiras, etc. Contudo, não aprovam as mudanças ocorridas no contexto atual, concebidas como algo negativo, pois interferem nas recordações boas do passado.

Por fim, detectamos que a narrativa do (a) idoso (a) é fonte de conhecimento e de experiência que fomenta a percepção de si e da própria história. E a partir dos relatos, pode-se afirmar que os (as) idosos (as) não identificam a velhice como uma fase triste, perpassada de sentimentos negativos. Ao contrário disso, definem como um privilégio destinado a poucos.

Além disso, os relatos também apontam que o processo de envelhecimento é vivido de forma diferenciada, a depender da trajetória e do contexto social a que está inserido. Cumpre-nos ainda destacar que nos relatos dos (as) idosos (as) entrevistados (as) não percebemos sentimento de frustração ou rejeição à velhice, apenas relatos quanto às limitações físicas em virtude do processo natural do envelhecimento humano.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta pesquisa, faz-se necessário tecermos algumas considerações. Para tanto, retomamos o nosso objeto de reflexão, que consistiu na investigação de como os (as) idosos (as) revivem suas memórias e ressignificam suas identidades ao experienciarem o convívio no Centro Municipal de Convivência da Família de Tefé.

Destacamos, ainda, a relevância da abordagem interdisciplinar na concretização dos estudos diante da complexidade e do caráter heterogêneo próprio do processo de envelhecimento.

Cabe-nos registrar que foram muitos os desafios neste percurso, sobretudo, em face de um contexto pandêmico do COVID19. Há que se evidenciar que não analisamos a velhice apenas sob o âmbito da teoria, mas registramos através de suas falas e vivências desse tempo de velhice, bem como, nos propusemos a interagir com os (as) idosos (as), sentindo o *timing de velhice* deles ao participar das atividades propostas pelo CMCF em conjunto com eles (as).

Durante as incursões em campo, percebemos que o CMCF proporciona aos seus frequentadores, em especial, à pessoa idosa, laços afetivos e oportunidades para exercerem sua independência, autonomia, protagonismo, além de lhes conferir qualidade de vida. As atividades propostas buscam valorizar suas potencialidades; fortalecer os laços sociais por meio da inclusão; promover ações que favorecem o bem-estar físico, mental e social; desenvolver estratégias de superação e resiliência diante dos estereótipos e dos estigmas a que estão sujeitos. Em suma, conscientizando a pessoa idosa a fim de que lute pela materialização de seus direitos, através da participação social, corporificando para o seu cotidiano a proteção social que lhe foi assegurado por lei.

A convivência junto a esse grupo de idosos (as) nos trouxe grandes contribuições no que tange à coleta de dados. Dito de outra forma, o mergulho no universo idoso nos possibilitou diferenciar a percepção que os (as) idosos (as) possuem acerca da velhice e delegada através das representações sociais, pela sociedade ainda muito listada em critérios biológicos e fisiológicos. Cumpre-nos, ainda, mencionar a existência de um discurso social dentro de uma ideologia de exaltação da jovialidade, da virilidade e da produtividade.

Todavia, é importante frisarmos que os indivíduos possuem trajetórias de vidas diferentes, o que resulta em estímulos e reações diferentes. É sempre bom frisarmos que os caminhos percorridos ao longo da vida e as experiências adquiridas através das vivências

ficam armazenados em nossas memórias, que, por sua vez, municiam na substanciação das identidades.

Nesse contexto, é oportuno destacarmos que as memórias selecionam os marcos sociais com base na importância aferida aos fatos e aos acontecimentos, permitindo compreender como as identidades se constroem e (re)constroem.

Bosi (2004) frisa que o ato de lembrar é também o de reconstruir, repensar e ressignificar as experiências do passado no presente. Nesse processo, as memórias dos (as) idosos (as) são tomadas por referências sociais, que permeiam suas identidades. Tal constatação nos permite afirmar que as memórias trazidas pelas narrativas dos (as) idosos (as), refletem como sua identidade foi sendo construída e ressignificada no processo de envelhecimento.

As recordações foram emergindo naturalmente, sendo compartilhadas através das entrevistas e de conversas informais estabelecidas de forma espontânea. Observamos que as memórias tinham como esteio fatos relacionados a aspectos sociais e culturais, afinal, os seres humanos convivem em grupos sociais, com isso, suas interpretações ocorrem dentro de um determinado contexto, espaço e lugar.

Uma preocupação constante foi a de capturar os significados ocultados pelos momentos de silêncio durante a realização das entrevistas. Por isso, recorremos à teoria de Análise do Discurso de Eni Orlandi, que nos proporcionou um arcabouço teórico importante para desvelar o “não dito” nas entrelinhas dos discursos produzidos. Pois, “com ou sem palavras, esse silêncio rege os processos de significação”. (ORLANDI, 2007, p. 61)

Detectamos, também, que a percepção da velhice e do envelhecimento é atravessada pelas questões de gênero, ou seja, homens e mulheres pensam e experimentam a velhice de maneiras diferentes. Tais constatações foram percebidas através das narrativas, em que as mulheres idosas concebem a velhice como o período de “liberdade”, de “pode fazer”, enquanto os homens a relacionam com sua saída do mercado de trabalho e com a aposentadoria.

Nessa perspectiva, esta pesquisa buscou analisar as crenças, os mitos, os estereótipos a respeito da velhice, desmistificando os atributos negativos e estigmatizados arraigados no imaginário social.

Compreende-se que a relevância desse estudo consiste em dar visibilidade às novas demandas da população idosa, apresentando-a como protagonista de sua própria história. Reiteramos que o envelhecimento é um processo em transformação contínuo.

De acordo com Monteiro (2005, p. 27), “é através do tempo, que nutre o fruto da experiência de toda uma vida, que podemos modificar as perspectivas e direções a serem tomadas em nossa trajetória, usufruindo de nossas escolhas para que possamos contribuir na orientação dos mais novos...”.

Diante do contexto apresentado, reafirmamos que, para a compreensão das distintas interfases da velhice e do envelhecimento, foi preciso recorrermos ao campo da interdisciplinaridade para maior discernimento dos aspectos sociais, culturais e econômicos intrínsecos a esse processo.

Para Morin (2007) simplificação e a compartimentação dos saberes impossibilitam a compreensão da complexidade na sua totalidade. Em síntese, os saberes divididos, compartimentados, inviabilizam o estabelecimento de uma conexão entre o todo e as partes, e impedem a contextualização dos saberes, os quais propiciam o resgate da unidade complexa da natureza humana.

O envelhecimento populacional é, sem dúvida, uma das maiores conquistas da sociedade contemporânea. Entretanto, essa conquista precisa vir acompanhada de políticas públicas que priorizem ações voltadas à promoção da saúde, à prevenção de atos de violência, ao acesso ao conhecimento de seus direitos, conferindo aos idosos (as) o exercício da plena cidadania.

De modo que se espera que as conclusões obtidas com este estudo, ao considerarmos suas histórias de vida, experiências, sabedoria e, sobretudo, seu protagonismo associadas aos estudos já conhecidos, sejam contribuições para dar visibilidade ao protagonismo dos (as) idosos (as) residentes na cidade de Tefé, assim como para a elaboração de políticas públicas pautadas na humanização da assistência e em ações de promoção e cuidados dos (as) idosos (as) tefeenses na área social, saúde, habitação, transporte, cultura, lazer, etc.

Para tanto, reiteramos aqui, a necessidade de ao analisarmos as questões referentes a velhice e ao envelhecimento sejam feitas sob um olhar interdisciplinar, sobretudo, num país de dimensões continentais e com uma enorme diversidade cultural, social e econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vera Lúcia V.; GONÇALVES, M.P. & LIMA, T.G. **Direitos Humanos e Pessoa Idosa**: publicação de apoio ao Curso de Capacitação para a Cidadania: Atenção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Amazônia, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2010a. Longevidade, mortalidade e fecundidade. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/amazonas#idh. Acesso em: 15 de fev. 2020.

ALVARENGA, Darlan; BRITO, Carlos. **1 em cada 4 brasileiros terá mais de 65 anos em 2060, aponta IBGE**. **G1**, 25 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/25/1-em-cada-4-brasileiros-tera-mais-de-65-anos-em-2060-aponta-ibge.ghtml> Acesso em: 27 jan. 2020.

ALVES, Andréa Moraes. Os idosos, as redes sociais e as relações familiares. In: **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edição SESC, 2007.

ALVES, José E. Diniz. **Envelhecimento populacional e desenvolvimento humano nos municípios brasileiros**. 2018. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-populacional-e-desenvolvimento-humano-nos-municipios-brasileiros>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ARAÚJO, Ludgleydson; SÁ, Elba Celestina do Nascimento; AMARAL, Edna de Brito. **Corpo e velhice: um estudo das representações sociais entre homens idosos**. *Psicol. Cienc. Prof.*, Brasília, vol. 31, nº 3, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000300004>. Acesso em: 20 out. 2020.

BANDEIRA, Karla Maria. Discutindo a Qualidade de Vida do Idoso. In: **A Terceira Idade/Serviço Social do Comércio**. ST- Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade, São Paulo, ano 1 n. 1, set. 1988. SESC-GETI.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo; GOLDBAUM, Moisés. **Desafios do envelhecimento em contexto de desigualdade social**. *Ver. Saúde Pública*, São Paulo, vol.52, 25 out. 2018. Supl. 2.

BARROS, Ricardo P. de; MENDONÇA, Rosane; SANTOS, Daniel. **Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Textos para Discussão, n. 686). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2854>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BARTH, F. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política, n. 19, p. 15-30, 2º sem. 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução Maria Helena Franco Martins. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BEZERRA, Daniela Borges; LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. **Inscrição no tempo e identidade: o idoso na sociedade ocidental contemporânea, vínculo com o futuro ou estigma de finitude?** Caderno do LEPAARQ – Texto de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, Pelotas, v. IX, n. 17/18, 2012.

BOARETTO, Roberta C.; HEIMANN, Luiza S. Conselhos de Representação de Idosos e Estratégias de Participação. In: **As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015. p. 105-126.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória: De Senectute e outros escritos autobiográficos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BORGES, Maria Claudia Moura. **O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil**. In: **As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da Memória: ensaios de uma psicologia social**. São Paulo: Ateliê Educacional, 2003.

BOTH, Agostinho. **Identidade Existencial na Velhice: mediações do Estado e da Universidade**. Passo Fundo: UPF, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República [2020]. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Estatuto do Idoso. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, [2004].

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Diário Oficial, Brasília, DF, 24 mai. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2fmnKeD>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRITO, Kenya Mota. **Presidente do Conselho Estadual do Idoso do Amazonas fala da situação da pandemia**. [Entrevista concedida a] Hermínia Brandão. Jornal da 3ª idade, 03 mai. 2020. Disponível em: <http://www.jornal3idade.com.br/?p=30639>. Acesso em: 06 fev. 2021.

CAMACHO, ACLF. **A gerontologia e a interdisciplinaridade: aspectos relevantes para a enfermagem**. Ver Latino-am Enfermagem, v. 10, n.2, p. 229-233, mar/abr. 2002. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjZ6vGAocLsAhWLD7kGHcYMCc8QFjAAegQIAxAC&url=https%3a%2f%2fwww.scielo.b>

r%2Fpdf%2Frlae%2Fv10n2%2F10519&usg=AovVaw0aUvuP8aba_BD2uFw9w_VJ. Acesso em: 04 out. 2020.

CAMARANO, A. A. (org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

CENTRO DE ESTUDOS E ESTRATÉGICO DA FIOCRUZ. **Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU. 2019**. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1090>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estud. Av, São Paulo, vol.5 n.11, jan/abr. 1991.

COSTA, Ellen Anjos Camilo da; SCHOR, Tatiana. **Envelhecimento Populacional e sua Produção Histórica no Brasil, Amazonas, Tefé, Alvarães e Uarini-AM**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, **Anais**. Vitória: UFES, 2014. ISBN: 978-85-98539-04-1. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br..> Acesso em: 10 jan. 2021.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. **A velhice invisível: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte**. São Paulo: Annablume, 2010.

D'ALENCAR, Raimunda Silva et al. **Apresentação**. In: A representação Social na construção da Velhice. Editora Editus. Ilhéus (BA), 2017 a.

D'ALENCAR, Raimunda Silva et al. **Idosas no contexto da vida cotidiana: como percebem o corpo**. In: A representação Social na construção da Velhice. Editora Editus. Ilhéus (BA), 2017b.

D'ALENCAR, Raimunda Silva et al. **Ancoragem das representações sociais: o lugar do velho na percepção de estudantes de enfermagem**. In: A representação Social na construção da Velhice. Editora Editus. Ilhéus (BA), 2017.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. 2. ed. São Paulo: Fapesp, 2012.

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **O que é ser cidadão?** Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>> Acesso em: 10 mar. 2020.

DOLL, Johannes. **Educação, cultura e lazer: perspectivas da velhice bem-sucedida**. In: Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edição SESC, 2007a.

DOLL, Johannes, et al. **Atividade, desengajamento, modernização: teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento**. Estudo Interdisciplinar Envelhecer, Porto Alegre, v.12, p.

07-33, 2007b. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/download/4977/2846>. Acesso em: 16 out. 2020.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FAJARDO, Deise Aparecida Drumond. **O processo de envelhecimento e a importância da interdisciplinaridade na atenção à saúde do idoso**. 2010. Curso de Especialização em Saúde Coletiva Área de Concentração: Gerencia na Atenção Básica se Saúde da Escola de Enfermagem da UFMG. UFMG, 2010 Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9E8PW4>. Acesso em: 10 out. 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos**. In: Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. p. 153-167.

FONTOURA, Daniele dos Santos; DOLL, Johannes; OLIVEIRA, Saulo Neves de. **O Desafio de Aposentar-se no Mundo Contemporâneo**. Educ. Real, Porto Alegre, v. 40, n. 1, Jan/Mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100053> Acesso em: 06 fev. 2020.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editora Humanitas, 2006.

FUNCK, Jéssica. Plasticidade Cerebral: **Como ela pode te ajudar a desenvolver seu cérebro?** Mundo da Psicologia, 23 mar. 2015. Disponível em: <http://mundodapsi.com/plasticidade-cerebral-desenvolver-cerebro/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

GERONTOCRACIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Gerontocracia&oldid=45819296>> Acesso em: 22 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Guacira Lopes Louro; Tomas Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

HERÉDIA, Vania; BONVOLINI, Joseane. **Representação da velhice no olhar dos jovens**. In: A representação Social na construção da Velhice. Ilhéus: Editora Editus, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>> Acesso em: 12 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultado do Censo – 2010**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tefe/panorama>. Acesso em: 09 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060; Projeção da população das unidades da federação por sexo e idade 2000-2030**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm. Acesso em: 12 de fevereiro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o Período 2000/2030**. Disponível em: <http://www.ftp.ibge.gov.br> Acesso em: 12 de fev. de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2016.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=%C3%8Dndice_de_DevelopmentoHumano&oldid=60210333. Acesso em: 10 jan. 2021.

JARDIM, Viviane Cristina Fonseca da Silva; et al. **Um olhar sobre o processo do envelhecimento: a percepção de idosos sobre a velhice**. In: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 25-34, 2006

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. **O envelhecimento da população mundial: um desafio novo**. Ver. Saúde Pública, São Paulo, v. 21, n. 3, jun. 1987. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101987000300005&lng=pt Acesso em: 02 mar. 2020.

LEIFELD, Thais. **Centros de Convivência Familiar: Um Estudo de Caso dos Desafios e do Perfil Familiar da População Atendida pelo Centro de Convivência da Família Padre Pedro Vignólia na Cidade de Manaus**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.

LEITE, Sarah Diniz. **Análise da distribuição espacial da pobreza na região norte do Brasil**. Revista Economia e Desenvolvimento, v. 15, n. 2, p. 215-231, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br>. Acesso em: 26 mar. 2021.

LISBÔA, Simone Moraes. **A Política Pública para Idosos na Cidade de Manaus: um estudo sobre as demandas e os desafios na sua efetivação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Manaus, 2011.

LOPES, Andrea. **Dependência, Contratos Sociais e Qualidade de Vida na Velhice**. In: As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2015. p. 129-140.

LOPES, Marlene Gonçalves. **Imagens e Estereótipos de Idoso e Envelhecimento, em Idosos Institucionalizados e Não Institucionalizados**. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado

em Psicologia Clínica e da Saúde), Universidade da Beira Interior, Beira, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/2500>. Acesso em: 20 out. 2020.

LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. **Imagem e auto-imagens: homogeneidade da velhice para a heterogeneidade das vivências**. In: Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. p. 141-152.

LUCA, Mônica Maria Barbosa Leiva de. **Identidades Sociais em Produção e Envelhecimento: um estudo de caso**. In: As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2015. p. 191-213.

MANZARO, Simone de Cássia Freitas. **Envelhecimento: idoso, velhice ou terceira idade?** Portal do Envelhecimento, 2014. Disponível: <<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-idoso-velhice-ou-terceira-idade/>> Acesso em: 12 fev. 2020.

MARTINELLI, João Carlos José. **O direito de envelhecer num país ainda jovem: uma análise da Lei 10.173/2001**. 4. ed. Jundiaí, SP: Editora Inhouse, 2013.

MARTINS, Edna. **Constituição e significação de família para idosos institucionalizados: uma visão histórico-cultural do envelhecimento**. Rev. Psi, Guarulhos, v. 13, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v13n1/artigos/html/v13n1a14.html> > Acesso em: 25 jul. 2019.

MARX, Karl. **O Capital** (Parte I – Capítulo 1: A Mercadoria). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=4360. Acesso em: 13 fev. 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELO, Nathalie Santana de. **Trabalho e condições de envelhecimento em Manaus: estudo com os idosos usuários das unidades básicas de saúde da zona sul e com os participantes do Parque Municipal do Idoso**. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. Disponível: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2710>. Acesso em: 15 jul. 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA, Jr. Carlos E. A. **Introdução**. In: Antropologia, Saúde e Envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MORAES, Yasmin Feitosa Carvalho de, et al. **Direitos Humanos e de Cidadania: trajetória histórica das conquistas e garantias dos direitos da pessoa idosa**. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, São Luís do Maranhão, 2015. Disponível em: www.joinpp.ufma.br. Acesso em: 01 fev. 2021.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução: Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MONTEIRO, Pedro Paulo. **Envelhecer: histórias, encontros, transformações**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MOTTA, Alda Britto. **Envelhecimento e Sentimento do Corpo**. In: Antropologia, Saúde e Envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- MUCIDA, Ângela. **O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice**. 2 ed. Ver., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- NERI, Anita Liberalesso. **Conceitos e Teorias sobre o Envelhecimento**. In: MALLOY, Leandro F.; DINIZ, Daniel F.; COSENZA, Ramon M. (org). Neuropsicologia do Envelhecimento: uma abordagem multidimensional. Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBNP). Porto Alegre: ARTMED, 2013.
- NERI, Anita Liberalesso. **Contribuições da psicologia ao estudo e à intervenção no campo da velhice**. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, p. 69-80, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/46/55>. Acesso em: 05 out. 2020.
- NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- NERI, Anita Liberalesso. **As Políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa no Estatuto do Idoso**. A terceira idade, São Paulo, v. 16, n. 34, p. 7-25, out. 2005.
- NERI, Anita Liberalesso. **Qualidade de vida na velhice e subjetividade**. In: Qualidade de vida na velhice: um enfoque multidisciplinar. Campinas: Editora Alínea, 2011.
- NERI, Anita Liberalesso. **Atitudes e crenças sobre a velhice**. In: As múltiplas faces da velhice no Brasil. Campinas: Editora Alínea, 2015.
- NERI, Marcelo Cortes. **Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções**. In: Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.
- OLIEVENSTEIN, Claude. **O nascimento da velhice**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- OLIVEIRA, Keylla Priscilla de; AGUIAR, Tassiany Maressa Santos. **Um olhar sobre o novo idoso brasileiro frente ao estigma em torno do envelhecimento e a atuação do assistente social no centro de referência da felicidade**. 2014. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado/article/download/4627/4389>> Acesso em: 20 mai. 2020.
- OLIVEIRA, Michelly Cristina Rodrigues et al. **O papel do idoso na sociedade capitalista contemporânea: uma tentativa de análise**. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as Políticas Públicas, 2011, São

Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2011. Disponível: <www.joinpp.ufma.br> Acesso: 14 fev. 2020.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva, et al. **Múltiplos olhares sobre a velhice: representações sociais a partir da percepção de crianças, adultos e idosos**. In: A representação Social na construção da Velhice. Ilhéus: Editora Editus, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde World Health Organization**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); 2005. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf> Acesso em: 10 fev. 2020.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no momento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PADUÁ, Elizabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prático**. 18. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2016.

PARADELLA, Rodrigo. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Agência IBGE Notícias, Última Atualização: 01/10/2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>> Acesso: 15 nov.2019.

PAES, de Barros Ricardo; Mendonça, Roseane; Santos, Daniel. **Incidência e Natureza da Pobreza entre idosos no Brasil**. Texto para Discussão 686. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.ipea.gov.br>. Acesso: 04 de janeiro de 2021.

PAULON, S. M. (2005). **A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção**. Psicologia & sociedade, v. 17, n. 3, p. 18-25. Disponível em: de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>. Acesso: 05 de abril de 2021.

PEIXOTO, C. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade**. In: Barros MML de. (Org.). Velhice ou terceira idade? Rio de Janeiro: FGV; 1998. p. 69-84.

PERISSÉ, Camille; MARLI, Mônica. **Caminhos para uma melhor idade**. Retratos a Revista do IBGE, fev 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf. Acesso em: 05de junho de 2021.

Pesquisa aponta que em Tefé, no AM, 12 mil já contraíram Covid-19; 2ª maior proporção do país, **Portal G1 Amazonas**, 25 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/05/25/pesquisa-aponta-que-tefe-no-am-tem->

mais-de-40-mil-infectados-pela-covid-19-2a-maior-proporcao-do-pais.ghtml. Acesso em: 28 de abril de 2021.

TEFÉ. **Plano de Ação do Centro Municipal da Família – CMCF**. Prefeitura Municipal De Tefé. Secretaria Municipal De Assistência Social e da Cidadania, 2019.

POLLAK, Michael. **Memórias, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTAL DO ENVELHECIMENTO. **A feminização do envelhecimento populacional no Brasil**, 2014. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/feminizacao-do-envelhecimento-populacional-no-brasil/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PORTAL DO ENVELHECIMENTO. **Os desafios do envelhecimento com qualidade de vida**, 2017. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/os-desafios-do-envelhecimento-com-qualidade-de-vida/> Acesso em: 21 set.2020.

QUINTANA, Mário. **Deixem-me envelhecer**. Disponível em: cemanosdeitabuna.blogspot.com/2020/02/deixem-me-envelhecer-mario-quintana.html Acesso em: 21 set.2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Paula Regina de Oliveira. **A Judicialização das políticas públicas: a experiência da central judicial do idoso**. In: Política nacional do idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9129>. Acesso em: 25 jan. 2021.

RIBEIRO, Oscar. O envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático: Envelhecimento demográfico, p. 33-52, 2012.

RIBEIRO, Rita de Cássia Lanes. **A velhice em uma nova versão: uma abordagem interdisciplinar na microrregião de Viçosa - MG**. 1999. 105 p. Tese (Doutorado em Ciência Animal), Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: https://www.repositorio.ufmg.br/handlev//1843/buos_8qpphz Acesso em: 02 fev. 2020.

RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani; KUSUMOTA, Luciana; MARQUES, Sueli; FABRÍCIO, Suzele Cristina Coelho; ROSSET-CRUZ, Idiane; LANGE, Celmira. **Política nacional de atenção ao idoso e a contribuição da enfermagem**. Texto contexto – enferm, Florianópolis, v. 16, n. 3, jul./set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072007000300021>. Acesso em: 16 nov. 2020.

ROUGEMONT, Fernanda. **O tempo no corpo: envelhecimento e longevidade na perspectiva anti-aging**. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 23, n. 1/2, p. 36-61, jan/dez. 2016.

Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2771>>
Acesso em: 06 fev. 2020.

ROZESTRATEN, Reinier Johannes Antonius. **Evolução inicial dos estudos da inteligência do idoso: mitos e fatos.** Paidéia, Ribeirão Preto, v. 12, n. 23, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000200011>
Acesso em: 10 fev. 2020.

SAMPAIO, Talita Santos Oliveira; et al. **Relações estabelecidas entre idosos e familiares em estado de coresidência.** In: A representação Social na construção da Velhice. Ilhéus: Editora Editus, 2017

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado. **Conhecimento e Transformação Social: Por uma Ecologia de Saberes.** Revista de Direito Ambiental da Amazônia, Manaus, ano 4, n. 06, 2006. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/42132/1/Conhecimento%20e%20Transforma%c3%a7%c3%a3o%20Social_por%20uma%20ecologia%20de%20saberes.pdf/> Acesso em: 14 jul. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologia do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Geovane Tavares; Dias, José Manuel de Barros. **Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica.** RACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, jan-jun. 2015. Disponível: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>> Acesso em: 10 fev. 2020.

SANTOS, Geraldine Alves dos; LOPES, Andréa; NERI, Anita Liberalesso. **Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social dos idosos.** In: Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana.** 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Raimundo Nonato Freitas dos. **Lugar e representação: um estudo sobre o bairro do Abial no município de Tefé/AM.** 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2784>>. Acesso 17 de novembro de 2020.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. **Gerontologia e os pressupostos de Edgar Morin.** Portal do Envelhecimento, 2003. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.com/acervo/artieop/Geral/artigo15.htm>>. Acesso em: 30 set. 2020.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais.** Estudos de Psicologia, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, out/dez, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>> Acesso: 10 de fevereiro de 2020.

SILVA, Aila Cristina dos Santos, SANTOS Iraci. **Promoção do autocuidado de idosos para o envelhecer saudável: aplicação da teoria de nolapender.** Texto Contexto Enferm, v. 19, n. 4, p. 745-53, out/dez 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072010000400018&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 31 mar. 2021.

SILVA, Marcielle de Lima et al. **Impacto na saúde mental do idoso durante o período de isolamento social em virtude da disseminação da doença COVID19: uma revisão literária.** Diálogo em Saúde, v. 3, n. 1, jan/jun de 2020. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/dialogosemsaude/article/viewFile/272/232>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. **Terceira idade: nova identidade, reinvenção da velhice ou experiência geracional?** Physis, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312008000400011>. Acesso: 15 fev. 2021.

SIMAN, Lana Maria de Castro. **Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da história.** Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 67, p. 346-364, set/dez, 2005. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br> Acesso: 10 jan. 2020.

SINESTESIA, CINESTESIA E CENESTESIA – PSIQWEB. Disponível: <http://www.psiqweb.med.br/site/DefaultLimpo.aspx?area=ES/VerDicionario&idZDicionario=171> Acesso em: 02 abr. 2020.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de; MOI, Regiane Cristina. **Estimulando a Memória em Instituições de Longa Permanência.** In: As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2015. p. 165-187.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TEFÉ. **Lei Municipal nº 48/08, de 12 de junho de 2008.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Direito do Idoso – CMDI e do Fundo Municipal do Direito do Idoso – FMDI do município de Tefé e dá outras providências. Tefé: Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), 2008.

TEFÉ. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Tef%C3%A9&oldid=60141059>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

TEIXEIRA, Ana Rita. **Envelhecimento ativo: contributo para uma discussão crítica.** In: Análise Social, 210, xlix (1.º), p. 28-54, 2014

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira.** Argumentum, Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul/dez. 2009. Disponível em: <http://www.dialnet.unirioja.es> Acesso em: 14 fev. 2020.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento do trabalhador no tempo do capital: Problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade**

Brasileira contemporânea. 2006. 105 f. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2006.

THIESEN, Juares da Silva. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, set/dez, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>. Acesso em: 15 out. 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado história oral.** São Paulo Paz e Terra, 1992.

UCHÔA, Elizabeth; FIRMO, Josélia O. A.; COSTA, Maria Fernanda de Lima. **Envelhecimento e Saúde: experiência e construção social.** In: Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

UCHÔA, Elizabeth. **Contribuições da antropologia para uma abordagem das questões relativas à saúde do idoso.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 849-853, maio/jun., 2003. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0432.pdf>> Acesso em: 06 fev. 2020.

VELHO, Gilberto. Pesquisando o Familiar. Edson de Oliveira Nunes (org.) **A aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso, e Método na pesquisa Social.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

VIEIRA, Amanda Dias; POMPEO, Wagner Augusto Hundertamarck. **Representação social e terceira idade: aspectos e (novas) perspectivas.** In: A representação Social na construção da Velhice. Ilhéus: Editora Editus, 2017.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **A velhice no Brasil: contrastes entre o vivido e o imaginado.** In: Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. p. 21-31.

WICHMANN, F. et al. **Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 821-832, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v16n4/1809-9823-rbgg-16-04-00821.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2021.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANEXOS

Anexo I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **“MEMÓRIAS E IDENTIDADES DO SER IDOSO: AS EXPERIÊNCIAS DO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DA FAMÍLIA DE TEFÉ - AM”**. Esta pesquisa está associada ao projeto de mestrado de BETÂNIA DE ASSIS REIS MATTA, vinculada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa emerge do interesse em investigar às várias questões inerentes ao processo de envelhecimento, considerando o crescimento exponencial da população idosa, ou seja, com 60 anos ou mais. Ressaltamos que, o fenômeno do aumento da população idosa no Estado do Amazonas pode ser explicado, principalmente, pelo aumento do índice da esperança de vida da população em relação ao caminho inversamente percorrido pela taxa de natalidade. Com base neste cenário, avaliamos ser de significativa importância estudos direcionados a esta temática, em decorrência da necessidade de conhecimentos compatíveis com as novas demandas recorrentes dessa categoria social. Para tanto, é imprescindível dar ênfase às vozes que emergem desse segmento da população amazonense. Os objetivos deste estudo são: investigar a formação das identidades e o protagonismo do ser idoso participante do Centro Municipal de Convivência da Família de Tefé (AM) a partir de suas memórias. Tendo como pressuposto que, atualmente, o ser idoso passa por um processo de (re)significação de seu papel na sociedade contemporânea.

A sua participação consistirá em responder a um roteiro de perguntas norteadoras à pesquisadora do projeto. Estas serão agendadas, preferencialmente, nos dias que o entrevistado tenha atividade no Centro de Convivência evitando gastos extras para o participante. Informamos ainda que, a entrevista será gravada e, posteriormente, transcrita e armazenada em arquivo digital. Contudo, somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e a orientadora. É oportuno salientarmos que, toda pesquisa com seres humanos envolve alguns riscos ligados a aspectos psicológicos, físicos e emocionais, assim, é preciso que tenhamos clareza deles. O entrevistado pode sentir-se constrangido ao responder algum dos questionamentos contidos nessa pesquisa e/ou com sua gravação, desconforto em lembrar situações que resultem em dor ou sofrimento, perda do autocontrole ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, despertar sentimento de embaraço ao interagir com o pesquisador, alterações na autoestima provocadas pela evocação dessas memórias, vergonha oriunda de condutas morais e/ou éticas eventualmente praticadas, estresse ao tentar resgatar o passado presente na memória, cansaço físico e mental em decorrência da idade ou aborrecimento ao responder aos questionamentos, quebra do sigilo, ainda que involuntária e não intencional. Mas, para diminuir os danos desses riscos acontecerem procuraremos minimizar possíveis desconfortos garantindo um local reservado e apropriado para a realização da pesquisa em conjunto com o coordenador do Centro de Convivência, liberdade para não responder questões que considerar constrangedoras, estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantir que a entrevista seja suspensa imediatamente ao perceber algum risco ou danos à saúde do entrevistado, garantir que sejam respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos entrevistados, garantir o absoluto sigilo das informações reveladas durante a entrevista, utilizando nomes fictícios, viabilizar aos entrevistados acesso a assistência médica e/ou psicológica, junto a rede municipal de saúde e, na sua impossibilidade, na rede privada de saúde aqueles que vierem a sofrer qualquer tipo de dano, imediato ou posterior, mesmo que não previsto no termo de consentimento.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Em casos de comprovação de despesas tidas pelo participante da pesquisa com deslocamentos este será indenizado na sua totalidade pelo pesquisador. Porém, caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, a qualquer tempo, poderá solicitar indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Você terá acesso a todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Pontuamos ainda que, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, você poderá voltar atrás e retirar seu consentimento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai

trazer qualquer penalidade, multa ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar dessa pesquisa.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo de cinco anos o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Esta pesquisa foi submetida, por meio da Plataforma Brasil, sob a identificação CAAE 30838720.4.0000.5016, ao Comitê de Ética da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, localizada na Avenida Carvalho Leal, 1777, bairro Chapada, Manaus, Amazonas, CEP 69.050-30.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Tefé, ____ de _____ de 2020.

Pesquisadora

Participante

Assinatura Datiloscópica



Anexo II

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “**MEMÓRIAS E IDENTIDADES DO SER IDOSO: AS EXPERIÊNCIAS DO CENTRO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA DA FAMÍLIA DE TEFÉ - AM**” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora **Betânia de Assis Reis Matta** a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma das partes.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

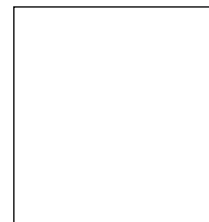
- ✓ Poderei ler a transcrição de minha gravação;
- ✓ Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
- ✓ Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
- ✓ Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
- ✓ Os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora Betânia de Assis Reis Matta, e após esse período, serão destruídos e;
- ✓ Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Tefé, ____ de _____ de 2020.

Pesquisadora

Participante

Assinatura Datiloscópica



Anexo III

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Data ___/___/___

Nome: _____

Data de nascimento: ___/___/___

Idade: _____

Sexo: () F () M

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Bairro: _____

Situação ocupacional:

Trabalha atualmente? () sim. Em que? _____ () não

Aposentado? () sim () não Profissão anterior : _____

Recebe algum benefício social? _____ Qual?

Escolaridade:

() analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo () 2º grau incompleto

() 2º grau completo () 3º grau incompleto () 3º grau completo

Composição Familiar:

Estado Civil: () Casado () Solteiro () Separado () Divorciado () Viúvo

Filhos? () Sim () Não Quantos ? _____

Mora c/quem? () Só () Em instituição () Acompanhado Especifique: _____

Você é o chefe da sua família? () sim () não

Possui problema de saúde? () sim () não

Se SIM, qual? _____

Anexo IV

ROTEIRO DE ENTREVISTA - CMCF

- 1) Para o senhor (a) como foi envelhecer?
- 2) Como é envelhecer com qualidade de vida?
- 3) Como a comunidade de Tefé trata os idosos?
- 4) Como é o seu dia a dia?
- 5) Você tem liberdade na família para tomar decisões sobre a sua vida e fazer projetos para o futuro?
- 6) Quais as lembranças que o senhor possui da sua vida?
- 7) Com que conhecimentos e saberes o idoso pode ajudar na família, na comunidade?
- 8) Qual era sua atividade profissional? Até que idade trabalhou?
- 9) Como é seu relacionamento com amigos, vizinhos, familiares?
- 10) Quais as lembranças que mais marcaram sua vida?
- 11) Comente como era sua vida anteriormente ao Centro Municipal de Convivência da Família, e como é agora.